UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO LOYOLA DE ANDRADE

**Nos labirintos da liberdade. Das alforrias na lavoura cacaueira
(Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das
manumissões no Brasil do século XIX**

Versão Corrigida

São Paulo

2014

MARCELO LOYOLA DE ANDRADE

**Nos labirintos da liberdade. Das alforrias na lavoura cacaueira
(Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das
manumissões no Brasil do século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Econômica
Orientador: Prof. Dr. José Flávio Motta

De acordo,

Prof. Dr. José Flávio Motta

Versão Corrigida

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade*. Das alforrias na lavoura cacaueira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Econômica

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Luciana Suarez Lopes

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura:_____

Prof^a. Dr^a. Enidelce Bertin

Instituição: Universidade Nove de Julho

Assinatura:_____

*Ao professor Henrique Jorge Buckingham Lyra, pelas
interlocuções valiosas na graduação, que despertaram
meu interesse pelo campo de estudo da Demografia
Histórica.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, por sua própria natureza, não seria possível sem a colaboração de diversas pessoas e instituições. Portanto, certo do risco de esquecimento, agradeço a todos e a todas que de alguma forma contribuíram para a sua concretização.

Algumas pessoas, no entanto, acompanharam mais de perto a trajetória desta dissertação e eu não poderia deixar de mencioná-las aqui. Assim, começo por agradecer à professora Dra. Eni de Mesquita Samara (*in memorian*) por ter aceitado o projeto de pesquisa inicial “*Trabalho e estratégias de sobrevivência: mulheres escravas e forras de Ilhéus, 1822-1872*”, por ter acreditado na viabilidade da pesquisa e confiado na minha capacidade para poder executá-la. Agradeço também à Juliana Silva Habib (*in memorian*), companheira desde a graduação e que, infelizmente, foi retirada do nosso convívio muito cedo. Além do seu amor e incentivo aos meus estudos, sua luta pela vida ensinou-me que a saúde é a maior “riqueza” que temos.

Durante o curso, *Metodologia da pesquisa científica: gênero e estudo de família*, no qual fui aluno visitante, tive a oportunidade de conviver e dialogar com o Breno Matrangolo, Igor de Lima e Marília Canóvas, entre outros, os quais me incentivaram a participar da seleção do mestrado e acabaram se tornando companheiros acadêmicos. Agradeço pelos incentivos e a boa vontade em me ajudar.

Agradeço ao professor Dr. José Flávio Motta, que aceitou orientar a pesquisa quando do falecimento da professora Dra. Eni de Mesquita Samara. Reformulamos o tema e os objetivos da pesquisa e daí em diante eu pude contar com sua colaboração em diversas direções, ou seja, tanto na parte das cobranças e das leituras atentas feitas ao relatório de qualificação e às versões dos capítulos, sempre acompanhadas de críticas e sugestões, quanto no contato que tive com os membros do grupo de estudo em História Econômica da FEA/USP - HERMES & CLIO - do qual ele é um dos pesquisadores envolvidos e me convidou a fazer parte do referido grupo como membro integrante/estudante. Ademais, agradeço pela paciência e pela compreensão com as dificuldades que atravessei durante o mestrado.

No exame de qualificação pude contar com críticas e sugestões das professoras doutoras Enidelce Bertin e Luciana Suarez Lopes. Agradeço a elas por terem aceitado o convite para compor a banca e pelas interferências e apontamentos feitos que, na medida do possível, foram incorporados ao trabalho.

Durante a realização da disciplina oferecida pelo professor Dr. José Flávio Motta, *Demografia Histórica e Historiografia no Brasil*, dois alunos deste curso se tornaram meus amigos e interlocutores acadêmicos, são eles o Breno Aparecido Servidone Moreno e Fernando Antônio Alves da Costa. Compartilhamos dilemas da pesquisa, discutimos bibliografias, além dos nossos próprios textos. Agradeço aos dois pelo apoio incondicional em momentos precisos, pelas críticas e sugestões feitas à dissertação e pela amizade sincera.

Ao longo das minhas visitas ao Arquivo Público do Estado da Bahia, contei com o apoio da professora, atualmente doutoranda, Luiza Nascimento dos Reis, amiga desde os tempos de graduação, a qual me serviu com informações e enviou-me textos pertinentes à pesquisa. No Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) contei com a colaboração de João Cordeiro e tive a oportunidade de entrar em contato com o professor Dr. Marcelo Henrique Dias, que me forneceu fontes importantes para esta pesquisa como o Banco de Dados com as cartas de alforrias e outro com as escrituras lançadas nos Livros de Notas de Ilhéus. Desse modo, agradeço ao CEDOC e aos referidos professores da UESC pela generosidade e incentivos à pesquisa.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional aos meus estudos, especialmente à minha mãe, Dalva Loiola de Andrade, e à minha irmã Manoela Loyola de Andrade, que me acompanharam mais de perto nos momentos de dificuldades, oferecendo ajuda, compreensão e amor. Agradeço à Danielle Ferreira Leão, que trouxe um brilho diferente para a minha vida, e aos nossos filhos, Marcele S. Loyola, Fernando e Felipe, pelo amor de todos e pelos momentos de alegria que me proporcionaram.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa Científica (CNPq), que forneceu bolsa de estudo durante uma parte do período da pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa trata do estudo da prática das alforrias no Brasil durante o século XIX. Partindo da análise de uma realidade particular, ou seja, as cartas de alforrias lançadas nos Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), entre 1810 e 1850, empreendemos uma discussão sobre a historiografia acerca das manumissões na referida centúria. A documentação atinente à vila de Ilhéus encontra-se no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e em microfilme no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Utilizamos como fontes complementares testamentos, inventários *post mortem*, registros de escrituras públicas, correspondências da Câmara de Ilhéus e a lista de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação, disponíveis nos aludidos arquivos. O objetivo principal deste estudo consiste em ressaltar as particularidades do fenômeno das alforrias na localidade dentro do período assinalado e, posteriormente, oferecer uma discussão historiográfica sobre o comportamento das manumissões no Brasil ao longo do século XIX, incorporando nas análises dos dados os resultados da nossa pesquisa empírica e atentando, principalmente, para os aspectos relacionados com o perfil dos alforriados e das alforrias, além das formas de obtenção destas. Desse modo, esperamos inserir o estudo entre as pesquisas históricas desenvolvidas recentemente.

Palavras-Chave: Escravidão, alforrias, Brasil, Ilhéus (BA), século XIX.

ABSTRACT

This research deals with the study of the practice of manumission in Brazil during the nineteenth century. Based on the analysis of a particular reality, in other words, the manumission letters released in the Books Notes from Ilheus (BA), between 1810 and 1850, we undertook a discussion of the historiography about the manumissions in that century. The documents relating to the town of Ilheus is in the Public Archives of the State of Bahia (APEB) and on microfilm at the Documentation Centre and Regional Memory (CEDOC) in the State University of Santa Cruz (UESC). It was, used as supplementary sources testaments, the post-mortem inventories, the records of public deeds, the Chamber of Ilheus correspondence and the ranking list of the slaves to be freed by the Emancipation Fund, available in alluded files. The main objective of this study is to highlight the particularities with the phenomenon of manumission in the locality within the period indicated and subsequently offer a historiographical discussion on the behavior of manumissions in Brazil throughout the nineteenth century, incorporating the analysis of the data the results of our empirical research and paying attention mainly to the aspects related to the profile of freedmen and manumission, and ways of obtaining the same. Thus, we hope to insert the study between historical research developed recently.

Keywords: Slavery, manumission, Brazil, Ilheus (BA), the nineteenth century.

E-mail: mlandrae@yahoo.com.br

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Província da Bahia em meados do século XIX	29
Figura 2 - Mapa do Sul da Comarca de Ilhéus, 1800.....	41
Figura 3 - Planta da vila de São Jorge dos Ilhéus, 1852.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1- Exportações de cacau (em toneladas). Brasil, 1821-1851.....	59
Gráfico 2.1 - Variação de tempo entre a concessão e o registro das alforrias. Ilhéus, 1810-1852.....	68
Gráfico 2.2 - Estado Conjugal dos manumissores. Ilhéus, 1810 - 1849.....	81
Gráfico 2.3 - Origens dos alforriados. Ilhéus, 1810 -1849.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alforriados com mães escravas mencionadas. Ilhéus, 1810-1849.....	96
Quadro 2 - Alforriados com alforrias pagas por parentes. Ilhéus, 1810-1849.....	99
Quadro 3 - Alforrias Registradas pela família Sá Bithencourt Camara. Ilhéus, 1810-1849.....	185
Quadro 4 - Escravos de Guilherme Frederico de Sá. Ilhéus, 1838	186
Quadro 5 - Integrantes da família Sá Bithencourt Camara que apresentaram escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. Ilhéus, 1874-1886.....	188
Quadro 6 - Escravos de Egídio Luis de Sá Bithencourt. Ilhéus, 1880.....	191
Quadro 7 - Escravos de Joaquim José da Costa Seabra. Ilhéus, 1856.....	192
Quadro 8 - Escravos de Manoel Cardoso da Silva. Ilhéus, 1872.....	195
Quadro 9 - Escravos de José Antônio de Guimarães Bastos. Ilhéus, 1875.....	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Africanos desembarcados nos Portos da Bahia e do Brasil, 1801-1850.....	31
Tabela 1.2 - Números de engenhos em algumas capitanias. América portuguesa, 1570-1629.....	35
Tabela 2.1 - Distribuição dos registros de alforrias por Livros de Notas. Ilhéus, 1810-1852.....	67
Tabela 2.2 - Distribuição das alforrias e alforriados por períodos. Ilhéus, 1810-1849.....	70
Tabela 2.3 - Tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1849.....	71
Tabela 2.4 - Tipos de alforrias onerosas por períodos. Ilhéus, 1810-1849.....	72
Tabela 2.5 - Tipos de condições das alforrias. Ilhéus, 1810 - 1849.....	73
Tabela 2.6 - Preços médios das alforrias por períodos. Ilhéus, 1810-1849.....	74
Tabela 2.7 - Manumissores segundo o sexo. Ilhéus, 1810-1849.....	77
Tabela 2.8 - Manumissores segundo o sexo e tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1849.....	79
Tabela 2.9 - Alforriados segundo o sexo por períodos. Ilhéus, 1810-1849.....	84
Tabela 2.10 - Alforriados por sexo e tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1849.....	85
Tabela 2.11- Preços médios dos alforriados por sexo. Ilhéus, 1810-1849.....	86
Tabela 2.12 - Alforriados segundo a idade por períodos. Ilhéus, 1810-1849.....	87
Tabela 2.13 - Alforriados por idade e tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1849.....	88
Tabela 2.14 - Preços médios dos alforriados por idade. Ilhéus, 1810-1849.....	90
Tabela 3.1 - Exportações de açúcar e café (em toneladas). Brasil, 1821-1890.....	105
Tabela 3.2 - Tipos de alforrias em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1800-1850.....	125

Tabela 3.3 - Tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1800-1850.....	128
Tabela 3.4 – Preços médios (mínimos e máximos) das alforrias por localidades. Brasil, 1800-1850.....	131
Tabela 3.5 - Tipos de alforrias em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1850-1888.....	135
Tabela 3.6 - Tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1850-1871.....	136
Tabela 3.7 - Tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1871-1888.....	142
Tabela 3.8 - Percentuais dos tipos de alforrias por localidades e períodos. Brasil, século XIX.....	143
Tabela 3.9 - Alforriados por sexo e origem em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1800-1850.....	150
Tabela 3.10 - Alforriados segundo o sexo por localidades. Brasil, 1800-1850.....	152
Tabela 3.11 - Alforriados segundo o sexo e tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1800-1850.....	154
Tabela 3.12 - Alforriados segundo o sexo por localidades. Brasil, 1850-1888.....	156
Tabela 3.13 - Alforriados segundo o sexo e tipos de alforrias por localidade. Brasil, 1850-1888.....	157
Tabela 3.14 - Alforriados segundo a origem em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1800-1850.....	162
Tabela 3.15 - Alforriados segundo a origem por localidades. Brasil, 1800-1850.....	163
Tabela 3.16 - Alforriados segundo a origem em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1850-1888.....	166
Tabela 3.17 - Alforriados segundo a origem por localidades. Brasil, 1850-1888.....	167
Tabela 3.18 - Alforriados segundo a idade por localidades. Brasil, século XIX.....	171

LISTA DE SIGLAS

APEB – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CEDOC – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA REGIONAL DA UESC.

CEDHAL – CENTRO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
-----------------	----

PARTE I

CAPÍTULO I – A PROVÍNCIA DA BAHIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	25
---	----

1.1 Mudanças econômicas e escravidão na Província da Bahia.....	25
1.2 A vila de São Jorge dos Ilhéus e seu termo: formação econômica e escravidão.....	33
1.3 Escravidão no contexto das mudanças econômicas de Ilhéus.....	47

CAPÍTULO II – ALFORRIAS EM ILHÉUS, 1810-1850.....	67
---	----

2.1 Sobre as alforrias.....	67
2.2 Sobre os manumissores.....	76
2.3 Sobre os alforriados.....	83
2.3.1. “Para libertar o meu sangue e lhe dar a liberdade”. Parentescos e solidariedade na obtenção das alforrias.....	92

PARTE II

CAPÍTULO III – HISTORIOGRAFIA DAS ALFORRIAS.....	102
--	-----

3.1 O Brasil no contexto escravista e emancipacionista das Américas, século XIX.....	102
3.2 Os caminhos de libertação no Brasil colonial e imperial.....	108
3.3 As alforrias em diferentes contextos políticos e socioeconômicos, Brasil no século XIX.....	119
3.3.1 Da expansão econômica à proibição do tráfico transatlântico de africanos, 1850.....	121
3.3.2 De 1850 à lei do Ventre Livre, 1871.....	134

3.3.3 <i>De 1871 à abolição oficial da escravidão, 1888</i>	139
3.4 Sobre o perfil dos alforriados	146
3.4.1 <i>Alforriados segundo o sexo</i>	147
3.4.2 <i>Alforriados segundo a origem</i>	158
3.4.3 <i>Alforriados segundo a idade</i>	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
APÊNDICE	184
FONTES E BIBLIOGRAFIA	198

INTRODUÇÃO

A historiografia sobre a escravidão na Bahia tem privilegiado Salvador e o seu Recôncavo, seus temas e problemas. Com efeito, essa região foi um dos principais locais de desembarques de africanos da América portuguesa e do Império do Brasil, e se tornou uma típica zona de *plantation* açucareira com forte concentração de escravos, além do fato de a referida cidade ter sido sede da capitania Real da Bahia e capital da colônia até 1763.

Não obstante, a instituição escravista não foi exclusividade das áreas com economia de exportação e fortemente ligadas ao tráfico transatlântico de africanos. A sua disseminação e persistência foi sentida em diversas partes da Colônia e do Império, marcando de modo indelével a História do Brasil, ao moldar as relações sociais e possibilitar a montagem de uma economia assentada na acumulação violenta e desigual de riquezas.

A historiografia atinente ao tema, por sua vez, avançou muito nos últimos decênios e vem oferecendo um conhecimento cada vez mais refinado sobre o passado escravista brasileiro. A suposta predominância dos latifúndios na conformação do escravismo brasileiro, bem como o peso que exerceram na nossa formação econômica e social, por exemplo, vem sendo questionado.¹ As pesquisas, sobretudo no campo da Demografia Histórica, têm contribuído de forma significativa para a revisão de alguns desses paradigmas.² Dentre outros aspectos, buscou-se ressaltar a existência de estruturas de produção variadas e a importância dos pequenos e médios proprietários de escravos que produziam gêneros básicos destinados ao consumo interno, além dos produtores não escravistas.³

Para se ter uma ideia, em 1804 os senhores com cinco ou menos escravos representavam mais de 70% dos proprietários da maioria das localidades mineiras estudadas

¹ Ver, entre outros, COSTA, Iraci Del Nero da. Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior. *Informações FIPE* (Partes I, II, III e IV). São Paulo: FIPE, Nº 317, 318, 319 e 320, p. 24-35, fev./maio, 2007. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

² Sobre este alentado potencial revisionista ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001. p. 473-507.

³ Para uma discussão historiográfica acerca da estrutura da posse de escravos no Brasil ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. (Cap. II – Historiografia e estrutura da posse de escravos). Sobre os não proprietários de escravos ver, por exemplo, COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

por Francisco Vidal Luna.⁴ Em Bananal, nos primórdios do desenvolvimento da cafeicultura, mais precisamente em 1801, José Flávio Motta percebeu que a posse de escravos estava disseminada, implicando em uma média de 9,11 cativos por proprietário.⁵

Destarte, as pesquisas têm demonstrado a dependência das áreas com economia exportadora daquelas com atividades voltadas para o abastecimento do mercado interno. Salvador e os distritos açucareiros do Recôncavo, por exemplo, dependiam da produção de farinha de mandioca proveniente de um longo trecho do litoral, que se estendia por mais de 250 quilômetros para o norte e por quase 700 quilômetros para o sul.⁶ No Rio de Janeiro, essa dependência se estendia desde o Sul da Bahia até Santa Catarina.⁷

Nesse sentido, os historiadores têm dedicado mais atenção às particularidades da economia e da sociedade escravista brasileira. Com relação às áreas não exportadoras, verificou-se, por exemplo, que em alguns casos elas desfrutavam de relativa autonomia e estavam menos sujeitas aos efeitos das oscilações do mercado externo quando comparadas com os grandes centros agroexportadores.

No tocante às características demográficas da população escrava dessas áreas, em linhas gerais, as pesquisas demonstraram que havia relativo equilíbrio entre os sexos dos cativos. Em Vila Rica, por exemplo, o percentual era de 57,9% de homens contra 42,1% de mulheres em 1804,⁸ neste mesmo ano havia no Paraná 2.587 (51%) de escravos contra 2.490 (49,1%) de escravas.⁹ Em Bananal este percentual era, em 1801, de 58,1% e 41,9%, respectivamente.¹⁰ Ademais, entre outros informes relevantes, nas áreas com economia não exportadoras, ao que parece, a população cativa cresceu principalmente em função da reprodução natural. No Paraná, por exemplo, os cativos com menos de 9 anos de idade representavam mais de 27% do total de escravos em 1804.¹¹

A respeito da região por nós pesquisada, ou seja, a vila de São Jorge dos Ilhéus, localizada no Sul da Bahia, observamos que ela apresenta muitas das características apontadas

⁴ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 275-290.

⁵ MOTTA, 1999, op. cit., p. 141.

⁶ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 132.

⁷ FRAGOSO; FLORENTINO, op. cit., p. 41.

⁸ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Estrutura da massa escrava em algumas localidades mineiras (1804). In: LUNA; COSTA; KLEIN, op. cit., p. 35.

⁹ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia Escrava numa economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v.17, n. 2, p. 297-314, maio/ago., 1987. p. 299.

¹⁰ MOTTA, op. cit., p. 130.

¹¹ GUTIÉRREZ, op. cit., p. 310.

acima. Todavia, os estudos históricos que versam sobre a escravidão nesta parte da província baiana ainda são limitados.¹² Parte deste agravo, segundo Mary Ann Mahony, deve-se à noção convencional sobre a história da região cacaueira, ao postular que “[...] os primeiros plantadores de cacau não tinham acesso ao trabalho escravo, ou, quando tinham, o número de escravos que possuíam era tão pequeno que chegava a ser insignificante”.¹³

Ainda que tenhamos dado alguns passos para o entendimento do passado escravista ilheense, é preciso reconhecer que existem muitas lacunas que precisam ser exploradas. Nesse sentido, o trabalho que por hora apresentamos pretende contribuir com a produção do conhecimento histórico sobre o escravismo na localidade.

Tomando por base as cartas de alforrias lançadas nos Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus entre 1810-1850, analisamos inicialmente o processo de libertação do cativo nessa vila. A documentação consultada encontra-se no Arquivo Público do Estado da Bahia e em microfilme no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).¹⁴ Trata-se de uma fonte já pesquisada,¹⁵ no entanto, esperamos que a nossa pesquisa possa suplementar e ampliar o entendimento sobre a prática das alforrias na localidade. Ademais, lançamos mão de inventários *post mortem*, testamentos, registros de escrituras públicas, correspondências da Câmara de Ilhéus e a lista de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação, que serão utilizados como fontes complementares.¹⁶

¹² Os trabalhos mais conhecidos são os de Stuart Schwartz sobre o Engenho Santana, SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988; o de João José Reis sobre o quilombo de Oitizeiro, REIS, João José. *Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806*. In: REIS, J.J.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por fio: Histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; o de Mary Ann Mahony sobre utilização da mão de obra escrava nas roças de cacau, no século XIX, MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários” *Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001; o de Fernanda Amorim da Silva sobre alforrias, SILVA, Fernanda Amorim da. *Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758)*, In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007. Recentemente temos as seguintes dissertações: SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008; CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leolpodina (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2010; CRUZ, Ronaldo Lima da. *Conflitos e Tensões: conquistas de escravizados e libertos no Sul da Bahia, 1880-1890*. Dissertação (Mestrado em História) - FCHS/UNESP, Franca, 2012.

¹³ MAHONY, op. cit., p. 96.

¹⁴ Agradeço ao CEDOC-UESC e ao professor Dr. Marcelo Henrique Dias, que disponibilizaram o banco de dados com as escrituras públicas e as cartas de alforrias, utilizados nesta pesquisa.

¹⁵ GONÇALVES, Victor Santos. *Manumissão: Uma ponte para a liberdade na Ilhéus escravista (1810-1848)*. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, 2010.

¹⁶ Para a primeira metade do século XIX foram analisados dois testamentos e vinte e dois inventários, entre os quais quinze apresentou a posse de pelo menos um cativo. Para a parte que compõe o Apêndice, utilizamos

Apresentamos os dados da pesquisa sobre as alforrias em Ilhéus e, em seguida, oferecemos uma discussão historiográfica sobre o comportamento das manumissões no Brasil ao longo do século XIX, incorporando nas análises dos dados os resultados da nossa pesquisa empírica e atentando, principalmente, para os aspectos relacionados ao perfil dos alforriados e das alforrias, além dos preços e das formas de obtenção destas.

O referencial metodológico empregado na pesquisa tomou como suporte de análise e investigação as ferramentas da Demografia História.¹⁷ Esta opção foi determinada primeiramente por este ser o nosso campo preferencial de estudo, em seguida por perceber que o desenvolvimento das pesquisas em tal área do conhecimento tem sido muito profícuo e vem apontando novos caminhos para o entendimento do passado escravista brasileiro. Ademais, notamos que na Bahia como um todo existe certa carência de estudos específicos nessa área.

Com relação às pesquisas sobre alforrias, bastante difundidas no Brasil, o emprego das ferramentas da Demografia Histórica tem sido recorrente. A quantificação e a catalogação de dados têm ajudado a entender, por exemplo, alguns aspectos relacionados com o sexo, a idade, a origem e os preços das alforrias em diferentes contextos históricos, dentre outras possíveis análises. Destarte, essa vertente de estudo da escravidão, de modo geral, tem demonstrado que diversas variáveis atuavam sobre as manumissões, ou seja, dependendo do contexto em que estavam inseridos, da rentabilidade das atividades econômicas, da oferta de mão de obra, dentre outras variáveis, os escravos tiveram maiores ou menores chances de alcançarem a libertação do cativo.

Desse modo, as nossas análises buscam perceber não apenas as diferenças relativas ao sexo, idade e origem dos alforriados, mas também aos preços pagos pelas alforrias e aos tipos de manumissões que os libertos obtiveram no Brasil durante o século XIX. A fragmentação e o cruzamento dos dados ainda possibilitam saber qual o perfil do escravo que recebia com mais frequência as alforrias gratuitas, condicionadas ou pagas, entre outras possibilidades de inferência. Dessa forma, esperamos contribuir com a produção do conhecimento histórico sobre o comportamento das manumissões no Sul da Bahia e no Brasil como um todo.

Estruturamos a dissertação em duas partes. A primeira foi dividida em dois capítulos. O primeiro oferece um panorama do contexto histórico em que escravos e libertos tratados

outros quatro inventários, todos mencionam a posse de escravos, além de correspondências da Câmara de Ilhéus e da lista de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação.

¹⁷ Sobre o assunto ver, por exemplo, MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.) *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneira, 1977.

nesta pesquisa estavam inseridos e foi dividido em três seções. Na primeira abordamos Salvador e o seu Recôncavo, por esta ser a principal região econômica e escravista da província da Bahia. Salientamos as mudanças na economia açucareira e destacamos alguns aspectos da escravidão, além de ressaltar as articulações entre esta região e outras comarcas existentes na Bahia à época, sem perder de vista as mudanças na produção e no preço do açúcar no mercado internacional.

A segunda seção deste capítulo trata da formação econômica da vila de São Jorge dos Ilhéus dentro do quadro geral da capitania. Analisamos tal processo tentando ressaltar as particularidades dessa vila e a presença histórica da escravização de africanos e seus descendentes. Discutimos as mudanças econômicas que foram engendradas na região, sobretudo a partir do final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, período em que a lavoura comercial se desenvolve e produtos como cacau e o café despontam entre outros elementos da policultura regional.

Alguns aspectos da escravidão e as mudanças econômicas são analisados na última seção do primeiro capítulo. Tomando por base os inventários e os testamentos pesquisados, além das transações comerciais envolvendo escravos e correspondências da Câmara de Ilhéus para o Governo da Província, tentamos compor o contexto histórico e escravista em que os alforriados estavam inseridos.

No segundo capítulo que compõe a primeira parte da dissertação apresentamos os dados da pesquisa sobre as alforrias em Ilhéus. Para efeito de melhor sistematização e análise das informações o dividimos em três seções. Na primeira apresentamos a documentação e algumas características das cartas de alforria. A segunda trata dos manumissores, em que procuramos estabelecer algumas relações entre eles e os tipos de alforrias que registraram. A terceira seção trata especificamente dos alforriados e os tipos de alforrias que obtiveram, cruzamos informações tentando perceber as diferenças relacionadas com o sexo, a idade e a origem. Ademais, apresentamos uma subseção na qual analisamos as relações de parentescos e solidariedade na obtenção de algumas alforrias.

A segunda parte da dissertação é composta por apenas um capítulo (Capítulo III), no qual concentramos esforços no sentido de oferecer ao leitor uma ampla discussão historiográfica acerca das alforrias no Brasil ao longo do século XIX. Acreditamos que esta parte corresponde à principal contribuição da nossa pesquisa, pois possibilita aos estudiosos do tema das manumissões conhecerem o fenômeno e suas variáveis em diferentes momentos

do século XIX, ainda que não tenhamos a pretensão de esgotar as múltiplas possibilidades de investigação que tal campo de estudo oferece.

Fragmentamos a análise em quatro seções, sendo que na primeira apresentamos um breve entendimento sobre a condição escravista do Brasil no contexto das mudanças que foram engendradas nessa instituição no decorrer do século XIX. Procuramos situar a economia e a escravidão brasileira no quadro geral das transformações do Sistema Colonial, ressaltando a desagregação do escravismo em outras partes da América e sua influência no Brasil.

A segunda seção trata dos meios legais utilizados pelos escravos para se libertarem do cativeiro, tanto na Colônia quanto no Império. Esta parte tem por objetivo mostrar que a carta de alforria não era o único instrumento utilizado pelos senhores para libertarem seus escravos. Desse modo, adentramos um pouco na análise dos outros tipos de libertações, explicando que a historiografia avançou no sentido de perceber que as alforrias legadas em testamentos e batismos não necessariamente eram lavradas em cartório de notas, além da existência das ações de liberdades movidas por escravos e senhores, que se digladiavam na justiça pela defesa do direito de liberdade e propriedade, respectivamente.

A terceira seção, *As alforrias em diferentes contextos políticos e socioeconômicos, Brasil no século XIX*, discute o comportamento das manumissões em três momentos específico da referida centúria, a saber: o período de vigência do tráfico externo de africanos (1800-1850); o período que sucede este evento e se estende até a Lei de 1871 e o último período que se inicia a partir daí e vai até a abolição oficial da escravidão, ou seja, 1888.

Embora as balizas dessa seção estejam definidas por leis, vale salientar que não as tomamos como marcos decisório a determinar rupturas na prática social. De fato, a escravidão manteve-se forte até os últimos dias, e sua extinção foi articulada dentro do princípio da manutenção da “ordem” e do respeito à propriedade dos senhores sobre seus cativos. Não obstante, o projeto de emancipação lenta e gradual foi acompanhado pela promulgação de leis que, em certa medida, serviram de referencial tanto para as ações dos escravistas quanto dos escravizados. Desse modo, elas devem ser entendidas como parâmetros a partir dos quais os indivíduos tomavam suas decisões.

Nesse sentido, tentamos perceber como funcionou a prática das alforrias num momento em que a expansão econômica e a oferta de escravos eram vigentes no Brasil (1800-1850). Em seguida buscamos analisar se o fechamento do acesso à mão de obra escrava via tráfico externo incidiu ou teve alguma repercussão na prática das manumissões, sem desprezar

o surgimento das sociedades abolicionistas e dos debates acerca da emancipação dos escravos, que acabaram por resultar na lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como lei do Ventre Livre. A partir de então temos outro contexto a ser analisado, no qual a instituição escravista começa a ser criticada e o movimento abolicionista toma corpo, inclusive financiando a libertação de escravos. Destarte, neste período (1871-1888), temos a intervenção do poder público na mediação das relações entre os senhores e seus cativos, instituindo o fundo de emancipação e exigindo a matrícula obrigatória dos escravos visando com isso um maior controle sobre os proprietários, dentre outras medidas. Portanto, o nosso propósito é avaliar o comportamento das alforrias nesses três momentos específicos.

A última seção do terceiro capítulo, *Sobre o perfil dos alforriados*, pretende suprir algumas lacunas da seção anterior, que não aborda as variáveis relativas aos libertos. Portanto, empreendemos uma análise sobre o perfil dos alforriados segundo o sexo, a origem e a idade. Ao fragmentá-los nestas categorias esperamos explicar melhor a relação entre essas variáveis e os tipos de manumissões que cada uma delas alcançava em diferentes contextos políticos e socioeconômicos.

Dessa forma, estudando uma realidade em particular, ou seja, as alforrias em Ilhéus, entre 1810-1850, pretendemos explicar, a partir da análise bibliográfica, as particularidades do fenômeno das manumissões no Brasil durante o século XIX. Esperamos que a leitura desta dissertação possa contribuir com o entendimento sobre o processo de libertação do cativo na vila de Ilhéus e no Brasil com um todo, e inserir o estudo no quadro geral das pesquisas sobre as alforrias dos escravos.

PARTE I

CAPÍTULO I

A PROVÍNCIA DA BAHIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

1.1 Mudanças econômicas e escravidão na Província da Bahia

O século XIX foi marcado por mudanças significativas que repercutiram em diversas partes do mundo. Essas mudanças foram impulsionadas pelas Revoluções Burguesas e o advento das ideias do liberalismo econômico, que apesar da severa fiscalização da metrópole, atravessaram o Oceano Atlântico alcançando diversas colônias americanas, influenciando, inclusive, uma série de movimentos revolucionários no continente.¹⁸

Esse processo foi engendrado no último quartel do século XVIII com o desenvolvimento da industrialização europeia. O crescimento da produção industrial, acompanhado pelo aumento populacional e a intensificação da circulação de mercadorias dinamizou o comércio no Atlântico, o que repercutiu nas relações comerciais entre as metrópoles e suas colônias. Essas transformações, por sua vez, resultaram na crise do Sistema Colonial. Segundo Emília Viotti da Costa,

Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional apareceriam então como obstáculos aos grupos interessados na produção em grande escala e na generalização e intensificação das relações comerciais. O extraordinário aumento da produção proporcionada pela mecanização era pouco compatível com a persistência de mercados fechados e de áreas enclausuradas pelos monopólios e privilégios.¹⁹

Na esteira dos acontecimentos que, paulatinamente, minaram o Sistema Colonial, a abertura dos mercados coloniais concorreu para o fortalecimento e a consolidação da economia capitalista no Ocidente. Não obstante, as raízes deste sistema repousam em uma

¹⁸ Sobre as revoluções burguesas ver, por exemplo, Hobsbawn, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Sobre liberalismo e escravidão no Brasil ver, por exemplo, BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, especialmente o capítulo 7 (A escravidão entre dois liberalismos). Sobre a presença das ideias francesas na sedição baiana ver, por exemplo, MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.

¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2007. p. 22. Sobre a crise do sistema colonial ver, por exemplo, NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.

complexa rede de comércio, que envolveu a mercadoria humana, produtos industrializados e matérias-primas produzidas tanto pelo braço escravo, quanto por trabalhadores livres.

Na América portuguesa, a primeira metade do Oitocentos foi marcada não apenas por mudanças na ordem política, mas, sobretudo, por alterações na economia, que influenciaram profundamente a ordem social e institucional, marcando assim o futuro do país que estava se formando. A chegada da Família Real e a posterior quebra do exclusivismo colonial colocaram a colônia em contato com outras nações europeias, as quais passaram a estabelecer relações comerciais diretas com o Brasil. A presença da corte portuguesa na colônia também foi responsável por várias mudanças institucionais, como o estabelecimento de serviços públicos, de escolas superiores, de imprensa, de banco emissor e de outros instrumentos de desenvolvimento que influíram nas condições gerais da colônia, sendo que posteriormente ela foi elevada à categoria de Reino Unido, para em 1822 proclamar a sua emancipação política.

Vale salientar que este quadro é acompanhado pela expansão do mercado interno, pelo desenvolvimento crescente da produção agrícola e pela incorporação de novas áreas aos circuitos comerciais. Desse modo, consideramos que havia uma dinâmica interna que, em certa medida, respondia à demanda crescente das economias capitalistas centrais.

A Bahia, como parte integrante de todo esse processo, sofreu profundas mudanças durante o século XIX. A economia açucareira ganhou novo fôlego, especialmente após a revolta escrava em Saint Domingue em 1791, colônia francesa nas Antilhas e maior produtora de açúcar e café na década de 1780. Esse acontecimento, que acabou por tornar-se uma guerra pela independência e contra a escravidão, destruiu a economia da colônia, eliminando-a do mercado exportador desses produtos. Com isso, uma imensa demanda por açúcar esperava para ser suprida. A Bahia, uma tradicional área de *plantation* açucareira, ampliou o número de unidades produtoras do artigo, sendo que entre 1817 e 1828 foram instalados 110 novos engenhos e na década seguinte entraram em operação mais 220 unidades, demonstrando uma tendência expansionista.²⁰

Os senhores de engenho, por sua vez, procuraram aumentar a eficiência das unidades produtoras de açúcar por meio de inovações técnicas, “a adoção da energia a vapor na moagem da cana, a instalação de moendas horizontais e os aperfeiçoamentos nos projetos de fornalhas definiram a extensão da mudança tecnológica na indústria açucareira baiana entre

²⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 345-346.

1780 e 1860”.²¹ Desse modo, como destacou Bert J. Barickman, o comércio exportador de açúcar, apesar de quedas ocasionais, permaneceu forte na primeira metade do século XIX, sendo que as exportações feitas a partir do porto de Salvador (que incluíam o açúcar dos engenhos sergipanos) passaram de 500 mil arrobas anuais em 1789 para, aproximadamente, 4 milhões em torno de 1850.²²

No setor de transportes, terrestres e marítimos, também ocorria inovações. Abriam-se ferrovias e estradas para o interior ligando os centros produtores de Salvador, além de interligar diversas partes da Província e esta com as Províncias do Norte e do Sul do país. A Companhia de Navegação Baiana, por exemplo, ao utilizar navios a vapor, introduziu um toque de modernidade nas velhas rotas marítimas, outrora exploradas a remo ou à vela.²³ Segundo Thales Olímpio Góes de Azevedo,

A província mantinha 3 navios a vapor em linhas para os portos do Recôncavo e no litoral entre Recife e Caravelas. Perto de vinte trapiches, alguns providos de prensas para enfardamento, serviam para o despacho e armazenamento das variadas mercadorias exportadas ou importadas da Inglaterra, França, Portugal, cidades hanseáticas, estados do Rio do Prata, Estados Unidos, África, e das províncias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e outras.²⁴

A cidade de Salvador e o seu Recôncavo eram o polo aglutinador de todas essas transformações e as comarcas que compunham a província, de certa forma, também experimentavam crescimento econômico. Mônica Duarte Dantas, por exemplo, percebeu a efetiva participação do sertão, Comarca de Itapicuru, norte da Bahia, nas redes comerciais que irradiavam Salvador, tanto por meio do movimento do gado pelas vias locais de ligação com o mercado da capital e seu Recôncavo como pelo próprio crescimento das atividades produtivas

²¹ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 289.

²² *Ibid.*, p. 72-73.

²³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 73-74. A Companhia foi criada em 1º de março de 1836 mediante resolução Provincial nº 22, que concedeu a João Diogo Sturtz o privilégio de exclusividade para a constituição de uma empresa que oferecesse serviço regular de navegação a vapor. SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à História dos Transportes no Brasil: A Companhia Baiana de Navegação a vapor (1839-1894)*. Tese (Doutorado em História Econômica) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006. p. 67. Sobre a implantação das ferrovias na Bahia ver, por exemplo, SOUZA, Robério Santos. *Uma estrada de ferro da Bahia ao Rio São Francisco: controle político, integração e economia regional (séculos XIX-XX)*. In: FILHO, Alcides Goularti Filho e QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Org.). *Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil*. Dourados: UFGD, 2011. p. 181-236.

²⁴ AZEVEDO, Thales O. G. de. A economia baiana em torno de 1850. *Revista Planejamento na Bahia*. Salvador, v. 5, n. 4, p. 7-18, out./dez., 1977. p. 10.

do sertão, que, no início do século XIX, contava com alguns engenhos com produção destinada à exportação.²⁵ A comarca de Rio de Contas, no sudoeste da província, abrangia as vilas e termos de Rio de Contas, Macaúbas e Caetité, e sua sede distava 94 léguas de Salvador. O seu desenvolvimento econômico expandiu-se a partir da exploração aurífera, no decorrer do século XVIII. Todavia, ao longo do século XIX o garimpo foi diminuindo em função do declínio do ouro aluvionário na região, sendo que a pecuária, a plantação de algodão e a produção de alimentos como mandioca, cana de açúcar, milho, feijão e outros produtos de subsistência e abastecimento dos mercados vicinais, assumem o lugar de principais atividades econômicas.²⁶

No Sul da Bahia, mais precisamente na comarca de Ilhéus, o cacau e o café despontavam como principais produtos cultivados. Todavia, embora crescendo em importância de modo mais ou menos constante, nenhum dos dois figurava ainda como item fundamental na pauta de exportações da província na década de 1850.²⁷ No entanto, tal região desempenhava papel estratégico na produção de farinha de mandioca destinada a abastecer Salvador, bem como as tropas e as frotas que passavam por lá.²⁸ Segundo Bert J. Barickman, no final do período colonial, a farinha chegava a Salvador de quatro áreas principais:

[...] de Sergipe, que, além de farinha e milho, remetia também o açúcar produzido por seus mais de cem engenhos; da pouco povoada comarca de Porto Seguro, no extremo Sul da Bahia; das vilas litorâneas da comarca de Ilhéus, logo ao Sul do recôncavo; e das vilas do sul do recôncavo, Maragogipe e Jaguaribe (incluindo a freguesia de Nazaré das farinhas).²⁹

A comarca de Feira de Santana, por sua vez, ponto de chegada de gados vindos do sertão do rio São Francisco e de outras partes da província, tinha a pecuária como uma das principais atividades econômicas e fornecia carne verde para o abastecimento da capital

²⁵ DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do Século XIX: (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007. p. 42 e 49.

²⁶ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/ UFBA, Salvador, 2006. p. 23.

²⁷ BARICKMAN, op. cit., p. 58.

²⁸ DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007, p. 59.

²⁹ BARICKMAN, op. cit., p. 132.

baiana e do Recôncavo, onde a demanda por alimentos, sobretudo na primeira metade do Oitocentos, era crescente.³⁰

A Figura 1 apresenta o mapa da província da Bahia em meados do século XIX e permite a visualização das aludidas localidades. Vale salientar que a província de Sergipe, outrora pertencente à Bahia, já havia sido emancipada em meados da primeira metade desta centúria.

Figura 1 - Mapa da Província da Bahia em meados do século XIX

Fonte: BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 37.

Nesse sentido, a Província da Bahia, desde o final do século XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX, vinha expandindo suas fronteiras agrícolas com a implementação de novos produtos. Não obstante, a tentativa de diversificação não atingiu patamar considerável entre os artigos exportados nesse período, isso é, o açúcar e o fumo

³⁰ Ver, por exemplo, LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX. (1830-1873)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2009.

praticamente dominavam a pauta das exportações, sendo que raramente eles geravam menos de dois terços de todas as receitas e o açúcar contribuía com cerca de 50%.³¹

Esse crescimento econômico, por sua vez, foi acompanhado pelo aumento da população, tanto de homens livres quanto de escravos. Em 1819, a população cativa total da Bahia era de aproximadamente 147 mil indivíduos, ou seja, cerca de 31% dos 500 mil habitantes da capitania, sendo que perto da metade dos 50 mil que compunham a população de Salvador eram cativos.³² Com base num recenseamento feito em 1816-1817, Stuart B. Schwartz percebeu que nas paróquias do Recôncavo havia poucos engenhos com plantéis muito grandes, apenas 17,5% dos proprietários possuíam entre 100 e 149 cativos, sendo que o tamanho mais comum era entre 60 e 100 escravos.³³ Os lavradores de cana, por sua vez, detinham, em 1817, cerca de um terço de todos os cativos diretamente empregados na agricultura açucareira, sendo que, aproximadamente, 24% deles detinham menos de cinco cativos e cerca de 57% possuíam menos de dez trabalhadores.³⁴ Não obstante, os senhores de engenho e os lavradores de cana não monopolizavam a posse de escravos no Recôncavo.

Os distritos fumageiros e produtores de mandioca do Oeste e do Sul desse território, por exemplo, também empregavam escravos em suas plantações, ainda que em proporções diferentes. Em geral, uma grande plantação de fumo no início do século XIX poderia possuir 25 escravos, porém muitas delas contavam com apenas dois ou três cativos.³⁵ Com relação aos lavradores de mandioca, donos de suas próprias roças, a posse média era de pouco mais de cinco cativos por plantel.³⁶

A população escrava da cidade de Salvador e do Recôncavo, por sua vez, era caracterizada por alta densidade africana, principalmente por ser o ponto de entrada do tráfico de escravos, de onde eram distribuídos para zona rural. Ao analisar o papel da etnia na escravidão urbana dessa cidade, Mieko Nishida salientou que, “ [...] enquanto perdurou o vultuoso afluxo da “carga humana” trazida da África, a maioria da população cativa de Salvador continuou a ser de origem africana”.³⁷

A despeito do volume de africanos desembarcados na capital baiana durante a primeira metade do século XIX, a Tabela 1.1 apresenta os dados correspondentes dessa localidade, o

³¹ BARICKMAN, op. cit., p. 55.

³² SCHWARTZ, op. cit., p. 352.

³³ Ibid., p. 364.

³⁴ Ibid., p. 366.

³⁵ Ibid., p. 362 e BARICKMAN, op. cit., p. 291.

³⁶ Ibid., p. 363. Barickman estimou que o típico lavrador de mandioca possuía de dois a oito cativos. BARICKMAN, op. cit., p. 248.

³⁷ NISHIDA, Mieko. As alforrias e papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP. v. 23, n. 2, p. 227-265, maio/ago. 1993. p. 231.

que nos possibilita fazer algumas inferências sobre a relação existente entre o crescimento econômico e a demanda de cativos. Não obstante, optamos por inserir as informações relativas ao Brasil como um todo, o que permite saber a parcela de participação da Bahia no infame comércio, além de oferecer uma visão mais ampla do processo.

Tabela 1.1 – Africanos desembarcados nos Portos da Bahia e do Brasil, 1801-1850

Período	Bahia	Brasil	% da Bahia em relação ao Brasil
1801-1805	46.555	158.999	29,2
1806-1810	55.378	182.149	30,4
1811-1815	56.561	213.968	26,4
1816-1820	58.776	237.110	24,7
1821-1825	38.998	220.535	17,6
1826-1830	58.928	303.766	19,4
1831-1835	16.700	83.326	20,0
1836-1840	17.433	254.856	6,8
1841-1845	19.296	135.468	14,2
1846-1850	45.725	264.547	17,2
Total	414.350	2.054.724	20,1

Fonte: Voyage Slavery. Disponível em <<http://www.slavevoyages.org>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

Conforme a Tabela 1.1, percebemos que o tráfico negreiro operou em níveis adequados para suprir as demandas criadas pela expansão econômica da Bahia. Os maiores desembarques de africanos ocorreram justamente no período de arranque da economia açucareira, ou seja, nas primeiras três décadas do século XIX. A partir dali, no entanto, o volume de desembarque nunca ultrapassou as cifras registradas nos quinquênios anteriores.

De modo diferente aconteceu no Brasil como um todo. Além de quase dobrar a importação de africanos entre o primeiro (1801-1805) e o sexto (1826-1830) quinquênios do século XIX, muito longe do ocorrido na Bahia, após 1831-1835, período de restrições e ameaças da marinha britânica, o Brasil manteve o volume de importações a níveis elevados. Ademais, a participação da Bahia no quadro geral do comércio da mercadoria humana tendeu à diminuição, sobretudo a partir da década de 1830. Além do crescimento econômico da região sudeste do país, que detinha parcela maior na participação do referido comércio, quais as explicações possíveis para a queda nas importações de africanos na Bahia a partir do terceiro decênio do século XIX?

A estagnação da economia exportadora foi o principal fator que reduziu a procura por escravos na Bahia. A situação econômica da província começa a ser modificada a partir da

década de 1830, principalmente em virtude da expansão da produção açucareira em outros lugares da América, especialmente em Cuba, e pelo declínio lento, embora constante, dos preços de tal produto no mercado internacional.³⁸ Aliado a esses fatores, os vários anos de secas, entremeados com invernos excessivamente chuvosos, acabaram por prejudicar as safras de cana de açúcar nessa década que, em certa medida, ficaram aquém das expectativas de alguns senhores de engenho baiano. Além disso, o aparelhamento bancário em operação na praça era insuficiente, além de inadequado, o que dificultava o acesso ao crédito.³⁹

Desse modo, o arrefecimento da economia baiana torna-se acentuado e a situação fica mais aguda a partir da proibição oficial do tráfico transatlântico de escravos, em 1850. Uma sociedade secularmente apoiada sobre o regime escravista de produção não poderia deixar de sentir os efeitos dessa ação. O fumo, por exemplo, apresentava queda vertical em sua produção, tendo em vista que boa parte da safra em fumo negro (rolo), era destinada ao pagamento pelos escravos na África. Os senhores de engenho, por sua vez, dispunham de recursos financeiros limitados e não podiam contar com um sistema bancário adequado, assim, tinham poucas fontes de capital para investirem na modernização da produção de açúcar. Na década de 1860, por exemplo, enquanto Cuba tinha 64 engenhos totalmente mecanizados, a Bahia possuía apenas dois.⁴⁰

Nesse sentido, além da redução do preço do açúcar no mercado internacional e da concorrência com a produção cubana, a economia açucareira baiana também enfrentava certa retração do seu principal produto na Europa que, entre outros fatores, passou a produzir e a proteger o açúcar de beterraba.⁴¹ Dessa forma, muitos senhores de engenho, devido à escassez de recursos, vendiam seus escravos ao centro Sul do país. Ademais, a partir da segunda metade do Oitocentos, a Bahia passa a vivenciar crises em sua balança comercial. Em 1856, por exemplo, as importações eram de 18 mil contos de réis contra uma exportação de 14.758 contos, em 1857 as primeiras iriam à cifra astronômica de 28 mil, enquanto as últimas não atingiram os 20 mil.⁴² Essa sangria na economia e nas finanças da província, como bem afirmou Thales O. G. de Azevedo, traduzia-se num encarecimento espantoso do custo de vida.⁴³ O abastecimento irregular dos produtos de consumo básico, como a carne e a farinha

³⁸ Os preços em Londres, por exemplo, caíram de seu pico máximo de 95 xelins o quintal em 1814, para menos de 40 xelins em meados da década de 1830. BARICKMAN, op. cit., p. 77.

³⁹ AZEVEDO, op. cit., p. 15.

⁴⁰ BARICKMAN, op. cit., p. 289.

⁴¹ ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista Planejamento na Bahia*. Salvador, v.5, n. 4, p. 19-54, out./dez., 1977. p. 31.

⁴² AZEVEDO, op. cit., p. 15.

⁴³ Ibid.

de mandioca, por exemplo, junto com a elevação de seus preços, aterrorizavam a população pobre de Salvador, que se amotinara contra as medidas intervencionistas do governo, que a todo momento tentava controlar a comercialização desses produtos.⁴⁴

Diante desse contexto, agravado ainda mais pela epidemia de cólera *morbis* em 1855 e as prolongadas secas ocorridas entre 1857-1861, o governo provincial, que já vinha direcionando suas atenções para as terras do Sul da Bahia, principalmente pelo incentivo à colonização, mesmo que de forma amistosa em um primeiro momento, começa a depositar suas esperanças de recuperação econômica no desenvolvimento daquele território.

Ao longo das seis primeiras décadas do século XIX o cultivo do cacau cresceu muito na parte Sul da província. Em torno de 1870, ele emergiu como o artigo mais importante da região e, em 1890, assumiu o lugar de principal produto de exportação do Estado da Bahia.⁴⁵ Contudo, o resultado deste processo, como bem afirmou Rômulo Barreto de Almeida, é que o Estado lançou mão avidamente das receitas do cacau para cobrir as aperturas crônicas de um orçamento sobrecarregado.⁴⁶

O trabalho escravo e a sua importância para o desenvolvimento econômico do Sul da Bahia, no entanto, ainda é objeto de estudo de poucos pesquisadores.⁴⁷ Como salientamos na introdução deste trabalho, a historiografia sobre a escravidão na Bahia tem privilegiado Salvador e o seu Recôncavo, seus temas e problemas, sendo que poucos historiadores voltaram atenção para o estudo da escravidão na parte Sul da província. Dessa forma, por este território ser o foco do nosso estudo, convidamos o leitor a conhecer um pouco sobre a sua História.

1.2 A vila de São Jorge dos Ilhéus e seu termo: formação econômica e escravidão

A capitania de São Jorge dos Ilhéus foi doada por D. João III a Jorge de Figueredo Correa, fidalgo da casa real, por carta régia de 26 de junho de 1534. Limitava-se ao norte com a capitania da Bahia (rio Jequiriçá) e ao Sul com a capitania de Porto Seguro (rio Grande ou

⁴⁴ Sobre os problemas no abastecimento de carne em Salvador ver, por exemplo, LOPES, op. cit. Com relação ao fornecimento de farinha de mandioca para a capital da província ver, por exemplo, BARICKMAN, op. cit. (Cap. 2 – A farinha de mandioca – “o pão da terra” – e seu mercado); sobre os motins por conta da carestia dos preços dos alimentos em Salvador ver, por exemplo, REIS, João J.; AGUIAR, Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História*, São Paulo (USP), n. 135, p. 133-161, 1996.

⁴⁵ MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Tradução Ana Cláudia Cruz da Silva. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: Editus, v. 10, n. 18, p. 737-793, 2009. p. 740.

⁴⁶ ALMEIDA, op. cit., p. 35.

⁴⁷ A respeito dos principais trabalhos sobre escravidão no Sul da Bahia, ver nota 12.

Jequitinhonha).⁴⁸ Ao longo de todo o período colonial essa capitania teve apenas uma sede, que foi a vila de São Jorge dos Ilhéus.⁴⁹ Assim, essa vila reunia o principal corpo político e administrativo, de onde partiam as deliberações governamentais, além de manter contato direto com o Reino e com a África.⁵⁰ No plano econômico, tanto a vila de Ilhéus quanto as outras que compunham o território da capitania, não consolidaram uma economia agroexportadora. A agricultura mercantil e de subsistência, com destaque para a produção de farinha de mandioca e a extração de madeiras de lei, foram as principais atividades econômicas desenvolvidas na região.⁵¹

O processo de colonização dessa parte da América portuguesa foi demasiadamente lento e os diferentes povos indígenas permaneceram compondo o maior contingente da população do território, pelo menos até a primeira metade do século XIX. A resistência oferecida por esses povos, sobretudo os aimorés, aliada com as dificuldades econômicas dos donatários, a carência de capitais para a aquisição de escravos, bem como as invasões estrangeiras e as doenças, são os principais fatores apontados pela historiografia como óbice aos projetos de conquista e de colonização.⁵² Nesta ótica, as dificuldades de desenvolvimento e expansão da economia exportadora resultaram no isolamento da capitania dos circuitos comerciais, realidade que só foi superada a partir do último quartel do século XIX, com a ampliação e a consolidação da lavoura cacaueteira.

A premissa do isolamento e da atrofia econômica desse espaço, no entanto, vem sendo questionada. O historiador Marcelo Henrique Dias, por exemplo, destacou que a própria administração colonial obrigou as vilas do Sul da Bahia a produzirem alimentos para abastecer Salvador, como salienta o autor,

[...] a necessidade de manter um polo produtor de alimentos próximo às zonas agro-exportadoras de forte concentração populacional, além das tropas e das frotas que se abasteciam por Salvador, levou a administração colonial a tomar uma série de medidas no intuito de evitar a expansão dos engenhos e

⁴⁸ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª ed. Ilhéus: Editus, 2006. p. 23-24.

⁴⁹ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) - ICHF/ UFF, Niterói, 2007. p. 361.

⁵⁰ Segundo João Silva Campos, a sede da capitania mantinha relações comerciais diretas com os portos africanos. CAMPOS, op. cit., p. 170.

⁵¹ Sobre a extração de madeiras em Ilhéus ver, por exemplo, DIAS, Marcelo Henrique. As feitorias de Madeira e a Ocupação Territorial da Antiga Capitania de Ilhéus. *Especiaria – Revista da UESC* - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ano 6, n. 11/12, p. 145-178, jan./dez., 2003.

⁵² CAMPOS, op. cit.; GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. *Mecanismos de Formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFBA, Salvador, 1977. FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus 1534 – 1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

das lavouras de tabaco na capitania de Ilhéus, ao mesmo tempo em que orientava os colonos, inclusive com medidas radicalmente opressivas, para a produção da mandioca – o pão da terra – e de outros gêneros alimentícios.⁵³

Desse modo, as vilas situadas no território da antiga capitania, conforme salientado, desempenharam um papel estratégico dentro do funcionamento da economia colonial. A sua importância residia justamente no fato de que elas poderiam garantir certa regularidade no fornecimento de alimentos para o mercado interno, evitando assim as crises de abastecimento que, conforme Stuart B. Schwartz, desde meados do século XVII passaram a preocupar os governadores da província baiana.⁵⁴

A farinha de mandioca, por sua vez, não só era o principal componente da dieta alimentar dos habitantes da colônia, como também servia aos comerciantes do tráfico negreiro, que carregavam suas embarcações com o produto para alimentar os escravos na viagem de volta da África. Não obstante, a mandioca não foi o único produto cultivado nas terras dessa capitania. Nos primeiros séculos da colonização alguns engenhos foram erguidos em Ilhéus, bem como na Bahia e na capitania de Porto Seguro, como demonstra a Tabela 1.2.

**Tabela 1.2 - Números de engenhos em algumas capitanias.
América portuguesa, 1570-1629**

	1570	1583	1589	1612	1629
Ilhéus	8	3	6	5	4
Porto Seguro	5	1	5	1	0
Bahia	18	36	50	50	80

Fonte: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 19.

Os primeiros esforços de desenvolvimento da economia açucareira em Ilhéus, bem como em Porto Seguro, não obtiveram sucesso, dado confirmado pela redução do número de engenhos nos anos assinalados. Resultado diferente foi alcançado pela capitania da Bahia, com o aumento da quantidade de unidades produtoras de açúcar, que transformou Salvador e o seu Recôncavo em uma das mais importantes economias produtoras e exportadoras do produto da América portuguesa.

⁵³ DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS; CARRARA, op. cit., p. 59.

⁵⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Camponeses e escravidão: alimentando o Brasil no fim do período colonial. In: _____. *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Alges, Portugal: DIFEL, 2003. p. 130.

A exceção do engenho Santana, situado no território da vila de Ilhéus, porém atípico naquele contexto, os empreendimentos açucareiros na capitania de Ilhéus e Porto Seguro não prosperaram. Talvez por isso, a maior parte dos estudos referentes ao período colonial desse espaço reforçou a ideia do marasmo econômico da região. Não obstante, Angelo Alves Carrara, revisando as justificativas arroladas pela historiografia, procura demonstrar que o caso de Ilhéus não era uma anomalia, pois outras capitanias hereditárias passaram por processos semelhantes. Ao analisar o montante de recursos destinados pela Fazenda Real às despesas das capitanias e os tratados e descrições de época, Carrara percebeu certa relação entre os gastos da Coroa com a manutenção da “gente de guerra” e o crescimento econômico de certas áreas. Acrescenta às suas análises o fato das melhores terras disponíveis na capitania de Ilhéus estarem imobilizadas nas mãos da Companhia de Jesus, em suas palavras,

[...] esta última hipótese parece ganhar ainda mais força, quando associada aos reduzidos montantes despendidos pela Real Fazenda em Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Por que a Coroa investiria em capitanias de donatários cuja maior parte do solo se achava em mãos dos jesuítas?⁵⁵

A condição de capitania privada, conforme os argumentos de Carrara, onde o braço real não exerceu tanta força nos investimentos, parece ter influenciado de forma mais incisiva o desenvolvimento de Ilhéus. De fato, a iniciativa para colonizar a capitania teve por base a concessão de sesmarias ao Colégio da Companhia de Jesus e a fidalgos da casa real. Desse modo, a estruturação de aldeamentos indígenas pelos jesuítas foi uma das formas de organização do trabalho que prevaleceu por mais tempo no território da capitania.⁵⁶ Os missionários fizeram-se presentes na condição de donos de terras, produtores e controladores do maior contingente de mão de obra disponível naquela parte da costa, ou seja, os índios aldeados.⁵⁷

Dessa forma, o emprego da força de trabalho indígena, ao que parece, prevaleceu durante os primeiros séculos da colonização. No entanto, a intensificação da exploração e a

⁵⁵ CARRARA, Angelo Alves. Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, século XVI-XVIII. In: DIAS; CARRARA, op. cit., p. 44.

⁵⁶ Segundo Marcelo Henrique Dias, papel importante para a fixação do indígena a terra nessa região exerceu a Aldeia de Nossa Senhora da Escada de Olivença, a três léguas ao sul da vila de São Jorge, cuja igreja fora concluída no tempo dos Jesuítas no ano de 1700. Ao findar o século XVIII, denominada Nova Olivença desde 1758 por provisão do Conselho Ultramarino, a aldeia contava com 454 índios. DIAS, 2003, op. cit., p. 175. Para um estudo específico sobre este aldeamento, ver, por exemplo, MARCIS, Teresinha. *A “hecatombe de Olivença”*: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2004.

⁵⁷ DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, Madeiras e Cabotagem*: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. Ilhéus, Editus, 2011. p. 27.

escravização desses povos geraram conflitos entre eles e os colonizadores, ávidos pela obtenção de lucro imediato. O resultado, “segundo consta na maioria das obras publicadas a partir do século XVI, foi a destruição parcial da vila e dos engenhos que havia nas proximidades.”⁵⁸

Todavia, o malogro dos engenhos não significou a estagnação e a falência absoluta da capitania. Outras atividades econômicas foram desenvolvidas, não apenas nos aldeamentos, mas também por colonos e outros lavradores. Estas se relacionavam com a agricultura mercantil e de subsistência, bem como a extração de madeiras de lei e o plantio de outros vegetais. O cultivo de arroz, por exemplo, já era praticado em Ilhéus por volta da década de 1730.⁵⁹

Neste contexto, a escravização dos indígenas não foi a única forma de trabalho compulsório utilizada em Ilhéus ao longo do período colonial. A transição para a força de trabalho africana foi efetuada nas primeiras duas décadas do século XVII, sendo que nos inventários dos proprietários dos engenhos Sergipe do Conde e Santana alguns africanos aparecem exercendo funções especializadas.⁶⁰ Ademais, a criação do posto de “capitão-mor das entradas dos mocambos e negros fugidos” na vila de Ilhéus, por volta de 1696, é indicativo de que havia quilombo na área.⁶¹

Avaliar a participação dos africanos na população cativa da capitania de Ilhéus, ao longo do período colonial, não constitui nosso objetivo neste estudo, sobretudo por suas limitações e carência de fontes censitárias, bem como de pesquisas sistemáticas sobre a instituição escravista nessa região. Todavia, seguindo pistas de alguns historiadores, é possível perceber que, embora os engenhos não tenham prosperado e Ilhéus não tenha se transformado em uma área típica de *plantation*, os africanos estiveram presentes naquela sociedade, foram igualmente escravizados, portanto a sua força de trabalho contribuiu para o desenvolvimento econômico da capitania, mesmo antes da consolidação da lavoura cacaueira. Em 1724, por exemplo, do total de 1.831 indivíduos constantes em Ilhéus, 893 (48,7%) eram escravos.⁶²

Esses cativos (893), certamente não eram indígenas, ao menos na sua totalidade. O estudo de Fernanda Amorim da Silva, dentre outros, constatou a presença de escravos,

⁵⁸ FREITAS; PARAÍSO, op. cit., p. 17

⁵⁹ SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 126

⁶⁰ Segundo Stuart B. Schwartz os primeiros cativos negros vieram para o Brasil como criados particulares e não para lavrar os campos. SCHWARTZ, op. cit., p. 68.

⁶¹ REIS, João José. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, J.J.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. Cia das Letras, 1996. p. 339.

⁶² SCHWARTZ, op. cit., p. 87.

crioulos e africanos, na vila de São Jorge dos Ilhéus em meados do século XVIII. A autora pesquisou os Livros de Notas do cartório de Ilhéus correspondentes ao período de 1710 a 1758, dando atenção especial aos registros de cartas de alforria. Entre as 44 cartas estudadas, cinco trazem a descrição do escravo como sendo da Costa da Mina e sete vindos da Guiné.⁶³ Além disso, diversos registros de dote eram feitos trazendo escravos como doação, o que levou a pesquisadora à seguinte observação,

[...] as escrituras de venda de escravos, as procurações e cartas de alforria nos revelam Ilhéus no século XVIII como uma vila que abrigava uma sociedade patriarcal, tradicionalmente escravista, cuja diferença do que se espera de uma sociedade colonial brasileira está em que sua produção não se caracterizou como agro-exportadora.⁶⁴

As procurações contidas em tais livros de notas foram estudadas por Neila Oliveira da Silva. A pesquisadora notou que esta documentação contém registros de aluguel de escravos. No entanto, sua ênfase recai sobre as procurações, e ela encontra dois crioulos forros com procuradores em Ilhéus. O primeiro, Antonio de Barros, morador no Rio Poxy, termo da vila de Ilhéus, possuía, em 1730, três procuradores na vila de São Jorge, três no Rio Poxy, um em Camamu e um na Cidade da Bahia. O segundo, Manoel Francisco Fernandes, morador na vila de São José do Rio de Contas, possuía um procurador na vila de São Jorge, com poderes para vender uma sorte de terras que lhe pertencia nesta vila.⁶⁵ O Engenho Santana, por sua vez, propriedade do Colégio dos Jesuítas de Santo Antônio de Lisboa, possuía 178 cativos em 1731.⁶⁶

Desse modo, percebemos que a escravidão, embora intimamente ligada ao comércio exportador, também era parte essencial de outros setores da economia baiana. Embora não tenhamos fontes para quantificar, presumimos que no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a importância dos africanos e de seus descendentes entre a população cativa de Ilhéus cresceu e certamente eles compartilharam com os indígenas a experiência do cativeiro, das fugas, das revoltas e de outras estratégias de sobrevivência e resistência. O preto Manoel, por exemplo, escravo do engenho Santana, que havia fugido antes da década de 1750, foi encontrado vivendo entre os índios, falando a língua dos guerens e mantendo com eles bom

⁶³ SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a Liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710 - 1758). In: DIAS; CARRARA, op. cit., p. 153.

⁶⁴ Ibid., p. 132.

⁶⁵ SILVA, Neila Oliveira da. A elite local na vila de São Jorge dos Ilhéus, século XVIII. In: DIAS; CARRARA, op. cit., p. 177.

⁶⁶ SCHWARTZ, op. cit., p. 322.

relacionamento.⁶⁷ Ressaltamos, no entanto, sobre o risco de tentar “romantizar” essas relações, pois elas também foram marcadas por conflitos. Vale lembrar que o recurso de usar índios contra quilombolas foi muito comum em várias regiões do Brasil escravista, como aconteceu em 1806 na repressão ao quilombo do Oitizeiro, localizado no território da comarca de Ilhéus.⁶⁸

Em 1761, como parte das reformas da Corte portuguesa, encabeçadas pelo seu primeiro ministro, o Marques de Pombal, a capitania hereditária deixou de existir e foi incorporada à Capitania Real da Bahia. O mesmo ano marca a criação da Comarca de Ilhéus, que manteve idênticos limites territoriais da antiga capitania e era composta por várias vilas.

As vilas localizadas na parte norte da comarca, como Camamú, Valença e Cairu, por exemplo, tiveram um desenvolvimento econômico mais aguçado, sobretudo pela maior proximidade com a Praça de Salvador. Nessas vilas, a ocupação ocorreu de forma mais intensa e contínua, sendo mais atuante a ação dos jesuítas, construindo aldeamentos, derrubando matas e extraíndo madeiras nobres, além de cobrar foros dos colonos que se instalavam nas terras pertencentes às suas sesmarias, a principal delas conhecida como fundo das doze léguas, doada a eles ainda no tempo de Mem de Sá.⁶⁹ Quando da expulsão desses missionários da capitania, em 1760, eles possuíam duas fazendas nesse território, uma com duzentos e outra com cinquenta escravos.⁷⁰ Outro fator que contribuiu com o fenômeno foi a instalação da fortaleza do morro de São Paulo próximo a essas vilas que, de certa forma, garantia a presença de uma fiscalização, e inclusive obrigava os colonos a abastecerem com alimentos os soldados que passavam pela guarnição.⁷¹

Segundo informação de João da Silva Campos, quando da destruição de Lisboa por ação de terremoto, em 1756, foi pedido aos vassalos auxílio pecuniário para reconstrução da Corte, sendo que a Bahia devia contribuir com três milhões de cruzados, pagos em trinta anos à razão de cem mil cruzados por ano, distribuindo-se a finta pela capital e por suas diferentes vilas, sendo que,

A Camamu e seu termo coube a anuidade de 400\$000; a Cairu, 166\$000; a São Jorge dos Ilhéus, 163\$000; Boipeba pagaria 50\$333, e Barra do Rio de

⁶⁷ DIAS, 2007, op. cit. p. 381.

⁶⁸ Embora os cariris utilizados nesta expedição fossem da fronteira sudoeste do Recôncavo, o autor aponta que havia na região índios dispostos a perseguir escravos fugidos. REIS, op. cit., p. 342-343.

⁶⁹ Na prática, esta sesmaria se estendia da Ilha de Boipeba até o rio Itacaré, pouco ao sul do rio de Contas. DIAS, op. cit., p. 189 e 345.

⁷⁰ CAMPOS, op. cit., p. 244.

⁷¹ Ibid., p. 235.

Contas 50\$000. Sob o ponto de vista da potencialidade, Ilhéus ocupava, pois, o terceiro lugar entre as cinco vilas da Capitania.⁷²

O desenvolvimento econômico da vila de Ilhéus foi diferente daquele processado nas referidas vilas. Em Ilhéus, a ocupação foi modesta quando comparada com a parte norte da capitania/comarca. A maior distância do grande centro agroexportador da província, os baixos investimentos e o pouco incentivo a uma colonização mais intensiva por parte da coroa, bem como a resistência oferecida pelos índios aimorés, são alguns dos fatores responsáveis pelo pouco dinamismo econômico daquela parte da província.

Em 1759, a população total da vila e seu termo era de 1.227 habitantes, que ocupavam 173 fogos.⁷³ A maioria dos seus moradores eram lavradores pobres, que viviam de suas roças de arroz, feijão e mandioca, a produção de melado e aguardente se constituía no empreendimento produtivo mais sofisticado no universo agrário local.⁷⁴ O único engenho em funcionamento era o Santana, propriedade dos jesuítas do Colégio de Santo Antão de Lisboa, porém, havia 17 engenhocas de moer cana-de-açúcar para fazer aguardente e melado e algumas serras para preparar pranchas de jacarandá e vinhático.⁷⁵

Quatro décadas depois, em 1799, a vila possuía 280 fogos e uma população de 2.000 almas aproximadamente,⁷⁶ o que representa um crescimento significativo no número de seus habitantes, ou seja, 62,9% no período 1759-1799. No alvorecer do século XIX, a localidade tinha uma produção diversificada e, embora a farinha de mandioca e a exploração de madeiras se destacassem entre as principais atividades econômicas, a pesca, a produção de aguardente e melado, a comercialização de cocos e o cultivo do café e do cacau figuravam como elementos constitutivos da economia local.

O território da vila de Ilhéus e seu termo, objeto foco do nosso estudo, limitava-se ao norte com o rio Tijuípe, pouco acima da Serra Grande, onde se iniciava a freguesia de Barra do Rio de Contas. No Sul, estendia-se até a margem Norte do rio Jequitinhonha, fronteira entre as Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro. O mapa a seguir permite a visualização desse espaço.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid., p. 240.

⁷⁴ DIAS, op. cit., p. 363- 365.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ LISBOA, Baltasar da Silva. Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. In: Anais da Biblioteca Nacional, n. 37, 1915, p. 9. Apud. DIAS, op. cit., p. 366.

Figura 2 - Mapa do Sul da comarca de Ilhéus, 1800

Fonte: DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) - ICH/ UFF, Niterói, 2007. p. 408.

Desde o último quartel do século XVIII, sobretudo após a expulsão dos jesuítas, as terras da comarca de Ilhéus vinham sendo exploradas de forma mais intensiva por particulares. Esse processo resultou na incorporação de novos espaços aos circuitos de produtividade e foi marcado pela intensificação das guerras contra os povos indígenas, estes cada vez mais impelidos para o interior.⁷⁷ Assim ocorre a ampliação das atividades econômicas. O potencial de seu solo, juntamente com a abundância de águas e madeiras, tornava a região uma área apropriada à política de incrementação de novos produtos agrícolas que pudessem atender à crescente demanda do mercado interno. Este parece ser o quadro econômico que, aos poucos, vinha se formando nessa parte da província no início do século XIX.⁷⁸

Os viajantes estrangeiros que percorreram este território relataram as condições socioeconômicas da região. Embora os seus testemunhos estejam enviesados pelas ideias de progresso e civilização vigentes na Europa, e tenham descrito Ilhéus como um lugar pobre, decadente e abandonado, a leitura atenta desses relatos permite perceber alguns aspectos da região que apontam, em certa medida, para a intensificação do processo de exploração do território. Portanto, esta é uma das questões que merece ser analisadas com minudência.

Os naturalistas Spix e Martius, por exemplo, quando passaram por Ilhéus em 1818 informaram que “[...] a vila e toda a sua freguesia contam hoje apenas 2.400 almas”⁷⁹. Assim, tendo em conta que o ouvidor da comarca estimou em 2.000 almas o número de habitantes da vila em 1799, podemos considerar que entre este ano e 1818 houve um crescimento de 20% da população local.

Os referidos viajantes também perceberam a presença de colonos estrangeiros na vila de Ilhéus. A fazenda do Almada, por exemplo, pertencia ao colono alemão Sr. P. Weyll, e “[...] grandes trechos da mata haviam sido derrubados, queimados e plantados com milho, arroz, cana e café”.⁸⁰ Não obstante, ao adentrar o interior do território, perceberam a existência de uma estrada, há poucos anos aberta, desde Ilhéus até a fronteira de Minas Gerais sendo que para este projeto “[...] derrubou-se a mata em toda a extensão da estrada, numa largura de vinte pés, no mínimo, removendo-se troncos e arvoredos miúdos do caminho,

⁷⁷ Sobre o assunto ver, por exemplo, MARCIS, op. cit.

⁷⁸ Marcelo Henrique Dias identificou três frentes de expansão da fronteira agrícola da freguesia de Ilhéus no início do século XIX, Itaípe-Almada, Cachoeira e sul do Acuípe. Para o autor, o maior empenho das autoridades coloniais na promoção da ocupação produtiva dos velhos terrenos da freguesia, somado à maior capacidade de investimento dos novos proprietários, irá intensificar a dinâmica da ocupação fundiária nos anos seguintes. DIAS, op. cit., p. 380.

⁷⁹ SPIX, Joham B. Von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Larmeyer. v. II, 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 176.

⁸⁰ Ibid., p. 179.

construindo-se pontes, drenando valos [...]”.⁸¹ Segundo João da Silva Campos, duas estradas partiam da vila de Ilhéus em 1817, uma ao longo do rio Cachoeira, para a comarca do Serro do Frio, em Minas Gerais, e outra mais ao norte, para a vila Nova do Príncipe (Caetité), situada na parte setentrional da província.⁸²

Esses viajantes alcançaram a aldeia de São Pedro de Alcântara, criada pelo capuchinho frei Ludovico de Liorne em torno 1815, no sítio de Ferradas, às margens do rio Cachoeira e distante cerca de 30 km da vila de São Jorge dos Ilhéus.⁸³ O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, por sua vez, foi ainda mais longe, chegando ao lugar chamado Sequeiro Grande, mais para o interior do continente. A descrição desses percursos mostra que, em certa medida, a ocupação do território de Ilhéus avançava. A aldeia de São Pedro de Alcântara, por exemplo, situada nas margens do rio Cachoeira, ainda que descrita como decadente e situada numa zona inteiramente selvagem, reunia homens de toda sorte “[...] alguns espanhóis, várias famílias de índios, e homens de cor (pardos) e contava com sessenta a setenta almas”.⁸⁴

Ao longo da costa, cerca de quatro mil índios habitavam os antigos aldeamentos, o mais expressivo deles, o de Nossa Senhora das Escadas de Olivença, fundado em 1700 e elevado à categoria de vila em 1758, com a denominação Vila Nova de Olivença.⁸⁵ No segundo decênio do século XIX esta vila contava com cerca de 8 mil índios, que se dedicavam à confecção de coco de piaçava, fabricavam cordas, vassouras e esteiras de fibra de palha de coqueiro, cujas mercadorias, em parte, eram remetidas para Salvador.⁸⁶

A vila de Ilhéus aparece nos relatos com um lugar pobre e decadente. A transcrição a seguir mostra a visão que Spix e Martius, bem como o príncipe Maximiliano, tiveram do lugar,

A própria vila de Ilhéus se compõe de pequenas casas cobertas de telha, em parte maltratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são mais ou menos regulares, cobertas de capim [...]. Há três igrejas, uma das quais, a de Nossa Senhora da Vitória [...]. O tráfico dessa colônia com outros portos do Brasil é de pouca importância. Algumas “lanchas” ou barcos fazem um pequeno comercio de produtos das lavouras e das florestas vizinhas com a cidade da Bahia.⁸⁷

⁸¹ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 184.

⁸² CAMPOS, op. cit., p. 313.

⁸³ Ibid., p. 305.

⁸⁴ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 184.

⁸⁵ MARCIS, op. cit., p. 55.

⁸⁶ CAMPOS, op. cit., p. 316.

⁸⁷ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe e Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p. 338.

Quanto à estrutura da vila de Ilhéus, considerando que a colonização da região operou-se de modo demasiadamente lento, não poderíamos esperar que ela fosse servida por uma rede urbana. Desse modo, não parecem estranhas as características apontadas. Para se ter uma ideia, no segundo decênio do século XIX, os vereadores da câmara de Ilhéus lutaram por obter um prédio destinado às suas reuniões e que, ao mesmo tempo, servisse de cadeia e de tribunal de júri.⁸⁸

Desse modo, percebemos que a vila desempenhava papel importante especialmente em termos políticos e administrativos, além de exercer função religiosa, pois as cerimônias e festividades eram realizadas nas igrejas, e constituía momento importante no cotidiano das pessoas daquela sociedade. Spix e Martius, ao passarem pela vila em 1818, observaram um festejo, no qual,

Rapazes vestidos como mouros e cavaleiros cristãos, acompanhados de música barulhenta, passaram pelas ruas, até espaçosa praça, onde estava plantada uma árvore, guarnecida com armas portuguesas, semelhante à “árvore-de-maio” alemã. Combate violento travou-se entre as duas hostes, dando particularmente ao cavaleiro, que representava São Jorge, ocasião de fazer brilhar as virtudes de fidalgo do padroeiro de Ilhéus. Ambos os partidos, porém, segundo os costumes verdadeiramente romanescos, alvidaram em breve inimizade, num batuque ruidoso, seguindo-se o baile com sensual lundu e o quase imoral batuque.⁸⁹

Com relação ao comércio, é difícil mensurar a sua importância nesta época. No entanto, consideramos contraditório aceitar que na localidade “[...] cultivava-se apenas a mandioca bastante para o consumo dos habitantes[...]”⁹⁰ e, ao mesmo tempo, realizava-se o comércio dos produtos das lavouras com a cidade da Bahia. Se, “[...] não se produz mandioca em quantidade suficiente bastante para fornecer à vila de Ilhéus [...]”⁹¹, qual produção destinava-se ao comércio para fora da localidade?

Conforme frisamos anteriormente, as vilas da comarca de Ilhéus desempenharam importante papel de fornecedoras de farinha de mandioca para Salvador e o seu Recôncavo. Ao que parece, tal relação se intensifica na primeira metade do século XIX, principalmente pelo desenvolvimento da economia açucareira nesse período e às contínuas levas de africanos desembarcados na capital, provocando o aumento da população e, por conseguinte, da demanda por alimentos.

⁸⁸ CAMPOS, op. cit., p. 343.

⁸⁹ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 189.

⁹⁰ MAXIMILIANO, op. cit., p. 339.

⁹¹ Ibid., p. 340.

A planta da vila, apresentada a seguir, permite a visualização daquele território em meados do século XIX.

Figura 3 - Planta da vila de São Jorge dos Ilhéus, 1852

Fonte: HABIB, Juliana Silva. *A vila de São Jorge dos Ilhéus: traçado e funcionalidade na primeira metade do século XIX*. Monografia do Curso de Graduação (Licenciatura em História). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, 2006. p. 27.

Os terrenos mais valorizados desta vila situavam-se na Rua do Porto.⁹² Esta constatação permite inferir que o Porto exercia alguma influência na valorização daquela área. Considerando as dificuldades de comunicação e de circulação de mercadorias por terra, possivelmente ele era o principal meio por onde se escoava a produção e chegavam as mercadorias de fora da vila. O príncipe Maximiliano o descreve como sendo “[...] porto bem abrigado, embora pequeno, tem as maiores facilidades para fazer um ativo comércio”.⁹³ A regularidade e o volume deste comércio, assim como a sua importância ou o significado que tinha para os moradores de Ilhéus nesse período é uma tarefa que ainda precisa ser realizada.

⁹² HABIB, op. cit., p. 28.

⁹³ MAXIMILIANO, op. cit., p. 339.

Todavia, presumimos que, no decurso da primeira metade do século XIX, o movimento portuário, tanto de pessoas quanto de mercadorias, cresce, acompanhando o desenvolvimento das atividades econômicas.

O crescimento econômico de Ilhéus foi se fortalecendo e o estabelecimento de contatos com outras localidades como o Arraia da Conquista e a Província de Minas Gerais, por exemplo, estimulou a ação de bandeirantes e sertanistas que se deslocavam em busca das minas de ouro, descobertas na região das minas novas nessa mesma Província, gerando necessidade de organizar povoações, arraiais e aldeias que dessem suporte às suas trajetórias. Exerceram papel significativo nesse contexto os frades capuchinhos, estabelecendo aldeamentos por toda a comarca de Ilhéus que posteriormente deram origem a vários núcleos urbanos.⁹⁴

Com o objetivo de aumentar o povoamento e melhorar a exploração das terras da Comarca de Ilhéus o governo provincial passou a incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros, sobretudo na forma de colonos, como destacou Henrique Jorge B. Lyra,

[...] das cinco colônias agrícolas estabelecidas na Bahia na primeira metade do século XIX, podemos dizer que duas delas, a Leopoldina e a São Jorge dos Ilhéus cumpriram um papel importante no povoamento e ocupação econômica da região Sul da Bahia [...]⁹⁵

Vale salientar que os primeiros esforços não surtiram o efeito esperado e o estímulo à imigração estrangeira será mais acentuado a partir da proibição oficial do tráfico transatlântico de africanos, em 1850. Por hora, observamos que a Comarca de Ilhéus, bem como o Sul da Bahia, de modo geral, experimentavam uma fase de expansão das atividades econômicas e o aumento da dinâmica da sua vida social.

Analisando a produção de algumas das principais vilas da comarca é possível perceber tal resultado. Em 1799, a vila da Barra do Rio de Contas embarcara para a Bahia 30 mil alqueires de farinha, 150 de arroz e 16 de goma.⁹⁶ Em Cairu, no início do Oitocentos, já se plantava café e começava-se a plantar cacau e canela, embora o comércio mais importante

⁹⁴ Sobre a ação desses missionários em Ilhéus ver, por exemplo, ANDRADE, João Cordeiro de. Missões capuchinhas na Comarca de São Jorge dos Ilhéus (1816-1875). In: SOUZA, Antônio Pereira (Org.). *Cadernos do CEDOC: estudos regionais: colonização: catequese e missões na Bahia*. Ilhéus, n.5, p. 55-102, maio/2005. Ilhéus, Ba: Editus, 2005.

⁹⁵ LYRA, Henrique J. Buckingham. *Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFBA, Salvador, 1982. p. 33.

⁹⁶ CAMPOS, op. cit., p. 281.

fosse o de exportação de madeiras.⁹⁷ A vila de Maraú, segundo Spix e Martius, além de exportar para Salvador melancias, afamadas por sua doçura, produzia farinha de mandioca, arroz, feijão, milho e, em virtude da umidade do clima, muito se presta ao cultivo do cacau.⁹⁸ Camamú, nessa época, exportava para a Bahia não só muita mandioca, arroz e milho, mas também regular quantidade de café.⁹⁹ A vila de São Jorge dos Ilhéus, por sua vez, exportava farinha, arroz, café, aguardente, madeiras e algum cacau,¹⁰⁰ além da produção do Engenho Santa Maria (antigo Santana), que segundo Spix e Martius produzia de 9 a 10 mil arrobas de açúcar.¹⁰¹

Na segunda década do século XIX as terras da comarca de Ilhéus figuravam como promissoras e a Coroa passou a conceder sesmarias para homens de cabedal.¹⁰² A colonização estrangeira já era estimulada e muitos colonos ficaram definitivamente em Ilhéus como foreiros, dedicando-se, não poucos, à cultura do cacau e todos à de cereais.¹⁰³ Desse modo, o crescimento das atividades econômicas fazia aumentar a demanda por trabalhadores e certamente a mão de obra escrava assumiu relativa importância dentro deste contexto. Nesse sentido, é importante analisar alguns aspectos da escravidão em Ilhéus na primeira metade do século XIX.

1.3 Escravidão no contexto das mudanças econômicas de Ilhéus

Entre o último quartel do século XVIII e os dois primeiros decênios do XIX o cacau e o café crescem em importância entre os produtos cultivados nas terras do Sul da Bahia. Segundo Angelina Nobre Rolim Garcez o cacau foi introduzido em Ilhéus desde o final do século XVIII, sendo a primeira variedade cultivada na Bahia a espécie *Theodroma Cacao* L, tipo forasteiro, e trazida da Amazônia.¹⁰⁴ Mahy Ann Mahony, por sua vez, destaca que os jesuítas foram os primeiros a introduzirem, sistematicamente, o cacau na região, quando

⁹⁷ Ibid., p. 284.

⁹⁸ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 191.

⁹⁹ Ibid., p. 192.

¹⁰⁰ CAMPOS, op. cit., p. 313.

¹⁰¹ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 177.

¹⁰² DIAS, 2007, op. cit., p. 380.

¹⁰³ CAMPOS, op. cit., p. 325.

¹⁰⁴ GARCEZ, op. cit., p. 48. Stuart B. Schwartz informa que em 1665, um governador da Bahia escreveu ao governador do Pará a fim de que fossem enviadas mudas de cacau à Bahia, porém, essa tentativa não produziu grandes resultados e somente no século XIX surgiram as grandes lavouras baianas de cacau. SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 83.

começaram a plantá-lo em suas propriedades de Camamú e Ilhéus, no século XVIII.¹⁰⁵ Com relação ao café, no final da década de 1790 as exportações da Bahia haviam atingido uma média anual de 2.500 arrobas, sendo que grande parte provinha da comarca de Ilhéus.¹⁰⁶

Não obstante, nesse período os referidos produtos permanecem como itens secundários no comércio exterior da província e despontavam entre outros elementos da policultura regional. Para Angelina N. Rolim Garcez, naquela época o cacau não competia em igualdade de condições com os demais produtos de cultivo de curta duração e de consumo imediato, a exemplo da mandioca, do milho, do feijão, dentre outros.¹⁰⁷ Mesmo assim, não podemos desprezar o fato de que o crescimento do cultivo desses produtos contribuiu com a diversificação da produção agrícola da comarca como um todo e, de certa forma, produziu efeitos positivos para a economia da região.

A despeito da escravidão na vila de Ilhéus, desde o século XVIII uma de suas características marcantes era a predominância de cativos crioulos (nascidos no Brasil). Entre os 49 alforriados analisados por Fernanda Amorim da Silva no período 1710-1758, por exemplo, apenas 12 eram de origem africana e, no geral, 30 eram mulheres e somente 19 homens.¹⁰⁸ Em 1790, no engenho Santana, restavam poucos indivíduos nascidos na África e em 1828, entre os 222 escravos desta unidade apenas um não era crioulo, sendo que a razão de sexo entre eles era de 109 homens para 113 mulheres.¹⁰⁹

A ausência da dependência do tráfico Atlântico, ao que parece, determinou o perfil demográfico da população escrava da localidade. Nesse sentido, tendo sido a reprodução endógena o principal meio utilizado pelos escravistas para aumentar ou ao menos manter a posse de cativos, o crescimento do processo de crioulização entre os escravos deve ter produzido efeitos sobre o modo de vida dessa população.¹¹⁰ Em meados do século XVIII, por exemplo, 80% dos escravos do engenho Santana viviam em unidades residenciais comandados por casais e os cativos cultivavam parte dos próprios alimentos, além de venderem para o engenho o excesso de suas mandiocas por um preço inferior ao preço de

¹⁰⁵ MAHONY, 2001, op. cit., p. 106.

¹⁰⁶ BARICKMAN, op. cit., p. 61.

¹⁰⁷ GARCEZ, op. cit., p. 48. Segundo Francisco B. de Barros, o cacauzeiro começa a frutificar no fim de três anos, fornecendo três ou quatro colheitas anuais. BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. 3. ed. – Ilhéus, Ba: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004. p. 96

¹⁰⁸ SILVA, op. cit., p. 154.

¹⁰⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 111.

¹¹⁰ Sobre o assunto ver, por exemplo, PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

mercado.¹¹¹ Ademais, entre os 49 libertos nessa época, 57% deles (28), conseguiram pagar pelas suas alforrias.¹¹²

No decorrer da primeira metade do século XIX, mesmo com o crescimento da dinâmica das atividades comerciais, a agricultura de subsistência ainda era praticada por muitos moradores e o acesso à terra era relativamente livre. Com relação à plantação e comercialização do cacau, por exemplo, Mary Ann Mahony destaca que muitos lavradores pobres eram descendentes dos povos indígenas e escravos dos grandes proprietários e que estes cativos cultivaram cacau na terra dos seus donos como parte da economia interna da escravidão.¹¹³ Segundo a autora,

O grande atrativo da lavoura cacaueira residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo, desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital já empregado em engenhos, escravos e plantações e cana.¹¹⁴

A cultura da mandioca, produto largamente cultivado nas terras da comarca, dependia de algo em torno de dois a oito cativos para trabalharem nesta lavoura.¹¹⁵ Desse modo, podemos presumir que a economia dos escravos e libertos deve ter girado em torno do cultivo desses e de outros vegetais, além da caça, da pesca e das pequenas criações de animais.

Analizando alguns inventários de moradores da vila de Ilhéus, abertos durante a primeira metade do século XIX, é possível notar a existência da pequena posse de cativos, e também conhecer um pouco sobre algumas das atividades econômicas desenvolvidas na localidade. No entanto, vale salientar que esta documentação reflete a condição econômica do indivíduo ou da sua família em um momento específico, qual seja, na ocasião da sua morte. Desse modo, muitas vezes ficamos sem saber como os bens descritos foram adquiridos.

No entanto, podemos inferir que o crescimento da economia no decurso da centúria pode ter estimulado os lavradores, bem como os estrangeiros, donos de engenhos e alambiques instalados em Ilhéus, a investirem em escravos e em suas lavouras. Ao que parece não deve ter sido um investimento acentuado, tendo em vista a renda, relativamente modesta, da agricultura mercantil e do comércio da farinha de mandioca, além do fato desta

¹¹¹ SCHWARTZ, 2001, op. cit., p. 110-111.

¹¹² SILVA, op. cit., p. 152.

¹¹³ MAHONY, 2009, op. cit., p. 740-741.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ BARICKMAN, op. cit., p. 248.

cultura também não exigir grande quantidade de trabalhadores e nem grandes investimentos em capital.¹¹⁶

Vejamos alguns exemplos. Ignácio Nunes de Souza teve o seu inventário aberto em 1812, no testamento que acompanha o processo consta que ele era preto forro. Esse morador de Ilhéus, casado com Maria Felizarda, tinha entre os seus principais bens, uma morada de casa na Rua São Bento, coberta de telha e avaliada em Rs. 45\$000; oito alqueires de área de largura, cada um avaliado em Rs. \$480 e todos por Rs. 3\$840; seis escravos crioulos, quatro do sexo feminino e dois masculinos, entres eles duas crianças (crioulinhos); 5 mil covas de mandiocas mal fundadas, avaliadas cada mil covas pela quantia de Rs. 4\$000 e todas por Rs. 20\$000, além de uma roda de cobre de ralar mandioca, avaliada em Rs. 6\$000, vestuário e ferramentas como foice, machado e facão.¹¹⁷ Nesse caso, observa-se que o lavrador, preto forro, enquadrava-se no típico escravista produtor de mandioca apontado pela historiografia.¹¹⁸

Outro morador de Ilhéus que possuía roça de mandioca era Lino José da Costa. Seu inventário foi aberto em 1833 e entre os principais bens arrolados no processo consta um terreno plantado de arroz na lama avaliado em Rs. 6\$000; 4 mil covas de mandioca com idade de um ano, cada mil covas avaliada em Rs. 8\$000 e todas por Rs. 32\$000; outras 3 mil covas de mandioca, porém, com três meses de idade, avaliada cada mil covas em Rs. 3\$000 e todas por Rs. 9\$000; uma casa coberta de telha e rebocada por Rs. 350\$000; um lanço de casa coberta de telhas com frente e fundos de tijolos por Rs. 200\$000 e a casa da roça, feita de taipa e coberta de palha avaliada em Rs. 4\$000. Esse lavrador detinha a posse de apenas um cativo, que era o crioulo Zacarias, descrito como idoso e doente das almas roídas e dos braços, avaliado em Rs. 150\$000, além de uma canoa de vinhático já velha, avaliada na quantia de Rs. 4\$000, uma roda de ralar mandioca no valor de Rs. 10\$000 e uma prensa de enxugar massa avaliada em Rs. 2\$000, dentre outros móveis.¹¹⁹

¹¹⁶ Num terreno já limpo, um roceiro que trabalhasse com um único escravo robusto podia, em um mês, preparar e plantar dez mil covas de mandioca, as quais podiam lhe render até quatrocentos alqueires de farinha. Depois eles teriam de investir mais uns dois meses de trabalho nas capinas e na colheita. No entanto, o preparo da farinha exigia muito mais trabalho e era dividido em seis tarefas: raspar, lavar, ralar, prensar, peneirar e torrar. BARICKMAN, op. cit., p. 274.

¹¹⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ignacio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço. 1332, 11 ago. 1812.

¹¹⁸ Stuart B. Schwartz, por exemplo, percebeu que os agricultores de mandioca donos de suas próprias roças possuíam em médias pouco mais de cinco escravos por plantel. SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 363.

¹¹⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Lino Jose da Costa, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 12, 07 nov. 1833.

Havia, no entanto, proprietários de escravos que não eram produtores de farinha de mandioca, no entanto, entre eles a posse de cativos também era pequena. Valentim de Oliveira, por exemplo, morador da freguesia de São Boaventura do Poxim, ao falecer em 1806, era dono da metade de um barco novo, avaliado em Rs. 225\$000, além da escrava Catharina, de origem Angola, avaliada em Rs. 110\$000 e dois crioulinhos, Felisberto, avaliado em Rs. 35\$000, e Onofre, avaliado em Rs. 25\$000.¹²⁰ José Jacinto Bezerra, por sua vez, ao falecer em 1816, deixou dois filhos como seus herdeiros, e entre os bens que detinha haviam, além de poucos utensílios domésticos, 16 palmos de chão, avaliados em Rs. 3\$840; uma canoa de vinhático, avaliada em Rs. 2\$000; um milheiro de telha nova, avaliado em Rs. 6\$000; duas moradas de casas, que juntas foram avaliadas em Rs. 24\$000; contudo, o seu bem de maior valor era o escravo Manoel, avaliado em Rs. 130\$000.¹²¹

O vigário José de Lemos, quando da abertura do seu inventário, em 1813, entre os demais bens que possuía, como uma casa avaliada em Rs. 3\$200; cento e treze pranchões de jacarandá de largura de dois palmos, em mãos de João da Encarnação e Cerqueira; vinte dúzias de [conçairas] de jacarandá no posto de embarque, avaliada em Rs. 13\$000 cada dúzia e todas por Rs. 260\$000; colares difusos; colar de ouro; oratório com imagens e cadeiras de paus já velhas; era dono da escrava Joaquina, também de origem Angola, avaliada em Rs. 110\$000, e um moleque, filho da dita escrava, avaliado em Rs. 40\$000.¹²² Interessante notar que entre as dívidas ativas desse vigário treze escravos são mencionados entre os devedores, sendo que suas dívidas perfaziam um total de Rs. 11\$660, a mais baixa delas era a do escravo Pedro, no valor de Rs. \$160 e a mais alta a do escravo João, no valor de Rs. 1\$720.¹²³

Não foi possível saber se as referidas dívidas foram pagas. No entanto, podemos argumentar que se os escravos conseguiam ter crédito com o aludido vigário é por que de alguma forma eles podiam quitá-lo. Contudo, cabe ressaltar que, de acordo com a bibliografia consultada, existe carência de estudos específicos sobre o tipo de relação existente entre a Igreja, os clérigos e os escravos de Ilhéus. Não obstante, em meados do século XVIII, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Capela de Nossa Senhora da Vitória, aparecem nos

¹²⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Valentim de Oliveira, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 1, 12 nov. 1806.

¹²¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Jacinto Bezerra, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 5, 25 out. 1816.

¹²² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José de Lemos, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 3, 23 set. 1813.

¹²³ Ibid.

registros notariais como agentes de crédito.¹²⁴ Ao que parece, tal ocorrência permanece na primeira metade do século XIX.

Francisco Furtado da Silva, por exemplo, teve quatro filhos com a preta forra Eulália e o seu inventário foi aberto em 1817. O montante da sua dívida passiva foi calculado em Rs. 296\$730, sendo Rs. 43\$200 destinado à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Todavia, ele era dono de uma casa de morada com seus chãos próprios na Rua do Porto, avaliada em Rs. 35\$000; uma sorte de terra no rio Fundão, no valor de Rs. 25\$000; um cavalo no valor de Rs. 10\$000; trinta alqueires de sal, cada um no valor de Rs. \$430 e todos por Rs. 14\$400; um escravo, o crioulo José, avaliado em Rs. 140\$000, e uma lancha de pescaria com todos os seus pertences, avaliada em Rs. 150\$000.¹²⁵ A viúva, Ana Maria Borges, quando faleceu em 1832, morava na Rua do Porto da vila, em uma casa de taipa coberta de telha voltada para o mar, avaliada em Rs. 35\$000. Os outros bens da falecida se reduziam a utensílios pessoais (colares e botões de ouro, oratório), cuja soma geral atingiu a quantia de Rs. 42\$130, sendo que as únicas dívidas passivas da viúva eram relativas ao funeral, no valor de Rs. 1\$620, e à Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, no valor de Rs. 6\$720, que devia ser pago ao tesoureiro desta instituição, Manuel Marques da Silva, que também exercia o cargo de escrivão na vila de Ilhéus.¹²⁶

Outro exemplo semelhante foi encontrado no inventário de Benta Maria de Lima, aberto em 1836, cujas dívidas passivas somavam o valor de Rs. 45\$460 referente às despesas do funeral, que devia ser pago à mesma irmandade. Entre os bens da falecida consta um sobrado deteriorado na Rua do Fogo, com chãos próprios, no valor de Rs. 30\$000; a sua parte nas terras do Cururupe chamada Ponta, no valor de Rs. 30\$000, e o escravo curiboca Antônio, descrito como quebrado das virilhas e de um braço, avaliado em Rs. 140\$000, além da escrava crioula Archanja, já idosa e avaliada em Rs. 35\$000.¹²⁷

Ao que parece, as irmandades religiosas de Ilhéus não só eram responsáveis por sepultar os corpos e encomendar as almas dos seus membros aos céus, mas também os amparava com empréstimos. O crioulo forro Manoel do Nascimento, por exemplo, devia Rs. 6\$660 à irmandade de São Benedito, dinheiro pago pelo falecido testador, o liberto Caetano

¹²⁴ SILVA, N. O. op. cit., p. 179.

¹²⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Francisco Furtado da Silva, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 7, 10 mar. 1817.

¹²⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ana Maria Borges, Est. 02, Cx. 863, Maço. 1332, Doc. 10, 30 abr. 1832.

¹²⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Benta Maria de Lima. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 2, 14 set. 1836.

Francisco de Figueredo.¹²⁸ Outros casos como este aparecem na documentação e merecem um estudo a parte.

Interessante notar o ocorrido no inventário do liberto Caetano Francisco de Figueredo, aberto em 1838. O tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, Joaquim Rabello de Matos, apresentou uma petição reclamando à viúva, Archanja Maria dos Anjos, os anais que não eram pagos pelo seu finado marido desde 1796. A viúva, no entanto, contestou o valor da dívida, dizendo que quando o seu marido faleceu o valor reclamado foi de Rs. 8\$720 e agora na petição já declarava Rs. 6\$720 e por isso “[...] o senhor Tesoureiro deve melhor rever seus assentos pois do contrário não convenho em tal dívida”.¹²⁹ A viúva herdou, entre outros bens, cinco escravos, sendo dois africanos, uma lancha com utensílios de navegar, avaliada em Rs. 225\$000, e a casa na qual residia, construída de taipa e coberta de telhas com seus chão próprios, avaliada em Rs. 150\$000.¹³⁰

Bento Fernandes Camargo, natural de Barra do Rio de Contas, devia à Irmandade do Santíssimo Sacramento Rs. 2\$400 pelo sepultamento do seu corpo e Rs. 1\$760 devidos à [Carloa] Pinto Pereira referente à sua mortalha. Entre os bens arrolados no seu inventário, aberto em 1813, constam sete cativos, sendo cinco escravas, uma de origem Angola, um escravo ainda pequeno e outro cuja descrição ficou comprometida pelo estado de conservação do documento. Dentre os bens móveis havia um tacho de cobre com nove libras, cada libra avaliada em Rs. \$320, e todo o móvel avaliado por Rs. 2\$880, uma espingarda já usada, por Rs. 1\$600, uma foice velha, por Rs. \$640, uma canoa de dois palmos de [foca] de Angelim, já usada, por Rs. 5\$000.¹³¹

Esses poucos exemplos, é preciso ressaltar, servem apenas para ilustrar a presença da pequena posse de escravos e alguns aspectos da vida dos moradores de Ilhéus nesse período. Ademais, considerando que a abertura de um inventário acarretava algumas despesas, certamente as pessoas que o fizeram eram aquelas que detinham um mínimo de recursos e, portanto, em certa medida, tinham como arcar com os custos do processo. Desse modo, vale lembrar que parte significativa dos integrantes daquela sociedade não foi alcançada nesta pesquisa.

¹²⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Caetano Francisco de Figueredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Bento Fernandes Camargo, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 4, 21 maio 1813.

Não obstante, podemos avançar um pouco mais na investigação sobre a presença do trabalho escravo em outras atividades econômicas desenvolvidas na vila de Ilhéus durante a primeira metade do século XIX. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, por exemplo, ao percorrer o território da vila em 1815, fez a seguinte observação “[...] veem-se poucos engenhos de açúcar no rio Ilhéus; são mais comuns as chamadas ‘engenhocas’, que só fabricam ‘melado’ e aguardente”.¹³²

Com relação à produção de açúcar, a Fazenda Santa Maria (antigo engenho Santana), nessa época propriedade de Felisberto Caldeira Brant, embora não fosse a única, era a principal unidade dedicada à fabricação desse produto e possuía 270 escravos em 1815. Ligadas a essa fazenda, que tinha 20 léguas de extensão, havia máquinas para beneficiar arroz e algodão movidas a água.¹³³ Sobre os alambiques e a produção de aguardente, algumas escrituras registradas nos Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus indicam que tal atividade também empregava o trabalho escravo. Em 1832, por exemplo, foi registrada em Ilhéus uma escritura de Doação e Contrato Mutuante, na qual José Leandro Cardozo menciona os seguintes bens contratados “[...] dez escravos estimados alta mão estão na quantia de dois contos de reis, uma Engenhoca com seus utensílios de Alambique e três tachos e terras no valor de quatrocentos e cinquenta mil r. [...]”.¹³⁴

Em 1833, outra escritura, dessa vez de ratificação de compra e venda paga e quitação de débito e obrigação de uma fazenda, no valor de Rs. 500\$000, na qual Dona Anna Maria do Amparo (ratificante e vendedora) vendia para Manoel Esmerio Fraga (ratificado) com a seguinte descrição de suas benfeitorias “[...] casas taipa e coberta de telha, Alambiques, três tacho de cobre, o coqueiro, por preço e quantia de dois contos de reis se celebrou a competente Escritura mais por lapso ou engano se não fizeram aquelas declarações [...]”¹³⁵

Embora nesta última escritura não haja menção a escravos, sabemos que Manoel Esmerio Fraga comprou cativos, além de registrar alforria, como veremos no próximo capítulo. Ademais, quando da abertura de seu inventário, em 1843, ele possuía três escravos, o crioulinho Bruno, avaliado em Rs. 300\$000, o crioulo Martinho, já velho, avaliado em Rs. 60\$000 e a escrava africana de nome Leocádia que não foi avaliada, provavelmente porque

¹³² MAXIMILIANO, op. cit., p. 339.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Escritura de Doação e Contrato Mutuante, L. 7, fl. 36, 22 dez. 1832.

¹³⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Escritura de ratificação de Compra e Venda, L. 7, fl. 50, 17 abr. 1833.

era cega de ambas as vistas, além de uma morada de casa com pilares de [estijos] e pedra e quintal de tijolos, avaliada em Rs. 350\$000, entre outros bens.¹³⁶

É válido salientar que esses exemplos contribuem para ilustrar aquilo que os poucos estudos sobre a escravidão em Ilhéus têm apontado a respeito da sua população escrava, como observou Stuart B. Schwartz, por exemplo, ao destacar que “[...] para as áreas menos fortemente ligadas à economia exportadora ou com menos acesso ao tráfico atlântico de escravos, poderíamos esperar encontrar razões de masculinidade menores, menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças”.¹³⁷ O estudo de Mahy Ann Mahony, por sua vez, reforça essas evidências. Nos assentos de batismos de escravos de Ilhéus (1823-1843), por exemplo, a autora percebeu que havia 451 pessoas claramente identificáveis como escravos, sendo 75 homens, 186 mulheres e 190 crianças.¹³⁸ Desse modo, pequenas posses de cativos, elevado percentual de crioulos, do sexo feminino e crianças, parece ter sido o traço característico da população escrava de Ilhéus, ao menos até a primeira metade do século XIX.

Os cativos estavam distribuídos entre a vila e as pequenas roças e fazendas situadas nos seus arredores. A disponibilidade de terras e a carência de mão de obra eram vigentes na região, sendo que isso pode ter influenciado as relações escravistas. Em Barra do Rio de Contas, por exemplo, vigorosa na produção de mandioca, quando ocorreu a repressão ao quilombo do Oitizeiro em 1806, situado nas imediações da vila, constatou-se o envolvimento de lavradores no acoitamento de quilombolas, segundo João José Reis, “[...] não por uma solidariedade desinteressada, mas por interesse de usar a sua mão de obra”.¹³⁹ Os naturalistas franceses, por sua vez, quando de passagem por essa vila, salientaram que seu hospedeiro “[...] queixou-se da falta de providência em poderem os colonos obter escravos baratos [...]”.¹⁴⁰ Na vila de São Jorge dos Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, ouvidor da comarca, informava em 1799, que os moradores de Ilhéus experimentavam uma suma pobreza em razão da falta de braços para as lavouras.¹⁴¹

As limitações econômicas da região, ao que parece, produziram efeitos no acesso dos moradores de Ilhéus ao mercado de escravos. A rentabilidade da agricultura mercantil certamente foi um dos fatores responsável por esta limitação. Vimos que no inventário de

¹³⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Esmério Fraga. Est. 02, Cx. 863, Ms. 1332, Doc. 13, 26 jul. 1843.

¹³⁷ SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 290.

¹³⁸ MAHONY, 2001, op. cit., p. 99.

¹³⁹ REIS, op. cit., p. 348

¹⁴⁰ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 190.

¹⁴¹ LISBOA, Baltasar da Silva. Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. In: Anais da Biblioteca Nacional, n. 37, 1915, p. 9. Apud. DIAS, 2007, op. cit., p. 366.

Ignácio Nunes de Souza, cada mil covas de mandioca, mal fundadas, foram avaliadas em Rs. 4\$000¹⁴² e um alqueire (36,2 litros) de farinha custava, em 1815, algo em torno de Rs. 1\$500 e uma arroba (15 kg) do açúcar branco, Rs. 3\$000, nesse mesmo ano.¹⁴³ De acordo com João da Silva Campos, em 1833 uma canada (6,8 litros) de aguardente de cana custava Rs. \$240 réis, e de mel 320.¹⁴⁴ O cacau, por sua vez, cada pé com idade entre seis e doze anos foi avaliado, em 1849, por Rs. 3\$000¹⁴⁵ e, segundo Henri Hill, uma arroba desse produto custava, em 1808, 3\$200.¹⁴⁶ Em contrapartida, o escravo era um bem de produção relativamente caro para os padrões da região nessa época. Tomando por base os inventários analisados e abertos até 1836, percebemos que o maior valor de um escravo adulto, sem especialização, foi de Rs. 140\$000.¹⁴⁷ Ademais, em 1838, um boi do serviço da roça foi avaliado pela quantia de Rs. 30\$000, uma vaca procriadeira, por Rs. 16\$000, e um cavalo castanho foi avaliado pela quantia de Rs. 20\$000.¹⁴⁸ Entre os bens móveis, apenas os valores das lanchas e dos barcos se equiparavam ou, em alguns casos, ultrapassavam, o valor de um escravo adulto.

Essa avaliação dos escravos, no entanto, refere-se à conjuntura das primeiras décadas do século XIX. A partir de 1830, no entanto, o aumento das pressões para acabar com o tráfico externo de africanos terminou por elevar o preço dos cativos no Brasil como um todo, Ilhéus não escapou desta influência. No inventário do Alferes Guilherme Frederico de Sá, por exemplo, aberto em 1838, um escravo crioulo, adulto, foi avaliado, em média, por Rs. 500\$000 e uma escrava, em igual condição, por Rs. 400\$000.¹⁴⁹ Os registros de compra e venda também confirmam essas estimativas. Em 1840, por exemplo, Antônio Alvares da Silva, vendeu para Eusebio Marques do Amaral a escrava parda de nome Izabel pela quantia de Rs. 400\$000.¹⁵⁰

¹⁴² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ignacio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 15, 11 ago. 1812.

¹⁴³ BARICKMAN, op. cit., p. 143.

¹⁴⁴ CAMPOS, op. cit., p. 346.

¹⁴⁵ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier, Est. 02, Caixa 754, Maço 1220, Doc. 14, 26 maio 1849.

¹⁴⁶ HILL, Henri. Uma visão do comércio do Brasil em 1808. Tradução de Gilda Pires. Nota e org. de Luis Henrique Dias Tavares. Salvador, Banco da Bahia, s.d. Apud. GARCEZ, op. cit., p. 49.

¹⁴⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Benta Maria de Lima, Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 2, 14 set. 1836.

¹⁴⁸ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Guilherme Frederico de Sá, Caixa 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ APEB, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Escrito público de compra e venda de uma escrava. L. 9, fl. 75V, 24 mar. 1840.

Com relação aos números absolutos da população escrava de Ilhéus, era aproximadamente 500 cativos nos anos 1820, e cerca de 700 nos anos 1840.¹⁵¹ Esses cativos, estavam empregados em diversas ocupações, embora poucos inventários as mencionem. Caetano Francisco de Figueredo, por exemplo, possuía dois escravos com especialização declarada em 1838: o crioulo Diogo, ainda moço, descrito como pescador e marinheiro, avaliado em Rs. 400\$000, e o africano Joaquim, idoso, também pescador, além de prático em embarcações, avaliado igualmente em Rs. 400\$000.¹⁵² O alferes Guilherme Frederico de Sá, por sua vez, era dono do escravo crioulo João do Nascimento, descrito como carpinteiro e avaliado em Rs. 500\$000 e do escravo Simão, também crioulo, descrito como oficial de ferreiro e avaliado em Rs. 400\$000, entre outros cativos.¹⁵³

Outros documentos não mencionam diretamente a ocupação dos cativos, no entanto, analisando os bens dos seus proprietários é possível inferir em quais atividades eles estavam inseridos. Em 1823, por exemplo, no testamento do alferes Manoel Jose do Nascimento, casado com Maria da Fé de Cristo, entre os bens mencionados constam duas casas de moradas com seus chãos próprios, uma tenda de ferreiro com uma bigorna partida e todos os seus pertences, uma arroba de ferro, uma canoa do alto com todos os seus pertences e outra canoa de vinhático de mão, além de balcão, armário e quatro espingardas. O testador também declarou que tinha dois escravos africanos de origem Angola (Antônio e Francisca) e uma porção de café.¹⁵⁴ O alferes e sua mulher possuíam cinco herdeiros, três homens e duas mulheres, sendo dois órfãos. Provavelmente os cativos dessa família exerciam diversas funções, ou seja, Antônio poderia caçar, pescar, trabalhar na lavoura e ainda na tenda de ferreiro do seu senhor, enquanto Francisca deveria ser empregada no serviço doméstico, na pesca, na lavoura de café, dentre outras possíveis atividades.

Voltando a atenção aos aspectos econômicos, é válido destacar que nesse contexto o cacau ganhava espaço entre os produtos cultivados. Os colonos estrangeiros parecem ter tido influência considerável nesse processo, como os alemães da fracassada colônia estabelecida no rio Almada, e os espanhóis fixados no rio Cachoeira, por exemplo.¹⁵⁵ O café também era plantado por imigrantes, como acontecia em 1818 na fazenda Castelo Novo, propriedade do

¹⁵¹ MAHONY, op. cit., p. 99.

¹⁵² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Caetano Francisco de Figueredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

¹⁵³ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Frederico de Sá, Caixa 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

¹⁵⁴ APEB. Seção Judiciária, Testamento, Ilhéus. Manoel Jose do Nascimento. Est. 2, Caixa 863, Maço 1332, Doc. 9, 14 out. 1823.

¹⁵⁵ ALMEIDA, R. B. op. cit., p. 34.

alemão Henri Borel.¹⁵⁶ Em 1834, o cacau já era exportado para a Europa, embora o ritmo de expansão do plantio fosse lento, mas constante.¹⁵⁷

O trabalho escravo também foi empregado na cultura do cacau. João Segismundo Cordier, por exemplo, natural da França, filho de Henrique Cordier e Soffia Elisabett, teve o seu inventário aberto em 1849. Este estrangeiro era dono de uma fazenda de cacau denominada Santa Cruz, situada às margens do rio Cachoeira de Itabuna. Entre os cacauzeiros arrolados constam 1.722 pés de cacau de seis a doze anos, cada pé avaliado por Rs. 3\$000 e todos pela quantia de Rs. 5.166\$000; 650 pés de cacau de doze anos, cada um avaliado por Rs. 1\$200 e todos pela quantia de Rs. 780\$000; outros 145 pés de cacau de um ano, cada um avaliado por Rs. \$500 e todos por Rs. 72\$500, e mais 360 pés de cacau de seis meses, avaliado cada um por Rs. \$200 e todos pela quantia de Rs. 72\$000. Além dos cacauzeiros, ele possuía oito escravos adultos, cinco homens e três mulheres, sendo cinco africanos. Interessante notar a condição do escravo africano João, de nação Gege, e com 33 anos de idade, que era dono de 84 pés de cacau nessa fazenda, com idade entre dez e doze anos, que não foram avaliados por pertencerem a dito escravo.¹⁵⁸ Nesse caso, considerando que um pé de cacau com idade entre seis e doze anos foi avaliado em Rs. 3\$000, o escravo João possuía, em cacau, o equivalente 63% do seu valor (Rs. 252\$000), já que ele foi avaliado em Rs. 400\$000.¹⁵⁹

A fazenda de João Segismundo Cordier estava equipada com várias ferramentas agrícolas (pás, serrotes, foices, machados, enxadas, facões), bem como objetos da casa de farinha e moinhos de descascar café, além da casa de morada, que media 48 palmos de frente e 20 de fundos, com três quartos e uma dispensa, avaliada em Rs. 900\$000. Certamente, os escravos dessa fazenda exerciam diversas funções, como a pesca, os serviços domésticos e da lavoura, até, provavelmente, o transporte do cacau para o porto de Ilhéus, pois na fazenda havia quatro canoas, sendo uma grande, de vinhático, avaliada em Rs. 10\$000 e outra de cedro, avaliada em Rs. 18\$000.¹⁶⁰

O café também foi outra cultura que se desenvolveu utilizando o trabalho escravo, como ocorreu na colônia Leopoldina, comarca de caravelas (extremo sul da Bahia). Segundo Alane Fraga do Carmo, a carta dos “fundadores da colônia” afirma que em 1824 já havia 50

¹⁵⁶ CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/ UFBA, Salvador, 2010. p. 23.

¹⁵⁷ FREITAS; PARAÍSO, op. cit., p. 86.

¹⁵⁸ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier, Est. 2, Caixa 754, Maço 1220, Doc. 14, 26 maio 1849.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ Ibid.

mil pés de café plantados, que poderiam render 5.000 arrobas do produto, sendo que os colonos passaram a comprar escravos para cultivar suas lavouras.¹⁶¹ Não obstante, na fazenda de Anna Telles de Menezes, localizada próximo ao rio Fundão, em Ilhéus, com trinta braços de frente e plantações de café, havia seis escravos crioulos em 1846, dois com quatro anos de idade, duas mulheres, sendo uma idosa, e um homem adulto e outro velho.¹⁶²

A partir da década de 1830, a lavoura comercial estava em franco desenvolvimento e o cacau passou a aparecer entre os produtos de exportação, ainda que em pequena quantidade. Em 1830, por exemplo, o Sul da Bahia podia exportar, anualmente, 26 toneladas do produto.¹⁶³ As exportações de cacau da Bahia, quase todas proveniente do município de Ilhéus, continuou crescendo em ritmo acelerado, sendo que em 1840 foram exportadas 103 toneladas e em 1850 esta cifra praticamente triplicou, atingindo 304 toneladas.¹⁶⁴ O nível de crescimento das exportações, por sua vez, também foi verificado no Brasil como um todo durante a primeira metade do século XIX, como se pode ver no Gráfico 1.1.

Gráfico 1.1 - Exportações de cacau (em toneladas). Brasil, 1821-1851

Fonte: ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

¹⁶¹ CARMO, op. cit., p. 25-26.

¹⁶² APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ana Telles de Menezes. Est. 2, Caixa 783, Maço 1250, Doc. 7, 31 out. 1846.

¹⁶³ MAHONY, 2001, op. cit., p. 106.

¹⁶⁴ BONDAR, Gregório. A lavoura cacaueira da Bahia. *Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia*, Salvador, 1933. p. 127. Apud. GARCEZ, op. cit., p. 50.

É importante notar que a década de 1830, mais precisamente no ano de 1837, ocorre o avanço das exportações de cacau no país. Estas saltaram de algo em torno de 1.000 toneladas exportadas no início dos anos 1820 para 3.000 toneladas nos primórdios de 1840, o que equivale a um avanço de 200% no volume das exportações. A comarca de Ilhéus, como salientamos, acompanha esse ritmo de desenvolvimento, pois, justamente neste período (1820-1840) o cultivo do cacau se intensifica.

Dessa forma, entendemos que o desenvolvimento da lavoura cacaueira, bem como o crescimento e a diversificação da lavoura comercial, estimularam o crescimento econômico e populacional da comarca e da vila de Ilhéus. Portanto, durante a primeira metade do século XIX, consideramos que a região experimentou um período caracterizado pela montagem de uma infraestrutura que desse suporte à ampliação das atividades econômicas.

O aumento da movimentação de seus portos, a chegada de imigrantes (estrangeiros e nacionais), o crescimento da produção agrícola, a construção de estradas e o incipiente comércio de exportação, indicam que uma nova configuração estava se estabelecendo na região. No entanto, a vila de Ilhéus ainda era marcada por algumas precariedades. Os vereadores continuaram reclamando a falta de um edifício para as atividades da Câmara e de uma cadeia que pudesse dar suporte à execução das leis criminais, as correspondências oficiais chegavam à vila com grande atraso e os moradores continuavam a viver intranquilos com as ações dos quilombolas.¹⁶⁵ Em correspondência da Câmara de Ilhéus, datada de 1823, o juiz e alguns vereadores participavam ao governo provisório da Província, que “[...] nas matas desta vila e na do Rio de Contas se acham um lote de escravos fugidos atacando as pessoas que transitam por terra para as Vilas no Norte [...]” e por causa dos escravos serem muitos “[...] rogamos à Vossa Excelência queiram mandar um lote de Índios da Pedra Branca para se fazer a dita entrada, assim como já se fizeram a vinte e três anos atrás [...]”.¹⁶⁶

Não obstante, mesmo existindo esses “percalços”, as condições demográficas de Ilhéus continuavam alterando-se com a chegada de novos contingentes humanos, o que de certa forma contribuiu para a formação de alguns povoados como, por exemplo, Banco da Vitória, Castelo Novo, Cachoeira de São Jorge dos Ilhéus, Água Preta, Rio do Braço, dentre outros.

Esse processo, em certa medida, contou com a participação de algumas famílias de senhores de engenho de Salvador e do seu Recôncavo que, diante das crises e das

¹⁶⁵ CAMPOS, op. cit., p. 339-346.

¹⁶⁶ APEB, Seção Colonial Provincial, Correspondência da Câmara de Ilhéus para o Governo da Província, Maço 1316, 1823-1839.

instabilidades enfrentadas pela indústria açucareira, sobretudo a partir dos anos de 1830, passaram a enxergar na região uma alternativa à manutenção de suas riquezas. Dessa forma, muitos se desfaziam de suas posses e adquiriam terras no Sul da Província, ingressando no círculo de produtores de cacau.

Aliado a esses fatores havia também a atuação do governo provincial que investia na colonização. Em 1822, por exemplo, foi estabelecida a colônia São Jorge dos Ilhéus, “[...] formada por 28 casais de alemães, num total de 161 indivíduos de ambos os sexos, dentre os quais alguns ferreiros, padeiros, relojoeiros, alfaiates, carapinas e machinistas”.¹⁶⁷ Ademais, no segundo ano da independência a Câmara de Ilhéus informava ao governo provisório da província que “[...] sua Magestade Imperial mandava a esta Câmara Rs. 4.342\$320 para o suprimento dos alemães que aqui se acham, porém, não explicou para que despesas [...]”.¹⁶⁸ Desse modo, podemos considerar que havia preocupação e investimentos dos governos, provincial e imperial, com relação à ocupação e à exploração das terras do Sul da Bahia.

Destarte, não poderíamos deixar de considerar os efeitos dessas mudanças nas relações escravistas, pois escravos e forros estavam inseridos nessa sociedade e certamente eles sentiram os efeitos dessas ocorrências em suas vidas. Em Ilhéus, assim como em várias regiões escravistas do Brasil, os cativos tinham suas economias próprias e também faziam suas articulações no sentido de alcançarem melhores condições de vida no cativeiro. Os exemplos citados anteriormente, em certa medida, ilustram alguns aspectos dessas articulações.

Ademais, Valdinéia de Jesus Sacramento percebeu que alguns escravos da vila de Barra do Rio de Contas (comarca de Ilhéus), possuíam entre 6 e 7 mil covas de mandiocas plantadas, segundo a autora “[...] tratavam-se de valores de produção, muito acima do necessário para o consumo desses escravos [...]”.¹⁶⁹ Em 1832, o preto Mina Emegídio foi alforriado por Rs. 250\$000, no entanto, ficou devendo Rs. 90\$000 para pagar o mais breve que podia, logo que tenha lavouras para vender.¹⁷⁰

Nesse sentido, ainda que se possa argumentar que o crescimento das atividades econômicas intensificou a exploração dos escravos, podemos presumir que tanto eles quanto os libertos souberam, em certa medida, tirar pequenos proveitos da conjuntura econômica

¹⁶⁷ LYRA, op. cit., p. 29.

¹⁶⁸ APEB, Seção Colonial Provincial, Correspondência da Câmara de Ilhéus para o Governo da Província, Maço 1316, 1823-1839.

¹⁶⁹ SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008. p. 42-43.

¹⁷⁰ APEB. Livro de Notas do tabelionato de Ilhéus, Lv. 7, fl. 26V, 17 set. 1832.

favorável, apesar dos severos obstáculos impostos pela escravidão. Em 1839, por exemplo, o crioulo forro Antonio Quintino vendia para Manoel Cardoso da Silva, por 50\$000 réis, “[...] um quinhão de terra na costa do Mamoã, com uma pequena porção de pés de café, outros de coqueiros e dois pés de laranjeiras [...]”.¹⁷¹ De modo semelhante aconteceu em agosto desse mesmo ano, quando foi registrada em Ilhéus uma escritura de compra e venda quitada de um imóvel urbano, no valor de Rs. 50\$000, na qual Elisa Beth Schaer vendia para Frederico Granlach, uma lança de casa, que estava em contato (contigua) com a parte da crioula forra Antônia, conforme consta na descrição,

[...] um lanço de casas com doze palmos de frente [...] deteriorada citas em chãos próprios na Rua do Fogo desta Villa contigua a outro qual lanço da crioula forra Antonia a qual vendia como vendido havia ao comprador Frederico Grenlach por preço de cinquenta mil reis.¹⁷²

Esses poucos exemplos servem para ilustrar que escravos e forros de Ilhéus fizeram suas movimentações no sentido de alcançarem melhores condições de vida. Como veremos no próximo capítulo, ao pesquisar os registros de cartas de alforrias, percebemos que alguns escravos conseguiram comprá-las com dinheiro de contado (moeda corrente), sendo que algumas manumissões foram pagas por parentes que, em alguns casos, muito pouco, vale ressaltar, deram outro cativo em troca da libertação do seu entre querido.

Outra hipótese que pode ser levantada em tal contexto diz respeito à possível relação existente entre o aumento das exportações de cacau, a partir da década de 1830 (ver Gráfico 1.1), e o crescimento das importações de africanos na Bahia e no Brasil (ver Tabela 1.1).

Desde o início do Oitocentos as importações de africanos vinham crescendo. Todavia, depois de acentuado declínio em 1831, ano em que passou a vigorar os acordos antitráfico firmados anteriormente com a Inglaterra, o comércio da mercadoria humana é paulatinamente retomado. A partir de 1835 o tráfico foi reaberto ilegalmente e as importações de africanos voltam a crescer e, mesmo apresentando declínios (1831-1835), mantêm-se em crescimento após este período até a sua proibição oficial em 1850.

Não obstante, a partir de 1835 as exportações de cacau crescem em Ilhéus e no Brasil com um todo. Desse modo, se considerarmos que a demanda por maior quantidade de cativos estava relacionada com a rentabilidade das unidades produtivas, é possível presumir que, em certa medida, algumas pessoas da vila, assim como da comarca de Ilhéus como um todo, almejando ampliar as suas atividades econômicas, podem ter recorrido ao mercado de

¹⁷¹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fl. 57, 23 nov.1839.

¹⁷² APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fls. 47, 27 ago.1839.

escravos com mais frequência nesse período do que antes do desenvolvimento do cultivo do cacau, ainda que a lavoura deste produto não necessite de grande contingente de trabalhadores para ser desenvolvida.

Interessante notar que João da Silva Campos informa sobre a reclamação de um cidadão da comarca contra a desfaçatez que os navios negreiros faziam no porto de Ilhéus o “escandaloso e ilícito comércio de africanos”.¹⁷³ Ronaldo Lima da Cruz, por sua vez, pesquisando as correspondências dos juizes de Ilhéus para o presidente da Província da Bahia, constatou que, em 1836, aproximadamente 112 escravos foram desovados seis ou sete léguas ao norte dessa vila, além de encontrar indícios do envolvimento de algumas famílias de Ilhéus com o tráfico clandestino de africanos.¹⁷⁴

Nesse sentido, é possível inferir que nos anos de 1840 as relações comerciais na vila de Ilhéus estavam muito mais aquecidas que no início do século XIX. Todavia, mesmo tomando por base o crescimento da cultura do cacau, tais questões devem ser pensadas à luz das transformações da agricultura mercantil como um todo, pois a lavoura comercial não se reduzia apenas a um produto. O cultivo da mandioca, por exemplo, ao que parece não teve a sua importância reduzida nesse contexto.

O alferes Guilherme Frederico de Sá, por exemplo, ao falecer em 1838, possuía 20 mil covas de mandioca, mal fundadas e aparecendo, avaliadas em Rs. 8\$000 réis cada mil covas e todas pela quantia de Rs. 160\$000 réis, além de vinte escravos, avaliados em Rs. 6.070\$000, sendo dezoito crioulos, um pardo e um Cabinda, sete do sexo masculino (seis adultos e uma criança de nove anos) e treze do sexo feminino (seis adultas, seis idosas e uma criança de 11 anos), entre outros bens arrolados no seu inventário.¹⁷⁵ Neste caso, observa-se que este alferes, membro de uma das principais, senão a mais abasta e influente das famílias de Ilhéus nessa época, os Sá Bithencourt Câmara,¹⁷⁶ possuía, além de escravos, significativa lavoura de mandioca.

Observando as escrituras constantes nos Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus percebemos que outros produtos permanecem como parte integrante da lavoura comercial de Ilhéus, indicando que, embora o cacau despontasse como principal produto de exportação, a

¹⁷³ CAMPOS, op. cit., p. 356.

¹⁷⁴ CRUZ, Ronaldo Lima da. No lado de Cá: o tráfico clandestino de africanos na vila de São Jorge dos Ilhéus, 1851. *Crítica & Debates (Revista de História, Cinema e Educação)* – Caetité, UNEB, v. 1, n.1, p. 1-18, jul./dez., 2010.

¹⁷⁵ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Frederico de Sá, Caixa 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

¹⁷⁶ Sobre as famílias tradicionais de Ilhéus ver, por exemplo, RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001; MAHONY, 2009, op. cit.

agricultura mercantil mantinha-se diversificada. Em 1846, por exemplo, Francisco Felisman de Carvalho Lessa comprou do alferes Domingos Antonio Bezerra, pelo valor de 1:778\$609 réis,

[...] um engenho de fabricar açúcar com terras próprias e mais um quinhão de terras denominado – Penedo – contiguas ao mesmo Engenho denominado – União – à margem da lagoa do Rio Itahype deste termo, que houveram por arrematação na Praça desta dita Vila.¹⁷⁷

A impressão que se tem das escrituras lançadas nos Livros de Notas é que, em torno de 1840, as terras de Ilhéus estavam sendo exploradas de forma mais intensiva. O dinamismo econômico, ao que parece, acaba por tornar o Sul da Bahia uma área promissora e um verdadeiro polo de atração populacional e de investimentos, pelo menos é o que deixa transparecer a documentação. Embora a análise das escrituras de compra e venda de terras não faça parte do objetivo deste trabalho, algumas das transações envolvendo este bem indicam que elas já vinham sendo exploradas com o cultivo de determinados produtos, como aconteceu em 1840, quando foi registrada em Ilhéus uma escritura de compra e venda paga e quitação na qual Pedro Gonçalves de Araújo vendia para Eusebio Marques do Amaral, “[...] uma sorte ou quinhão de terra denominada de Alagoa deste termo denominada Santo Antonio do Penedo, com vários pés de café no valor de 126 mil reis [...]”¹⁷⁸, ou, em 1848 quando foi registra uma escritura de compra e venda na qual Caetano Jose de Figueiredo vendeu para Francisco Manoel Fernandes, pelo valor de Rs. 35\$000 “[...] uma plantação de cacau no rio da Cachoeira desta Villa no lugar chamado Caz [...]”¹⁷⁹.

Além das cartas de alforrias, tratadas no próximo capítulo, os Livros de Notas contém registros de transações envolvendo escravos, sendo a maioria registros de compra e venda de cativos. No entanto, o fato dessa documentação apresentar algumas lacunas, pois faltam páginas e outras estão bastante deterioradas, impossibilita a montagem de uma série completa dos lançamentos de escrituras envolvendo escravos em Ilhéus na primeira metade do século XIX, o que permitiria conhecer a movimentação dessas transações ao longo do período.

No entanto, na tentativa de aproximação com o tema, adiantamos que foram localizados 73 registros de transações envolvendo escravos, a maioria deles, 71 (97,1%), estão concentrados no período entre 1830 e 1849. Se a distribuição dessas escrituras refletir, em certa medida, a realidade da movimentação dos negócios envolvendo escravos em Ilhéus entre

¹⁷⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 10, fl. 113, 29 ago.1846.

¹⁷⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fl. 101, 05 out.1840.

¹⁷⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 11, fl. 25, 04 nov.1848.

1810-1849, é possível inferir que houve uma relação direta entre o aquecimento da economia, sobretudo com o aumento das exportações de cacau, e o crescimento da procura por cativos. Todavia, como ressaltamos anteriormente, essa fonte apresenta problemas e merece ser trabalhada dentro de outros parâmetros, portanto, tendo em conta as dificuldades apresentadas, bem como as limitações deste estudo, pretendemos pesquisar tal documentação num futuro próximo.

Sintetizando, a análise dos inventários de alguns moradores da vila de Ilhéus, bem como a descrição dos seus bens, revelou-nos uma sociedade em que a posse de escravos, embora difundida em diversas atividades, era muito modesta na primeira metade do século XIX. De acordo com a documentação consultada, afora o engenho Santana, apenas o alferes Guilherme Frederico de Sá, detinha a posse de vinte cativos quando faleceu em 1838.

Contudo, é possível supor que os homens que se aproveitaram da conjuntura econômica favorável, especialmente a partir de 1830, com a ampliação das atividades econômicas e o desenvolvimento da lavoura cacaueira, faleceram na segunda metade do século XIX, portanto, seus inventários foram abertos neste período.¹⁸⁰

Assim, não poderíamos esperar encontrar muitos homens com grandes fortunas na primeira metade do Oitocentos. Desse modo, o que os inventários até aqui analisados deixam transparecer é que boa parte dos proprietários de escravos eram pequenos lavradores e seus cativos figuravam como principal bem de valor. Certamente esses proprietários trabalhavam próximos dos seus escravos, seja na lavoura, nos alambiques, na tenda de ferreiro, na pesca e possivelmente também na caça. Na descrição dos bens inventariados vimos que barcos, canoas e lanchas figuravam com certa frequência, além de espingardas. Dessa forma, podemos inferir que eles utilizavam esses instrumentos para transportar e comercializar o produto de suas lavouras.

Os naturalistas Spix e Martius observaram que “[...] crustáceos, mariscos e peixes, juntamente com bananas e farinha de mandioca constituem a usual alimentação dos habitantes do litoral e a ela se atribui a grande fecundidade da população”.¹⁸¹ A lagoa do Itaípe, próxima de Ilhéus, com perto de duas milhas alemãs de comprimento por uma de largura era famosa em toda a redondeza por ser muito rica em peixe.¹⁸² Desse modo, além dos cativos

¹⁸⁰ Ver no apêndice (p. 184) alguns exemplos que ilustram esta hipótese.

¹⁸¹ SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 178.

¹⁸² MAXIMILIANO, op. cit., p. 342.

trabalharem nas lavouras, engenhos e alambiques, também deveriam garantir a sobrevivência de seus senhores ao caçar e pescar.

Todavia, ainda existem muitas questões sobre a instituição escravista em Ilhéus que precisam de aprofundamento. Nesse sentido, conhecer um pouco sobre como os escravos se articularam e conseguiram obter a libertação do cativo, talvez possa contribuir para o entendimento de alguns aspectos da escravidão naquela sociedade. Esse é um dos propósitos do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

ALFORRIAS EM ILHÉUS, 1810-1850

2.1 Sobre as alforrias

As cartas de alforria preservadas nos Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus fornecem valiosas informações a respeito da identificação de cada liberto, como, por exemplo, nome, sexo, origem (africano ou crioulo), cor (para os nascidos no Brasil), ocasionalmente idade, mais raramente ocupação e ainda algumas informações sobre o ex-proprietário, bem como o motivo e sob quais condições ou limitações o escravo estava sendo alforriado.

Neste capítulo pretendemos apresentar os dados relativos à nossa pesquisa. Procuramos analisar algumas das variáveis aludidas e, sempre que possível relacioná-las, com o objetivo de traçar o perfil dos alforriados e das manumissões na localidade. Não obstante, antes de adentrarmos no estudo das cartas de alforria de Ilhéus algumas considerações sobre a documentação precisam ser feitas.

Em primeiro lugar percebemos que o banco de dados que serviu de base para o nosso estudo contém 87 registros de cartas de alforria distribuídos em sete livros de notas, porém, eles não formam uma série completa dos anos assinalados. Portanto, a documentação apresenta algumas lacunas, como mostra a Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Distribuição dos registros de alforrias por Livros de Notas. Ilhéus, 1810-1852

LIVROS/PERÍODOS	REGISTROS		MÉDIA ANUAL
	N	%	N
Lv. 5 (1810-1815)	7	8,0	1,15
Lv. 6 (1822-1825)	19	22,0	4,75
Lv. 7 (1832-1834)	15	17,2	3,75
Lv. 8 (1835-1838)	21	24,1	5,25
Lv. 9 (1838-1841)	10	11,5	2,5
Lv. 10 (1841-1847)	12	13,8	1,71
Lv. 11 (1848-1852)	3	3,4	0,6
TOTAL	87	100	2,6

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Conforme a Tabela 2.1, observa-se que existem duas lacunas de seis anos, ou seja, uma entre o final do Livro nº 5 (1815) e o início do nº 6 (1822), e outra entre o último ano do livro nº 6 (1825) e o primeiro do nº 7 (1832). Não sabemos precisar ao certo o que ocorreu nos períodos lacunares, porém, podemos argumentar que perderam-se os livros, pois nada justifica a vila de Ilhéus, sede administrativa da comarca, ter ficado sem livros de notas nos referidos períodos.

Este problema na documentação, no entanto, inviabiliza uma análise da frequência das alforrias ao longo dos anos. Ademais, os livros estão incompletos e com algumas páginas muito deterioradas, portanto, o número de manumissões que apresentamos pode não corresponder à realidade das libertações efetivadas em Ilhéus no período.

O escopo temporal balizado na pesquisa foi determinado pelos próprios registros das cartas. Assim, tomamos como ponto de partida o ano de 1810, em que consta o primeiro registro de alforria no livro nº 5, cuja alforriada foi a escrava Marcelina.¹⁸³ O último registro, por sua vez, aconteceu em 1848 no livro nº 11, quando o senhor João Baptista Floresta alforriou o escravo Domingos “[...] pelos bons serviços que me tem feito”.¹⁸⁴

Outra questão que merece ser elucidada diz respeito ao intervalo de tempo entre a data da concessão e a do registro das cartas. No geral, esses dois momentos apresentam distâncias significativas, como se pode ver no Gráfico 2.1.

Gráfico 2.1 – Variação de tempo entre a concessão e o registro das alforrias. Ilhéus, 1810-1852

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

¹⁸³ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 5, fl. 2F, 18 dez.1810.

¹⁸⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 35F, 13 dez.1848.

Entre os 87 registros de cartas de alforrias, em seis casos uma dessas informações não aparece. Portanto, foi possível perceber que, entre os 81 registros em que ambas informações estão presentes, na maior parte, 32 (39,5%), a concessão e o registro ocorreram no mesmo ano, com intervalo de poucos meses. Em seguida, temos 25 registros (30,8%) em que a diferença entre os dois momentos variou entre 1 e 3 anos. Nas demais situações a variação foi ainda maior, ou seja, 11 (13,6%) entre 3 e 7 anos, 6 (7,4%) entre 7 e 10 anos, e 7 casos (8,6%) em que essa diferença estava acima de uma década.

O conteúdo das cartas de alforria não permite saber os motivos que possam justificar esses intervalos de tempo. Não obstante, podemos presumir que os libertos ou deveriam esperar a boa vontade dos seus senhores, ou recorriam ao cartório quando não estavam seguros quanto à continuidade da sua condição, como no caso da proximidade da morte do senhor que lhe passara a carta, ou quando se sentiam ameaçados por tentativas de reescravização.¹⁸⁵ Outra explicação possível talvez esteja relacionada com a distância entre o local da concessão e o Cartório de Notas. Todavia, quando atentamos para esta informação percebemos que a maioria das cartas, 79 (90,8%), foram concedidas na própria vila de São Jorge dos Ilhéus, apenas 3 (3,4%) na cidade da Bahia (provavelmente Salvador) e as demais, uma em cada localidade, a saber: São Boaventura do Poxim, São Boa Ventura de Canavieiras, sítio Areal (termo da vila de Ilhéus) e vila de Oliveira. Apenas um registro não possui essa informação.

As manumissões lançadas nos livros de notas de Ilhéus são oriundas de processos diversos. No entanto, a maior parte, 75 (86,2%), foi registrada como carta de alforria, resultado do acordo direto entre escravo e senhor. Contudo, observamos que existem 10 casos (11,5%) em que os registros são provenientes de testamentos e partilhas de bens nos inventários, ou seja, os herdeiros libertavam ou “perdoavam” parte do valor do escravo ou o alforriava em cumprimento das disposições testamentárias. No mais, encontramos 2 registros de alforrias fruto de batismo, que correspondem a 2,3% do total das manumissões.

Conforme salientamos anteriormente, o banco de dados contém 87 registros de cartas de alforrias que resultaram em 89 alforriados.¹⁸⁶ No entanto, ao investigar a ocorrência das

¹⁸⁵ De fato, a possibilidade de reescravização era real e garantida ao proprietário do escravo, somente sendo proibido pela Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre-Livre. Porém, os escravos recorriam à justiça para terem o seu direito à liberdade garantido. Sobre o assunto ver, entre outros, SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2000.

¹⁸⁶ Agradeço ao Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e ao professor Dr. Marcelo Henrique Dias que disponibilizaram o Banco de Dados com as cartas de alforria utilizadas nesta pesquisa.

alforrias nos testamentos e inventários pesquisados, encontramos mais três libertações que não constam no referido banco de dados, são elas: a do escravo Luiz, crioulinho, de 12 anos e meio de idade, alforriado em 1812 nas terças do inventário do seu senhor, Ignácio Nunes de Souza, pelo valor de Rs. 25\$000;¹⁸⁷ a da escrava Maria Joaquina, crioula, idosa, que em 1838, no processo de partilha dos bens do inventário de seu senhor, Guilherme Frederico de Sá, apresentou o valor de Rs. 150\$000 e foi libertada incondicionalmente¹⁸⁸ e a do escravo Antônio, crioulo, liberto em 1838 no testamento de Caetano Francisco de Figueredo, com a condição de acompanhar e servir o casal até a morte.¹⁸⁹

Nesse sentido, somando todas as alforrias temos o total de 90 manumissões e 92 alforriados, isso numa população escrava estimada em 700 indivíduos nos anos 1840.¹⁹⁰ Assim, para melhor sistematização e análise dos dados, optamos por agrupá-las em quatro períodos (décênios), como consta na Tabela 2.2.¹⁹¹

Tabela 2.2 - Distribuição das alforrias e alforriados por períodos. Ilhéus, 1810-1849

Períodos	Alforrias		Alforriados	
	N	%	N	%
1810-1819	8	8,9	8	8,7
1820-1829	20	22,2	20	21,7
1830-1839	42	46,7	44	47,9
1840-1849	20	22,2	20	21,7
Total	90	100	92	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Analisando a Tabela 2.2 percebemos a concentração de manumissões na década de 1830, ou seja, 46,7% do total. De fato, não sabemos o que ocorreu com a prática da alforria nos períodos lacunares (ver Tabela 2.1). Todavia, se tomarmos como referência o ano de 1832, início do livro nº 7, a partir do qual é possível observar a frequência das alforrias até

¹⁸⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ignácio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 15, 11 ago. 1812.

¹⁸⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Frederico de Sá. Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

¹⁸⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Caetano Francisco de Figueredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

¹⁹⁰ Para essa estimativa a autora utilizou os registros de batismos de escravos, e sugere que tal número pode estar subestimado. MAHONY, Mary Ann. "Instrumentos Necessários": Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, 2001. p. 99.

¹⁹¹ A metodologia empregada consistiu em agrupar as cartas de alforrias de acordo com as datas dos registros das mesmas. Para as três alforrias que não constam no banco de dados tomamos como referência as datas em que elas foram efetivadas no testamento e nos inventários.

1852, final do livro nº 11, notamos que houve diminuição dos registros de cartas, isto é, na década de 1840 apenas vinte registros foram efetivados, o que significa uma redução em torno de 50% de um decênio para o outro.

As médias anuais dos registros das alforrias oscilaram muito de acordo com os períodos correspondentes a cada Livro de Notas (ver Tabela 2.1). No entanto, é possível notar certa tendência à diminuição do número médio de alforrias por ano ao longo dos referidos períodos. Ainda não podemos avaliar se o desenvolvimento da lavoura cacauzeira, a partir da década de 1830, exerceu alguma influência sobre a frequência das manumissões. No entanto, pode-se argumentar que, talvez, o crescimento do cultivo do cacau, bem como o desenvolvimento da lavoura comercial como um todo, pode ter aumentado a demanda por trabalho, o que incidiu na decisão dos senhores na hora de avaliarem as possibilidades de concessão ou negociação das alforrias. Não obstante, tal hipótese merece ser avaliada com minudência e confrontada com outras fontes documentais.

No geral, a média anual de alforrias em Ilhéus corresponde a 2,6 cartas (ver Tabela 2.1). Todavia, tendo em vista as lacunas existentes na documentação, sabemos que esse número pode estar subestimado. Ao que parece, a baixa rentabilidade da lavoura comercial, aliada com as dificuldades de acesso ao mercado de escravos deve ter influenciado a decisão dos senhores que, percebendo o crescimento das atividades econômicas, preferiam reter mão de obra ao invés de libertá-la.

Voltando a atenção para as manumissões, podemos indagar sobre os tipos de alforrias que os escravos de Ilhéus obtiveram. Quais condições foram impostas e qual o perfil da população alforriada? Essas são algumas das questões que norteiam este estudo e tentaremos elucidá-las ao longo do texto.

Em primeiro lugar, notamos que a maioria das alforrias analisadas foram onerosas, aqui consideradas todas aquelas pagas e/ou condicionadas, como demonstra a Tabela 2.3.

Tabela 2.3 - Tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1849

Períodos	Onerosas		Não Onerosas	
	N	%	N	%
1810-1819	5	5,6	3	3,3
1820-1829	16	17,8	4	4,4
1830-1839	36	40,0	6	6,7
1840-1849	17	18,9	3	3,3
Total	74	82,3	16	17,7

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os dados da Tabela 2.3 demonstram que 74 (82,3%) das cartas de alforrias em Ilhéus foram obtidas mediante algum tipo de ônus e, apenas 16 (17,7%) delas foram alcançadas de forma gratuita e incondicional, classificadas por nós como sendo não onerosas, embora concordemos que no tempo do cativo o escravo ou seus pais trabalharam e prestaram bons serviços ao seu senhor por longos anos, o que muito provavelmente lhes valeu na hora de obter a alforria, sendo que isto, de certa forma, pode ser considerado um esforço do cativo e entendido como um ônus.¹⁹² A Tabela 2.4 informa os tipos de alforrias onerosas.

Tabela 2.4 - Tipos de alforrias onerosas por períodos. Ilhéus, 1810-1849

Períodos	1810-1819		1820-1829		1830-1839		1840-1849		Total	
Tipos de Alforrias	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pg. Incond.	2	2,7	5	6,7	12	16,2	7	9,5	26	35,1
Pg. Cond.	-	-	7	9,5	7	9,5	1	1,3	15	20,3
"Grat. Cond."	3	4,0	4	5,4	17	23,0	9	12,2	33	44,6
Total	5	6,7	16	21,6	36	48,7	17	23,0	74	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Analisando a Tabela 2.4 podemos constatar que o tipo que predominou foi das alforrias gratuitas condicionadas, 33 cartas que correspondem a 44,6% de todas as alforrias onerosas, sendo 26 (35,1%) alforrias pagas sem condição e 15 (20,3%) delas também foram pagas, porém estavam condicionadas ao cumprimento de algum tipo de serviço. Entre as alforrias onerosas encontramos 3 coartações, sendo que duas libertavam o escravo incondicionalmente na metade do seu valor, ou seja, os proprietários já haviam recebido parte do dinheiro e registraram a carta afirmando que “perdoavam” o restante da quantia. Apenas uma coartação obrigava o cativo a continuar prestando serviço até pagar o restante da alforria. Outra particularidade das alforrias onerosas é o pagamento por substituição. Identificamos três casos em que os escravos ou seus familiares pagaram pela alforria oferecendo outro cativo em troca de sua libertação, que foram dadas incondicionalmente.

Os percentuais de manumissões onerosas demonstram que em Ilhéus, bem como em outras regiões brasileiras, ocorreu aquilo que Manuela Carneiro da Cunha chamou de ‘produção de dependentes’, pois, “[...] não se emergia livre da escravidão, mas

¹⁹² Acreditamos que é possível estabelecer um padrão de classificação das alforrias em onerosas: pagas (condicional ou incondicional) e "gratuitas" condicionadas; não onerosa: gratuita incondicional. Este procedimento possibilita conhecer, com mais riqueza de detalhes, as nuances do processo de libertação do cativo no Brasil.

dependente”.¹⁹³ Além de 82,3% das alforrias registradas serem onerosas, dos 41 escravos de Ilhéus que tiveram suas alforrias pagas, 15 (36,5%) deles ainda deveriam cumprir algum tipo de condição antes de alcançarem a libertação plena.

Investigando o tipo de condição imposta nas alforrias onerosas percebemos que o grau de sujeição pessoal do alforriado ao seu senhor era elevado, visto que na maioria das vezes o escravo deveria esperar até a morte do seu proprietário para ingressar no mundo dos libertos, como se pode ver na Tabela 2.5.

Tabela 2.5 - Tipos de condições das alforrias. Ilhéus, 1810-1849

Condição	N	%
Acomp./servir até a morte do senhor	38	79,1
Acomp./servir até a morte do senhor e filho/esposa/avô	6	12,5
Nunca mais pisar os pés na vila	1	2,1
Prestar serviço até pagar o restante da alforria	1	2,1
Acomp. o senhor por 4 anos	1	2,1
Liberta pela metade	1	2,1
Total	48	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A Tabela 2.5 indica que 48 (51%) do total de 90 manumissões eram condicionadas. Na maioria dos casos, 38 (79,1%), os escravos deveriam esperar até a morte do senhor para conseguirem a libertação total do cativo. Isso demonstra que em Ilhéus, assim como em outras regiões escravistas do Brasil, as relações paternalistas de dependência tiveram espaço considerável no conjunto das cartas de alforria.

Interessante notar o caso da escrava crioula Florencia, que teve sua alforria registrada por uma de suas donas, Rosa Joaquina de São Jose que, recebendo Rs. 50\$000 da dita escrava, fez a seguinte observação,

[...] cuja outra metade pertence a minha irmã Delfina Maria, que a houvermos por legitima da finada minha tia Roberta Maria [...] Referida escrava que nos pertence forro como de efeito ha por forra liberta [...] Ficando sujeita a outra metade pertencente a dita minha irmã, podendo em virtude da presente gozar da metade de sua liberdade.¹⁹⁴

¹⁹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 11.

¹⁹⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 38F, 20 jun. 1839. Atualizamos a grafia e a acentuação dos textos de época citados no corpo deste trabalho, para facilitar a leitura. Mantivemos, porém, a forma original no que diz respeito ao vocabulário e à construção das frases.

A outra metade da liberdade da escrava estava, portanto, condicionada à vontade ou à disposição da sua segunda proprietária. A carta de alforria não permite saber sobre os meios que Florencia utilizou para conseguir os Rs. 50\$000. Todavia, se foi com recursos próprios, fruto de anos de trabalho e economias, a condição de liberta pela metade poderia significar que ela teria um tempo a mais para labutar em benefício da sua pessoa, porém, nada garante que a dona da outra parte da cativa não iria utilizar-se dos serviços dela em tempo integral.

Independente de cumprir condições ou não, percebemos que os escravos de Ilhéus fizeram suas articulações para se livrarem do cativeiro. Aceitar o cumprimento de condições, como acompanhar e servir o senhor até a morte, pode ter significado alguma vantagem para eles, principalmente se levarmos em consideração a idade do manumissor e do alforriado, sendo que, no caso de Ilhéus, havia muitas crianças entre estes últimos, como veremos adiante.

Algumas cartas de alforria possuem valores declarados. Nem sempre elas foram pagas pelos próprios cativos, bem como parte delas não resultaram na plena libertação do cativeiro. Não obstante, a soma que os escravos pagaram é um indicativo das chances que eles tinham de acumular pecúlio no contexto escravista ilheense. A Tabela 2.6 contém informações sobre os preços médios das alforrias por período.

**Tabela 2.6 - Preços médios das alforrias por períodos.
Ilhéus, 1810-1849**

Períodos	Alforrias Avaliadas		Preço médio (mil réis)
	N	%	
1810-1819	3	6,8	51\$660
1820-1829	14	31,8	127\$312
1830-1839	19	43,2	116\$376
1840-1849	8	18,2	238\$750
Total	44	100,0	137\$849

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Notamos pelos dados da Tabela 2.6, que os escravos de Ilhéus conseguiam arrematar algumas somas em dinheiro para barganhar a compra da alforria. Todavia, salientamos que algumas delas foram avaliadas em testamentos e nas terças dos inventários, e foram inseridas no cálculo. Portanto, os valores apresentados nessa tabela não resultam, na sua totalidade, da compra direta das alforrias pelos cativos, como foi o caso, por exemplo, da escrava Eliutéria Maria, descrita como crioula, mulatinha, cuja alforria foi avaliada em Rs. 140\$000 pela sua

proprietária, Isabel Maria da Conceição, que registrou a carta com a seguinte observação, “[...] e liberto por esta carta de liberdade pelo preço e quantia de cento e quarenta mil réis na minha terça que a mandei avaliar e nesta quantia ficou para a sua liberdade”.¹⁹⁵

Entre as cartas de alforrias avaliadas em Ilhéus, o menor valor registrado foi o de uma criança de nome Lúcia, descrita como crioula, mulatinha, filha da escrava Antônia, propriedade do casal Luiz Gonzaga Lopes e Maria do Nascimento, que alforriou a criança em 1834 pelo valor de Rs. 10\$000, pago nas terças da senhora, como consta no documento,

[...] cuja mulatinha, logo que nasceu a demos por forra para o batismo no valor de dez mil réis nas nossas terças, pelo muito amor que temos e a termos criado nos nossos braços para que não padeça desvio no dito batistério [ilegível] passamos-lhe para segurança esta presente carta de liberdade como de fato a forramos.¹⁹⁶

No entanto, o maior valor pago por uma alforria foi realizado por Benta Januária, mãe do escravo Francisco, descrito como crioulo, adulto, propriedade de Joaquim José da Costa Seabra, que recebeu, em 1848, o valor de Rs. 500\$000 pela alforria incondicional do cativo.¹⁹⁷ Cabe, neste caso, indagar sobre como a mãe de Francisco amealhou a quantia necessária para a compra da alforria de seu filho.

Sabemos, no entanto, que os escravos e forros tinham suas redes de contato e laços de parentesco e solidariedade que eram acionados em diversas situações. Ademais, os cativos de Ilhéus vendiam os produtos que plantavam ou os utensílios domésticos que fabricavam em lojas e feiras ao ar-livre em todo o município, inclusive, alguns deles usavam sua terra para plantar cacau e participar, eles próprios, da economia de exportação.¹⁹⁸ Portanto, assim como em outras regiões escravistas do Brasil, os escravos de Ilhéus também tinham suas economias próprias. Ademais, notamos que o preço médio das alforrias em Ilhéus aumenta no período 1840-1849, o que pode estar relacionado ao crescimento da dinâmica da economia local, que ao impulsionar o comércio deve ter valorizado a mão de obra escrava. Este aumento também pode estar relacionado ao avanço das pressões para acabar com o tráfico transatlântico de escravos que, de modo geral, acabaram por elevar os preços dos cativos no Brasil.

¹⁹⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 061V, 30 jul. 1824.

¹⁹⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 71F, 22 fev. 1834.

¹⁹⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 28F, 11 nov. 1848.

¹⁹⁸ MAHONY, op. cit., p. 120.

2.2 Sobre os manumissores

Em março de 1823, a viúva Donna Clara Bezerra Peixoto registrou a alforria da escrava Benta, com a seguinte justificativa,

Senhora e possuidora da [miança] que tocou no Inventário de meu falecido marido a metade de meus bens na escrava Benta e por ela ter recebido em dinheiro a quantia de oitenta e um mil e trezentos e oitenta réis para pagar entre das despesas do Inventário e dinheiro que tinha dado em vida ao falecido seu senhor a conta da sua alforria e pelos bons serviços que dela tinha recebido, a dou por forra perdoando-lhe o restante do seu valor em que foi avaliada, cuja alforria a faço de minha livre vontade. Com a condição de a dita escrava me acompanhar até o dia do meu falecimento fazendo o meu enterro e alguns sufrágios pela minha alma os quais deixo no seu arbitrio e daí em diante ficará gozando de sua liberdade.¹⁹⁹ (Grifo nosso)

Analisar a relação senhor/escravo por meio das cartas de alforria é uma tarefa um tanto arriscada, pois nos coloca diante do dilema da interpretação a respeito da libertação do cativo, ou seja, se foi por amor ou por interesse,²⁰⁰ sobretudo nos casos de alforrias gratuitas. Contudo, partimos do pressuposto que frequentemente ambos tinham que negociar entre si, ou seja, fazer acordos e criar espaços em que as duas partes exercem influência.²⁰¹

A libertação da escrava Benta, descrita no início desta sessão, sugere que a quantia que ela havia dado pela sua alforria contribuiu para o pagamento das despesas com a abertura do inventário do seu falecido senhor. Dessa forma, ao que parece, ela teve como recompensa o restante do valor da sua alforria “perdoado” pela então viúva Donna Clara Bezerra Peixoto que, no entanto, fez questão de exigir que a liberta continuasse lhe acompanhando até o seu falecimento.

Na primeira sessão deste capítulo vimos que os manumissores de Ilhéus não estavam muito dispostos a alforriarem os seus cativos gratuitamente e sem o cumprimento de condições, apenas 17,7% das alforrias foram concedidas dessa forma (ver Tabela 2.3). Tal constatação, por sua vez, pode ser um indicativo de que parte deles se distinguia pelos baixos recursos possuídos, como o falecido proprietário da escrava Benta, por exemplo, que precisou contar com o dinheiro da cativa para arcar com as despesas da abertura de seu inventário.

¹⁹⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 33V, 23 abr.1823.

²⁰⁰ Sobre o assunto ver, por exemplo, BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁰¹ Ibid., p. 74

Outro fator que pode contribuir para evidenciar esta hipótese é o fato de que havia manumissores, embora muito poucos, que dividiam entre si a posse de um escravo. Encontramos dois exemplos deste tipo, a saber: o Patrono Bento Rodrigues Figueredo e frei Ludovico, que alforriaram o escravo crioulo Callistro²⁰², e Manoel Cardoso da Silva que, juntamente com Francisco da Costa, alforriaram a escrava crioula Anna da Mata, porém, os dois últimos o fizeram em consequência da rogatória da mãe, Rita Maria da Vitória.²⁰³

Não obstante, as cartas de alforrias não oferecem grandes possibilidades de investigação a respeito dos bens que os manumissores detinham no momento do registro da carta. Portanto, entre as informações que emergem do corpo documental podemos destacar aquelas relativas ao sexo, ao estado conjugal e, em menor proporção, às ocupações. Desse modo, sempre que possível, lançaremos mão de outras fontes para complementar o estudo sobre os manumissores, a saber: as escrituras públicas lançadas nos referidos livros de notas, testamentos e inventários *post-mortem*.

Começamos por empreender uma análise a respeito da divisão por sexo dos manumissores, como mostra a Tabela 2.7.

Tabela 2.7 - Manumissores segundo o sexo. Ilhéus, 1810-1849

Períodos	1810-1819		1820-1829		1830-1839		1840-1849		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	7	7,8	7	7,8	28	31,1	14	15,5	56	62,2
Feminino	1	1,1	13	14,4	14	15,6	6	6,7	34	37,8
Total	8	8,9	20	22,2	42	46,7	20	22,2	90	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Existe, de modo geral, número considerável de proprietárias que alforriaram, elas representaram 37,8% dos escravistas que registraram alforrias em Ilhéus no período em tela. Alguns nomes se destacam pela frequência nos registros, como foi o caso de Francisca Xavier do Sacramento, que entre o mês de agosto e setembro de 1822, registrou cinco cartas de alforrias, todas pagas, quatro delas condicionadas a acompanhar e servir a senhora até a morte e, apenas uma incondicional. No computo geral, a proprietária embolsou Rs. 770\$000 nessa transação. Outro nome que se destaca é o de Dona Maria Joaquina da Annunciação, que entre 1832 e 1841 registrou seis cartas de alforrias, o que lhe valeu a quantia de Rs. 500\$000,

²⁰² APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 63V, 31 out. 1833.

²⁰³ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 62V, 30 dez. 1839.

referentes a duas cartas pagas. A Patrona Dona Rita de Cássia Marques, registrou duas cartas de forma gratuita, embora condicionada, no ano de 1833.

Com relação à primeira manumissora, Francisca Xavier do Sacramento, fica difícil elucidar sobre os motivos que a levaram a alforriar cinco escravos em tão pouco tempo, principalmente considerando que a economia estava em crescimento. Poderíamos argumentar que ela estivesse oficializando alforrias concedidas anteriormente, no entanto, não foi o que ocorreu, pois todas as cinco foram concedidas e registradas entre agosto e setembro de 1822. Por hora, vale salientar que o conteúdo das cartas contém justificativas relacionadas com a criação, podendo indicar que eram escravos que conviveram por muito tempo com sua senhora, como no caso da alforria da escrava Maria, descrita como parda de nação crioula, na qual a proprietária diz,

Cuja escrava pelo ter criada de pequenina e lhe ter muito amor pelos bons serviços que me tem feito a forro. Cuja alforria faço pelo amor de Deus e forro no valor de cento e cinquenta mil réis e de me acompanhar até o fim da minha vida e depois do meu falecimento poderá ir para onde muito quiser.²⁰⁴

Ao analisar as escrituras públicas dos Livros de Notas de Ilhéus, encontramos um traslado de fiança dos bens de órfãos, registrado em 1823, em que consta o nome de Francisca Xavier do Sacramento que, conforme o documento, já era falecida no aludido ano,

Sem que isso faça constrangidos vinham afiançar o valor das legítimas dos menores órfãos filhos de José da Silva Tavares que lhe couberam em quinhão no Inventário que se fez por morte de sua mãe, Luiza Senhorinha de Souza Tavares, e que da mesma forma afiançavam a herança que tão bem lhe coube por falecimento da falecida Francisca Xavier do Sacramento e que para isso obrigava suas pessoas e bens para assim poder o de José da Silva Tavares ser tutor dos seus filhos Antonio José, Luiza, João e poder conservar em si os ditos bens que couberam em seus quinhões e com efeito tinha afiançado por suas pessoas e bens como ditos têm.²⁰⁵ (Grifo nosso)

Com relação aos 56 homens que registraram alforrias em Ilhéus, 62,2% do total, alguns também se destacaram por registrarem alforrias mais de uma vez. Assim aconteceu com o Patrono Bento Rodrigues Figueredo e Manoel Cardoso da Silva, cada um com três registros. O primeiro recebeu de cada um dos seus libertos Rs. 16\$000 “[...] para uma capela de missa pela alma do senhor”, com a condição de lhe acompanhar e servir até a morte. O segundo libertou incondicionalmente, no valor de Rs. 400\$000, a escrava crioula Maria, e os outros

²⁰⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 11V, 28 set. 1822.

²⁰⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 37F, 30 jul. 1823.

dois cativos foram alforriados em cumprimento das disposições testamentárias. Ademais, outros manumissores registraram alforrias apenas duas vezes, são eles: Capitão Egídio Luiz de Sá Bithencourt Camara, Frei Ludovico de Leone, Carlos Pinto Pereira, Joze Leandro Cardozo e Francisco Valerio da Silva.

Ainda com relação ao sexo, investigamos a possibilidade de haver diferenças entre essa variável e os tipos de alforrias que cada um dos grupos (masculino e feminino) registraram. Salientamos, desde já, que quando a alforria foi registrada por pessoas casadas, elas foram inseridas no grupo masculino. Portanto, até onde foi possível conhecer, as mulheres ou eram solteiras ou eram viúvas. A Tabela 2.8 permite averiguar as possíveis variações.

Tabela 2.8 - Manumissores segundo o sexo e tipos de alforrias.
Ilhéus, 1810-1849

Sexo	Masculino		Feminino	
Tipos de Alforrias	N	%	N	%
Pg. Incond.	20	35,7	6	17,7
Pg. Cond.	7	12,5	8	23,5
Grat. Incond.	8	14,3	8	23,5
"Grat. Cond."	21	37,5	12	35,3
Total	56	100	34	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A primeira constatação a ser feita é a de que os homens não se mostraram muito dispostos a libertarem seus cativos incondicionalmente e sem retorno financeiro, apenas 14,3% das manumissões que eles concederam foram desse tipo, enquanto que entre elas o percentual foi de 23,5%. Quais as explicações possíveis para tal ocorrência?

Numa primeira aproximação com a questão percebemos que entre os 16 libertos de forma gratuita e incondicional, 6 eram crianças, 8 mulheres e apenas 2 homens. Os manumissores do sexo masculino não alforriaram, nessas condições, sequer um escravo em idade produtiva, ao todo foram três mulheres e cinco crianças. Entre estas últimas, uma foi liberta por um padre, outra pelo próprio pai, uma por um crioulo forro e as outras duas receberam alforrias de homens casados “por ser nossa cria e filha da nossa escrava”. Com relação às escravas libertas nessas condições pelos senhores, uma delas era afilhada da sua falecida senhora, esta rogou para que seus filhos alforriassem sua afilhada, e as demais, uma por bons serviços prestados e a outra foi liberta sem maiores justificativas. Sintetizando, os manumissores do sexo masculino, ao libertarem seus cativos gratuitamente e sem o

cumprimento de condições não estavam perdendo muito do capital investido na aquisição de seus escravos.

Já as senhoras que se dispusera a conceder esse tipo de alforria arcaram com maior ônus em termos da perda do capital investido ou herdado. Nessas condições, elas libertaram dois escravos adultos, quatro cativas, também adultas, e apenas duas crianças. Ao que parece, pelo menos a metade dessas manumissoras não dependiam tanto da mão de obra, por isso estavam libertando gratuitamente. Duas delas eram da família Sá Bethencourt Camara, uma das mais importantes do Sul da Bahia à época, que tinham herdado os escravos adultos, Bernurdino e Domiciana, do finado seu pai, coronel José de Sá Bethencourt Camara. Outra se destacou por ser uma das principais manumissoras, registrando seis cartas de alforrias entre 1832 e 1841, sendo duas gratuitas e incondicionais. Entre as quatro restantes, duas libertaram escravas adultas em cumprimento das disposições testamentárias, outra concedeu alforria a uma criança, avaliada em Rs. 140\$000, a ser retirado da sua terça. Por fim, Benta Rodrigues de Fagundes declarou que possuía escravos, terras, casas, ouro e o crioulo de nome Emigdio, o qual deixava alforriado gratuitamente.

Ainda com base na Tabela 2.8, notamos que os manumissores, proporcionalmente, registraram um percentual maior de alforrias pagas e incondicionais, isto é, 35,7% das alforrias registradas por eles foram desse tipo, enquanto entre elas tal percentual foi de 17,7%. A impressão que se tem é de que as manumissoras, quando comparadas com os pares do sexo oposto, não dependiam tanto do pagamento das alforrias de seus cativos. Nesse sentido, se a nossa interpretação estiver correta, podemos supor que, em linhas gerais, as mulheres que alforriaram escravos em Ilhéus tinham melhores condições de vida ou pertenciam a estratos sociais mais elevados. O contrário teria ocorrido aos homens, que estavam mais diluídos pelos diversos segmentos da sociedade. Esta hipótese, no entanto, deve ser testada cruzando as informações das cartas de alforria com outras fontes documentais, porém, esta tarefa exige trabalho de maior fôlego, o que extrapola as delimitações impostas neste estudo.

O estado conjugal dos manumissores é outra variável que nos propomos a analisar nesta seção. Não obstante, tal informação aparece somente nos casos de casados ou viúvos. Poderíamos presumir que quando não houve menção a esse respeito significava que os indivíduos eram solteiros. No entanto, sabemos que adotar este procedimento seria incorrer em risco, pois nem sempre as uniões eram sacramentadas pela Igreja. Nesse sentido, restou como opção analisar somente os casos em que a informação foi mencionada. O Gráfico 2.2 apresenta a distribuição dos manumissores segundo seu estado conjugal.

**Gráfico 2.2 - Estado conjugal dos manumissores.
Ilhéus, 1810-1849**

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Encontramos 18 manumissores (20%) declarados como casados. Ao todo eles alforriaram vinte escravos, entre eles metade (10) eram crianças, sendo nove libertas gratuitamente, porém, seis delas de forma condicionada. Apenas uma criança teve sua alforria paga, provavelmente por um parente, mesmo assim ela ainda deveria acompanhar e servir os seus senhores até a morte. A única escrava idosa, Maria Joaquina, teve que pagar Rs. 150\$000 pela sua libertação, os outros 9 alforriados eram adultos, que, na maioria dos casos (5), também pagaram pelas suas alforrias, embora somente dois tenham alcançado a libertação plena após o pagamento, ou seja, não estavam condicionados ao cumprimento de condição alguma. Os demais adultos (4) foram alforriados de forma gratuita, no entanto, somente um incondicionalmente.

Em suma, os manumissores casados não deixaram escapar a chance de recuperar parte do capital investido em escravos, do total de vinte alforrias registradas por eles, mais da metade (11) foi paga e apenas quatro não tinham cláusulas suspensivas nem retorno financeiro, porém, apenas uma escrava adulta foi beneficiada com este tipo de alforria (gratuita incondicional), os outros três cativos “agraciados” eram crianças, filhas das escravas de seus respectivos senhores, portanto, certamente elas tiveram que continuar, juntamente com suas mães, convivendo e prestando serviços a eles.

Dentre os manumissores declarados viúvos, a minoria, isto é 4 (5%), dois homens e duas mulheres, nenhum deles alforriaram gratuitamente. Ao todo foram três pagas condicionadas e uma incondicional. A viúva de Francisco da Costa Pereira, Rita Maria, tinha três filhos do seu falecido marido, talvez por isso, ela tenha obrigado a escrava idosa

Apolônia, com cerca de 60 anos de idade, a continuar lhe prestando serviços, mesmo pagando o valor de Rs. 20\$000 pela sua libertação.²⁰⁶ A outra viúva, Clara Bezerra Peixoto, foi a que alforriou a escrava Benta, cujo pagamento pela sua alforria condicionada serviu para a abertura do inventário do seu falecido senhor, caso descrito no início desta sessão. Entre os homens, Carlos Pinto Pereira era viúvo de Margarida de Assunção, que pediu ao marido, em testamento, que fizesse algum benefício a respeito da liberdade do crioulo Francisco, alforriado condicionalmente no valor de Rs. 120\$000.²⁰⁷ Manoel Cardozo da Silva, viúvo de Francisca da Victória Portilla, alforriou o crioulo Luiz, também em cumprimento das disposições testamentárias de sua mulher, cujo liberto foi “[...] coartado na metade do seu valor e por eu ter recebido a dita metade poderá o dito escravo gozar de sua liberdade de hoje em diante [...]”.²⁰⁸

A observação dos tipos de alforrias registradas pelos manumissores de Ilhéus mostrou-se útil no sentido de averiguar os acordos firmados entre senhores e escravos quando da negociação da libertação do cativo. Nesse sentido, percebemos que a menor parte das manumissões foram dadas a título gratuito, apenas 17,7%. Assim, com efeito, a maioria dos cativos alcançou sua alforria em troca de remuneração, em dinheiro ou em serviços prestados aos ex-senhores.

As informações sobre os cargos, ofícios ou ocupações dos manumissores são poucas e dispersas, a pequena quantidade de registro em que elas estão presentes referem-se a padres (2), alferes (1), frei (1), sargento-mor (1), capitão-mor (1), patrono e patrona (9) e tenente coronel (1). Quanto aos bens que possuíam, bem como as condições de vida e/ou o envolvimento deles com a posse de cativos, rastreamos e encontramos outras informações nos livros de notas e inventários *post-mortem*. Não obstante, como determinados informes referentes a alguns manumissores estão num período que extrapolam o escopo temporal delimitado neste estudo, optamos por apresentar, no Apêndice (p. 184) uma breve consideração sobre os aludidos escravistas de Ilhéus.

²⁰⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 31F, 11 maio 1823.

²⁰⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 29F, 07 set. 1822.

²⁰⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 7V, 23 mar. 1835.

2.3 Sobre os alforriados

A escravidão em Ilhéus ainda é assunto pouco estudado pelos historiadores. As obras que tratam deste assunto têm demonstrado certa dificuldade em precisar, com alguma margem de segurança, os números relativos à população escrava da localidade. Mary H. Mahony, por exemplo, estimou, com base em registro batismal do período 1823-1843, uma população cativa com cerca de 500 escravos nos anos 1820 e com aproximadamente 700 nos anos 1840, embora afirme que esses números podem ser baixos demais devido às limitações da fonte para essa estimativa.²⁰⁹ Não obstante, a autora destaca que a posse de escravos estava difundida entre pequenos lavradores e alguns donos de fazendas e engenhos, a este respeito ela fornece algumas informações,

Em 1828, o contingente de escravos do Engenho Santana estava, de acordo com Stuart Schwartz, bem equilibrado, com 109 homens e 113 mulheres. Na fazenda de João Segismundo Cordier, havia sete escravos, quatro homens e três mulheres, em 1849. O contingente de escravos na Fazenda Victoria compunha-se metade de homens e metade de mulheres em 1857: dos cento e doze escravos na propriedade, cinquenta e seis eram homens e cinquenta e seis mulheres. De forma similar, em 1861, no Engenho Castelo Novo, havia vinte e seis mulheres e vinte e oito homens.²¹⁰

Considerando a estimativa de Mary H. Mahony, qual seja, de uma população escrava em torno de 700 indivíduos nos anos 1840, os 92 alforriados representam 13,1% desta população. Assim, as análises tecidas nesta seção recaem sobre uma parte muito pequena da população cativa de Ilhéus.

Desse modo, analisaremos a composição da população liberta, ou em processo de libertação, segundo o sexo, a idade e a origem, relacionando estas variáveis com os tipos de alforrias, os preços delas e o papel desempenhado pelos parentes ou familiares dos escravos na luta para resgatar seus entes queridos do cativo. Assim, pretendemos perceber as nuances da prática de alforrias na aludida localidade.

A primeira variável analisada diz respeito à divisão por sexo. A Tabela 2.9 apresenta os alforriados de Ilhéus segundo o sexo.

²⁰⁹ MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários”: Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, 2001. p. 99.

²¹⁰ Ibid., p. 101

**Tabela 2.9 - Alforriados segundo o sexo por períodos.
Ilhéus, 1810-1849**

Sexo	Masculino		Feminino	
Períodos	N	%	N	%
1810-1819	3	3,3	5	5,4
1820-1829	7	7,6	13	14,1
1830-1839	18	19,6	26	28,3
1840-1849	7	7,6	13	14,1
Total	35	38,1	57	61,9

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os dados da Tabela 2.9 confirmam aquilo que também foi atestado para outras localidades brasileiras, ou seja, as mulheres superaram os homens em números absolutos e percentuais em todos os períodos analisados. A prevalência de mulheres entre os alforriados de Ilhéus, (61,9%), pode estar relacionada com a maior preferência dos senhores em alforriá-las, em detrimento dos escravos, a princípio mais produtivos. Outra explicação seria a maior proximidade entre elas e os seus senhores (as), ou seja, trabalhando no serviço doméstico, ajudando a criar os filhos destes e cuidando dos mesmos, na velhice e na doença, situação que permitiu o desenvolvimento de laços de afetividade que contribuíram no momento da obtenção da alforria.

Não obstante, a historiografia aponta que pode ter existido, por parte dos cativos, bem como dos seus parentes e amigos, um esforço para alforriar as mulheres, pois os filhos destas nasceriam livres, situação favorecida pelo fato delas custarem menos que os escravos, o que possibilitava maiores chances para os cativos e familiares pagarem pela sua alforria.²¹¹ Por fim, vale salientar que as escravas possuíam habilidades históricas no pequeno comércio de rua, vendendo produtos diversos que, de alguma forma, possibilitava a elas oportunidades adicionais para acumularem pecúlio.²¹²

O predomínio do sexo feminino entre os alforriados de Ilhéus, por sua vez, não explica todas as nuances da prática das alforrias. Cruzando as informações relacionadas com o sexo do alforriado e os tipos de alforrias, é possível perceber outras particularidades do fenômeno.

²¹¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. p. 453.

²¹² Sobre o assunto ver, entre outros, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; SOARES, Cecília Moreira C. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/ UFBA, Salvador, 1994; FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras – Riqueza e estigma social*. *Tempo*, Rio de Janeiro, Dossiê: História das mulheres e das Relações de Gênero, v.5, n. 9, p. 65-92, jul./2000.

A Tabela 2.10 apresenta a relação entre o sexo dos alforriados e os tipos de alforrias que eles obtiveram.

**Tabela 2.10 - Alforriados por sexo e tipos de alforrias.
Ilhéus, 1810-1849**

Sexo	Masculino		Feminino	
Tipos de Alforrias	N	%	N	%
Pg. Incond.	10	28,6	16	28,1
Pg. Cond.	6	17,1	9	15,8
Grat. Incond.	4	11,5	12	21,0
"Grat. Cond."	15	42,8	20	35,1
Total	35	100	57	100

Fonte: Brasil, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N° 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os dados da Tabela 2.10 demonstram que, no geral, não houve grande diferença na relação entre os sexos e os tipos de alforrias. Contudo, é possível notar que as maiores variações ocorreram nas alforrias gratuitas. Com relação às gratuitas incondicionais, uma parcela muito pequena dos cativos alcançou esse tipo de alforria, apenas 4 (11,5%) entre eles. No entanto, entre elas o índice foi de 21%, que corresponde a doze alforriadas.

Nas alforrias obtidas de forma condicionada, a diferença entre os sexos é visível, isto é, somando as gratuitas e as pagas, ambas condicionadas, a variação ficou em torno de 60% a favor dos libertos do sexo masculinos. Desse modo, proporcionalmente, houve mais cláusulas suspensivas entre as alforrias desses cativos.

Em suma, essas diferenças podem estar relacionadas com fatores de ordem econômica. Considerando os escravos como ativo de produção, inseridos numa economia em crescimento, caso de Ilhéus no período, entendemos que na busca pela libertação do cativo eles enfrentavam dificuldades maiores quando comparados com as escravas, além de serem mais valorizados que elas, certamente esbarravam-se diante da resistência dos senhores, pouco dispostos a libertarem totalmente sua principal força de trabalho, qual seja, escravo, adulto e em boas condições de saúde.

O preço médio das alforrias é uma variável relevante para entendermos a valorização dos alforriados de acordo com o sexo, e ajuda a elucidar o processo de obtenção das alforrias por meio do pagamento. A Tabela 2.11 apresenta estas informações. Vale salientar que foram excluídas do cálculo, as alforrias legadas em testamentos e nas terças dos inventários, assim, os preços médios apresentados correspondem aos valores pagos diretamente pelos escravos ou

seus familiares. Além do mais, em três ocasiões, o pagamento foi feito com outro escravo, em outra situação o manumissor não declarou a quantia paga pelo escravo, sendo que estes quatro casos também foram excluídos, pois não permitem saber o valor monetário da negociação.

**Tabela 2.11- Preços médios dos alforriados por sexo.
Ilhéus, 1810-1849**

	Alforrias Pagas		Preço Médio (mil réis)
Sexo	N	%	
Masculino	14	37,8	162\$000
Feminino	23	62,2	132\$712
Total^a	37	100	143\$794

Fonte: Brasil, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, Nº 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

a - Excluímos 4 casos por não saber o valor monetário do pagamento.

A Tabela 2.11 demonstra que os alforriados do sexo masculino pagaram preços, em média, maiores que aqueles do sexo feminino. Isto indica que em Ilhéus, bem como em outras partes do Brasil, os escravos eram mais valorizados que as escravas, conforme discutimos anteriormente. Percebemos também que em Ilhéus não foi comum alforriar escravos de forma gratuita e sem que eles continuassem tendo que prestar algum tipo de serviço para os seus senhores. Em outras palavras, a libertação do cativo, em média, custava mais caro para eles do que para elas.

Não obstante, analisar o preço médio dos alforriados de acordo com o sexo deixa de fora outra variável importante, qual seja, a idade dos libertos ou em processo de libertação. Conhecer e relacioná-la com os tipos de alforrias e os preços médios possibilita entender, com riqueza de detalhes, o perfil dos alforriados e o fenômeno da prática das alforrias em Ilhéus.

A idade dos alforriados, em números precisos, é uma informação que aparece com pouca frequência nas cartas de alforrias. Os pesquisadores, de modo geral, apontam essa dificuldade e consideram crianças os alforriados cujos nomes aparecem na documentação acompanhados do diminutivo - inho, ou seja, mulatinho, crioulinho, pardinho.

Nesta pesquisa procedemos do mesmo modo. Assim, consideramos crianças os alforriados descritos como crioulinhos/pardinhos, os idosos aqueles em que aparecem os termos velhos ou perto de sessenta anos. Os demais, por não constar nenhuma das informações assinaladas, foram considerados como adultos.

A Tabela 2.12 mostra a distribuição dos alforriados de Ilhéus de acordo com a idade e por períodos. Nela, é possível constatar que os números relativos às crianças são significativos.

Tabela 2.12 - Alforriados segundo a idade por períodos. Ilhéus, 1810-1849

Períodos	1810-1819		1820-1829		1830-1839		1840-1849		Total	
Idade	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Crianças	6	6,5	4	4,3	17	18,5	6	6,5	33	35,8
Adultos	2	2,2	15	16,3	25	27,2	14	15,2	56	60,9
Idosos	-	-	1	1,1	2	2,2	-	-	3	3,3
Total	8	8,7	20	21,7	44	47,9	20	21,7	92	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os dados da Tabela 2.12 demonstram que 35,8% dos alforriados de Ilhéus eram crianças. A documentação contém a indicação numérica das idades em apenas 11 casos, (33,3%) das crianças alforriadas, sendo a menor, um ano e meio, e a maior, doze anos. Com relação aos idosos, apenas três casos, a documentação descreve a alforriada crioula Apolônia como estando perto de sessenta anos, a liberta Maria Joaquina como sendo velha e o escravo Adriano Thomas, como sendo preto, haussá e velho. Os adultos, como salientado anteriormente, não tiveram as suas idades declaradas em nenhum dos 56 casos.

Embora seja um risco estender os dados da população alforriada de Ilhéus para a população escrava como um todo, acreditamos que o perfil dos alforriados reflete, em certa medida, as características demográficas da população cativa local. Mary Ann Mahony, analisando os registros de batismos de Ilhéus, entre 1823 e 1843, encontrou informações sobre 451 pessoas, segundo a pesquisadora “75 homens, 186 mulheres e 190 crianças, claramente identificáveis como escravos”.²¹³

A presença relevante de crianças cativas pode indicar que a reprodução natural dos escravos era encorajada pelos senhores, que a encaravam como um meio de aumentar, ou ao menos manter a posse de escravos. Desse modo, ao que parece, as escravas davam à luz números suficientes de filhos para que a população cativa crescesse ou se mantivesse estável sem recorrer com frequência ao tráfico. Stuart Schwartz destacou que,

²¹³ MAHONY, op. cit., p. 99.

Em áreas menos fortemente ligadas à economia exportadora ou com menor acesso ao tráfico atlântico de escravos, poderíamos esperar encontrar razões de masculinidade menores, menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças.²¹⁴

Os dados que dispomos sobre os alforriados ainda possibilitam conhecer a relação entre idade e tipos de alforrias. O cruzamento destas variáveis pode ser útil no sentido de elucidar melhor as constatações feitas com relação ao sexo. Verificamos anteriormente que os alforriados do sexo masculino, proporcionalmente, obtiveram mais alforrias condicionadas que os do sexo feminino, em contrapartida, eles eram menos beneficiados que elas nas alforrias gratuitas e incondicionais. Todavia, cabe indagar sobre a idade desses alforriados (masculinos e femininos). Esta investigação ajuda no entendimento das diferenças, significativas ou não, quando os distribuímos de acordo com a idade e os tipos de alforrias. A Tabela 2.13 apresenta o resultado da combinação destas variáveis.

**Tabela 2.13 - Alforriados por idade e tipos de alforrias.
Ilhéus, 1810-1849**

Idade	Crianças		Adultos		Idosos	
Tipos de Alforrias	N	%	N	%	N	%
Pg. Incond.	7	21,2	18	32,1	1	33,3
Pg. Cond.	2	6,1	12	21,4	1	33,3
Grat. Incond.	6	18,2	10	17,9	-	-
"Grat. Cond."	18	54,5	16	28,6	1	33,3
Total	33	100	56	100	3	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A possibilidade de uma criança escrava comprar a própria alforria era praticamente nula. Nesse sentido não surpreende o fato de que, entre elas, prevaleceram as alforrias gratuitas, 72,7% dos casos, embora a maioria tenha sido condicionada (54,5%). Quando elas foram alforriadas por meio do pagamento, este era efetuado por parentes (tio, avô, pai, mãe), que na maioria das vezes conseguiam libertá-las imediatamente, 7 casos de alforrias pagas incondicionais (21,2%) e apenas 2 de alforrias pagas condicionadas (6,1%). Se o preço médio dos alforriados do sexo feminino era mais baixo quando comparados com os do sexo masculino (ver Tabela 2.11), o preço médio das alforrias de crianças, como veremos, era mais

²¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 290.

baixo ainda. Desse modo, preços menores significavam maiores chances de serem pagos por cativos ou por seus parentes.

Todavia, com relação à idade, não surpreende o fato de que os adultos eram os que mais alcançavam as alforrias pagas, pois eram os que tinham oportunidades de acumular algum pecúlio, porém, os familiares mobilizaram-se muitas vezes, pagando pela libertação das crianças. Do total de 41 alforrias pagas (incondicionais e condicionais), 9 (21,9%) foram destinadas a crianças, e destas apenas 2 tinham cláusula suspensiva; 30 (73,2%) alcançadas pelos adultos, sendo quase a metade, 12 cartas, condicionadas ao cumprimento de serviços, e apenas 2 cartas (4,9%) obtidas por idosos por meio de pagamento, ou seja, a escrava crioula Maria Joaquina que pagou Rs. 150\$000 e foi liberta incondicionalmente e a escrava Apolonia que, em 1823, pagou Rs. 20\$000 e teve a carta registrada por sua senhora, Rita Maria, viúva de Francisco da Costa Pereira, com a seguinte descrição,

Tanto pelos bons serviços que me tem feito como pelas recomendações do falecido meu marido e se achar com perto de sessenta anos depois de me pagar vinte mil reis valor que lhe dou e me servir até o dia da minha morte desse dia por diante a forro.²¹⁵

No caso de Ilhéus, percebemos que os idosos alforriados, apenas 3 casos, não foram libertos com a intenção do senhor livrar-se do ônus de mantê-los em sua propriedade. A escrava Apolônia, por exemplo, mesmo pagando pela sua libertação, deveria acompanhar e servir a sua senhora até a morte, o que indica que ela ainda exercia algumas tarefas, portanto, ainda era útil para a sua senhora. Outro caso foi do escravo Adriano Thomas, preto, velho, haussá, alforriado por Manuel Ferreira Alvares da Silva com a seguinte condição,

[...] entre os demais bens possuo livres e desembargados é bem assim um escravo já velho [...] O qual seus serviços que tem feito o forro de minha livre vontade como desde já o tenho [feito] e de hoje em diante por todo o sempre para gozar sua liberdade com a condição de me acompanhar por tempo de quatro anos e para sua clareza possui esta carta de liberdade.²¹⁶

Os manumissores, como salientamos na primeira seção deste capítulo, em pouco mais da metade das vezes, (51%) dos casos, mantiveram os alforriados vinculados a eles, para que os acompanhassem e os servissem até o seu falecimento. Assim, mesmo padecendo de moléstia, como ocorreu com a escrava crioula Purdência, que conseguiu barganhar a compra

²¹⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 31F, 11 maio 1823.

²¹⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 21F, 19 set. 1838.

da sua alforria em 1836, pelo valor de Rs. 50\$000, foi mantida para acompanhar e servir o seu senhor, Patrono Manoel Luis de Carvalho, até o falecimento deste, como consta no documento,

[...] possuo por compra que dela fiz no inventário do meu falecido irmão cuja escrava atendendo a moléstias que ela padece de meu mato próprio sem constrangimento de pessoa alguma com a condição de me acompanhar até o dia do meu falecimento a forro como es feito a tenho de hoje para sempre pelo amor de Deus no valor de cinquenta mil reis em que goza de sua liberdade como se livre nascesse do dia do meu falecimento em diante para que herdeiros meus nem descendentes possam ir contra esta minha última vontade.²¹⁷

Voltando a atenção para a idade dos alforriados, percebemos diferenças significativas quanto aos preços médios. A Tabela 2.14 apresenta tais diferenças.

Tabela 2.14 - Preços médios dos alforriados por idade.
Ilhéus, 1810-1849

	Alforrias Pagas		Preço Médio
Idade	N	%	(mil réis)
Crianças	8	21,6	82\$500
Adultos	27	73,0	166\$310
Idosos	2	5,4	85\$000
Total^a	37	100	143\$794

Fonte: Brasil, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, Nº 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

a - Excluímos 4 casos por não saber o valor monetário do pagamento.

O preço médio das alforrias de crianças está abaixo da metade do valor do preço médio das alforrias dos adultos. Não obstante, notamos que o preço das alforrias de crianças aumentou ao longo do período. O maior valor pago foi Rs. 200\$000, realizado em 1840, quando o escravo João, crioulinho com 5 anos de idade, teve a alforria comprada de modo incondicional pelo seu pai,

[...] cujo escravo por haver recebido de seu pai Jose Fellippe a quantia de duzentos mil reis lhe dou a liberdade de hoje em diante que gozara como se livre nascesse sem que jamais se a possa constranger a servidão.²¹⁸

²¹⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 41F, 03 fev. 1836.

²¹⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 68V, 19 fev. 1840.

Entre as alforrias pagas pelos adultos o menor valor foi realizado pelo escravo Callistro, que pagou Rs. 16\$000 para uma capela de missa pela alma do senhor, sendo que sua completa libertação estava condicionada a acompanhar e servir o senhor até o falecimento.²¹⁹

Atentando para a origem dos alforriados de Ilhéus, constatamos a supremacia dos crioulos em detrimento dos africanos. Advertimos, desde já, que em três cartas este tipo de informação não aparece. O Gráfico 2.3 mostra a distribuição dos alforriados segundo a origem.

**Gráfico 2.3 - Origens dos alforriados.
Ilhéus, 1810-1849**

Fonte: Brasil, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, Nº 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A grande maioria dos alforriados, 79 (86%), era constituída por crioulos, no entanto, consta na documentação outras variáveis relacionadas a este termo. Em 1822, quando foi registrada a alforria da escrava Victória, ela foi descrita como parda, de nação crioula.²²⁰ Não obstante, em 1832, quando do registro da alforria do escravo Manoel, ele foi descrito como crioulo, cabrinha, com nove anos de idade.²²¹ Outros termos, além dos mencionados, aparecem na documentação, como por exemplo, mulatos/mulatinhos e mestiços. Desse modo, percebemos que a classificação dos alforriados de Ilhéus segundo o critério de cor não seguiu um padrão.

²¹⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 63V, 31 out. 1833.

²²⁰ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 13F, 28 set. 1822.

²²¹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 25F, 02 set. 1832.

Observando o Gráfico 2.3, percebemos que entre os alforriados existiam dez (11%) de origem africana. Embora todos estejam agrupados nesta categoria, também constatamos variações entre eles, ou seja, 4 foram descritos como africanos, 2 de Nação Mina, 1 Angola, 1 Congo, 1 Nagô e 1 Haussá. Não constatamos crianças entre eles, apenas um era idoso, além do mais, 6 eram homens e 3 mulheres.

Investigando a relação entre tipos de alforrias e origens dos alforriados, não percebemos diferenças significativas entre crioulos e africanos. Isto é, apenas 3 africanos conseguiram pagar pela sua libertação, todos homens, e entre eles um deveria cumprir condição. Os demais obtiveram alforrias de forma gratuita, porém, em apenas um caso ela ocorreu de forma incondicional. Portanto, os alforriados africanos enfrentaram as mesmas dificuldades que os crioulos no processo de obtenção de suas alforrias, ou seja, poucos conseguiram pagar e/ou obter a libertação imediata do cativeiro. A única diferença percebida é que nenhuma das mulheres africanas conseguiu comprar a sua alforria, o que não ocorreu entre as crioulas.

3.3.1 "Para Libertar o meu sangue e lhe dar a liberdade" – Parentescos e solidariedade na obtenção das alforrias.

No dia 22 de março de 1823 compareceu no Cartório de Notas de Ilhéus Joaquim Vaz, a fim de registrar a compra que fez do escravo cabrinha Lourenço, de quatro anos de idade, aproximadamente, filho da escrava de Francisco Fallia, que o vendeu pelo preço de Rs. 40\$000. O comprador, no entanto, fez a seguinte revelação nessa negociação, “[...] conheço que é meu filho o dito escravo que comprei de que faço menção e para libertar meu sangue e lhe dar a liberdade fiz esta compra a fim de forrar como com efeito o forro e o tenho forrado de minha livre vontade [...]”.²²² Em seguida, o pai de Lourenço aproveitou a ocasião para registrar a carta de alforria do seu filho, de forma gratuita e incondicional.²²³

As cartas de alforria lançadas nos livros de notas de Ilhéus oferecem informações que permitem conhecer algumas facetas do processo de libertação do cativeiro, entre elas, a atuação de familiares resgatando parentes da escravidão, como no exemplo descrito acima. Contudo, as possibilidades de análises a respeito da presença da família escrava são limitadas. Portanto, não pretendemos investigar a existência dessa instituição entre os cativos de Ilhéus.

²²² APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 32F, 23 mar. 1823.

²²³ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 33F, 23 mar. 1823.

No entanto, as inferências feitas nesta sessão podem contribuir no sentido de apontar indícios de sua conformação entre os escravos da localidade.

Alguns registros mencionam apenas a filiação do alforriado, como aconteceu com a alforria, gratuita e incondicional, da escrava Anna Luzia, descrita como pardinha, com 8 anos de idade mais ou menos, propriedade do casal Manoel da Silva e Donna Anna Maria de Jesus, que a descreveram como sendo “[...] filha de sua escrava Úrsula, crioula que se acha no seu engenho [...]”.²²⁴ Este registro não indica que a criança foi resgatado do cativeiro por parentes.

Em outros casos, no entanto, os manumissores declararam a origem do pagamento, explicando que recebeu a quantia do pai, mãe, tio, padrinho ou avô. Desse modo, foi possível perceber a participação dos familiares na conquista das alforrias. Vale salientar, no entanto, que em alguns casos não aparece a condição da pessoa que está pagando pela alforria de seu parente, como aconteceu, por exemplo, com Joaquim Vaz, citado no início desta sessão.

A impossibilidade de identificar a condição social do parente, ou seja, se era escravo, forro ou livre, é latente nos casos em que o pai é quem está fazendo o resgate do seu filho. A dificuldade de interpretação não ocorre quando a mãe é quem está pagando pela alforria de seu ente querido, pois, o fato do filho ser escravo comprova que a sua mãe ou era ou havia sido cativa. Não obstante, presumimos que, com relação à filiação paterna, quando não existe menção sobre a condição do pai, se escravo ou forro, significa que, provavelmente, ele era um homem livre, pois, do contrário, a origem escravista seria mencionada, como ocorreu em outros registros. Vejamos um exemplo.

Em 1836 foi registrada em Ilhéus uma carta de alforria na qual Donna Maria Joaquina de Anunciação alforriava a escrava Leopoldina, filha do crioulo forro Emeigdio de Carvalho, pelo preço e quantia de Rs. 250\$000, de forma incondicional.²²⁵ Nesse documento não consta que a alforria de Leopoldina foi comprada pelo seu pai, possivelmente, ela mesma pagou pela sua libertação, sobretudo por não ter sido descrita como criança, porém, existe a menção sobre o passado escravista de seu progenitor, ou seja, era crioulo forro.

Podemos considerar que Leopoldina foi fruto do relacionamento entre duas pessoas que, ao menos, haviam passado pela experiência do cativeiro. Contudo, não podemos assegurar que este relacionamento se desenvolveu no seio de uma família cativa, já que o documento nem sequer informa o nome da mãe de Leopoldina, bem como o estado conjugal do seu pai.

²²⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 5, fl. 10VF, 01 set. 1812.

²²⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 40V, 02 maio 1836.

Situação diferente aconteceu com Lourenço, descrito no início desta sessão, que foi comprado pelo pai, Joaquim Vaz, que em seguida o alforriou. Não existe nos documentos menção a respeito da origem escravista do pai de Lourenço, no entanto, no registro de compra e venda consta que o cabrinha alforriado era filho da escrava do senhor, portanto, presumimos que ele foi fruto do relacionamento entre um homem livre com uma mulher escrava. Sendo assim, o gesto de Joaquim Vaz suscita alguns questionamentos. Qual o motivo que o levou a comprar e alforriar um filho tido com uma escrava? Teria sido por questões morais e temor às chamas do purgatório, já que a Igreja condenava como pecado, entre as pessoas livres, deixar parentes consanguíneos no cativeiro?²²⁶ Ou podemos entender esta atitude como uma demonstração de afetividade por sua prole?

De fato, a única motivação expressa no documento é a de que Joaquim Vaz comprou o seu filho “[...] Lourenço do seu senhor Francisco Fallia somente a fim de o alforriar [...]”.²²⁷ Não obstante, a nosso ver, a última indagação feita parece ser mais plausível, principalmente se levarmos em conta que a dimensão religiosa foi mais comum nas alforrias testamentárias e de pia batismal. Igualmente, o fato de ter comprado é indicativo do empenho adicional a favor da libertação do seu filho. Ademais, ao que parece, as relações entre pessoas livres e escravas tinham espaço considerável na sociedade ilheense. Na Bahia colonial como um todo, havia concubinos, desvios sexuais e violações da doutrina da Igreja o bastante para manter ocupados os investigadores eclesiásticos.²²⁸

Em 1730, quando da transferência da administração do engenho Santana, por exemplo, houve acusações e contra-acusações a respeito do envolvimento de padres com cativas, além disso, apenas 8,5% dos cativos daquela unidade viviam sozinhos.²²⁹ No início do Oitocentos, mais precisamente em 1813, foi realizada uma devassa na comarca de Ilhéus, ou seja, uma inquirição disciplinar e punitiva do foro canônico, que tinha como propósito salvaguardar os bons costumes da comunidade paroquial. Entre as 596 acusações proferidas, envolvendo tanto pessoas livres quanto escravas, 396 (51,3%) relacionavam-se com a imoralidade sexual, a maior parte dos desvios morais, em torno de 70%, referia-se a concubinos e tratos ilícitos.²³⁰

²²⁶ De acordo com Márcio de Souza Soares havia, entre as pessoas livres, certo constrangimento do ponto de vista moral em deixar parentes consanguíneos no cativeiro. SOARES, Márcio de Souza. AD Pias Causas: as motivações religiosas na concessão das alforrias (Campos dos Goitacases, 1750-1830). In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: Editus, v. 10, n. 18, p. 389-425, 2009. p. 399.

²²⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 33F, 23 mar.1823.

²²⁸ SCHWARTZ, op. cit., p. 239.

²²⁹ Ibid., p. 324-325.

²³⁰ MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de todos os santos (1813). *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 18, p. 91-129, maio 1983.

Entre a população cativa de Ilhéus, a maioria dos relacionamentos não era sancionada pela Igreja Católica, nem pelos senhores de escravos. No entanto, a comunidade local reconhecia, assim como os outros escravos, e também os senhores.²³¹ Mary Ann Mahony, investigando essa questão em inventários, processos cíveis e correspondência de juízes, informa que,

Havia um casal de escravos, e seus filhos, trabalhando na plantação de Guilhermina Wyrztman em 1853. O Dr. Pedro Calazans possuía escravos, listados como “um escravo pardo e sua mulher, José e Maria, parda”. Ao longo do Rio cachoeira, tanto os senhores quanto os escravos reconheciam Sabino e Eulália, e Maria e Victor, como casais. Existem inúmeros outros exemplos nos documentos.²³² (Grifo nosso)

As cartas de alforrias, por sua vez, não permitem saber se os libertos, cujo nome de um dos genitores foi declarado, eram filhos legítimos (fruto do matrimônio religioso) que conviveram junto com seus pais. Porém, a ilegitimidade não significa necessariamente que o pai estava ausente durante os anos de formação da criança escrava.²³³ Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa, ressaltaram que,

Ao longo da história brasileira houve predomínio maciço, entre os cativos, do intercuro sexual não legitimado, vale dizer: parcela ínfima das uniões a envolver pelo menos um parceiro escravo via-se sacramenta pela Igreja. Os óbices à legitimação dos consórcios advinham não só de elementos culturais e do status socioeconômico dos mancípios, mas, também [...] derivam do complexo procedimento formal indispensável à obtenção do consentimento necessário para que fosse ministrado o casamento e dos custos monetários associados às prescrições ditadas pela Igreja.²³⁴

Desse modo, constatar a presença das mães das crianças libertas permite que algumas considerações sejam feitas. O Quadro 1 mostra a relação dos alforriados que tiveram mães escravas mencionadas nos registros de cartas de alforria.

²³¹ MAHONY, op. cit.

²³² Ibid., p. 122.

²³³ SCHWARTZ, op. cit., p. 323.

²³⁴ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Vila Rica: Nota sobre Casamentos de Escravos (1727-1826). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 493.

**Quadro 1 - Alforriados com mães escravas mencionadas.
Ilhéus, 1810-1849**

Registro (Ano)	Alforriado(a)	Idade	Maternidade mencionada	Tipos de Alforrias
1812	Anna Luiza	8 anos	Filha da escrava Úrsula	Grat. Incond.
n/c	Sebastiana	Criança	Filha da Escrava Maria	Grat. Incond.
1824	Esméria	Criança	Filha da escrava Victoria	Grat. Condiç.
1825	Caetana	Criança	Filha da escrava Maria	Pg. Condiç.
1833	José	Adulto	Filho da escrava Claudina	Grat. Condiç.
1833	Jose	Criança	Filho da minha escrava	Grat. Condiç.
1833	Victória	Criança	Filha da escrava Josefa	Grat. Condiç.
1834	Lúcia	Criança	Filha da escrava Antonia	Grat. Incond.
1836	Custódia	Criança	Filha da escrava Belina	Grat. Condiç.
1837	Euceria	Criança	Filha da escrava Maria	Grat. Incondic.
1837	Anna Valentina	Criança	Filha da escrava Eleusheria	Pg. Incond.

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Ao analisar o Quadro 1 podemos constatar que 11 alforriados, 12% do total, a maioria quase absoluta crianças, experimentaram com suas mães a experiência do cativo. Ademais, percebemos que muitos deles (6) foram libertos condicionalmente, portanto, é provável que continuassem na condição de cativos juntamente com elas. É certo que não sabemos se essas crianças eram produto do “trato ilícito” entre os senhores e suas cativas ou fruto do relacionamento entre homens livres e escravas. Contudo, é plausível supor que os bons serviços prestados pelas mães escravas, aliados aos esforços das suas redes de parentescos, incluindo pais, tios, padrinhos e avôs, ao contrário da suposta “benevolência” dos senhores, exerceram peso maior na obtenção das alforrias das crianças cativas.

Não obstante, a historiografia sobre a família escrava aponta outro caminho para se explicar a questão. José Flávio Motta e Agnaldo Valentim, por exemplo, assinalaram que para muitos escravistas com menores recursos, numa região cuja economia não se distinguia pelo dinamismo, a reprodução natural de seus cativos poderia ser a melhor ou mesmo a única maneira de obter um aumento do tamanho do plantel possuído.²³⁵ Tarcísio Rodrigues Botelho, por sua vez, estudando a família escrava no distrito da cidade de Montes Claros no século XIX, uma área de economia pouco dinâmica, notou a adoção pelos senhores escravistas de

²³⁵ MOTTA, José Flávio e VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias escravas em um plantel de Apiaí (S.P.). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 161-192, 2002. p. 169.

estratégias de manutenção e crescimento dos plantéis com base em nascimentos próprios, segundo o autor, isso resultou na disseminação da família cativa, o que favoreceu a própria continuidade da reprodução natural.²³⁶

Teria acontecido o mesmo entre os escravistas de Ilhéus? Apenas um estudo sistemático poderá pôr à prova tal hipótese. No entanto, sabemos que entre 1823 e 1843, um mínimo de cento e noventa bebês escravos nasceu em cerca de sessenta latifúndios e fazendas de Ilhéus.²³⁷ Ademais, os escravos da localidade tinham seus parceiros que eram com frequência, embora nem sempre, parentes, e algumas vezes serviam como padrinhos para os filhos uns dos outros.²³⁸ Em 1843, por exemplo, a alforria de Desidério, cabrinha, com 5 anos de idade, foi obtida mediante o pagamento de Rs. 180\$000, feito pelo seu tio e padrinho Francisco Cyrillo de Magalhães.²³⁹

Nesse sentido, se tomarmos como referência o conceito de família escrava definido por Iraci del Nero da Costa, Robert W. Slenes e Stuart B. Schwartz, a saber, “[...] o casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvessem; os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos”²⁴⁰, não seria exagero afirmar que os 11 libertos com mães mencionadas nos registros de cartas de alforria integravam a família cativa, já que eles poderiam ser filhos de escravas solteiras ou viúvas.

Ao que parece, muitos libertos ou em processo de libertação, eram oriundos de relacionamentos desenvolvidos no seio da própria comunidade escrava que, dentro dos limites da escravidão, criaram suas redes de parentescos e laços de solidariedade que lhes valeram na luta pela libertação do cativo, pelo menos é o que deixa transparecer algumas cartas de alforria, como a da escrava Anna Valentina, por exemplo, descrita como cabrinha, com ano e meio de idade, filha da escrava Eleuseria, alforriada em 1837 no valor de Rs. 40\$000, quantia paga pelo seu avô, Domingos Pereira.²⁴¹

Outros casos contribuem para evidenciar a questão da solidariedade na obtenção de algumas alforrias. Em agosto de 1812, por exemplo, foi aberto o inventário de Ignácio Nunes de Souza. No testamento que acompanha o processo consta que ele era preto forro. Entre os

²³⁶ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais. *População e família*. São Paulo: CEDHAL/USP, v.1, n. 1, p. 211-234, jan./jun., 1998.

²³⁷ MAHONY, op. cit., p. 102.

²³⁸ Ibid., p. 123.

²³⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 10, fl. 71F, 27 jan.1843.

²⁴⁰ COSTA, Iraci Del Nero; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A Família Escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago., 1987. p. 257.

²⁴¹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 72V, 18 mar. 1837.

bens arrolados, seis escravos foram descritos como sendo de sua propriedade, dos quais um foi liberto nas terças do seu inventário no valor de Rs. 25\$000, chamado Luiz, descrito como crioulinho, com 12 anos de idade, que obteve a alforria de forma gratuita e incondicional.²⁴² Situação semelhante aconteceu em novembro de 1838, quando foi aberto o inventário de Caetano Francisco de Figueredo, com 65 anos de idade, filho natural de Caetana da Cruz, preta Gege de nação. Em seu testamento, que também acompanha o processo, ele mandou rezar missa pela alma de quem o criou e o libertou. Desse modo, ficamos sabendo que Caetano Francisco era preto forro, na época detinha a posse de cinco escravos, entre eles dois africanos. Em seu testamento ele libertou o crioulo Antônio, de forma gratuita, porém, com a condição de acompanhar e servir o casal até a morte. Ademais, ele deixou Rs. 50\$000 para o seu escravo crioulo Diogo, ainda moço, pescador e marinheiro, e outro Rs. 50\$000 para o escravo africano Joaquim, idoso, também pescador e prático de embarcações.²⁴³

Esses exemplos, em certa medida, ilustram a solidariedade existente entre alguns forros e cativos de Ilhéus. Contudo, cabe advertir que não devemos criar uma imagem idealizada desses relacionamentos, pois a mesma documentação mostra que houve casos em que escravos ofereceram outro cativo em troca de sua alforria, como aconteceu com Felipe, de nação Congo, que, em 1836, ficou liberto incondicionalmente “[...] por haver permitido por outro, nome Antônio, de nação Congo, sua pessoa, que aceitei por não lhe desmerecer em presença e como faço de minha livre vontade lhe passo o presente título de liberdade que gozará de hoje em diante [...]”.²⁴⁴ Situação parecida foi identificada na alforria da escrava crioula Maria Romana, casada com José Manoel que, em troca da libertação de sua esposa ofereceu outro escravo.²⁴⁵

Os exemplos citados demonstram que, em certa medida, os escravos de Ilhéus construíram laços de parentesco e solidariedade, com pessoas forras ou livres, sendo que algumas vezes esses relacionamentos lhes serviam como ponte de passagem da escravidão para o mundo dos libertos. O Quadro 2 mostra a relação dos alforriados que tiveram suas alforrias pagas por parentes.

²⁴² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus, Est. 02, Cx. 863, Ms. 1332, Doc. 15. Ignácio Nunes de Souza, 11 ago. 1812.

²⁴³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus, Est. 03, Cx. 1270, Ms. 1739, Doc. 3. Caetano Francisco de Figueredo, 03 nov. 1838.

²⁴⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 42F, 21 maio 1836.

²⁴⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 34F, 14 nov. 1835.

Quadro 2 - Alforriados com alforrias pagas por parentes. Ilhéus, 1810-1849

Registro (Ano)	Alforriado(a)	Idade	Pagante/Valor(mil réis)	Tipos de Alforrias
1815	Lourenço	4 anos	Joaquim Vaz (Pai)	Grat. Incond.
1832	Barbeana	Adulta	Avô (250\$000)	Pg. Incond.
1835	Maria Romana	Adulta	José Manoel (Esposo) Pagou c/ outro escravo	Pg. Incond.
1837	Francisca	Criança	Gregório José (Pai) Pagou c/ outra escrava	Pg. Incond.
1837	Anna Valentina	Criança	Domingos Pereira (Avô) (40\$000)	Pg. Incond.
1840	João	5 anos	Jose Fellipe (Pai) (200\$000)	Pg. Incond.
1840	Maria	Adulta	Pai (400\$000)	Pg. Incond.
1840	Margelena	2 anos	Pai (30\$000)	Pg. Incond.
1842	Felipe	2 anos	Antônio José da S. Quadrado (Pai) (40\$000)	Pg. Cond.
1843	Desidério	5 anos	Francisco Cyrillo de Magalhães (tio/padrinho) (180\$000)	Pg. Incond.
1848	Francisco	Adulto	Benta Januária (Mãe) (500\$000)	Pg. Incond.

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

O Quadro 2 permite perceber que 11 cativos foram resgatados do cativo mediante o pagamento feito por parentes, o que equivale a 12% do total de 92 alforriados. A maioria, no entanto, era crianças (7), contra 4 adultos. Os valores pagos pelos primeiros variou entre Rs. 30\$000 e 200\$000, enquanto que, com relação aos segundos, a variação foi entre Rs. 250\$000 e Rs. 500\$000. Esses valores, de certa forma, demonstram a capacidade que os parentes tinham de angariar recursos para livrarem seus entes da escravidão.

A documentação, no entanto, não permite saber se os pagantes eram pessoas livres ou egressas do cativo. Não obstante, a partir de alguns rastros deixados nas cartas de alforria podemos lançar luz e levantar hipóteses sobre algumas questões.

A mãe do crioulo Francisco, por exemplo, pagou Rs. 500\$000 pela alforria de seu filho, liberto incondicionalmente.²⁴⁶ Com efeito, essa mulher só poderia ser escrava ou forra, pois em contrário o seu filho não estaria no cativo. Contudo, o mais provável é que ela fosse liberta, pois a soma que pagou pela manumissão do seu ente querido foi a mais elevada entre todas as estudadas. Sendo assim, talvez tenha ocorrido com ela o mesmo que aconteceu

²⁴⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 28F, 11 nov. 1848.

com Maria Romana, que teve sua alforria paga pelo seu esposo, José Manoel, ao que parece um homem livre ou liberto. Se este foi o ocorrido, Benta Januária deu à luz no cativeiro, libertou-se dele e em seguida resgatou o filho, certamente, durante esse processo ela contou com a ajuda do companheiro ou de parentes.

Interessante notar a caso da alforria do escravo Fellipe, descrito como mulatinho, de 2 anos de idade, filho de Antônio Quadrado e propriedade do seu avô Antonio Jose da Silva Quadrado, que libertou o neto por Rs. 40\$000 com a condição dele acompanhá-lo até o seu falecimento.²⁴⁷ Neste caso, é possível perceber que houve o envolvimento de Antônio Quadrado com a escrava do seu pai, pois, em contrário o liberto Fellipe não seria descrito no documento como sendo neto do referido avô. De modo semelhante aconteceu com a crioulinha Francisca, filha da escrava Maria, propriedade do Capitão Severiano José da Rocha, que fez um acordo com o pai da dita criança, Gregório José, sendo que este ofereceu outra escrava em troca da alforria de Francisca, reconhecida por ele como sendo sua filha.²⁴⁸ Temos aqui, outro exemplo de proprietário de escravos envolvido com uma cativa de outro plantel.

Nesse sentido, tendo em vista que a escravidão em Ilhéus se desenvolveu por meio da reprodução endógena da população cativa, ao que parece, as escravas não devem ter se relacionado apenas com parceiros do cativeiro, isto é, havia possibilidades de relacionamento entre elas e pessoas livres ou libertas, que envolvia afeto e cumplicidade. Entre as manumissões pagas por parentes, 5 (45,5%) delas foram quitadas por pais (homens), o que sugere, em certa medida, o comprometimento deles em livrar a prole da escravidão.

Essas questões, bem como as demais tratadas neste capítulo, não se reduzem à realidade das manumissões em Ilhéus. Todavia, elas podem lançar luz sobre as nuances da prática das alforrias no Brasil como um todo. Destarte, a nossa pesquisa suscitou questionamentos sobre o processo de libertação do cativeiro em outras partes da Colônia e do Império, o que nos levou a empreender uma análise detalhada dos tipos e das condições das alforrias, além do perfil dos alforriados, em diferentes contextos políticos e socioeconômicos do Brasil no século XIX.

Desse modo, a partir do estudo da prática das alforrias em Ilhéus, estruturamos a segunda parte da nossa dissertação com o intuito de oferecer ao leitor uma discussão historiográfica, mais ampla possível, acerca das manumissões no Brasil ao longo do

²⁴⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 10, fl. 55V, 13 ago. 1842.

²⁴⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 76V, 07 jun. 1837.

Oitocentos. Salientamos, desde já, que não temos a pretensão de esgotar as diversas possibilidades de investigação que o campo de estudo oferece. Ademais, muitos estudiosos do tema trataram o assunto de forma qualitativa, não contemplando análises detalhadas dos dados, o que de certa forma dificultou e em muitos casos impossibilitou a nossa pretensão de empreender uma investigação refinada sobre as características dos libertos, os tipos e as condições das alforrias que eles obtiveram. Mesmo assim, acreditamos que a segunda parte da dissertação possibilita ao leitor conhecer algumas facetas do processo de libertação do cativo no Brasil, bem como os dilemas e incertezas enfrentados por aqueles que tentaram emergir da escravidão por vias legais.

PARTE II

CAPÍTULO III

HISTORIOGRAFIA DAS ALFORRIAS

3.1 O Brasil no contexto escravista e emancipacionista das Américas, século XIX

O século XIX apresenta peculiaridades que guardam vínculos estreitos no que diz respeito ao futuro da escravidão nas Américas e sua complexidade. Neste tópico, analisamos, de forma sucinta, a situação do Brasil dentro de um contexto histórico mais amplo, que é o da transformação da instituição escravista no continente americano. Consideramos este procedimento relevante, pois possibilita ao leitor conhecer de que Brasil estamos tratando, ou seja, qual o lugar e/ou a importância que este país assume frente às mudanças que foram sendo engendradas no sistema escravista ao longo do Oitocentos.

As sociedades escravistas das Américas lidaram de forma diferenciada com o processo de libertação dos seus cativos. Por meios tão diversos, como pela legislação, revolução e guerra civil, a escravidão e o tráfico de escravos foram erradicados. O acontecimento que principiou este processo foi a Revolução de Saint Domingue (atual Haiti) em 1791, que provocou fortes repercussões em todas as sociedades escravocratas do hemisfério, sobretudo por promover mudanças profundas na situação dos senhores e escravos. Como afirmou Eric Foner, “[...] o fim da escravidão em São Domingos, a joia das Antilhas, resultou de uma revolução negra na qual a maioria da população branca foi massacrada ou levada ao exílio”.²⁴⁹ Este evento, por sua vez, provocou enorme impacto na economia da ilha, sendo que, por volta de 1830, a produção de açúcar do Haiti praticamente acabou.

Outro fenômeno que marcou o início desse século foi a emergência da hegemonia econômica e política britânica, que assinalou o princípio da transformação estrutural no mercado mundial, com fortes repercussões no sistema escravistas, como salientou Dale W. Tomich:

A interdependência anterior do colonialismo e da escravidão se rompeu e as condições de existência, função e significação de cada uma delas foram modificadas. O advento da hegemonia britânica e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha reestruturaram a divisão mundial do trabalho e estimularam a

²⁴⁹ FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet; revisão técnica de John M. Monteiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1998. p. 28. Sobre a revolução dos escravos em Saint Domingue, ver, por exemplo, JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.

expansão material da economia mundial. Esses desenvolvimentos não apenas criaram as condições para a extinção da escravidão dentro do Império Britânico mas também encorajaram a expansão e a intensificação fora dele. Essa “segunda escravidão” se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para a sua reprodução. O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados. Os centros emergentes de produção escrava viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela “sede ilimitada de riqueza” do capital.²⁵⁰

Essa segunda escravidão, como conceituou o autor, diferencia-se justamente por estar inserida num mercado mundial que já não era constituído pela dominação política direta sobre as fontes da produção, e no qual a oferta, a demanda e o preço apareceram como determinantes da divisão do trabalho e do fluxo de mercadorias.²⁵¹

Entre o final do século XVIII e os primeiros lustros do XIX, as áreas que estavam no cerne da produção escravista na economia mundial, particularmente o Império colonial britânico e francês no Caribe, declinaram. Ainda que se possa argumentar que não foi um declínio absoluto que provocou estagnação da economia dos países. Desse modo, o século XIX inicia-se com a marca do nascimento de uma república negra e a sua consequência imediata, que foi a retirada de um dos maiores produtores de açúcar do mercado mundial. Segue com as políticas britânicas de restrição ao tráfico de escravos, sendo que em 1808 o mesmo foi oficialmente proibido nos Estados Unidos e em 1815 ao norte da Linha do Equador.

Posteriormente, as autoridades britânicas formularam um programa de transição da escravatura para o trabalho livre, baseado na Lei de Abolição de 1833, que ficou conhecido como aprendizado.²⁵² Tomas C. Holt, ao observar as contradições que minaram os projetos britânicos de sociedade democrática liberal, fez a seguinte constatação “[...] a política empregada não conseguiu fazer dos escravos um proletariado feliz nem transformar os donos de escravos em empregadores burgueses”.²⁵³ Dale W. Tomich, por sua vez, destacou que os mesmos processos que contribuíram para abolição da escravidão no Império britânico

²⁵⁰ TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. Tradução de Antonio de Pádua Duarte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 89.

²⁵¹ Ibid., p. 84.

²⁵² Segundo Eric Foner, de acordo com a lei de 1833, todos os escravos na lavoura serviriam por seis anos como aprendizes, período durante o qual seriam pagos por seus trabalhos, permanecendo, porém, sujeitos a regulamentações severas determinadas pelas legislaturas coloniais. O objetivo do plano de aprendizado era fomentar boas relações entre fazendeiro e liberto e remoldar a cultura dos ex-escravos, porém o mesmo fracassou de modo catastrófico. FONER, op. cit., p. 36-37.

²⁵³ HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Tomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 104.

redundaram na intensificação da produção escrava em outras partes do hemisfério como Cuba, Estados Unidos e Brasil.²⁵⁴

À medida que cresce a opinião pública antiescravista, sobretudo na Grã-Bretanha, as contradições dos projetos de transição do escravismo para a mão de obra livre vão surgindo e, no bojo dessas transformações, aumenta-se a demanda por produtos oriundos, em grande parte, do trabalho escravo, como tabaco, algodão, açúcar e café. Ao analisar o legado da emancipação no Caribe inglês, Eric Foner observou que o conflito entre o desejo dos libertos de autonomia e a demanda dos fazendeiros por uma força de trabalho disciplinada desarticulou a economia das sociedades caribenhas no pós-emancipação.²⁵⁵

Esse processo, por sua vez, foi acompanhado pelo crescimento da indústria moderna, que requeria novas matérias-primas num escopo e escala sem precedentes, enquanto o crescimento da população e o desenvolvimento das classes média e trabalhadora predominantemente urbana na Europa associaram-se a novos padrões de consumo que aumentaram a dependência europeia em relação aos produtores periféricos de gêneros alimentícios.

O Brasil, a despeito da sua situação econômica no início do século XIX, vinha experimentando avanços e diversificações na agricultura de exportação, sendo que “[...] por volta de 1800, índigo, arroz, café, algodão e cacau dividiram o espaço com açúcar, fumo, couros e madeira nos cargueiros internacionais que zarpavam dos portos brasileiros”.²⁵⁶

Ao que parece, a crescente participação da produção brasileira no mercado mundial no decorrer do século XIX reforça o vigor da escravidão no país, sendo que a mão de obra escrava assume importância cada vez maior no desenvolvimento da economia. Bert J. Barickman, em seu estudo sobre a economia baiana, destacou que “[...] o número de engenhos na Bahia mais que triplicou entre 1780 e 1860 e as exportações de açúcar da província aumentaram em mais de 400%”.²⁵⁷ João Manuel Cardoso de Mello, ao analisar o desenvolvimento da economia brasileira, observou que o período de 1810 a 1850 marca, simultaneamente, os momentos de constituição e consolidação, bem como de generalização do consumo de café nos mercados centrais. Para o autor “[...] foi possível expandir a produção, entre 1821/1830 e 1841/1850, cerca de seis vezes mais, enfrentando e ao mesmo

²⁵⁴ TOMICH, op. cit., p. 89.

²⁵⁵ FONER, op. cit., p. 42-43.

²⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 339.

²⁵⁷ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 159.

tempo promovendo uma sensível baixa dos preços internacionais”.²⁵⁸ O algodão, matéria prima da indústria têxtil moderna, entra para o comércio internacional em proporções até então desconhecidas, sendo que, de 1808 a 1820, a rama brasileira representou 60% do total das exportações nacionais para a Inglaterra e quase um terço das importações inglesas do artigo.²⁵⁹

Por outro lado, o comércio transatlântico de africanos cresce de forma vertiginosa. Segundo Herbert S. Klein, provavelmente foi entre 1780 e 1853 que dois terços do total de africanos foram desembarcados no Brasil durante todo o período escravista.²⁶⁰ O volume do tráfico propiciou um fluxo de mão de obra relativamente barata para os latifundiários e outros setores da sociedade. Desse modo, a combinação da expansão econômica com a oferta abundante de cativos, juntamente com a crescente demanda de produtos no mercado mundial colocou o Brasil na condição de uma das principais potências escravista do século XIX. As exportações brasileiras de café e açúcar, principais produtos econômicos do Império e em grande parte produzidos pelo braço escravo, continuaram aumentando ao longo do século XIX, como se pode ver na Tabela 3.1.

**Tabela 3.1 - Exportações de açúcar e café (em toneladas).
Brasil, 1821-1890**

Períodos	Açúcar	Café
1821-1830	479.851	190.680
1831-1840	707.264	584.640
1841-1850	1.004.043	1.027.260
1851-1860	1.214.698	1.575.180
1861-1870	1.072.762	1.730.820
1871-1880	1.685.488	2.180.160
1881-1890	2.021.421	3.199.560
Total	8.185.527	10.488.300

Fonte: ipeadata. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2013.

O cultivo do café se desenvolveu principalmente na região sudeste do Brasil e a partir de 1840 assumiu o lugar de principal produto de exportação da economia brasileira. O vale do rio Paraíba, situado entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, foi o berço da

²⁵⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 69.

²⁵⁹ PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 45.

²⁶⁰ KLEIN, Herbert S. A demografia do Tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v.17, n.2, p. 129-149, maio/ago., 1987. p. 133.

disseminação da cafeicultura, chegando a ser considerado como o verdadeiro coração do Império.²⁶¹ Quando o comércio da mercadoria humana no atlântico foi proibido em 1850, essa região estava em pleno crescimento econômico e ávida por mão de obra, que passou a ser suprida por meio da importação de cativos de outras províncias, especialmente as situadas na porção nordeste do Império.²⁶²

De modo mais ou menos semelhante acontecia no Sul dos Estados Unidos, onde a produção de açúcar e algodão avançava no decorrer do século XIX. De acordo com Ira Berlin “[...] entre 1810 e 1830 a população escrava do sul açucareiro aumentou de menos de dez mil para mais de 42 mil, sendo que em 1860 tinha mais que duplicado, para cerca de 90 mil”.²⁶³ A necessidade de mão de obra aumentou, sendo que a insistência dos legisladores dos estados sulistas reivindicando a reabertura do comércio de africanos foi um dos fatores responsáveis por impulsionar a Guerra Civil norte-americana. Sobre tal questão Gerald Horne fez a seguinte observação,

Reabrir o tráfico de escravos era uma maneira de combater Londres e fortalecer a escravidão. Mas ainda que Londres tivesse êxito em impedir a escravidão no Brasil e em Cuba - o que ‘não era improvável’ - reabrir o tráfico era necessário porque, nesse caso, ‘uma ativa competição no mercado de açúcar e tabaco surgiria entre o Sul escravista e o restante do mundo.’ Essa competição exigirá um suprimento adicional de escravos, independentemente da demanda dos interesses algodoeiros, e portanto haverá um estímulo adicional à importação de africanos.²⁶⁴

Desse modo, entre os anos de 1830 e 1860 as principais potências escravistas do continente americano eram o Brasil, os Estados Unidos e Cuba. A exploração e a produtividade do trabalho escravo estavam aumentando intensamente nessas áreas, o que pode ser atestado, entre outros fatores, pelo pagamento de preços relativamente altos dos africanos recém-chegados.²⁶⁵

²⁶¹ Para o Rio de Janeiro ver, por exemplo, SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Para São Paulo ver, por exemplo, MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas fazendas cafezeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

²⁶² Sobre o assunto ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012.

²⁶³ BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*. Tradução de Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 212.

²⁶⁴ HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: O Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 191-192.

²⁶⁵ ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 9-46, jan./jun. 2003. p. 31.

A respeito da economia escravista de Cuba, esta passou por um processo de expansão acelerada durante o século XIX. Em 1820 o açúcar se estabeleceu como o setor dominante da economia e em 1830 esta ilha emergiu como a maior produtora do mundo, com uma produção de 104.971 toneladas métricas.²⁶⁶ A demanda mundial continuou a crescer num ritmo acelerado, e a produção cubana fez mais que acompanhá-la, sendo que o número de engenhos quase quadruplicou entre 1800 e 1857.²⁶⁷

Não obstante, em que pese a importância do trabalho escravo para a economia das diferentes sociedades escravistas das Américas, é possível notar que, em todas elas existiu certo temor com relação ao crescimento de uma população negra e mestiça, livre ou liberta. Andréa Lisly Gonçalves, ao estudar a prática da alforria em Demerara no século XIX, destacou que,

O temor ao crescimento de uma população livre negra e mestiça parece ter orientado muitas das restrições à concessão da Alforria. A ameaça representada pela população de libertos e seus descendentes alimentou uma série de ações discriminatórias e ilegais que poderiam se manifestar tanto no nível simbólico, como na disposição de lugares pré-determinados no interior das igrejas, quanto de forma mais concreta, como na venda de homens livres negros ou mestiços como se fossem escravos.²⁶⁸

Entre o final do século XVIII e início do XIX, o surgimento do Estado-nação moderno, aliado ao discurso ideológico democrático do liberalismo clássico, ensejou discussões sobre o dilema a ser enfrentado no que diz respeito à situação dos egressos da escravidão. Dentro deste processo, uma das questões que se apresentou de modo inescapável foi a dúvida se os libertos se tornariam cidadãos. Nos diferentes contextos escravistas das Américas várias restrições foram impostas no sentido de negar aos ex-escravos o pleno gozo da liberdade.

A condição jurídica do liberto variou de acordo com a sociedade em que ele estava inserido, e as causas da emancipação dos escravos foram diversas e conjunturais. Não constitui nosso objetivo aqui explicar as particularidades de cada contexto. Todavia, consideramos que a “ameaça” representada pela população de libertos e seus descendentes alimentou uma série de ações discriminatórias e ilegais, que, em muitos casos, restringiu a passagem dos egressos do cativeiro para o pleno gozo da liberdade.

Para os africanos escravizados e seus descendentes isso significou não só o aumento da exploração de suas forças, pois a demanda por produtos oriundos, em grande parte, do

²⁶⁶ TOMICH, op. cit., p. 90.

²⁶⁷ Ibid., p. 161-163.

²⁶⁸ GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011. p. 89.

trabalho escravo, como algodão, açúcar e café cresceu, como também tiveram que enfrentar os postulados científicos da época, sobretudo no tocante às doutrinas racialistas, que apregoavam a crença na ideia de que as raças configuravam diferentes espécies biológicas, e que estavam organizadas em uma hierarquia que pregava a superioridade da raça branca e a inferioridade de negros.²⁶⁹

Esse processo foi permeado por uma série de discursos, que, por sua vez, desembocaram em leis e projetos que objetivavam assegurar o controle na condução dos africanos e afrodescendentes à emancipação, sem que isso provocasse nenhum rompimento radical com o passado. Nesse sentido, as autoridades locais, juntamente com as elites escravistas, apoiadas nas ideias de viajantes estrangeiros, naturalistas e alguns pensadores, tentaram circunscrever espaços e estabelecer normas de comportamento social para os ex-escravos, sendo que em alguns casos houve iniciativas no sentido de deportá-los para outros países.²⁷⁰

Essas questões, entre outras, indicam que nos diferentes contextos escravistas das Américas os egressos da escravidão não puderam gozar plenamente da liberdade. Contudo, após a experiência do cativo eles procuraram conduzir suas vidas conforme as noções próprias que construíram a respeito do significado de viver em liberdade, ainda que os projetos de sociedade democrática e liberal os empurrassem para outro mundo.

3.2 Os caminhos de libertação no Brasil colonial e imperial

Nesta seção analisaremos a escravidão no Brasil buscando perceber os possíveis caminhos para os escravizados libertarem-se do cativo. Salientamos, desde já, que assumimos a perspectiva teórica adotada por alguns estudiosos da escravidão brasileira no tocante à situação do liberto, qual seja, a de que o escravo alforriado não é um ser inteiramente livre, conforme observou Katia M. de Q. Mattoso²⁷¹, e que também foi ressaltado

²⁶⁹ No caso do Brasil, Lília Moritz Schwarcz destaca que embora uma vertente pessimista de interpretação seja antiga entre nós, ela se radicaliza em meados do século XIX, quando o Brasil, para vários viajantes, representará um “exemplo de nação degenerada de raças mistas”. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 36.

²⁷⁰ Gerald Horne destacou que em 1830 algumas autoridades dos Estados Unidos tentaram deportar ex-escravos para a Amazônia brasileira. HORNE, op. cit., p. 165. Manuela Carneiro da Cunha destacou que na Bahia, a partir de 1830, os libertos foram sendo colocados diante da opção entre a exclusão do país e o trabalho agrícola nas grandes propriedades. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 100.

²⁷¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 200.

por Eduardo França Paiva ao tratar da importância da carta de alforria na vida do ex-escravo, como assiná-la o autor, “[...] quem tem o dever de comprovar sua liberdade, livre não é”.²⁷²

Os estudos que versam sobre a escravidão no Brasil alcançaram acentuado grau de inovação, sobretudo no último quartel do século passado, que contou com os estímulos proferidos pela comemoração do Centenário da Abolição, em 1988. Desde então, novas fontes, metodologias e perspectivas teóricas empregadas nas pesquisas viabilizaram a proliferação de estudos inovadores, que trouxeram consideráveis contribuições para a revisão de alguns “paradigmas” da História do país.²⁷³

Dentre vários estudos, de diferentes áreas do conhecimento, interessa-nos comentar os trabalhos que avaliaram ou reavaliaram o papel dos sujeitos sociais durante os mais de trezentos anos de vigência da escravidão no Brasil. Isso se torna relevante para esta análise por refletir a nossa opção metodológica neste trabalho, que é a de considerar os africanos escravizados e seus descendentes como sujeitos históricos, atentos à sua condição e às mudanças do seu tempo, buscando, cotidianamente, tecer estratégias e encontrar meios de resistir às diferentes formas de dominação. Refuta-se, portanto, a ideia do escravo como ser semovente, como uma massa amorfa de indivíduos destituídos de consciência, vítimas inertes do desejo/poder da classe senhorial.²⁷⁴ Ademais, concebemos as relações escravistas não como algo estático, estruturado na bipolaridade dominação/subordinação, mas sim como um processo contínuo, permeado por mudanças temporais que transformaram tanto a forma quanto o conteúdo dessas relações. Isso não implica em negar a existência de uma política de domínio senhorial relativamente bem sucedida. Antes, entende-se como essencial para a sua melhor compreensão, perceber e considerar a heterogeneidade de fatores que atuaram sobre ela no tempo e no espaço.

As relações sociais desenvolvidas na sociedade escravista brasileira, particularmente na colonial, foram profundamente marcadas por uma hierarquização racial, que separava, até mesmo na prática religiosa, pretos, brancos e pardos.²⁷⁵ No entanto, a pretensão das elites, que visava definir o lugar social do negro, ou seja, a sua subordinação/conformação com o mundo

²⁷² PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 103-108.

²⁷³ Ver, por exemplo, entre outros, MOTTA, José Flavio. *Demografia Histórica no Brasil*. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luiz Adão da. *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001. p. 473-507.

²⁷⁴ Pressuposto defendido, entre outros, por FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

²⁷⁵ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 29.

do trabalho e da opressão, não logrou sucesso absoluto. A historiografia vem demonstrando, com bastante vigor, a ampla difusão de comunidades quilombolas, fugas, assassinatos e rebeliões, que constituem exemplos de resistências radicais contra os imperativos da escravidão, e atestam a luta dos escravizados em direção à vida em liberdade.²⁷⁶ Ademais, a divisão hierárquica pautada no critério de cor não conseguiu manter-se rígida, a ponto de impedir o surgimento de relações inter-raciais. Por mais que a Igreja condenasse como pecado carnal o amancebamento entre senhores e escravas, a historiografia é farta de exemplos em que proprietários são pegos em “tratos ilícitos” com suas cativas.²⁷⁷

Embora não seja este o nosso ponto de partida, consideramos o fato como um vetor importante para se perceber uma possibilidade de acesso à condição jurídica de liberto, neste caso, assegurada pelo documento eclesiástico. A alforria na pia baptismal constituía uma das portas de entrada para a liberdade, e sua efetivação, segundo Márcio de Souza Soares, possuía relação com motivações religiosas, pois a Igreja, embora não houvesse prescrição formal, considerava falta grave deixar filhos na condição de escravos. Desse modo, temendo as chamadas purificadoras do purgatório, os proprietários alforriavam os filhos tidos com escravas como meio de atenuar as consequências do pecado.²⁷⁸ É importante frisar que a paternidade dos nascituros nem sempre era reconhecida, sendo batizados como livres, porém de “pai incógnito”. Todavia, existia a possibilidade desse reconhecimento ser efetivado quando da elaboração do testamento, inclusive tendo casos em que além do bastardo ser reconhecido como filho, era instituído como herdeiro, e no processo de partilha dos bens herdavam a mãe como escrava.²⁷⁹

Contudo, isso não significa dizer que todas as alforrias de pia resultavam dos tratos ilícitos entre senhores e suas escravas. Existiram mulheres que concederam aquele tipo de benefício, assim como alguns filhos de escravos casados que também o receberam. No geral, as alforrias eram lançadas no livro de batismo de pessoas livres, ou seja, a criança era batizada

²⁷⁶ Ver, por exemplo, entre muitos, REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp/Polis, 2005. ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998-9.

²⁷⁷ Ver, por exemplo, entre muitos, PAIVA, op. cit.; FARIA, Sheila S. de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, Dossiê: História das mulheres e das Relações de Gênero, v.5, n. 9, p. 65-92, jul./2000.

²⁷⁸ SOARES, Márcio de Souza. AD Pias Causas: as motivações religiosas na concessão das alforrias (Campos dos Goitacases, 1750-1830). In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* / Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: Editus, v. 10, n. 18, p. 389-425, 2009.

²⁷⁹ Ver, por exemplo, SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

como filha de uma determinada escrava, porém, ao se tornar liberta, seu assento de batismo acabava sendo lançado no livro equivalente a seu novo status. Ademais, ficava a cargo dos pais ou responsáveis pelas crianças as escolhas dos padrinhos e madrinhas e, vale destacar, que esse tipo de alforria era alcançado mediante o pagamento de uma soma nominal, pequena, muitas vezes simbólica, oferecida pelo pai biológico ou padrinho.²⁸⁰ Essa relação possibilitou o desenvolvimento das relações de compadrio entre escravos e pessoas livres ou libertas e certamente contribui para a conquista da alforria. Na Bahia colonial, por exemplo, quando crianças escravas foram batizadas, pessoas livres serviram de padrinhos em cerca de 70% dos casos, libertos em 10% e outros escravos em 20%.²⁸¹

Todavia, este parece não ter sido um meio comumente utilizado pelos senhores para libertarem seus escravos. Entre os 1.245 assentos de batismos levantados na Matriz de São Gonçalo entre 1746-1768, por exemplo, os casos de alforrias de pia encontrados por Elizangela de Melo B. Silva correspondem tão somente a 0,64% do total.²⁸² Ademais, como ressaltou Andréa Lisly Gonçalves, dentre outros, o registro de batismo constante nos Livros Eclesiásticos constituía documento suficiente para comprovar a condição de liberto alcançada na pia batismal, embora a autora afirme que não tenha faltado familiares que se apressaram em registrar em Cartório de Notas os escravos libertos dessa forma.²⁸³

As alforrias legadas em testamentos era outro meio utilizado pelos senhores para libertar seus escravos. De acordo com Eduardo França Paiva até meados do século XVIII a preocupação religiosa é mais importante que o legado dos bens. Segundo o autor “[...] o testamento era então um documento para a salvação da alma, era uma verdadeira prece generosa feita a Deus, à “gloriosa Virgem Maria” e aos intercessores celestes, ante a morte iminente”.²⁸⁴ Em seu estudo, o referido autor informa que entre os libertos testadores, foi muito comum a absorção desses costumes cristãos e europeus, pois tinham o hábito de mandar celebrar dezenas e até centenas de missas por intenção da própria alma e da alma de outras pessoas, sendo que algumas testadoras forras chegaram a mandar celebrar missas pelas almas dos antigos senhores.²⁸⁵ Stuart B. Schwartz, por sua vez, ressaltou que a alforria pode possuir significados, religioso e social, fora do contexto trabalhista, e que sua persistência e

²⁸⁰ SILVA, Elisangela de Melo Bezerra. *Os Santos Óleos: relações sociais e alforria na pia batismal: freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - FFP/UERJ, São Gonçalo, 2011. p. 72.

²⁸¹ SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 332.

²⁸² SILVA, op. cit., p. 78.

²⁸³ GONÇALVES, op. cit., p. 179.

²⁸⁴ PAIVA, op. cit., p. 36.

²⁸⁵ Ibid., p. 39.

difusão indicam que tais significados não conflitaram com o papel da manumissão no seio da organização do trabalho.²⁸⁶

Do ponto de vista legal, alguns autores ressaltaram que a alforria em testamento se constitui numa promessa, pois ao fazer seu testamento o senhor (a) indicava quais escravos deveriam ser libertados, então, era responsabilidade do testamenteiro cuidar para que os termos do documento fossem cumpridos, mesmo contra a vontade dos herdeiros, que poderiam contestá-lo. Portanto, não existindo o processo do inventário, assim como o seu registro em Cartório de Notas não se pode afirmar que tais “promessas” se transformaram em alforrias plenas. Maria Lúcia Viveiros Araújo, por exemplo, chamou atenção para o fato de que,

[...] parte considerável dos testadores deixava escravos para filhos ou parentes com a condição de serem libertados após a morte do legatário, mas, dada a idade de ambos, muitos desses escravos deveriam morrer antes do beneficiado, ou seja, era uma falsa alforria.²⁸⁷

A premissa de que as alforrias em testamento, em sua grande maioria, não eram efetivadas ou que elas estavam sujeitas a modificações até a morte do testador, e mesmo quando da concretização do inventário, deve ser matizada. Posicionando-se contra essa premissa, Lizandra M. Ferraz, que encontrou em seu estudo apenas um caso de revogação de alforria testamentária, considera um truísmo a ideia de alforrias em testamentos serem promessas, passíveis de revogação, pois, até antes da lei 2.040 de 28 de setembro de 1871,²⁸⁸ toda a alforria podia ser revogada.²⁸⁹ Isso nos remete à problemática das condições impostas tanto nas cartas de alforria quanto naquelas legadas em testamentos, pois, a nosso ver, ambos os documentos trazem para o liberto a sensação de incerteza quanto à sua liberdade, mesmo considerando variações nas cláusulas a que estavam sujeitos. Portanto, diante do exposto, cabe-nos indagar sobre as chances que os escravizados realmente tinham, ou os dilemas que enfrentavam para terem o acesso à condição de libertos garantida.

É comum encontrarmos na historiografia casos em que os herdeiros não reconheciam ou não respeitavam o que estava disposto nos testamentos, sendo que a morte do senhor, mais

²⁸⁶ SCHWARTZ, op. cit., p. 143

²⁸⁷ ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006. p. 63.

²⁸⁸ BRASIL. Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Art. 4º - § 9º Fica derogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/>>. Acesso em: 24 mar. de 2013.

²⁸⁹ FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência das alforrias em Campinas no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/UNICAMP, Campinas, 2010. p. 121.

do que a esperança pela alforria, representava para o escravizado o início de um período de incertezas, segundo Sidney Chalhoub, “[...] talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido”.²⁹⁰ Para elucidar melhor a questão é preciso considerar o processo de partilha dos bens nos inventários, pois, para que todos os desejos do senhor/inventariado fossem cumpridos, era imprescindível que no momento da sua morte a quantia necessária para a sua realização não ultrapassasse o valor da terça.²⁹¹ Caso não houvesse montante suficiente na terça para os legados e alforrias, a menos que os herdeiros cedessem em parte de seu direito aos bens para inteirar o valor necessário, seria inviável cumprir as disposições.

Alguns estudos averiguaram o processo da efetivação das alforrias em testamento e trazem algumas informações que nos permitem compreender melhor a questão. Analisando as alforrias no contexto da transmissão de bens e partilha de heranças em São Paulo entre 1850-1888, Patrícia Garcia Hernando da Silva observou que “[...] em que pesem todos os contratempos que enfrentariam os que esperavam o momento de sua libertação, em muitos casos a promessa de libertação se tornou viável e a manumissão tornou-se uma realidade”.²⁹² Embora afirme que, no mínimo, 10% dos que receberam promessas de liberdade em testamento não obtiveram a manumissão²⁹³, o seu estudo demonstra que entre os grupos de testadores que mais manumitiam estavam aqueles sem herdeiros necessários, ou seja, do total de 111 deles, arrolados entre 1850-75, que em conjunto possuíam 484 cativos, 338 foram alforriados por eles, o que equivale a 70% da escravaria. Além da alforria, muitos escravizados foram beneficiados por esse grupo de testadores com imóveis e outros bens. No entanto, vale salientar que a autora adverte para o fato de que não é possível afirmar que o número de manumitidos é inversamente proporcional ao maior número de herdeiros necessários, já que não há diminuição gradativa do índice de forros quando o número de ascendentes ou descendentes é maior.²⁹⁴

²⁹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 111.

²⁹¹ No caso de casamento que estabelecia a comunhão de bens, após a morte de um dos cônjuges, o sobrevivente ficava com a metade dos bens e o restante era dividido segundo uma fórmula fixa: dois terços repartidos em partes iguais entre os herdeiros forçados, geralmente os filhos e, em sua ausência, progressivamente, entre os ascendentes em linha direta, os parentes colaterais, o cônjuge sobrevivente ou, finalmente, o Estado. A “terça” restante podia ser legada em testamento segundo a vontade do testador. Era dessa parcela que saíam os donativos beneficentes, as alforrias de escravos e o favorecimento de um filho ou afilhado. SCHWARTZ, op. cit., p. 243.

²⁹² SILVA, Patrícia G. H. *Últimos desejos e promessas de liberdade, os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

²⁹³ Ibid., p. 153.

²⁹⁴ Ibid., p. 120.

De modo semelhante, estudando as formas e a frequência da alforria em Campinas no século XIX, Lizandra M. Ferraz observou que grande parte das alforrias em testamento foi satisfeita nos dois períodos analisados. Em sua pesquisa, a autora constatou que das 86 liberdades em testamento no decênio 1836-1845, 57% delas foram quitadas, sendo que este índice aumentou no período posterior (1860-1871), pois 69%, ou seja, 133 das 194 liberdades testamentais foram comprovadas.²⁹⁵ Por conseguinte, seu estudo também constatou que a maior parte dos inventariados/testadores que libertaram seus escravos incondicionalmente não possuía herdeiros forçados, além de citar exemplos em que os cativos eram beneficiados com imóveis e outros bens.²⁹⁶

Ao que parece, e conforme as evidências dos recentes estudos que trataram do assunto, as alforrias em testamento não necessariamente teriam que ter registro em Cartório de Notas para serem confirmadas. Adauto Damásio, por exemplo, destacou que foram poucos os alforriados em testamentos que se dirigiram aos cartórios de Campinas para registrarem as suas liberdades, ou seja, no decênio 1829-1838, apenas 7,6% dos libertos em testamento registrou suas liberdades nos cartórios do município.²⁹⁷ Roberto Guedes Ferreira, ao pesquisar os registros cartoriais de alforria, testamentos e prestações de contas testamentais em Porto Feliz no século XIX, constatou que nesta localidade “[...] os papéis de liberdade eram escassos em todo o período, nunca ultrapassando a média de 2,4 ao ano, entre 1811 e 1840”.²⁹⁸ Sobre tal ocorrência o autor faz a seguinte observação, “[...] minha hipótese é que o sub-registro da alforria deriva simplesmente de que o reconhecimento social da liberdade poder prescindir de documentos oficiais ou os papéis eram particulares”.²⁹⁹ Vale salientar que tudo indica que nesse caso, uma área rural, em uma vila eminentemente agrária, como o próprio autor adverte, a modalidade básica de alforrias seria testamental e não cartorária, como frequentemente se observa em áreas urbanas.³⁰⁰

A carta de alforria ou carta de liberdade, por sua vez, era o documento que oficializava a passagem do indivíduo da condição de escravo para a de liberto, “[...] era a prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa

²⁹⁵ FERRAZ, op. cit., p. 102

²⁹⁶ Ibid., p. 126-27.

²⁹⁷ DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e Ações de Liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995. p. 09-10.

²⁹⁸ FERREIRA, Roberto Guedes. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, nº 35, p. 83-141, 2007. p. 90

²⁹⁹ Ibid., p. 91-92.

³⁰⁰ Ibid., p. 136-137.

sociedade escravista”.³⁰¹ De modo geral, esse documento trazia o nome do escravo que está sendo alforriado, acompanhado pelo nome de sua nação de origem ou pela indicação da sua cor. Segue depois, no texto propriamente dito, o nome do senhor, os motivos pelos quais o escravo está sendo libertado, a quantia pela qual o cativo comprou a sua liberdade, a declaração de seu novo estado de homem livre, a data em que a carta foi outorgada, as assinaturas das testemunhas e do tabelião e a data em que a carta foi registrada.³⁰²

A alforria podia ser concedida ou conquistada a título gratuito ou oneroso. No primeiro caso, o senhor, por vontade própria, alforriava o cativo sem que este devesse lhe prestar serviço algum ou pagar alguma soma em dinheiro (gratuita incondicional). No geral, mulheres e crianças eram mais beneficiadas com este tipo de alforria, as primeiras “pelos bons serviços prestados” e as segundas “pelo amor de lhes ter criado”.³⁰³ No entanto, muitas vezes os escravos não pagavam pela sua alforria, porém, acabavam ficando condicionados a acompanhar e servir o seu senhor até a morte (gratuita condicional). Assim, acreditamos que nesses casos, mesmo não havendo a contrapartida financeira, não podemos considerar que se tratava de manumissões gratuitas ou não onerosas, já que o pleno gozo da “liberdade” do cativo estava condicionado ao cumprimento de serviços.

Outros tipos de alforrias onerosas eram aquelas em que, a partir do acordo firmado entre senhores e cativos, os escravos ou seus parentes, padrinhos ou amigos pagavam a quantia estipulada no acordo e tornava-se liberto imediatamente (paga incondicional), em outros casos, mesmo pagando ele ainda ficava sob condição, ou seja, a alforria continha cláusulas suspensivas que condicionavam o pleno exercício da “liberdade” à circunstância de tempo ou condição, a depender do acordo firmado (paga condicional). Segundo Kátia Maria de Q. Mattoso, “[...] em ambos os casos, o indivíduo era considerado livre embora estivesse impedido de fazer uso de sua liberdade por força da persistência do prazo ou condição suspensiva”.³⁰⁴

O alforriado que estava sob condição, e mesmo aqueles libertos integralmente, poderiam retornar ao cativo e serem reescravizados, os principais motivos alegados pelos senhores para esta prática eram a ingratidão, a inadimplência, a insubordinação e maus

³⁰¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 439.

³⁰² MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “A propósito de cartas de alforrias: Bahia 1779-1850”. In: *Anais de História*. Ano 4: p. 23-52, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972. p. 31.

³⁰³ Sobre o assunto ver, por exemplo, BELLINI, Lígia. “Por amor e por interesse”: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias”. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁰⁴ MATTOSO, 1972, op. cit., p. 30.

comportamentos dos egressos do cativeiro. Não obstante, os escravos não foram sujeitos passivos nesse processo, eles também lutaram na justiça em defesa da liberdade conquistada. Ricardo Tadeu Caires, por exemplo, demonstrou que na Bahia do século XIX vários foram os casos de escravos que recorreram à justiça contra o senhor por motivos de maus tratos (castigos abusivos) ou quando suas liberdades, conquistadas a duras penas, estavam sendo ameaçadas, além de citar exemplos de cativas que insatisfeitas com promessas não cumpridas pelos seus amantes (senhores) acionaram a justiça para que estes cumprissem aquilo que haviam prometido noutras circunstâncias.³⁰⁵

A historiografia sobre escravidão e liberdade no Brasil avançou nas duas últimas décadas e o papel da justiça entrou no palco da discussão.³⁰⁶ As disputas travadas por escravos e senhores em torno da manutenção da liberdade e do direito à propriedade, respectivamente, resultaram em processos judiciais conhecidos como ações de liberdade. Os pesquisadores que analisaram esta documentação reconheceram que essas ações foram motivadas por questões diversas. Keila Grinberg, por exemplo, revendo a classificação das ações cíveis relativas à liberdade e à reescravização, constantes na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX, fez a seguinte observação,

Nas ações de liberdade, os escravos – ou, ao menos, indivíduos formalmente tidos como cativos – solicitavam a homens livres que assinassem petição por eles, argumentando que possuíam razões suficientes para processar seus senhores e pedir sua liberdade. As ações de manutenção de liberdade eram iniciadas por libertos que pretendiam defender na justiça o direito de manter sua condição jurídica, à qual consideravam ameaçadas pela possibilidade de reescravização. As ações de escravidão, por sua vez, eram iniciadas por senhores que pretendiam reaver escravos que supunham ser indevidamente tidos como livres.³⁰⁷ (Grifos nossos)

A referida autora adverte que para que as tentativas de reescravização pudessem efetivar-se ou dar origem a processos no Brasil do século XIX, era preciso que essa possibilidade jurídica existisse no direito brasileiro de então, sendo que nas ações de escravidão e de manutenção de liberdade a legislação mais citada foi o artigo 179 da

³⁰⁵ SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2000. p. 17-26.

³⁰⁶ Sobre o assunto ver, entre outros, CHALHOUB, op. cit.; GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.; SILVA, R. T. C. op. cit.

³⁰⁷ GRINBERG, Keila. Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 106.

Constituição Imperial, a lei de 6 de junho de 1755, e dois títulos das Ordenações Filipinas, os de nº 11 (parágrafo 4) e o de nº 63, ambos do livro 4.³⁰⁸ No total de 402 ações de liberdade que subiram à Corte de Apelação do Rio de Janeiro, 110 relacionavam-se com ações de escravidão e manutenção de liberdade e, embora muitos dos casos tenham sido decididos em favor dos proprietários de escravos, pelo menos desde a década de 1830, mais de 50% das sentenças foram favoráveis à liberdade.³⁰⁹

As práticas de reescravização poderiam ocorrer tanto por intermédio da revogação da alforria quanto da escravidão ilegal de descendentes de indígenas, de libertos ou de africanos chegados ao país após a lei de 1831, que tornou o tráfico atlântico de africanos ilegal.³¹⁰ No entanto, vale destacar que as pesquisas têm apontado que esse procedimento remonta ao século XVIII e cresceu progressivamente por todo o XIX.³¹¹ Fernanda Domingos Pinheiro, por exemplo, ao pesquisar no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (MG), encontrou 97 processos, distribuídos entre 1720 e 1819, cuja disputa se deu em torno da efetivação ou risco do retorno ao cativeiro, sendo que entre eles 55 tinham o propósito de trazer de volta à escravidão um liberto que desfrutava da liberdade havia algum tempo.³¹²

Ademais, a bibliografia atinente ao assunto tem salientado que nem sempre a vontade senhorial prevalecia, e os tribunais de justiça exerceram papel importante para a obtenção da alforria de africanos escravizados e seus descendentes, ainda que a instabilidade ou precariedade da condição de liberto tenha sido uma constante no regime escravista brasileiro.³¹³

A partir da emancipação política do país, outras possibilidades de obtenção das alforrias se apresentaram para os escravizados. Mary C. Karasch destaca que, embora a emancipação por lei desempenhasse um papel menor na libertação de escravos antes de 1850, alguns grupos e indivíduos receberam a liberdade por intervenção governamental ou real. Assim, a autora menciona o grupo dos africanos desembarcados após a lei de 7 de novembro de 1831, que dependia do governo para a conquista da liberdade, pois a lei declarava livres

³⁰⁸ GRINBERG, 2006, op. cit., p. 108-109.

³⁰⁹ Ibid., p. 119.

³¹⁰ Ibid., p. 103.

³¹¹ Ibid.; SILVA, R. T. C. op. cit.

³¹² PINHEIRO, Fernanda Domingos. O retorno ao cativeiro: práticas de reescravização num tribunal do Antigo Regime (Mariana, 1720-1819). In: *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 15 a 18.05.2013. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=63. Acesso em: 25 ago. 2013.

³¹³ Sobre a precariedade da condição de liberto ver, por exemplo, CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, Campinas, n. 9, p. 33-62, 2010. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>>. Acesso em: 25 ago.2013.

todos os escravos importados depois daquela data,³¹⁴ o grupo de escravos libertos pelo governo graças a serviços militares prestados, e o caso de escravos que obtinham a liberdade oferecendo um serviço valioso ao governo ou a seus donos, como informar uma revolta, denunciar criminosos ou salvar a vida ou a propriedade de seus senhores.³¹⁵

Nesse sentido, consideramos que desde o período colonial houve crescimento da população liberta, pois, dentre outros fatores, a prática da alforria foi comum na história da escravidão brasileira.³¹⁶ Stuart Schwartz, por exemplo, estudando as cartas de alforria na cidade de Salvador e seu Recôncavo, um dos mais importantes centros receptores de africanos durante o período colonial, encontrou, entre 1684 e 1745 um total de 1.015 cartas de alforrias que resultaram em 1.160 alforriados, o que equivale a uma média anual de 19 forros dentro do período assinalado.³¹⁷ Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa, salientaram que a atividade mineratória possibilitava aos escravos maior mobilidade social *vis-à-vis* as demais economias do Brasil colônia, constatando a presença altamente relevante do elemento forro no conjunto dos proprietários de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (pertencente à Vila Rica), ou seja, os percentuais variaram entre 3% e 14,6% nos triênios por eles estudados.³¹⁸ Manolo Florentino, por sua vez, frisou que libertava-se muito no Rio de Janeiro no final do século XVIII. Segundo o autor, “[...] os nove mil alforriados representavam 20% dos habitantes das freguesias urbanas da cidade em 1799, e uma entre cada três pessoas que ali desfrutavam da liberdade havia experimentado na carne as agruras do cativeiro”.³¹⁹ Ainda de acordo com Stuart B. Schwartz,

O costume generalizado no Brasil de permitir aos escravos formar pecúlio próprio e de garantir a alforria espontaneamente ou por compra deve ter-se

³¹⁴ BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livre todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

³¹⁵ KARASCH, op. cit., p. 440-446.

³¹⁶ Stuart B. Schwartz salientou que a realidade da manumissão pode ter sido relativamente insignificante em termos numéricos, provavelmente ultrapassando raras vezes a 1% ao ano durante todo o período por ele estudado. SCHWARTZ, op. cit., p. 141.

³¹⁷ O autor destaca que durante o período estudado Salvador tinha uma população de aproximadamente 30 a 40 mil habitantes dos quais, talvez a metade era escrava. SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745. In: *Anais de História*. Ano VI: p. 71-114, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974.

³¹⁸ Os autores destacam que apenas 3,7% dos libertos detinham uma escravaria superior a sete cativos. LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 451.

³¹⁹ FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativeiro e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 336-337.

prestado a uma finalidade no seio do escravismo [...] Os senhores de engenho não eram obtusos nem retrógrados e sabiam muito bem que um misto de incentivos positivos e negativos podia ser usado para atingir seus objetivos [...] extrair uma quantidade ótima de trabalho dos cativos geralmente resultava em uma mistura dos dois elementos.³²⁰

Desse modo, no início do século XIX o Brasil cotava com a maior população de pessoas livres de cor de todas as sociedades escravocratas das Américas.³²¹ Não obstante, a libertação do cativo foi algo extremamente difícil de ser alcançado pela maioria dos escravizados. De modo geral, as pesquisas atestam que o índice de alforrias condicionais não foi nada desprezível, sendo comum encontrar entre as principais cláusulas impostas a prestação de serviços a terceiros, ou acompanhar até a morte o cônjuge ou seus filhos. Portanto, não podemos descartar a hipótese, muito plausível a nosso ver, de que parte considerável dos manumitidos não alcançavam a plena condição de libertos e, mesmo aqueles que o fizeram estavam sujeitos a cumprir uma série de obrigações que em muitos aspectos restringia o seu direito ao pleno gozo da liberdade.

Em suma, como afirmou Sidney Chalhoub, “a fronteira relativamente incerta entre a escravidão e a liberdade parecia algo estrutural da sociedade brasileira oitocentista”.³²² Nesse processo, como procuramos demonstrar, a carta de alforria não foi o único meio que os senhores empregaram para libertar seus escravos, bem como não foi o instrumento fundamental pelo qual os escravos lutavam por suas liberdades. No entanto, ela representava a garantia jurídica da condição de liberto em relação à de escravo, e aqueles que seguiram este caminho para emergir da escravidão percorreram labirintos tortuosos que nem sempre os levavam à libertação plena. Nesse sentido, para entendermos as particularidades do fenômeno da alforria no Brasil do século XIX é preciso atentar para as diversas variáveis que atuavam neste processo em diferentes contextos políticos e socioeconômico, como abordaremos nas próximas seções.

3.3 As alforrias em diferentes contextos políticos e socioeconômicos, Brasil século XIX

O tema da alforria é uma vertente historiográfica da escravidão brasileira que conta com amplos estudos, abarcando diversas partes do país. Os pesquisadores que se debruçaram

³²⁰ SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 141

³²¹ KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Pessoas Livres de Cor numa Sociedade Escravocrata: São Paulo e Minas Gerais no Início do Século XIX. In: LUNA; COSTA; KLEIN, op. cit., p. 462.

³²² CHALHOUB, 2010, op. cit. p. 37.

sobre o assunto abordaram diversos aspectos desse processo, ampliando o nosso entendimento sobre as particularidades do fenômeno no Brasil. Discutiremos nesta seção as mudanças que ocorreram nas relações escravistas dentro dos diferentes contextos políticos e socioeconômicos do século XIX, buscando perceber a sua influência nas manumissões.

Ao adotarmos este procedimento, estamos considerando que a alforria não se constituía em mera concessão ou benevolência senhorial, mas sim que a culminância desse ato tem a sua trajetória marcada por um contínuo processo de negociação e conflito entre senhores e escravos, conforme abordagem da recente historiografia da escravidão brasileira.³²³ Nesse sentido, entendemos que a prática da alforria deve ser observada levando-se em conta a heterogeneidade de fatores que atuaram sobre ela no tempo e no espaço, ou seja, condições econômicas, oscilações demográficas na população cativa, intensificação do tráfico atlântico e provincial de escravos, campanhas abolicionistas e, principalmente, como salientou Lizandra M. Ferraz, “[...] deve-se atentar para as interpretações que senhores e escravos impunham sobre o fenômeno”.³²⁴

O escopo temporal que adotamos para esta discussão divide-se em três momentos específicos do século XIX. O primeiro estende-se de 1800 a 1850, período em que a expansão econômica e a oferta elástica de mão de obra via tráfico transatlântico combinaram-se de forma singular. O segundo está compreendido entre a o fechamento do acesso ao tráfico externo de africanos e a lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como lei do Ventre Livre. O último período, por sua vez, está situado entre esta última data e a abolição oficial da escravidão no Brasil, ou seja, 1888.

Adotamos tal divisão porque consideramos que dentro de cada um desses períodos ocorreram mudanças significativas nas relações escravistas, tanto do ponto de vista das relações internacionais, quanto dos seus desdobramentos no plano interno dos países que mantinham viva a instituição. Vale salientar que não se trata de incorrer em risco de reconstituir a realidade histórica a partir das leis, pois entendemos que estas serviam apenas como parâmetros a partir dos quais as autoridades tomavam suas decisões. Nesse sentido, a nossa proposta consiste em analisar as transformações da escravidão no Brasil dentro dos períodos assinalados, atentando para os possíveis efeitos que os acordos entre países

³²³ Ver, por exemplo, entre muitos, REIS, J. J e SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; LARA, S. H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³²⁴ FERRAZ, op. cit., p. 44.

provocaram nas relações escravistas, sem perder de vista as mudanças que foram sendo engendradas nas experiências de vida dos escravizados, libertos e seus senhores.

3.3.1 Da expansão econômica à proibição do tráfico transatlântico de africanos, 1850

Começamos a nossa análise identificando uma das variáveis relevantes e recorrentemente considerada nas pesquisas sobre alforrias, em particular para a primeira metade do século XIX, que diz respeito ao tráfico transatlântico de africanos. É sabido que o Brasil foi a principal região de desembarque de africanos escravizados nas Américas.³²⁵ Esta constatação, porém, impõe questionamentos quando buscamos averiguar as consequências disso sobre a prática das alforrias no país. Principalmente, tendo em vista que nele essa prática foi bastante difundida, sobretudo se comparado com outras importantes sociedades escravistas das Américas.³²⁶ Como teriam se comportado as manumissões, nas diversas regiões brasileiras, enquanto o tráfico externo esteve aberto, mais precisamente na primeira metade do século XIX?

Sabemos que a mão de obra escrava era o principal investimento dos escravistas e sua importância residia justamente na utilidade que tinha enquanto fator de produção. Desse modo, convém questionar as condições do mercado de escravos na época assinalada, sobretudo no tocante à oferta de cativos, os seus preços e as demandas das diferentes áreas do país. Isso se torna relevante para as nossas análises por entendermos que havia uma dinâmica existente entre a população escrava e a economia, ou seja, dependendo do meio em que estavam inseridos, da rentabilidade das unidades produtivas onde trabalhavam os escravos, estes tiveram maiores ou menores possibilidades de se reproduzirem naturalmente, de acumular pecúlio, constituir famílias ou estabelecer laços de solidariedade, sendo que todos esses fatores exerceram influência sobre as manumissões.

A campanha para a abolição do tráfico de africanos no Atlântico começou no último quartel do século XVIII, sendo considerado o primeiro movimento político de massa baseado em propaganda política moderna, da história da Inglaterra, senão de toda a Europa.³²⁷ Em 1808 o tráfico foi proibido nas colônias inglesas, todavia permaneceu sendo praticado no

³²⁵ Sobre o tráfico atlântico de escravos para o Brasil ver, por exemplo, KLEIN, Herbert S. A Demografia do Tráfico de Escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987.

³²⁶ Sobre o as alforrias em outras partes da América ver, entre outros, GONÇALVES, op. cit., especialmente o Capítulo 2 (A prática de alforrias em perspectiva comparada).

³²⁷ KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. *Revista de História*, São Paulo, n.120, p. 3-25, jan./jul. 1989.

Brasil, até a sua proibição oficial em 1850. As restrições dos ingleses ao tráfico de africanos fizeram-se presente desde o início do Oitocentos, sendo que, em 1831, o Brasil assinara com a Inglaterra uma lei se comprometendo a extingui-lo. Antes de adentrarmos no impacto da lei de 1831, vamos analisar a conjuntura interna da América Portuguesa, emancipada politicamente em 1822, com o objetivo de avaliar as condições econômicas e sociais e estabelecer possíveis relações com as manumissões.

No último quartel do século XVIII a economia da América portuguesa apresentou crescimento vigoroso, tanto nas atividades agroexportadoras quanto naquelas relacionadas com a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno. Esse desempenho positivo, segundo Tamis Parron, foi possível graças a uma série de medidas favoráveis à produção colonial, emitidas pela Coroa nos quadros da Ilustração europeia.³²⁸ A produção de algodão, que se resumia a 388 toneladas em 1776, alcançou 2.886 t em 1789 e chegou a 4.443 t na quadra 1796-1800, afora o novo padrão de demanda industrial, o artigo passou por notável valorização até 1816, sendo que, de 1808 a 1820, a rama brasileira representou 60% do total das exportações nacionais para a Inglaterra e quase um terço das importações inglesas do artigo.³²⁹

A produção de açúcar passa por uma revitalização e aumenta o ritmo de crescimento das exportações brasileiras, sobretudo após o colapso de Saint Domingue na década de 1790, então colônia francesa e maior produtora mundial do produto. Segundo Bert J. Barickman, com a elevação dos preços nessa década, os senhores de engenho baiano ganharam confiança na recuperação e traduziram-na em expansão da produção, sendo que entre o final da década de 1790 e pouco antes da Independência, pelo menos oitenta novos engenhos foram erguidos na província da Bahia.³³⁰ Em Pernambuco, a produção açucareira, calculada em torno de 6 mil caixas anuais, saltou para 11 mil caixas no período 1796-1811. Paralelamente, a região de Campos dos Goytacazes, norte da capitania do Rio de Janeiro, transformou-se em típica zona de *plantation*, abrigando 400 engenhos em 1810 (em 1777, possuía apenas 50).³³¹ O café, nos primeiros anos do século XIX, ocupava apenas o oitavo lugar entre todos os produtos de exportação. No entanto, dali em diante assumiu enorme importância na economia brasileira.

³²⁸ O autor destaca a montagem das Companhias Gerais de Comércio – do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759), passando pelas tentativas de diversificar a pauta dos gêneros agrícolas (algodão, arroz, cacau, anil, cânhamo, trigo), até o reconhecimento legal do comércio negreiro bilateral Rio de Janeiro-Angola (década de 1760), para o autor as ações da Coroa forjaram gradualmente o quadro institucional para o aumento da elasticidade produtiva colonial. PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 45.

³²⁹ Ibid., p. 45-46.

³³⁰ BARICKMAN, op. cit., p. 74-75.

³³¹ PARRON, op. cit., p. 46.

Na década de 1830, o café, produzido principalmente no Sudeste, desbancou o açúcar como o mais valioso produto de exportação do país, e na década de 1850 chegou a corresponder a mais da metade de todas as exportações brasileiras.³³²

O acentuado avanço no desempenho do sistema produtivo resultou, necessariamente, em acréscimo populacional, tanto de homens livres quanto de escravos. O incremento das atividades agroexportadoras, por sua vez, promoveu maior integração com as áreas produtoras de gêneros destinados ao abastecimento do mercado interno. Na província da Bahia, por exemplo, Bert J. Barickman, ressaltando a importância do mercado regional de farinha de mandioca, destacou que os senhores de engenho e lavradores de cana do Recôncavo geralmente não plantavam mandioca em quantidades significativas, nem seus escravos costumavam cultivar em suas roças alimentos suficientes para se manterem.³³³ Desse modo, entendemos que as unidades agroexportadoras não eram autossuficientes, e que havia articulações entre elas e os mercados vicinais, isto é, produtores de toucinho, queijo, couro, carne-seca, trigo, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz e tabaco integraram-se economicamente às zonas de *plantation*, formando um mercado interno relativamente bem estruturado.

É nesse cenário que buscaremos perceber alguns aspectos das relações escravistas, atentando para o lugar das alforrias no processo. Começamos por indagar qual comportamento poderíamos esperar dos escravistas nessa conjuntura econômica favorável? Se na maioria dos casos a carta de alforria decorreu de um acordo entre o escravo e seu senhor, sendo que raramente ela foi dada à revelia deste,³³⁴ quais critérios incidiam sobre a decisão do proprietário ao alforriar seu cativo? Dentro de uma perspectiva econômica, Stuart Schwartz, ao analisar as relações sociais e de trabalho na sociedade baiana colonial explica que um escravo naquela época produzia em 14 a 20 meses açúcar suficiente para repor o dinheiro do seu preço de compra, por isso a maioria dos proprietários não estimulavam o casamento de escravos para promover o crescimento natural, visto que não valia a pena correr riscos e custear a criação de crioulos até a idade produtiva, sendo assim, o autor afirma que “[...] o sistema era fazer os escravos trabalharem no campo, produzindo o máximo e se eles

³³² BARICKMAN, op. cit., p. 61.

³³³ Ibid., p. 116.

³³⁴ EISENBERG, Peter L. A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX. In: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 246.

sobreviviam por cinco anos, o dono recebia duas vezes o preço original para a compra de um novo boçal na África”.³³⁵

A facilidade de acesso ao mercado de escravos, com preços relativamente baixos, pode ter influenciado a prática de alforriar. Mary C. Karasch, estudando a vida dos escravos no Rio de Janeiro entre 1807-1831, assinala que,

[...] o tráfico forneceu ao Rio novos africanos, cujo preço comparativamente baixo tornava possível até para ex-escravos comprá-los no mercado. Em consequência, a propriedade de escravos por homens e mulheres disseminou-se na cidade e gente de renda média, artesãos e até os considerados pobres podiam possuir cativos.³³⁶

As chances de possuir escravos parecem ter sido maiores dentro de contextos econômicos favoráveis e, conforme Katia Mattoso, Herbert Klein e Stanley Engerman, dentre outros, o preço dos escravos foram mais baixos nas primeiras décadas do século XIX do que nos últimos decênios que antecederam o fim da escravidão no Brasil.³³⁷

A elasticidade da oferta de escravos combinada com a crescente demanda do mercado externo e interno pode ter influenciado as manumissões, na medida em que era relativamente fácil para os escravistas, especialmente àqueles ligados ao setor de exportação e/ou próximos dos principais centros importadores de africanos, renovar seus plantéis. Poderíamos esperar que o resultado da combinação desses fatores fosse a maior frequência de alforrias na primeira metade do século XIX. No entanto, embora alguns estudos deixem essa impressão, consideramos um risco afirmar categoricamente que este foi o “padrão” de comportamento das manumissões durante o Oitocentos, sobretudo se levarmos em conta que a partir de 1850 a população cativa decresceu em algumas partes do Brasil e aumentou em outras, ao mesmo tempo que as opiniões antiescravistas se avolumavam.

Analisemos, inicialmente, os tipos de alforrias nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

³³⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: trabalho escravo e vida escrava no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 45-59, jun./1983. p.50.

³³⁶ KARASCH, op. cit., p. 29.

³³⁷ MATTOSO, Kátia M.; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 67

Tabela 3.2 – Tipos de alforrias em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1800-1850

Tipos de Alforrias	Pagas		Gratuitas		Condicionadas		Total		Média Anual ^b
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Salvador (1808-1842)	558	35,4	753	47,7	266	16,9	1.577	100	157,7
Salvador (1805-1850)	2.558	41,9	3.546	58,1	-	-	6.104	100	305,2
Rio de Janeiro (1807-1831)	356	48,6	182	24,8	195	26,6	733 ^a	100	36,1
Rio de Janeiro (1840-1849)	1.339	27,6	2.349	48,6	1.147	23,8	4.835	100	483,5

Fonte: (NISHIDA, 1993, p. 248-249); (MATTOSO, 1972, p. 45); (KARASCH, 2000, p. 460); (FLORENTINO, 2005, p. 349)

^a Excluímos 171 cartas (dadas em testamentos), do total de 904, por não informar se eram ou não condicionadas.

^b Incluímos no cálculo o total de alforrias estudadas em cada um dos respectivos períodos. Para Salvador, Nishida selecionou cinco biênios (10 anos) entre 1808-1842 e Mattoso dez biênios (20 anos) entre 1805-1850.

Conforme a Tabela 3.2 havia grande concentração de libertos nas principais localidades que serviam de desembarque de africanos, isto é, Salvador e Rio de Janeiro. Deve-se ressaltar que os estudos cujos dados compõem a Tabela 3.2 possuem objetivos diferentes dos nossos e, portanto, apresentam distintas classificações dos tipos de alforrias, o que impossibilitou uma amostragem detalhada das manumissões praticadas nas localidades em tela. Assim, algumas explicações devem ser feitas.

No caso de Salvador, as alforrias analisadas por Mieko Nishida no período 1808-1842, foram classificadas em pagas (558) e não pagas (1.019), sendo que entre as últimas 266 eram condicionadas e 753 incondicionadas. Neste estudo, não foi possível saber se entre as alforrias pagas (558) algumas eram condicionadas.³³⁸ Kátia M. de Q. Mattoso, por sua vez, utilizou apenas dois critérios de classificação, ou seja, alforrias pagas 2.558 (41,9%) e gratuitas 3.546 (58,1%), o que impossibilitou saber os percentuais de alforrias condicionadas.³³⁹ Ademais, não podemos descartar a possibilidade das médias anuais estarem subestimadas, pois pode ter havido manumissões que não foram lavradas em Cartório de Notas.³⁴⁰

Os dados dos estudos sobre as manumissões no Rio de Janeiro que foram inseridos na Tabela 3.2 também merecem algumas explicações. Mary C. Karasch classificou as 904 cartas de alforrias analisadas em compradas (356), condicional (195), incondicional (182). Estas duas últimas categorias foram analisadas a parte, ou seja, elas não estão entre as que foram

³³⁸ NISHIDA, Mieko. Alforrias e o papel da etnia da escravidão urbana: salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 23. n. 2, p. 227-265, maio/ago., 1993. p. 248-249.

³³⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "A propósito de cartas de alforrias: Bahia 1779-1850". In: *Anais de História*. Ano 4: p. 23-52, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972. p. 45.

³⁴⁰ Esta consideração se estende para todas as localidades e períodos analisados neste trabalho.

compradas, o que permitiu identificá-las como sendo não pagas. Não obstante, as demais alforrias (171) foram classificadas como sendo dadas no leito de morte (testamento) e ratificadas, porém, a autora não mencionou quantas eram condicionadas ou incondicionais, portanto, optamos por não inseri-las na Tabela. Vale salientar que as 904 cartas registradas nos livros de notas do primeiro cartório do Rio de Janeiro, entre 1807-1831, resultaram em 1.319 alforriados (libertos).³⁴¹

Manolo Florentino, por sua vez, estudou a prática das alforrias no período 1840-1871. No entanto, seu estudo está fragmentado em decênio, e a classificação das alforrias em grátis, servir e pagas, sendo que entre 1840-1849, foram classificadas como grátis 2.349 (48,6%), como servir 1.147 (23,8%), e como pagas 1.339 (27,6%).³⁴² Igualmente, ficamos sem saber os detalhes sobre essas manumissões.

Agora que explicamos algumas questões metodológicas dos aludidos estudos sobre as alforrias em Salvador e na capital do Império, podemos adentrar na análise dos dados. Em primeiro lugar é preciso salientar que nas áreas fortemente ligadas ao tráfico externo de africanos havia grande quantidade de escravos, tanto nas cidades quanto na zona rural do seu entorno, aliada a este fator, temos que as relações comerciais desenvolvidas ali eram intensas e a prosperidade da economia era vigente no período, sendo que isso, em certa medida, deve ter possibilitado aos cativos, sobretudo aqueles postos ao ganho, maiores chances de acumular pecúlio e pagar pelas suas alforrias.

No entanto, nos aludidos centros urbanos as alforrias obtidas mediante o pagamento ficaram em segundo lugar entre os tipos de manumissões alcançadas em maior proporção. No Rio de Janeiro, entre 1807-1831, os preços médios das manumissões variaram entre o mínimo de Rs. 151\$000 e o máximo de Rs. 167\$000, para os libertos adultos, africanos e crioulos, de ambos os sexos.³⁴³ Com relação aos preços pagos pelos libertos na capital baiana os valores variaram entre Rs. 197\$000 e Rs. 266\$000 no biênio 1829-1830, isto para os libertos com as mesmas características apontadas para os da Corte.³⁴⁴ Em Campinas, que na primeira metade do século XIX chegou a liderar a província de São Paulo na produção de açúcar, Peter Eisenberg constatou que 34,4% das alforrias foram pagas em dinheiro no período 1798-1850.³⁴⁵

³⁴¹ KARASCH, op. cit., p. 460.

³⁴² FLORENTINO, op. cit., p. 349.

³⁴³ KARASCH, op. cit. p. 452.

³⁴⁴ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit., p. 66.

³⁴⁵ EISENBERG, P. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 175-216, Maio/Ago., 1987. p. 197.

Todavia, o que chama a atenção é o percentual de alforrias gratuitas. Kátia Mattoso percebeu que na primeira metade do século XIX, em pleno período de prosperidade da economia baiana, os percentuais de alforrias gratuitas sempre superaram os das alforrias pagas.³⁴⁶ Mesmo tendo em vista que seu estudo não informa os tipos de alforrias gratuitas (incondicional e condicional), as análises de Mieko Nishida demonstram que 47,7% do total de 1.577 manumissões registradas em Salvador no período 1808-1842 foram do tipo não-onerosa (gratuitas incondicionais), enquanto 35,4% foram obtidas mediante o pagamento e resultaram na libertação imediata do cativo. No Rio de Janeiro (1840-1849), Manolo Florentino constatou que 48,6% das alforrias foram gratuitas, ao que parece entre elas não havia cláusulas suspensivas, pois o autor classificou separadamente aquelas em que os libertos deveriam continuar prestando serviços, ou seja, 1.147 (23,8%) delas estavam na categoria servir (ver Tabela 3.2).³⁴⁷ Em Campinas, 34,3% das manumissões registradas entre 1798 e 1850 eram gratuitas.³⁴⁸

Vale salientar que as manumissões gratuitas merecem um estudo mais detalhado, pois os índices podem deixar a impressão de que os proprietários de escravos não hesitavam muito em alforriar cativos, principalmente adultos do sexo masculino, sem a contra partida financeira e/ou a prestação de serviços. Não cremos que isso tenha ocorrido com tanta frequência, sobretudo se considerarmos o escravo como um bem de valor e o principal ativo de produção da época. Portanto, reforçamos que é necessário estabelecer uma classificação criteriosa dos tipos de alforrias e, vale destacar, também é importante cruzar essas informações com o perfil dos alforriados. Desse modo, acredito que seja possível aprofundar os nossos conhecimentos sobre as nuances que perpassavam o processo de libertação dos escravos.

Ao proceder desta forma no estudo das alforrias em Ilhéus (1810-1849), percebemos que as alforrias não-onerosas (gratuitas incondicionais) perfaziam apenas 17,7% do total das manumissões (90). Não obstante, notamos que entre os alforriados que receberam este tipo de alforria (16), seis eram crianças e dez adultos, entre os últimos apenas dois eram homens (12,5%) (ver Tabela 2.13).

Analisemos agora a prática das manumissões em outras partes do Brasil, mais precisamente aquelas afastadas do mercado de escravos e com economia de abastecimento ou em fase de desenvolvimento.

³⁴⁶ MATTOSO, 1972, op. cit., p. 44-45.

³⁴⁷ FLORENTINO, op. cit., p. 349.

³⁴⁸ EISENBER, 1987, op. cit., p. 197.

Como teriam se comportado a respeito da questão das alforrias os escravistas e os escravizados inseridos em contextos cujas atividades econômicas eram pouco rentáveis? Existem algumas semelhanças ou diferenças entre as manumissões obtidas nas localidades com economia exportadora e aquelas alcançadas nas áreas menos urbanizadas e com economia pouco desenvolvidas? Seria possível aos escravos inseridos nessas áreas pagar pelas suas alforrias? Em caso positivo, em que proporção?

Essas são algumas das questões que tentaremos elucidar nas próximas páginas. Advertimos, no entanto, que não se trata de tentar estabelecer um padrão de comportamento das alforrias, tarefa que consideramos arriscada, dado a diversidade de fatores que atuavam em momentos e contextos específicos.

Analisemos primeiramente os números relativos à quantidade e aos tipos de alforrias em algumas localidades com as características econômicas apontadas. A Tabela 3.3 apresenta os dados sobre essas informações.

Tabela 3.3 – Tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1800-1850

Tipos de Alforrias	Pagas Incond.		Pagas Cond.		Gratuitas Incond.		"Gratuitas Cond."		Total		Média Anual
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Localidade/ Período											
São Paulo - SP (1800-1850)	190	20,7	79	8,6	229	25,0	419	45,7	917	100	18,0
Rio de Contas - BA (1800-1850)	351	40,1	61	7,0	242	27,7	221	25,2	875	100	17,1
Ilhéus - BA (1810-1849)	26	35,1	15	20,3	16	17,7	33	44,6	90	100	2,2
Montes Claros - MG (1830-1849)	40	27,6	7	4,8	42	29,0	56	38,6	145	100	7,2
Franca - SP (1825-1850)	48	22,8	22	10,4	61	28,9	80	37,9	211	100	8,1
Uberaba - MG (1830-1850)	33	27,9	14	11,9	36	30,5	35	29,7	118	100	5,6
Porto Alegre^a - RS (1800-1835)	308	40,0	35	4,5	242	31,4	186	24,1	771	100	21,4
Alegrete - RS (1832-1850)	32	31,5	-	-	39	38,0	31 ^b	30,5	102	100	5,3
Total	1.028	30,7	233	9,6	907	28,5	1.061	34,5	3.229	100	-

Fonte: (BERTIN, 2004, p. 83); (ALMEIDA, 2012, p. 125); (ILHÉUS, Tabela 2.5, p. 66-67); (JESUS, 2007, p. 203); (GOMES, 2008, p. 105); (ALADRÉN, 2009, p. 51); (MATHEUS, 2012, p. 174).

^a Inclui Aldeia dos Anjos e Viamão.

^b Classificadas pelo autor apenas como condicionadas.

Ao analisar a Tabela 3.3 fazem-se necessárias algumas advertências. A primeira delas diz respeito aos dados, pois notamos que existem diferenças significativas nos percentuais dos tipos de alforrias entre as localidades. Em São Paulo, por exemplo, as pagas incondicionais perfaziam 20,7% das manumissões, enquanto em Porto Alegre e em Rio de Contas o índice foi de 40%. Entre as alforrias gratuitas condicionadas as variações também são expressivas, em Rio de Contas e Porto Alegre elas correspondiam 25,2% e 24,1% do total de manumissões, respectivamente, porém, em Ilhéus o percentual foi 44,6% e em São Paulo, de 45,7%. Desse modo, percebemos que qualquer tentativa de generalização sobre o comportamento das manumissões nas diferentes partes do Brasil é uma tarefa um tanto arriscada. Nas alforrias pagas condicionadas e gratuitas incondicionadas as variações dos percentuais entre as localidades são reduzidas, no entanto, elas não devem ser desprezadas.

A segunda observação a ser feita diz respeito às médias anuais de alforrias, que podem estar subestimadas, em virtude dos mesmos motivos mencionados nos casos de Salvador e do Rio de Janeiro. Ademais, mesmo agrupando as localidades numa mesma tabela (3.3), é preciso reconhecer que entre elas havia diferenças significativas no tocante à dinâmica da economia, bem como das relações escravistas. Tal constatação, por sua vez, talvez explique a diversidade de formas e estratégias utilizadas pelos cativos para se livrarem do cativeiro por meio da alforria. Contudo, para o tipo de investigação que nos interessa neste trabalho, qual seja, analisar os percentuais dos tipos de alforrias, acreditamos que essas diferenças não interferem nos nossos resultados. Vejamos alguns exemplos.

A partir dos dados da Tabela 3.3 é possível constatar que as médias anuais de alforrias nas localidades constantes na referida Tabela apresentam diferenças significativas quando comparadas com Salvador e Rio de Janeiro, o que de certa forma já era esperado, visto que a quantidade de escravos nas aludidas cidades era superior à das apresentadas na Tabela 3.3, ainda que não tenhamos feito comparações. Não obstante, o pagamento pelas alforrias não foi privilégio dos escravos inseridos nos principais centros urbanos do Império. Mesmo nas regiões afastadas do mercado de escravos e com economia de subsistência e/ou abastecimento interno, como era o caso de Ilhéus, por exemplo, em média, algo em torno de 30% das alforrias foi alcançada por meio do pagamento. Sabemos que nem sempre eram os escravos que efetuavam o pagamento, pois eles fizeram articulações e construíram redes de parentescos e laços de solidariedade que contribuía para a libertação do cativeiro. Como vimos no segundo capítulo, entre as 41 alforrias pagas em Ilhéus, 11 (26,8%) foram quitadas por terceiros (mães, pais, tios, padrinhos, maridos), que na maioria das vezes conseguiram libertar

imediatamente seus parentes da escravidão.³⁴⁹ Em Salvador, entre as 558 alforrias pagas, 38 (6,8%) foram realizadas por terceiros.³⁵⁰ Todavia, não se pode desprezar que os cativos tinham suas economias e também conseguiam pagar suas alforrias com recursos próprios.

A gratuidade na obtenção das alforrias, por sua vez, também se mostrou acentuada nas localidades da Tabela 3.3, ou seja, em média elas representaram 27,9% das manumissões. No entanto, uma particularidade reside nas alforrias “gratuitas” condicionadas e merece nossa atenção. No Rio de Janeiro e em Salvador, elas representaram 21,6% e 16,9%, respectivamente (ver Tabela 3.2), ao passo que nas localidades referidas na Tabela 3.3 o percentual girou em torno de um terço das manumissões, e em algumas localidades elas foram o tipo mais comum de manumissão no período, como em São Paulo (45,7%), Ilhéus (44,6%), Montes Claros (38,6%) e Franca (37,9%). Ao que parece, as relações paternalista de dependência eram mais frequentes nas manumissões das áreas rurais e/ ou com economias pouco dinâmicas. Talvez, a autonomia dos escravos, entendida aqui como potencial de mobilidade e articulações desvencilhadas da alçada dos senhores, fosse mais presente nos espaços urbanos que, em certa medida, ofereciam meios alternativos para os cativos conduzirem suas próprias vidas sem necessitar de favores dos antigos proprietários.³⁵¹ Enquanto que, no meio rural, o liberto estava mais vinculado ao seu antigo senhor por diversas questões, entre elas a maior proximidade/convivência, no caso dos pequenos proprietários, a possibilidade de permanecer cultivando suas roças e até mesmo comercializar seus produtos com seus antigos donos e outros membros da sociedade local.

Esta hipótese, temos plena consciência, não é suficiente para explicar todas as nuances que perpassavam os caminhos de libertação do cativo. Não obstante, tanto os escravos do eito quanto aqueles inseridos no meio urbano enfrentaram adversidades semelhantes quando tentaram se livrar das agruras da escravidão. É interessante notar que mesmo em economias de abastecimento interno ou com atividades comerciais pouco rentáveis, os escravos conseguiram pagar pelas suas alforrias preços relativamente semelhantes aos efetuados nas áreas em que a dinâmica comercial, incluindo o crescimento dos negócios, das atividades mercantis e portuárias, era bem mais desenvolvida. A Tabela 3.4 apresenta alguns exemplos que confirmam os nossos argumentos.

³⁴⁹ Ver Tabela 2.4, p. 72 e Quadro 2, p. 99.

³⁵⁰ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

³⁵¹ Sobre as possibilidades de serviços e ocupações dos escravos no meio urbano ver, entre outros, ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.; SILVA, Marilene Rosa N. da. *O Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1988.; OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

Tabela 3.4 – Preços médios (mínimos e máximos) das alforrias por localidades. Brasil, 1800-1850.

Localidade/ Período	Preços Mínimos e Máximos (mil réis)	
São Paulo - SP (1800-1850)	84\$800	308\$800
Rio de Contas - BA (1800-1850)^a	99\$340	431\$575
Ilhéus - BA (1810-1850)^b	82\$500	166\$310
Franca - SP (1825-1850)	100\$000	500\$000
Uberaba - MG (1830-1850)	100\$000	500\$000
Porto Alegre - RS (1800-1835)	111\$272	300\$975

Fonte: (BERTIN, 2004, p. 97); (ALMEIDA, 2012, p. 200); (ILHÉUS, Tabela 2.14, p. 85); (GOMES, 2008, p. 131-132); (ALADRÉN, 2009, p. 75-76)

^a Inclui apenas os libertos adultos, crioulos e africanos, de ambos os sexos.

^b Inclui libertos crioulos e africanos, crianças, adultos e idosos, de ambos os sexos.

OBS: Os preços das alforrias dos escravos apresentados nesta tabela e em outras partes do trabalho não foram deflacionados.

A partir dos dados da Tabela 3.4, podemos notar que nas referidas localidades os preços médios das alforrias apresentaram algumas variações, o que pode estar relacionado com a ausência de informações, em alguns estudos, sobre as características dos libertos que tiveram suas alforrias pagas. Portanto, ao se comparar os preços da Tabela 3.4 com os realizados em Salvador e no Rio de Janeiro, devemos levar em conta que nas aludidas capitais os preços referem-se a libertos adultos. Todavia, ainda que em áreas distantes dos centros importadores de africanos e com economias de abastecimento e/ou pouco dinâmicas, uma parte dos cativos conseguia obter alforrias mediante o pagamento.

Esta constatação, por sua vez, impõe questionamentos sobre o potencial da economia dos escravos e libertos, mesmo que parcela significativa dos cativos tenha permanecido na escravidão até o fim de suas vidas. É interessante notar que na vila de São Jorge dos Ilhéus, por exemplo, com economia baseada principalmente na agricultura mercantil e de subsistência, onde os pequenos lavradores cultivavam mandioca, café e cacau, além das engenhocas que produziam aguardente e melado, quase a metade (45,5%) das manumissões foi paga pelos escravos ou seus parentes.

Assim, temos que na primeira metade do século XIX, em média, algo em torno de 30% dos libertos, em diferentes partes do Brasil, conseguia pagar por sua alforria. Na maioria das vezes que o fizeram, alcançaram a libertação plena do cativo, já que em grande parte das localidades o percentual de alforrias pagas condicionadas era o mais baixo entre os demais tipos de manumissões. Destarte, nossas análises não podem encobrir a principal realidade daqueles que tentaram se livrar da escravidão, ou seja, este processo foi marcado

por conflitos e incertezas quanto à condição social dos libertos, além do mais, no período em análise a grande maioria das alforrias foram onerosas, isto é, os cativos tiveram que pagar e/ou continuar prestando serviços aos seus senhores. Em linhas gerais, se somarmos os percentuais das manumissões que foram pagas (condicionais e incondicionais) com os das “gratuitas” com cláusulas suspensivas da liberdade (condicionadas) o resultado fica em torno de dois terços do total das alforrias estudadas nas localidades indicadas na Tabela 3.3. Portanto, é importante destacar que emergir da escravidão por vias legais não era tarefa simples e acessível a todo e qualquer escravizado, talvez por isso parte deles optasse pela fuga, revoltas e suicídios.

Ainda assim, reforçamos que a prática das alforrias é oriunda de situações e condições diversas e, portanto, não se tratava exclusivamente de um negócio, pois alguns escravos além da alforria gratuita herdaram bens dos seus senhores, crianças foram alforriadas, algumas pela graça dos seus pais/senhores, outras por terem sido criadas e pelos bons serviços prestados pela sua mãe.

Desse modo, uma série de variáveis atuava sobre as alforrias. Particularmente nesse primeiro momento abordado, podemos observar que havia um mercado interno crescente, acompanhado pela ampliação da pauta de exportações, e que contava com acesso relativamente livre ao mercado de escravos. Em tal conjuntura, podemos inferir que tantos os escravos do eito quanto os inseridos em áreas urbanas devem ter aproveitado as condições econômicas favoráveis e ampliado suas economias. Destarte, os parentes e amigos dos cativos e libertos também devem ter sido beneficiados com o crescimento das atividades econômicas e o aumento do tráfico de escravos, sendo que isto, em certa medida, deve ter possibilitado ganhos adicionais na hora de negociarem a libertação de seus entes queridos, principalmente se considerarmos que, para os escravistas, o tráfico fornecia braços suficientes para suprir as suas necessidades de mão de obra a custo relativamente baixo. Maria Inês Cortes de Oliveira, por exemplo, ao analisar testamentos de libertos em Salvador, em sua maioria de ex-escravos africanos, destacou que “parentes, amigos, compadres, camaradas de ofício, madrinhas, padrinhos, compunham uma intrincada rede de relações sociais que os escravos e libertos constituíam e alimentavam e que lhes servia de apoio em momentos de maior necessidade”.³⁵²

³⁵² OLIVEIRA, op. cit., p. 28.

A despeito da lei de 1831, o pressuposto que ela nasceu “letra morta” ou foi feita “para inglês ver” vem sendo questionada pela historiografia.³⁵³ Tamis Parron, por exemplo, advertiu que “ela não deve ser entendida meramente como prescrição normativa nem simulação diplomática, mas sim como extraordinário ponto de articulação, na história brasileira, entre ação legal e interação social”.³⁵⁴ Essa medida certamente inibiu a ação dos traficantes,³⁵⁵ o que veio provocar diminuição na oferta de braços escravos, mesmo que temporariamente, provocando elevação nos preços dos cativos. Sobre as consequências disso para as manumissões, Kátia M. de Queirós Mattoso salientou que, “em torno de 1830 há certa retração no ato de alforriar escravos que podiam vir a faltar aos trabalhos agrícolas, domésticos ou outros, com a proibição de entrada de novas levas da África”.³⁵⁶ Por outro lado, as autoridades governamentais foram obrigadas a se posicionarem com relação aos africanos que entraram no país após essa lei. Beatriz Gallotti Mamigonian, por exemplo, informou que “aproximadamente 11 mil africanos foram emancipados e postos sob a custódia do governo brasileiro entre 1821 e 1856 por terem sido trazidos ilegalmente ao país”.³⁵⁷

Vale salientar que as análises empreendidas nesta seção deixaram de fora variáveis importantes no entendimento da prática das manumissões, como as nuances relacionadas com a naturalidade, o sexo, a idade e as ocupações dos libertos e os diferentes tipos de alforrias que eles obtiveram. Contudo, esperamos suprir algumas dessas lacunas quando formos tratar do perfil dos alforriados. Vejamos agora o comportamento das manumissões após a proibição do tráfico transatlântico de africanos.

³⁵³ Sobre esse questionamento, ver, por exemplo, GRINBERG, Keila & MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: “Para inglês ver”? Revisitando a lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Ano 29, n° 1/2/3, p. 87-340, jan./dez., 2007.

³⁵⁴ PARRON, op. cit., p. 90.

³⁵⁵ Segundo Robert Conrad “a importação de escravos para o Rio de Janeiro caiu de 30.389 na primeira metade de 1830, durante boa parte do qual o tráfico era legal, para 1.390 na segunda metade do mesmo ano. Em Pernambuco acusou-se a chegada de apenas um navio com escravos na segunda metade de 1830 [...] No Maranhão, o tráfico escravista aparentemente havia terminado na primeira metade de 1830. Não foi registrada qualquer evidência da importação de escravos aí ou no vizinho Pará durante a segunda metade desse ano.” CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 91.

³⁵⁶ MATTOSO, 1972, op. cit.,

³⁵⁷ Segundo a autora conforme os acordos internacionais, eles tinham de servir por 14 anos como “criados ou trabalhadores livres”, e para isso foram distribuídos entre instituições públicas e concessionários particulares e serviram muito além do tempo fixado, sendo que o governo imperial relutou em dar-lhes a “plena liberdade”. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 391. Sobre a experiência dos africanos na Bahia neste contexto, ver, por exemplo. SANTANA, Adriana Santos. *Africanos livres na Bahia, 1831-1864*. Dissertação (Mestrado em História). CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2007. Para São Paulo, ver, por exemplo, o estudo de Enidelce Bertin. BERTIN, Enidelce, *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

3.3.2 De 1850 à lei do Ventre Livre, 1871

O fechamento do tráfico externo de africanos em 1850 provocou elevação nos preços dos escravos no Brasil como um todo. Uma das consequências imediata disso foi que os escravizados tiveram que pagar preços cada vez mais altos pelas suas libertações, portanto, certamente tiveram que trabalhar muito mais para alcançarem este objetivo. Kátia M. de Queirós Mattoso, Herbert S. Klein e Stanley Engerman concluíram que os preços dos escravos no Brasil aumentaram constantemente durante a maior parte do período considerado (1819-1888) e alcançaram seu ápice em 1859-1860, caindo então até o fim da escravidão em 1888.³⁵⁸ No entanto, ressaltamos que, mesmo em momentos de escassez de braços, as alforrias não sofreram redução, nem tampouco foram efetivadas exclusivamente com o intuito de resgatar o capital investido nos escravos.

Se observarmos o caso da região sudeste, onde a lavoura cafeeira estava em franca expansão, demandando cada vez mais escravos, poderíamos esperar que as manumissões sofressem decréscimo, principalmente em virtude da proibição do tráfico transatlântico de africanos e a consequente elevação dos preços dos cativos, porém, não foi o que ocorreu. Analisando o comportamento das alforrias na cidade de São Paulo ao longo do século XIX, a pesquisadora Enidelce Bertin, embora tenha percebido que apenas 221(20%) do total de cartas registradas ocorreu entre 1850 e 1871, destaca que “a crise de mão de obra após a proibição do tráfico em 1850 não coincide com a diminuição das alforrias não onerosas (gratuitas e incondicionais) e que as alforrias sem qualquer ônus foram aumentando ao longo do século”.³⁵⁹ Em Campinas, onde a cafeicultura avança pela segunda metade da referida centúria, 411(18%) do total de alforrias foram registradas entre 1851 e 1874, no entanto, Peter Eisenberg afirma que “ao mesmo tempo em que o crescimento da população escrava possibilitava aumentos na produção de café e açúcar, aumentou-se também o número de alforrias”.³⁶⁰

Nas cidades que serviam como pontos terminais do tráfico externo de africanos, ao que parece, não houve alterações substanciais no comportamento das manumissões, como se pode ver na Tabela 3.5.

³⁵⁸ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit. p. 66.

³⁵⁹ BERTIN, Enidelce. *As alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2004. p. 81-84.

³⁶⁰ EISENBERG, 1987, op. cit., p. 179.

Tabela 3.5 – Tipos de alforrias em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1850-1888

Tipos de Alforrias	Pagas		Gratuitas		Condicionadas		Total		Média Anual
Localidade/ Período	N	%	N	%	N	%	N	%	
Salvador (1851-1884)	936	42,7	956	43,7	295	13,4	2.187	100	182,2 ^a
Rio de Janeiro (1850-1871)	3.299	27,7	6.498	54,6	2.097	17,6	11.894	100	540,6

Fonte: (NISHIDA, 1993, p. 248-249); (FLORENTINO, 2005, p. 349).

^a Corresponde à divisão do total de alforrias por seis biênios (12 anos) selecionados pela autora no período 1851-1884.

A Tabela 3.5 demonstra que nas cidades em tela a média anual de alforrias manteve-se nos mesmos níveis que antes do encerramento do infame comércio. No caso de Salvador, a média anual pode estar subestimada visto que entre 1819 e 1888, “cerca de 500 cartas foram registradas anualmente, o que representa cerca de 4 por cento do número médio anual de escravos em Salvador”.³⁶¹ Com relação às alforrias condicionadas, a diferença entre as duas localidades não é tão significativa, porém, no que tange às alforrias pagas e gratuitas ela é considerável. Não sabemos precisar sobre os motivos dessas diferenças. Todavia, pode-se argumentar que, talvez, a partir de 1850, com a crise da economia açucareira na Bahia, os donos de escravos passaram a alforriar cativos por meio do pagamento como forma de recuperar o capital investido na compra dos escravos, o que provocou aumento de 7,3% no índice de alforrias pagas e redução de 4% nas gratuitas, comparando-se os dois períodos. Isso não teria ocorrido na capital do Império, onde o avanço da cafeicultura demandava cada vez mais braços e o percentual de alforrias pagas reduziu-se de 48,6% (1807-1831) para 27,6% (1840-1849) e manteve-se neste patamar (27,7%) entre 1850 e 1871, ainda que o índice de alforrias gratuitas tenha aumentado em 6% entre os dois últimos períodos mencionados. (Cf. Tabela 3.2 e 3.5)

Sobre o comportamento das manumissões, Manolo Florentino notou que no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1871, foram registradas 16.720 cartas de alforrias, das quais 11.894 (71%) no período 1850-1871.³⁶² Mieko Nishida, por sua vez, estudou 3.765 alforrias em Salvador entre 1808-1884, sendo que mais da metade, 2.187 (58%), ocorreu entre 1851 e 1884.³⁶³ Esses exemplos demonstram que de fato não houve redução da prática das alforrias após a proibição oficial do tráfico transatlântico de africanos em 1850.

³⁶¹ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit., p. 61.

³⁶² FLORENTINO, op. cit., p. 349.

³⁶³ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

No entanto, os preços médios das alforrias sofreram elevação após este evento. Todavia, tal ocorrência não deve ser atribuída apenas ao fim do tráfico, “[...] mas também, e ainda mais importante, àquelas forças que aceleraram a demanda por mercadorias produzidas por escravos [...]”.³⁶⁴ Em Salvador, entre 1855 e 1870, os preços médios dos alforriados adultos, de ambos os sexos, variaram entre o mínimo de Rs. 695\$000 e máximo de Rs. 1: 261\$000.³⁶⁵ No Rio de Janeiro, os preços das alforrias dos escravos adultos, de ambos os sexos, aumentaram muito a partir de 1850, atingindo algo em torno de Rs. 1: 250\$000 no decênio 1860-1869.³⁶⁶ Segundo Manolo Florentino, a partir da década de 1830 “[...] “preço” passou a significar o valor corrente de mercado no instante em que cativos e senhores acordavam a alforria”.³⁶⁷ Portanto, é possível perceber que não houve relação direta entre o fim do tráfico externo e a diminuição da prática e do pagamento das alforrias.

Vejamos o comportamento das manumissões nas áreas distantes dos mercados de escravos e com economias de abastecimento ou em desenvolvimento.

Tabela 3.6 – Tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1850-1871

Tipos de Alforrias	Pagas Incond.		Pagas Cond.		Gratuitas Incond.		“Gratuitas Cond.”		Total		Média Anual
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Cotinguiba^a - SE (1860-1871)	45	37,2	11	9,1	30	24,8	35	28,9	121	100	10,1
São Paulo - SP (1850-1871)	71	29,2	20	8,2	67	27,6	85	35,0	243	100	11,0
Rio de Contas - BA (1850-1871)	128	35,0	22	6,0	75	20,6	140	38,4	365	100	16,5
Montes Claros - MG (1850-1869)	26	26,8	2	2,0	23	23,8	46	47,4	97	100	4,8
Franca - SP (1851-1870)	19	9,6	16	8,1	27	13,6	136	68,7	198	100	9,9
Uberaba - MG (1851-1870)	33	14,8	8	3,6	78	35,2	103	46,4	222	100	11,1
Alegrete - RS (1851-1871)	42	27,0	-	-	68	43,5	46 ^b	29,5	156	100	7,4
Total	364	25,7	79	6,1	368	27,0	591	42,0	1.402	100	-

Fonte: (AMARAL, 2007, p. 193); (BERTIN, 2004, p. 83); (ALMEIDA, 2012, p. 125); (JESUS, 2009, p. 203); (GOMES, 2008, p. 105); (MATHEUS, 2012, p. 176)

^a Corresponde à Zona da Mata-Norte da província de Sergipe e inclui as alforrias registradas nos cartórios de Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas até a lei 2.040 de 28 de setembro de 1871.

^b Classificadas pelo autor apenas como condicionadas.

³⁶⁴ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit., p. 68.

³⁶⁵ Ibid. p. 66.

³⁶⁶ FLORENTINO, op. cit., p. 340.

³⁶⁷ Ibid. p. 344.

Os dados da Tabela 3.6 indicam que, nas aludidas localidades, não houve mudanças significativas no comportamento das manumissões quando comparamos o primeiro período (1800-1850) com o que está posto na tabela em análise (1850-1871). No entanto, percebemos que, em média, as alforrias pagas incondicionais perfaziam um terço das manumissões antes do fim do tráfico (ver Tabela 3.3), porém, no período subsequente este índice foi reduzido para algo em torno de um quarto (25,7%), como pode ser visto na Tabela 3.6. A única localidade que não apresentou queda no percentual desse tipo de alforria foi São Paulo, onde o índice era de 20,7% no período 1800-1850 (ver Tabela 3.3) e elevou-se para 29,2% no período em tela. Nas demais categorias de alforrias os índices foram pouco alterados, ou seja, as “gratuitas” condicionadas, com exceção de Alegrete (RS), continuam sendo o tipo mais comum de manumissão e as gratuitas incondicionais perfazendo algo em torno de 30% do total das alforrias, embora haja diferenças significativas nos percentuais dos tipos de alforrias entre todas as localidades.

Com relação aos preços médios pagos pelas alforrias (mínimos e máximos) temos que em São Paulo, por exemplo, 37,4% dos libertos entre 1850-1871 tiveram suas alforrias pagas com preços que variaram entre Rs. 133\$000 e Rs. 1:400\$000.³⁶⁸ Em Rio de Contas, alto sertão da Bahia, do total de 419 alforrias registradas entre 1850-1871, boa parte delas, 174 (41,5%), foram pagas, sendo que neste período os preços variaram entre Rs. 466\$433 e Rs. 878\$846, para os libertos adultos de ambos os sexos.³⁶⁹

Não obstante, não podemos perder de vista que o fim do tráfico atlântico colocara em cheque o futuro do escravismo no Brasil. Por outro lado, escravos e libertos acionaram com mais frequência as autoridades ou os tribunais de justiça do Império na busca da defesa de suas liberdades. Eduardo Spiller Pena indica a tônica desse processo e destaca que foram justamente as ações desses sujeitos sociais que forçaram os juristas do Império a se posicionarem em relação ao tema da escravidão.³⁷⁰ Keila Grinberg, por sua vez, percebeu que a maioria das ações de escravidão e manutenção da liberdade, ou seja, 65 (59%) do total de 110 analisadas ocorreu justamente entre 1851 e 1870.³⁷¹ Ainda no plano jurídico, ao que parece, os escravos puderam contar com a maior interferência de curadores, que atuaram nos tribunais reivindicando a liberdade dos indivíduos escravizados ilegalmente. Elciene

³⁶⁸ BERTIN, 2004, op. cit., p. 83 e 102.

³⁶⁹ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 200.

³⁷⁰ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 119.

³⁷¹ GRINBERG, 2006, op. cit., p. 107.

Azevedo, por exemplo, informa que o rábula negro Luiz Gama atuou em São Paulo a favor da liberdade dos africanos baseando-se nos dispositivos da lei de 7 de novembro de 1831.³⁷²

Dessa forma, percebemos que outro contexto começa a ser delineado, no qual os sujeitos sociais passam a interpretar tanto a escravidão quanto a liberdade sob um prisma diferente. Sabe-se que do ponto de vista das autoridades imperiais o projeto era conduzir a emancipação de forma lenta e gradual, amparada em lei e com o máximo de cuidado para não provocar desordens, resguardando, sobretudo, o direito à propriedade privada dos escravistas. Nesse sentido, a segunda metade do século XIX deve ser entendida considerando-se todos esses fatores.

Ocorre um processo de formação de sociedades libertadoras em diversas partes do país ao longo deste período que, além de promoverem e financiarem alforrias aguçou o debate em torno da questão escravista e contribuiu com o desenvolvimento de uma opinião pública favorável ao fim da instituição. A respeito do reflexo disso na prática das alforrias, Lizandra Meyer Ferraz destacou que em 1850, com o fechamento do tráfico internacional, os senhores preocupados com o futuro do escravismo passaram a interpretar a prática da alforria, sobretudo condicional, como um instrumento importante para a perpetuação do sistema.³⁷³

Outro processo que não poderíamos deixar de mencionar, mesmo que de forma breve, diz respeito à guerra contra o Paraguai, que também abriu possibilidades aos escravizados alcançarem a alforria. Sidney Chalhoub, salientou que,

[...] desde pelo menos o início da década de 1860, a taxa de alforria na cidade do Rio aumentou bastante, sofrendo inclusive uma ascensão dramática por volta de 1867, provavelmente devido às alforrias concedidas com a condição expressa de que o liberto se tornasse um soldado da “pátria” na guerra contra o Paraguai.³⁷⁴

Dessa forma, entendemos que a prática da alforria deve ser observada levando-se em conta as particularidades de cada contexto. Não obstante, buscamos mostrar neste tópico que entre 1850 e 1871, mesmo após a proibição do tráfico externo de africanos, as manumissões continuaram acontecendo no Brasil como um todo. Certamente os escravistas pensaram no futuro da instituição e os debates em torno da questão foram intensificados. No entanto, escravos e libertos haviam criado redes de solidariedade e laços familiares que lhes valeram

³⁷² AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1999. p. 215-217.

³⁷³ FERRAZ, op. cit., p.128.

³⁷⁴ CHALHOUB, 1990, op. cit., p. 158.

contribuições não só no processo de conquista da alforria como também nos meios de resistência empregados diante dos imperativos da escravidão.

Desse modo, se por um lado as manumissões cumpriram papel importante dentro da estratégia de promover uma emancipação lenta e gradual, por outro lado não podemos desprezar a atuação dos escravos como sujeitos históricos, recorrendo às autoridades em defesa dos seus direitos,³⁷⁵ resistindo contra as tentativas de reescravização, denunciando seus senhores e promovendo revoltas. Nesse sentido, concordamos com Sidney Chalhoub quando este adverte para o fato de que a lei de 1871 não é passível de uma interpretação unívoca e totalizante, pois, de certa forma, ela foi uma conquista dos escravos, e teve consequências importantes para o processo de abolição na Corte.³⁷⁶ Portanto, como destacou Kabengele Munanga, é preciso considerar a resistência negra como fator de desgaste político/social do regime escravista no Brasil.³⁷⁷

3.3.3 De 1871 à abolição oficial da escravidão, 1888

As duas décadas que antecederam a abolição oficial da escravidão no Brasil foram marcadas por mudanças substanciais. Acentua-se um novo padrão nas relações entre senhores e seus cativos, acelerado pelo recrudescimento da crise da instituição da escravidão e marcada, dentre outros aspectos, pela crescente intervenção do poder público na mediação das relações entre senhores e escravos. Esta intervenção fez-se presente, principalmente pela lei 2.040 de 28 de setembro de 1871³⁷⁸, pois antes desta data aos proprietários de escravos era reconhecido o direito de negar a alforria quando quisessem e mesmo reconduzir por lei ao cativeiro ex-escravos por motivos de ingratidão, embora nem sempre tenham obtido êxito nas

³⁷⁵ Sobre o assunto ver, por exemplo, AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

³⁷⁶ CHALHOUB, 1990, op. cit., p.161.

³⁷⁷ MUNANGA, Kabengele. “A rebelião negra como fator de desgaste político-social e racial da escravidão.” In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Palmares, 2004. p. 25-43.

³⁷⁸ BRASIL. Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

suas empreitadas. A partir de então, esse poder dos proprietários foi considerado ilegal, depois de um intenso debate entre juristas e parlamentares.³⁷⁹

Além de declarar de condição livre os filhos de escravas nascidos após sua publicação, a referida lei instituiu o fundo de emancipação que libertava escravos com recursos provenientes de impostos sobre a propriedade escrava, loterias e multas para quem desrespeitasse a lei e dotações dos orçamentos públicos. Criava também a matrícula obrigatória dos cativos, medida que objetivava o maior controle fiscal sobre os proprietários. O escravo que não fosse matriculado poderia ser considerado livre pelas autoridades sem o desembolso de qualquer quantia.

Em algumas de suas disposições mais importantes, como em relação ao pecúlio e ao direito à alforria por indenização de preço, a lei do Ventre Livre representou o reconhecimento legal de vários direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume. A grande inovação introduzida, no entanto, foi permitir ao escravo acionar a justiça por meio de ações de liberdade em caso de recusa dos senhores em conceder alforria com apresentação do pecúlio.

Essas medidas não só criaram novas possibilidades para os escravizados libertarem-se do cativeiro, como também abalou o domínio dos senhores sobre seus cativos, aumentando o conflito entre as duas partes. Walter Fraga Filho, por exemplo, ao estudar os engenhos baianos nas últimas décadas da escravidão, observou que os escravos estavam atentos aos direitos garantidos pelas leis emancipacionistas, sendo que vários deles fugiam para a cidade e recorriam às autoridades policiais para pedir proteção nas disputas judiciais, interditar a venda para fora da província de parentes, mediar conflitos com os senhores e denunciar maus-tratos.³⁸⁰

Dentro deste contexto, a alforria passa a ter outro significado e assume uma nova feição dentro da relação senhor/escravo, como destacou Sidney Chalhoub “[...] a alforria como parte de uma política de domínio, como estratégia de produção de dependentes, já vinha falindo havia pelo menos duas décadas”.³⁸¹ Esses acontecimentos, segundo o que as pesquisas indicam, parecem ter aumentado a intensidade da luta dos cativos em direção à conquista da alforria. Manolo Florentino, por exemplo, traz informações que ajudam a evidenciar as nossas argumentações. Segundo o autor,

³⁷⁹ PENA, op. cit., p. 84-85.

³⁸⁰ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 51

³⁸¹ CHALHOUB, 1990, op. cit., p. 100.

Certo mesmo é que depois da intervenção do governo imperial nas relações entre senhores e escravos - da qual a lei do Ventre Livre (1871) continua sendo um marco - o crescimento do número de libertos assumiu feições definidas. Somente para que se tenha uma ideia: foram alforriados 2,1% dos 42.242 cativos existentes na Corte em 1877; 1,9% dos 41.381 de 1878; 2,6% dos 40.220 de 1879; 3,4% dos 39.150 existentes em 1880; e 3,3% dos 37.285 cativos que habitavam a cidade em 1881.³⁸²

O crescimento dos percentuais de libertos também foi constatado por outros autores. Robert W. Slenes, por exemplo, traz outra importante informação,

[...] os negros da cidade do Rio nas últimas décadas da escravidão sempre tiveram uma chance mais que razoável de conseguir a liberdade: nada menos do que 36,1% da população escrava da matrícula de 1872-73 recebeu a liberdade até a matrícula de 1886-87. Esses 36,1% são impressionantes se considerarmos que a porcentagem de negros alforriados no mesmo período na província de São Paulo foi de 11%, na província do Rio de 7,8%, na província de Minas de 5,6%.³⁸³

As transformações que foram sendo engendradas na política que envolvia a relação senhor/escravos, como podemos perceber, implicou no aumento do número de libertos. Todavia, isso não significa dizer que a libertação do cativo era menos árdua nesse período do que naqueles analisados anteriormente. Muitos cativos continuaram tendo que pagar pelas suas alforrias, e nessa época os preços eram mais elevados que antes do fim do tráfico externo. A garantia legal à formação do pecúlio veio acompanhada do encarecimento da mão de obra escrava e em São Paulo, no final da década de 1870, um escravo com cerca de 50 anos de idade teve que pagar Rs. 2: 200\$000 pela sua liberdade.³⁸⁴ Em Campinas, do total de 2.277 alforrias registradas ao longo do século XIX, mais da metade, isto é, 1.631 (71,6%) aconteceu entre 1875-1888, sendo que, 723 (44,3%) foram pagas em dinheiro pelos escravos ou seus parentes. O preço pago por elas, por sua vez, variou entre o mínimo de Rs. 455\$000 e o máximo de Rs. 1: 600\$000 para os libertos com idades entre 14 e 28 anos.³⁸⁵ Na cidade de São Paulo, 54 alforrias foram pagas entre 1871 e 1888, o que corresponde a 30,3% do total de 165 registradas no período.³⁸⁶ Os preços médios (mínimo e máximo) na capital paulista variaram entre Rs. 127\$000 e Rs. 1: 000\$000, considerando os libertos como um todo. A

³⁸² FLORENTINO, op. cit., p. 337-338.

³⁸³ SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, tese de Ph. D., Stanford University, 1976, pp. 495, 501, 504, 542. Apud: CHALHOUB, 1990, op. cit., p. 158.

³⁸⁴ BERTIN, 2004, op. cit., p. 98.

³⁸⁵ EISENBERG, 1987, op. cit., p. 197 e 200.

³⁸⁶ BERTIN, op. cit., p. 97

bibliografia sugere, no entanto, que não se deve generalizar com relação à alta dos preços das alforrias. No alto sertão da Bahia, por exemplo, 78 (29%) do total de 269 alforrias registradas no período de 1871-1888 foram pagas, porém, aqui os preços médios ficaram entre o mínimo de Rs. 339\$933 e o máximo de Rs. 505\$500.³⁸⁷ Vejamos o comportamento das alforrias nas últimas décadas da escravidão em algumas localidades.

Tabela 3.7 – Tipos de alforrias por localidades. Brasil, 1871-1888

Tipos de Alforrias	Pagas Incond.		Pagas Cond.		Gratuitas Incond.		“Gratuitas Cond.”		Total		Média Anual
Localidade/ Período	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Cotinguiba^a - SE (1871-1888)	78	57,8	3	2,2	39	28,9	15	11,1	135	100	7,5
São Paulo - SP (1871-1888)	42	23,6	12	6,7	80	45,0	44	24,7	178	100	9,8
Rio de Contas - BA (1871-1888)	73	27,1	5	1,9	68	25,3	123	45,7	269	100	14,9
Montes Claros - MG (1870-1888)	20	17,4	2	1,7	39	33,9	54	47,0	115	100	6,0
Franca - SP (1871-1888)	13	11,5	3	2,7	43	38,1	54	47,8	113	100	6,2
Uberaba - MG (1871-1888)	41	20,2	6	3,0	78	38,4	78	38,4	203	100	11,3
Total	267	26,2	31	3,0	347	34,9	368	35,8	1.013	100	-

Fonte: (AMARAL, 2007, p. 193); (BERTIN, 2004, p. 83); (ALMEIDA, 2012, p. 125); (JESUS, 2009, p. 203); (GOMES, 2008, p. 105)

^a Corresponde à Zona da Mata-Norte da província de Sergipe e inclui as alforrias registradas nos cartórios de Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas após a lei 2.040 de 28 de setembro de 1871.

Conforme a Tabela 3.7, a cidade de São Paulo apresenta algumas peculiaridades com relação às outras localidades. Observamos que os percentuais das alforrias gratuitas incondicionais aumentaram muito, ou seja, elas representavam tão somente 25% em 1800-1850 (ver Tabela 3.3), no entanto, nas últimas décadas da escravidão o índice aumentou para 44,9%, como demonstra a Tabela 3.7. É certo que ao longo do século XIX o processo de urbanização se intensificou na referida cidade, e este índice se aproximou daqueles verificados em Salvador e no Rio de Janeiro, cidades nas quais, na segunda metade do Oitocentos, esse tipo de alforria chegou a representar 43,7% e 54,6%, respectivamente (ver Tabela 3.5). Não obstante, tal ocorrência não foi exclusividade das áreas urbanas. Em Campinas, por exemplo, onde a partir de 1850 a maioria dos escravos era utilizada na produção de café, Peter Eisenberg constatou que do total de 618 alforrias registradas no

³⁸⁷ ALMEIDA, 2012, op. cit., p. 125 e 200.

período de 1875-1885, quase a metade (46,2%) delas foram gratuitas, sendo que esse percentual aumentou nos anos finais da escravidão, ou seja, atingiu o índice de 61,9% entre 1886-1888.³⁸⁸ Alguns autores salientaram que as alforrias condicionadas aumentaram nas últimas décadas da escravidão em virtude da estratégia utilizada pelos senhores para conter a indisciplina e manter os escravos na labuta de forma ordeira. De fato, em muitas localidades as alforrias gratuitas, tomadas em conjunto, aumentaram de forma significativa, sobretudo as condicionadas. No entanto, como salientamos anteriormente, toda tentativa de generalização é uma tarefa um tanto quanto arriscada. Analisando o comportamento dos percentuais dos diferentes tipos de alforrias ao longo do século XIX percebemos diferenças entre algumas localidades, como pode ser visto na Tabela 3.8.

**Tabela 3.8 – Percentuais dos tipos de alforrias por localidades e períodos.
Brasil, século XIX**

Períodos	1800-1850 ^a				1850-1871 ^b				1871-1888 ^c				Total	
Localidades	P.I.	P.C.	G.I.	G.C.	P.I.	P.C.	G.I.	G.C.	P.I.	P.C.	G.I.	G.C.	N	%
Cotinguiba (SE)	-	-	-	-	37,2	9,1	24,8	28,9	57,8	2,2	28,9	11,1	256	100
Rio de Contas (BA)	40,0	7,0	27,6	25,2	35,8	5,7	20,8	37,7	27,1	1,9	25,3	45,7	1.509	100
São Paulo (SP)	20,7	8,6	25,0	45,7	29,2	8,2	27,6	35,0	23,6	6,7	44,9	24,7	1.338	100
Montes Claros (MG)	27,6	4,8	29,0	38,6	26,8	2,0	23,8	47,4	17,4	1,7	33,9	47,0	357	100
Franca (SP)	22,7	10,4	28,6	37,9	9,6	8,1	13,6	68,7	11,5	2,7	38,1	47,8	522	100
Uberaba (MG)	28,0	11,9	30,5	29,7	14,9	3,6	35,2	46,4	20,2	3,0	38,4	38,5	543	100
Alegrete (RS)	31,5	-	38,0	30,5	27,0	-	43,5	29,5	-	-	-	-	258	100
Total	28,4	8,5	29,8	34,6	25,8	6,1	27,0	42,0	26,2	3,0	35,0	35,8	4.783	100

Fonte: (AMARAL, 2007, p. 193); (BERTIN, 2004, p. 83); (ALMEIDA, 2012, p. 125); (JESUS, 2009, p. 203); (GOMES, 2008, p. 105); (MATHEUS, 2012, p. 176).

(P.I.) - Pagas Incondicionais; (P.C.) - Pagas Condicionais; (G.I.) - Gratuitas Incondicionais;

(G.C.) – “Gratuitas Condicionais.”

^a Algumas localidades insere-se neste período com as seguintes balizas temporais: Montes Claros (1830-1849), Franca (1825-1850), Uberaba (1830-1850), Alegrete (1832-1850).

^b Algumas localidades insere-se neste período com as seguintes balizas temporais: Montes Claros (1850-1869), Franca (1851-1870), Uberaba (1851-1870), Alegrete (1851-1871).

^c Montes Claros insere-se neste período com a baliza temporal entre 1870-1888.

Conforme os dados da Tabela 3.8, as alforrias gratuitas (incondicionais e condicionais) aumentaram de acordo com a proximidade do fim da escravidão na maioria das localidades.

³⁸⁸ EISENBERG, 1987, op. cit., p. 197.

Somando os percentuais desses dois tipos de manumissões, o resultado ultrapassa dois terços do total das alforrias registradas nas localidades constantes na Tabela 3.8, a exceção de Cotinguiba, onde este resultado atinge 40%. Quais as possíveis explicações para tal ocorrência?

Voltando a atenção para o entendimento do período 1871-1888 como um todo, percebemos que, afora os esforços depreendidos pelos cativos ou seus parentes para pagarem pelas alforrias preços cada vez mais elevados, notamos que além deles recorrerem à justiça com mais intensidade nos últimos decênios da escravidão, o contexto antiescravista, em certa medida, forçou alguns senhores a promoverem alforrias coletivas. Estas, por sua vez, foram concedidas sob condição e em alguns casos visavam controlar a escravaria. Antônio Henrique Duarte Lacerda, por exemplo, estudou o comportamento das alforrias em Juiz de Fora, onde a produção cafeeira avança pela segunda metade do século XIX, e constatou que as alforrias condicionadas à prestação de serviços por tempo determinado aumentaram significativamente, chegando a 157 no período 1881-88, sendo que entre 1861-80 ocorreram apenas 25.³⁸⁹ O autor cita como exemplo,

[...] as alforrias concedidas por José de Cerqueira Carneiro a todo o seu plantel no ano de 1880 [...] Maria Candida Pérpeta concedeu alforria condicional a 78 escravos; Joaquim Calixto Rodrigues a 18; Antonio Jose Franco a 4 e Manoel José a 5. As cartas estavam condicionadas à prestação de serviços até o dia 31 de Dezembro de 1890 e ao bom comportamento dos escravos.³⁹⁰

De modo semelhante, Walter Fraga Filho, observou que no Recôncavo baiano, no final de 1887, os senhores começaram a conceder alforrias coletivas sob condição ou gratuitas, como meio de conter a crescente insatisfação da população cativa e evitar distúrbio na produção, além da tentativa de arrancar o respeito e a "perene gratidão" dos antigos escravos.³⁹¹ Segundo o autor,

Temístocles da Rocha Passos concedeu cartas de liberdade a 54 escravos que possuía em sua propriedade [...] Em 2 de maio de 1888, o Diário da Bahia noticiou que o proprietário do Engenho Orobó, em Alagoinhas, concedeu liberdade a todos os escravos, com a condição de prestação de serviços, até 31 de dezembro daquele ano [...] o barão de São Francisco, senhor de engenho no Recôncavo, concedeu cartas de liberdade a 25 de seus escravos

³⁸⁹ LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo, Fapeb; Annablume, 2006. p. 73-74.

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ FRAGA FILHO, op. cit., p.113.

que se achavam na capital, 13 deles com a condição de lhes servirem até a safra seguinte.³⁹²

Em São Paulo, entre 1871 e 1888, a pesquisadora Enidelce Bertin constatou que neste período houve decréscimo no registro de alforrias, ou seja, 162 (14,5%) do total de 1.105 registradas no período escravista do século XIX. Este percentual, por sua vez, resultou em apenas 178 alforriados, equivalente a 10,5% do total de 1.338.³⁹³ Essa ocorrência foi justificada da seguinte forma pela autora,

Esse resultado pode ter sido efeito do recrudescimento da ação abolicionista, ou simplesmente da saída estratégica dos proprietários que encontraram na alforria condicional os meios de amenizar a perda iminente de sua posse. Depois de 1883 apenas duas cartas foram registradas, uma em 1886 e outra às vésperas da Lei Áurea, em abril de 1888, escrita em Campinas. Se a "conversão de São Paulo" rompeu os últimos obstáculos à abolição total, quando Antônio Prado declarou a abolição da escravidão em São Paulo em fevereiro de 1888, parece que os efeitos na cidade foram mais simbólicos do que efetivos.³⁹⁴

É evidente que no período 1871-1888, principalmente nos últimos anos, as alforrias condicionadas foram claramente utilizadas pelos donos de escravos como estratégia política de manutenção ou de contenção da escravaria, ainda que existam exceções. Não obstante, o final da escravidão provocou impactos diferentes nas diversas regiões brasileiras. A dependência com relação à mão de obra escrava ainda era vigente e em algumas regiões do Império o trabalho escravo era vital para a produção de mercadorias, sobretudo naqueles setores dedicados à agricultura de exportação. Na província de São Paulo, por exemplo, segundo José Flávio Motta, o tráfico local de escravos velhos, dentre outros, perdurou até os anos finais da escravidão, o que demonstra a importância dos cativos para a economia da região.³⁹⁵ No Nordeste, por sua vez, a escassez cada vez maior de trabalhadores cativos foi agravada por um tráfico interprovincial que transferiu milhares de escravos para as províncias do Sudeste, onde a produção de café achava-se em franca expansão.³⁹⁶ Bert J. Barickman

³⁹² Ibid., p.115-117.

³⁹³ BERTIN, 2004, op. cit., p. 69.

³⁹⁴ Ibid. p. 70.

³⁹⁵ MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.52, p. 41-73, jan./jun., 2010.

³⁹⁶ Sobre as diferentes estimativas do tráfico interno de cativos no Brasil, ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012. Especialmente (Cap. 2 – Historiografia e tráfico interno de escravos no Brasil).

examinou o trabalho escravo nos engenhos dos distritos canavieiros mais tradicionais e mais ricos do Recôncavo baiano, dando atenção especial a dois momentos específicos, ao fim do tráfico negreiro (1850-1851), e à abolição da escravidão (1888). O autor fez uma breve comparação sobre o impacto da abolição para os senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia, salientando que,

[...] os senhores de engenho pernambucanos conseguiram, a partir da década de 1850, transformar a grande massa de homens e mulheres livres e pobres em uma fonte abundante de mão de obra barata. Já no começo da década de 1870, os trabalhadores livres de um ou outro tipo eram mais numerosos do que os escravos. Desta maneira, os senhores de engenho pernambucanos lograram aumentar a produção de açúcar na segunda metade do século XIX, apesar do declínio da população cativa e das condições desfavoráveis ao açúcar brasileiro no mercado mundial. A Abolição, quando veio em 1888, ocorreu sem transtornos e marcou simplesmente o fim do longo processo que, desde o início da década de 1870, já se achava bem adiantado [...] Mas, nos engenhos do Recôncavo, foi a mudança brusca, muito mais do que a continuidade, que marcou o fim do regime servil e os anos que se seguiram à abolição.³⁹⁷

Ainda que se possa argumentar que a transição para o trabalho livre já estava em curso no país, desde pelo menos as duas últimas décadas que antecederam o fim da escravidão no Brasil, a mão de obra escrava continuou sendo utilizada até a abolição. Alguns escravistas mantiveram a propriedade escrava na crença de que teriam condições legais de exigir indenização. No entanto, nem a lei de 13 de maio de 1888 nem a legislação posterior compensariam os antigos proprietários de escravos.

3.4 Sobre o perfil dos alforriados

Quando analisamos o perfil dos alforriados no Brasil, uma hipótese levantada por Jacob Gorender, e que vem sendo discutida pela historiografia, destaca-se. Segundo o autor o padrão das alforrias no Brasil pode ser sintetizado nas seguintes características:

- a) maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais, tomadas em conjunto; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c)

³⁹⁷ BARICKMAN, Bert J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, v. 21-22, p. 177-238, 1998-1999. p. 181-184.

maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de depressão e menos frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora fosse minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional de alforrias entre os pardos do que entre os pretos; h) elevado percentual de velhos e inválidos em geral entre os alforriados.”³⁹⁸

Nossa pretensão nesta seção não consiste em testar todas as hipóteses levantadas por Jacob Gorender. Não obstante, esperamos que as análises tecidas aqui possam lançar luz sobre algumas das questões pontuadas pelo autor.

3.4.1 Alforriados segundo o sexo

De acordo com Peter Eisenberb, “[...] todos os estudos da alforria brasileira concordam, com uma unanimidade impressionante, que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria, em números bem superiores à sua proporção dentro da população escrava”.³⁹⁹ Os argumentos apresentados para tal ocorrência são variados e, não deixam de ser arriscados, pois a alforria, tida como instrumento do paternalismo, reforçava a concessão feita pelo proprietário em detrimento da conquista escrava, sendo que, muitas vezes, o documento ocultava a trama desenvolvida pelo cativo e sua rede de parentesco e solidariedade. Portanto, como frisou Enidelce Bertin, “[...] os escravos também fizeram suas articulações no sentido de obterem a alforria”.⁴⁰⁰ Mary C. Karasch, por sua vez, observou que

Os escravos preferiam às vezes libertar primeiro suas esposas, para que os filhos nascessem livres. Além disso, o escravo que não tinha recursos para comprar sua própria liberdade conseguia muitas vezes comprar a da esposa, ou pelo menos, de um de seus filhos. O preço de compra de um artífice especializado chegava com frequência a 500\$000 réis, ao passo que o da mulher poderia ser de apenas 150\$000 e o do filho, 50\$000. Uma limitação adicional à alforria dos escravos é que os donos estavam frequentemente menos dispostos a libertar um homem. Recusavam-se a aceitar seu preço de compra, mas aceitavam o preço de uma escrava, que consideravam menos valiosas.⁴⁰¹

Eduardo França Paiva, ao estudar as alforrias legadas em testamento nas Minas Gerais do século XVIII, tece a seguinte argumentação,

³⁹⁸ GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1985. p. 354-355.

³⁹⁹ EISENBERG, 1987, op. cit.

⁴⁰⁰ BERTIN, 2004, op. cit., p. 20.

⁴⁰¹ KARASCH, op. cit., p. 453.

No período do cativeiro elas estiveram mais próximas de seus proprietários e parece terem, perfeitamente, sabido tirar proveito dessa oportunidade. Dos intercursos sexuais à sustentação econômica e ao bom tratamento das doenças dos senhores, elas tudo fizeram e não permitiram escapar qualquer chance que as levasse à libertação.⁴⁰²

O pressuposto do intercuro sexual como meio para as escravas alcançarem a alforria deve ser observado levando-se em conta as especificidades de cada situação, pois, era mais frequente os senhores libertarem os filhos ilegítimos que as suas mães. Isso não significa dizer que não era comum o íntimo relacionamento de senhores com suas cativas, todavia, isso parece não ter funcionado como um dispositivo seguro que oportunizasse a libertação do cativeiro ou a mobilidade social. Com relação à proximidade do senhor, podemos inferir que, em parte, estava reservado ao grupo daquelas inseridas no âmbito do trabalho doméstico, que incluía mucamas, amas de leite, carregadoras de água ocasionais, lavadeiras, costureiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras e até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua, pois eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia.⁴⁰³

Por conseguinte, apenas as elites das famílias poderiam dispor desses numerosos serviços, como demonstrou Sandra Lauderdale Graham para o Rio e Janeiro da segunda metade do século XIX, a qual frisou que “o que as distinguiam não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem estar da sua família, refletido no contato diário que cada uma tinha com os membros destas, mas também o grau de supervisão”.⁴⁰⁴ De acordo com a autora,

Uma mucama ou uma ama de leite, que entrava nos aposentos mais íntimos da família para servir a patroa ou cuidar de uma criança, era a mais estreitamente vigiada de todas. A cozinha e os trabalhos gerais da casa ocupavam o dia inteiro, e, por isso, essas criadas, também testemunhavam as idas e vindas da casa enquanto uma patroa supervisionava suas tarefas rotineiras. Em contraste, transportar água ou lavar roupa no chafariz significava que algumas criadas trabalhavam fora da circunscrição da casa e do olhar da patroa. Lavadeiras e, o que era ainda mais comum, costureiras podiam trabalhar para diversas famílias durante o dia enquanto viviam independentes em seus próprios lares.⁴⁰⁵

⁴⁰² PAIVA, 1995, op. cit., p. 103.

⁴⁰³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 18.

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ Ibid.

Os contextos urbanos parecem ter oferecido maiores chances para as cativas acumularem pecúlio. Maria Inês Cortes de Oliveira, por meio de testamentos, estudou o mundo dos libertos em Salvador no século XIX, e no que diz respeito ao quadro ocupacional a autora salientou que o comércio ocupa, para o sexo masculino, a terceira posição, e entre as mulheres, o pequeno comércio situa-se em primeiro plano.⁴⁰⁶ Todavia, isso nem sempre significava que elas estivessem mais próximas de conquistarem a alforria.

Em São Paulo do século XIX, por exemplo, Maria Odila Leite da Silva Dias, ao destacar as mulheres pobres da cidade no século XIX e suas estratégias de sobrevivência, acabou por revelar as intensas relações de poder presentes na vida cotidiana.⁴⁰⁷ Esse estudo tornou-se referência na historiografia da escravidão urbana não apenas pelas informações importantes sobre o cotidiano do trabalho das escravas e forras, mas porque enfatizou a condição de sujeito histórico das mulheres. A análise da importância da presença dessas mulheres no pequeno comércio, disputando pontos estratégicos da cidade, vendendo produtos diversos (como quitutes, cará, milho, garapa, aluá, saúva fêmea, peixes, dentre outros) evidenciou o universo de habilidades que essas mulheres dispensavam em sua luta diária pela sobrevivência, sendo que muitas senhoras dependiam do trabalho delas para sobreviver, portanto, alforriá-las poderia significar pôr em risco a própria sobrevivência.

Em Salvador, Cecília Moreira Soares, também enfatizou a presença das mulheres negras nas ruas da cidade, onde elas se destacavam vendendo produtos diversos e com frequência se mobilizavam para libertar filhos que haviam permanecido na escravidão.⁴⁰⁸

Agora que sumariamos brevemente a presença das cativas nos espaços urbanos, podemos adentrar na análise da proporção que tanto estas, quanto aquelas inseridas na zona rural tinham de alcançar a alforria. Uma das primeiras questões que se apresenta ante nossas investigações é saber quais cativas eram mais “beneficiadas” com a alforria e em que período foi possível identificar maior ocorrência. Vejamos, primeiramente, os casos de Salvador e do Rio de Janeiro. A Tabela 3.9 mostra os percentuais de alforrias de acordo com o sexo e a origem dos libertos nas referidas localidades.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, 1988, p. 33-34.

⁴⁰⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 156.

⁴⁰⁸ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 1994. p. 49-51 e 89.

Tabela 3.9 – Alforriados por sexo e origem em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1800-1850

Origem	Crioulos				Africanos				Total ^a	Média Anual
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
Localidade/ Período	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Salvador (1808-1842)	281	39,0	440	61,0	336	48,3	360	51,7	1.577	100
Rio de Janeiro (1807-1831)	286	39,1	446	60,9	154	30,5	350	69,5	1.319	100

Fonte: (NISHIDA, 1993, p. 248-249); (KARASCH, 2000, p. 451).

^a Inclui os casos com origem desconhecida. Para Salvador tem-se 83 libertos e 77 libertas, no Rio de Janeiro 39 e 44, respectivamente. Mesmo inserindo estes casos nos cálculos o sexo feminino supera o masculino em números absolutos e percentuais.

^b Corresponde à divisão do total de alforriados por cinco biênios (10 anos) selecionados pela autora no período.

A partir dos dados da Tabela 3.9 podemos perceber que nas referidas cidades as libertas superavam os libertos, tanto em números absolutos quanto em percentuais. Entre os libertos crioulos de ambas as localidades o índice ficou em torno de 60% a favor delas. No entanto, entre os de origem africana, enquanto na capital baiana houve relativo equilíbrio entre os sexos desses alforriados, na Corte o contraste é significativo, isto é, 69,5% dos libertos de origem africana eram do sexo feminino, contra 30,5% masculino. Além das questões relacionadas com preços menores, intercuro sexual e maior proximidade/convivência com o senhor, Mary C. Karasch destaca que algumas escravas ganharam a liberdade porque mantinham uniões consensuais com estrangeiros que eram seus donos, ou ajudavam-nas a comprar a liberdade de seus senhores, ao passo que as relações íntimas entre negros e mulheres brancas eram repudiadas pela sociedade.⁴⁰⁹

Não obstante, embora as explicações sejam plausíveis, acredito que a combinação de dois fatores foi determinante para a vantagem das mulheres na obtenção das alforrias, sobretudo as africanas, ou seja, os preços relativamente mais baixos e as habilidades históricas que elas exerciam no pequeno comércio de rua.⁴¹⁰ Todavia, ainda ficamos sem saber por que as africanas (cariocas) sobrepuseram tão largamente os homens quando comparadas com as baianas.

No caso do Rio de Janeiro, Mary C. Karasch constatou que entre as africanas alforriadas, 285 (81,4%) estavam na área urbana e tão somente 65 (18,6%) na zona rural, com tendência semelhante para os homens da mesma origem, 115 (74,6%) e apenas 39 (25,4%),

⁴⁰⁹ KARASCH, op. cit., p. 453.

⁴¹⁰ Sobre o assunto ver, por exemplo, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 15 (nº Especial), p. 89-109, 1985.

respectivamente. Com relação aos preços médios das alforrias, elas pagaram Rs. 136\$829, enquanto eles pagaram Rs.163\$433.⁴¹¹

Todavia, entre as libertas na Corte, nascidas no Brasil e classificadas separadamente como adultas, 216 (62,6%) delas estavam na área urbana, enquanto 129 (37,4%) na zona rural, com igual tendência para os homens, 128 (60,6%) e 83 (39,4%), respectivamente. Quanto ao preço médio, elas pagaram pelas suas alforrias um pouco a mais que as africanas, ou seja, Rs. 151\$602, o mesmo aconteceu com eles, Rs. 167\$568.⁴¹²

Em Salvador, no período 1808-1842, Mieko Nishida percebeu que entre os libertos (crioulos e africanos) o sexo feminino superou o masculino nas alforrias pagas, ou seja, 194 (54,8%) de libertas africanas a obtiveram, contra 160 (45,2%) de africanos. Entre os nascidos no Brasil, a diferença foi maior, 111 (64%) contra 64 (36%), respectivamente.⁴¹³ Ao analisar exclusivamente as alforrias pagas, Kátia M. de Queirós Mattoso, Herbert S. Klein e Stanley L. Engerman também constataram tal ocorrência, isto é, nos sete biênios compreendidos entre 1819-1850, do total de 1.935 libertos adultos (as), 783 (40%) eram homens e 1.152 (60%) mulheres. Ademais, os referidos autores demonstraram que nesse período os preços médios dos libertos adultos variaram entre o mínimo de Rs. 214\$000 e o máximo de Rs. 543\$000 para os homens e entre Rs. 151\$000 e Rs. 407\$000 para as mulheres.⁴¹⁴

A respeito de Salvador, ainda temos outras considerações importantes sobre os tipos de alforrias e o sexo dos alforriados. No período 1808-1842, os africanos receberam as gratuitas incondicionais em maior proporção que as africanas, ou seja, 134 (58%) contra 97 (42%).⁴¹⁵ Embora não seja possível saber se entre eles havia idosos, consideramos plausível suspeitar que sim, pois “nas idades mais avançadas as mulheres valiam relativamente mais que os homens.”⁴¹⁶ Nas alforrias “gratuitas” condicionadas, elas a obtiveram numa proporção maior que a deles, 69 (62%) contra 42 (38%), respectivamente.⁴¹⁷ Quando atentamos para a situação dos crioulos libertos no mesmo período e localidade, este quadro se altera um pouco. Entre as alforrias gratuitas incondicionais, ao contrário do ocorrido entre os africanos, as crioulas alcançaram numa proporção maior que os crioulos, 236 (59%) contra 166 (41%),

⁴¹¹ KARASCH, op. cit., p. 452.

⁴¹² Ibid.

⁴¹³ Este tipo de análise exclui 83 libertos e 77 libertas por não terem origem declarada. NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

⁴¹⁴ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit. p. 66.

⁴¹⁵ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

⁴¹⁶ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit. p. 71.

⁴¹⁷ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

porém, de modo semelhante ao ocorrido entre os africanos, elas superaram eles nas alforrias “gratuitas” condicionadas, 90 (64%) contra 51 (36%).⁴¹⁸ Em suma, além da maioria dos libertos serem do sexo feminino, em Salvador as africanas e crioulas alcançaram a alforria por meio do pagamento em maior proporção que seus pares do sexo masculino. Igualmente, em tal localidade elas sobrepuseram eles tanto nas alforrias “gratuitas” condicionadas quanto nas incondicionadas, com exceção dos libertos africanos que prevaleceram sobre as africanas neste último tipo de alforria (gratuita incondicionada).

Voltando a atenção para as áreas distantes dos mercados de escravos e com economias de subsistência ou abastecimento interno, podemos observar algumas diferenças nas proporções dos alforriados de acordo com os sexos. A Tabela 3.10 permite a visualização da situação em determinadas localidades.

Tabela 3.10 – Alforriados segundo o sexo por localidades. Brasil, 1800-1850

Sexo	Masculino		Feminino		Total		Média Anual
Localidade/ Período	N	%	N	%	N	%	
Campinas - SP (1798-1850)	116	49,4	119	50,6	235	100	4,4
Rio de Contas – BA (1800-1850)	396	41,4	561	58,6	957	100	18,7
Ilhéus – BA (1810-1849)	35	38,1	57	61,9	92	100	2,3
Montes Claros – MG (1830-1849)	66	45,5	79	54,5	145	100	7,2
Porto Alegre - RS (1800-1835)	326	42,2	445	57,8	771	100	21,4
Alegrete - RS (1832-1850)	39	38,2	63	61,8	102	100	5,3
Franca – SP (1825-1850)	95	45,0	116	55,0	211	100	8,1
Uberaba – MG (1830-1850)	57	48,3	61	51,7	118	100	5,6
Total	1.130	43,5	1.501	56,4	2.631	100	-

Fonte: (EISENBEG, 1987, p. 185); (ALMEIDA, 2012, p. 131); (ILHÉUS, Tabela 2.9, p. 79); (JESUS, 2007, p. 165); (ALADRÉN, 2009, p. 42); (MATHEUS, 2012, p. 174); (GOMES, 2008, p. 124)

A partir dos dados da Tabela 3.10 percebemos que, de fato, os libertos do sexo feminino alcançavam a alforria com mais frequência que os do sexo masculino. No entanto, a diferença a favor delas não era tão significativa, sendo que poucas vezes ultrapassava os 10%

⁴¹⁸ Para os casos com origem declarada e alforrias claramente identificadas como gratuitas (não-pagas). NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

e, em alguns casos, houve relativo equilíbrio entre os sexos dos alforriados, como se pode ver na Tabela 3.10.

Outros estudos não foram inseridos na tabela por questões metodológicas, visto que possuíam outros objetivos e, portanto, os dados não foram fragmentados de acordo com os nossos critérios. No entanto, verificamos em alguns trabalhos que as proporções dos sexos dos alforriados mostraram-se semelhantes ao exposto na Tabela 3.10. Antônio Henrique Duarte Lacerda, por exemplo, percebeu que em Juiz de Fora (MG), no período 1844-1888, dos 1.090 registros em que o sexo do alforriado foi identificado, 581 (53%) eram mulheres e 509 (47%) homens.⁴¹⁹ Na comarca de Ouro Preto, do total de 1.880 libertos no período 1808-1870, quase a metade, 840 (44,6%) era masculino e 1.040 (55,4%) era feminino.⁴²⁰ Enidelce Bertin, por sua vez, notou que entre os 1.338 alforriados na cidade de São Paulo no século XIX, 780 (58,2%) eram do sexo feminino e 558 (41,8%) do sexo masculino. Todavia, a autora faz a seguinte ressalva para o período compreendido entre 1800 e 1850, “[...] as médias dos preços das alforrias das mulheres foram menores do que as dos homens - exceto para as de origem Mina e Crioula, sendo que isso explicaria a grande quantidade de alforrias de escravas neste período”.⁴²¹ É interessante notar que entre os crioulos libertos na capital paulista o preço médio do sexo feminino foi de Rs. 174\$000 e do masculino Rs. 111\$000.⁴²² Isso sugere que se deve tomar cuidado com as generalizações, correntes na historiografia, sobre os preços menores das alforrias de cativas.

Outros exemplos demonstram que nem sempre os escravos pagavam mais pelas suas alforrias. Em Porto Alegre, entre 1800 e 1835, Gabriel Aladrén percebeu que entre os alforriados de origem africana, as mulheres pagavam, em média, Rs. 181\$316, enquanto os homens pagavam Rs. 162\$584. Diferença semelhante foi observada entre os nascidos no Brasil, onde o preço médio das alforrias das mulheres era de Rs.192\$837 e o dos homens Rs. 174\$908.⁴²³ Talvez, naquele contexto, em que a pecuária e a produção de erva mate estavam entre as principais atividades econômicas, a mulher escrava fosse mais valorizada. Destarte, as fronteiras estavam sendo definidas por meio da guerra e os negros eram recrutados para as tropas de primeira linha do exército sul-rio-grandense.⁴²⁴ Desse modo, é possível perceber

⁴¹⁹ LACERDA, op. cit., p. 93-94.

⁴²⁰ GONÇALVES, op. cit., p. 186.

⁴²¹ BERTIN, 2004, op. cit., p. 100.

⁴²² Ibid., p. 100-101.

⁴²³ Ibid., p. 76.

⁴²⁴ Ibid., p. 154.

que, a depender do contexto, o preço médio das alforrias dos cativos sofria variações com relação ao sexo.

Entre os 957 alforriados em Rio de Contas (BA) na primeira metade do século XIX, os preços médios das mulheres variaram entre Rs. 99\$480 e Rs. 308\$710, e o dos homens entre Rs. 105\$488 e Rs. 431\$575, isso para os libertos adultos.⁴²⁵ Em Ilhéus (BA), o preço médio dos alforriados do sexo masculino foi de Rs. 162\$000 e do feminino Rs. 132\$000. Em Franca (SP) e Uberaba (MG), os preços das alforrias variaram entre Rs. 100\$000 e Rs. 500\$000 para ambos os sexos.⁴²⁶ Contudo, cabe indagar sobre a proporção dos tipos de alforrias que cada grupo (masculino e feminino) obtinha. Alguns estudos cruzaram essas informações, o que nos possibilitou conhecer o fenômeno mais de perto, como pode ser visto na Tabela 3.11.

**Tabela 3.11 - Alforriados segundo o sexo e tipos de alforrias por localidades.
Brasil, 1800-1850**

Tipos de Alforrias	Pagas Incondic.		Pagas Condic.		Gratuitas Incondic.		"Gratuitas Condic."		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	N	%
Rio de Contas - BA (1800-1850)	158 41,3%	225 58,7%	32 48,5%	34 51,5%	95 35,4%	173 64,6%	110 45,8%	130 54,2%	957	100
Ilhéus - BA (1810-1849)	10 38,5%	16 61,5%	6 40,0%	9 60,0%	4 25,0%	12 75,0%	15 42,8%	20 57,2%	92	100
Franca - SP (1825-1850)	29 60,4%	19 39,6%	11 50,0%	11 50,0%	27 44,2%	34 55,8%	28 35,0%	52 65,0%	211	100
Uberaba - MG (1830-1850)	20 60,6%	13 39,4%	7 50,0%	7 50,0%	16 44,5%	20 55,5%	14 40,0%	21 60,0%	118	100
Alegrete - RS (1832-1850)	9 28,1%	23 71,9%	-	-	13 33,3%	26 66,7%	17 54,8%	14 45,2%	102	100
Total	226	296	56	61	155	265	184	237	1.480	100

Fonte: (ALMEIDA, 2012, p. 131); (ILHÉUS, Tabela 2.10, p. 80); (GOMES, 2008, p. 124); (MATHEUS, 2012, 174); (GOMES, 2008, p. 124)

(M) - Sexo masculino, (F) - Sexo feminino.

A Tabela 3.11 permite conhecer uma faceta importante do processo de manumissão no Brasil, ainda que o pequeno número de localidades nos obrigue a restringir as análises aos estudos constantes na tabela em questão.

A primeira constatação a ser feita diz respeito às alforrias não onerosas (gratuitas incondicionadas). De modo mais ou menos semelhante ao ocorrido em Salvador, os libertos do sexo feminino alcançaram este tipo de manumissão em maior proporção que o masculino.

⁴²⁵ ALMEIDA, K. L. N. op. cit., p. 131 e 200

⁴²⁶ GOMES, Alessandra Caetano. *As alforrias em duas regiões do sudoeste escravista, 1825-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 2008. p. 131-132.

Não obstante, elas também os superaram nas alforrias gratuitas condicionadas, a exceção da vila de Alegre (RS). Fica evidente, portanto, que os senhores não se mostraram muito dispostos a libertarem cativos do sexo masculino, a princípio mais produtivos, sem a contrapartida financeira. Assim, devemos indagar a respeito da idade daqueles que obtinham a libertação de forma gratuita e incondicional. No caso de Ilhéus, notamos que entre os 16 alforriados desta forma, seis eram crianças e dez adultos, entre os últimos apenas dois homens (ver Tabela 2.13). Desse modo, fica a suspeita de que algo parecido possa ter ocorrido em outras regiões, o que infelizmente não foi possível testar. Com relação às alforrias pagas (incondicional e condicional) ou elas ombrearam ou ficaram na frente deles na maioria das localidades. O que pode significar que as cativas tinham mais chances de acumular pecúlio, assim como essa ocorrência pode estar relacionada com a estratégia dos escravos e seus familiares ou amigos, que devem ter direcionado seus esforços para a libertação das mulheres com a intenção de que os filhos destas nascessem livres.

Avançando pela segunda metade do século XIX, ao que parece, afora a questão da elevação dos preços, não ocorre mudanças significativas nesse quadro. Na capital baiana, por exemplo, entre 1851 e 1884, num total de 2.187 alforrias analisadas, 928 (42,4%) libertavam cativos do sexo masculino e 1.260 (57,6%) do sexo feminino.⁴²⁷ Os preços médios das alforrias dos primeiros oscilaram entre o mínimo de Rs. 468\$000 e máximo de Rs. 1:261\$000, enquanto no caso delas a oscilação foi entre Rs. 365\$000 e Rs. 1:004\$000, para os alforriados adultos.⁴²⁸

Quanto à distribuição dos tipos de alforrias de acordo com os sexos dos alforriados em Salvador neste período (1851-1884), a situação é muito parecida com a do período anterior (1808-1842). As crioulas continuaram obtendo maior parcela das manumissões pagas que os crioulos, isto é, 222 (60,5%) contra 145 (39,5%). A principal mudança verificada foi entre os libertos de origem africana em que, proporcionalmente, o sexo masculino praticamente se equiparou ao feminino neste tipo de alforria, 250 (51,5%) contra 235 (48,5%), respectivamente. Nas alforrias gratuitas incondicionais a situação manteve-se a mesma, ou seja, 289 (63,4%) obtidas por crioulas e 177 (59%) por africanas, contra 167 (36,6%) e 123 (41%) dos seus respectivos pares do sexo masculino. Nas manumissões do tipo “gratuitas”

⁴²⁷ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

⁴²⁸ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit. p. 66.

condicionadas, a diferença também foi a favor delas, 42 (71,2%) contra 17 (28,8%), para os libertos de origem africana, e 139 (71,6%) contra 55 (28,3%) para os nascidos no Brasil.⁴²⁹

A respeito do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, as análises ficaram prejudicadas pela falta de estudos sistemáticos sobre o sexo dos alforriados, uma vez que Manolo Florentino centrou atenção na naturalidade dos manumissos. Todavia, a bibliografia consultada permitiu conhecer a divisão por sexo dos alforriados em outras localidades. A Tabela 3.12 fornece alguns exemplos.

Tabela 3.12 – Alforriados segundo o sexo por localidades. Brasil, 1850-1888

Sexo	Masculino		Feminino		Total		Média Anual
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	
Cotinguiuba- SE (1860-1888)	108	42,2	148	57,8	256	100	8,8
Campinas - SP (1851-1888)	980	48,0	1.062	52,0	2.042	100	53,7
Rio de Contas - BA (1850-1888)	346	42,3	471	57,7	817	100	20,9
Montes Claros - MG (1850-1888)	85	40,1	127	59,9	212	100	5,4
Alegrete - RS (1851-1871)	65	41,6	91	58,4	156	100	7,4
Franca – SP (1851-1888)	148	47,6	163	52,4	311	100	8,1
Uberaba – MG (1851-1888)	222	52,2	203	47,8	425	100	11,2

Fonte: (AMARAL, 2007, p. 197); (EISENBEG, 1987, p. 185); (ALMEIDA, 2012, p. 131); (JESUS, 2007, p. 165); (MATHEUS, 2012, p. 174); (GOMES, 2008, p. 124).

Conforme a Tabela 3.12, os índices de alforriados do sexo feminino continuam superando ligeiramente os do sexo masculino. Não obstante, a vantagem delas parece ter-se reduzido um pouco nesse período, aproximando-se mais do equilíbrio, sendo que em Uberaba houve uma pequena elevação do índice a favor dos libertos do sexo masculino. Como salientamos anteriormente, a principal diferença desse período, o que vale para ambos os sexos, parece ter sido em relação aos preços médios das alforrias, que aumentaram no Brasil como um todo.

Outra questão que não poderia passar despercebida diz respeito à distribuição dos libertos segundo o sexo e os tipos de alforrias que cada um dos grupos (masculino e feminino)

⁴²⁹ Este tipo de análise exclui 171 libertos e 155 libertas que não tiveram a origem declarada. NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

obteve na segunda metade do século XIX. O cruzamento dessas variáveis pode apontar se após o fechamento do tráfico externo de africanos (1850) houve alguma mudança estratégica dos senhores na hora de negociaram a alforrias com seus escravos. Vejamos alguns exemplos.

Tabela 3.13 – Alforriados segundo o sexo e tipos de alforrias por localidade. Brasil, 1850-1888

Tipos de Alforrias	Pagas Incondic.		Pagas Condic.		Gratuitas Incondic.		“Gratuitas Condic.”		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	N	%
Cotinguiba^a – SE (1860-1888)	49 35,7%	88 64,3%	-	-	59 49,6%	60 50,4%	-	-	256	100
Rio de Contas -BA (1850-1888)	116 43,0%	153 57,0%	18 51,4%	17 48,6%	64 32,6%	132 67,4%	148 46,7%	169 53,3%	817	100
Franca - SP (1851-1888)	17 53,0%	15 47,0%	10 52,6%	9 47,4%	32 45,7%	38 54,3%	89 46,8%	101 53,2%	311	100
Uberaba - MG (1851-1888)	39 52,7%	35 47,3%	10 71,4%	4 28,6%	74 47,4%	82 52,6%	99 54,7%	82 45,3%	425	100
Alegrete - RS (1851-1871)	18 43,0%	24 57,0%	-	-	21 30,9%	47 69,1%	26 56,5%	20 43,5%	156	100

Fonte: (AMARAL, 2007, p. 197); (ALMEIDA, 2012, p. 131); (MATHEUS, 2012, p. 176); (GOMES, 2008, p. 140-141).

(M) - Sexo masculino, (F) - Sexo feminino.

^a Corresponde à Zona da Mata-Norte da província de Sergipe e inclui as alforrias registradas nos cartórios de Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas. O autor estabeleceu apenas dois critérios de classificação das alforrias, ou seja, compradas (137) e gratuitas (119).

Com fim do tráfico transatlântico de africanos poderíamos esperar que a libertação gratuita de escravos fosse retraída, já que elas poderiam fornecer novos cativos aos seus senhores. No entanto, mesmo reconhecendo que em algumas partes do Brasil elas foram utilizadas com este fim, como já o era antes do encerramento do tráfico externo, os exemplos citados na Tabela 3.13 demonstraram que isso não ocorreu.

Nas localidades constantes na Tabela 3.13, as libertas continuaram alcançando as alforrias gratuitas (condicionais e incondicionais) em proporção maior que seus pares do sexo masculino. A situação se mantém de modo mais ou menos semelhante ao período anterior (1800-1850) no que diz respeito às alforrias pagas (condicionais e incondicionais), ou seja, na maioria das localidades, ou elas se equiparavam ou estavam na frente deles quando se tratava de obter alforrias por meio do pagamento.

Atestar que, em linhas gerais, as escravas alcançavam a libertação em maior proporção que os escravos, tanto nas alforrias gratuitas quanto nas pagas, suscita alguns questionamentos sobre os motivos desta ocorrência, que até certo ponto continuam sendo debatidos pela historiografia. Desse modo, consideramos oportuno tecer alguns comentários. Em primeiro

lugar, destacamos que as estratégias dos cativos para se livrarem da escravidão ainda são pouco conhecidas, pois de certa forma os documentam as ocultam. Não obstante, conforme bibliografia consultada, em linhas gerais, o preço das escravas era mais baixo que o dos cativos, e elas possuíam habilidades históricas no pequeno comércio de rua. Além do mais, quando os parentes se mobilizaram para resgatar seus entes queridos da escravidão, as mulheres ou seus filhos foram os preferidos, como demonstramos no estudo sobre a prática das alforrias em Ilhéus⁴³⁰ e que também foi atestado por Mieko Nishida no caso de Salvador.⁴³¹ Assim, a nosso ver, atribuir ao intercuro sexual a responsabilidade pela preponderância delas nos diferentes tipos de alforrias é uma operação arriscada e nos remete à uma questão antiga, muito discutida nos estudos sobre a família escrava, de que entre os cativos teria imperado a promiscuidade sexual.⁴³²

3.4.2 Alforriados segundo a origem

No Brasil, a classificação dos escravos segundo a origem e a cor tem gerado muitas discussões entre os historiadores, não havendo um consenso exato entre eles. Em seu estudo das cartas de alforrias na Bahia colonial (1684-1745), Stuart Schwartz observa que “tradicionalmente, uma divisão tríplice separava os escravos na categoria de Africanos (assentados aqui como negros), crioulos ou negros nascidos no Brasil e pardos ou pessoas de origem mestiça”.⁴³³ Hebe Maria Mattos de Castro, concentrando-se, basicamente, na coleção de processos cíveis e criminais do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro do século XIX, fez a seguinte distinção para o termo pardo “a designação de 'pardo' era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição geral de não-branco”.⁴³⁴

Ainda que se possa encontrar na historiografia outras nuances sobre a classificação dos escravos segundo a cor, preferimos enfatizar a advertência feita por João José Reis sobre os critérios utilizados para classificar os cativos, como salienta o autor, “No Brasil, e isso vem de longe, a classificação racial é em grande medida situacional, depende do contexto, da posição

⁴³⁰ Ver Quadro 2.2, p. 99.

⁴³¹ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

⁴³² Sobre o assunto ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. Especialmente o Cap. IV (Historiografia e família escrava).

⁴³³ Ibid., p. 85.

⁴³⁴ CASTRO, Hebe M. M. de. op. cit., p. 30.

social de quem classifica e de quem é classificado, e a coisa se complica sobretudo quando se trata dos mestiços”.⁴³⁵

Desse modo, analisaremos neste tópico os alforriados segundo a origem tomando por base duas categorias analíticas, ou seja, a dos escravos nascidos no Brasil (crioulos) e aqueles de origem africana. A baliza temporal divide-se em dois períodos que, a nosso ver, guardam vínculos estreitos no que diz respeito à presença dos escravos (africanos e crioulos) na sociedade brasileira, ou seja, aquele em que perdurou o tráfico externo, e o período que o sucedeu, isto é, a partir de 1850 até o ano final da escravidão no Brasil, 1888.

Esse procedimento considera o fim do tráfico transatlântico um evento marcante na história da escravidão brasileira, não apenas por ter encerrado o abastecimento de mão de obra externa, mas também por ter elevado o preço dos cativos e das alforrias. Ademais, a partir de então, a participação dos africanos na população cativa do Brasil começa a declinar. Desse modo, procuramos entender, de acordo com a bibliografia consultada, quais as possíveis implicações disso para os cativos (africanos e crioulos), que almejavam livrar-se do cativeiro dentro dos dois períodos assinalados.

No período de vigência do tráfico transatlântico, a economia do Brasil nutriu-se de africanos de diferentes regiões da África. Isto por que as rotas do tráfico transatlântico sofriam modificações não apenas por questões internas do continente abastecedor como também pelas disputas entre as metrópoles, que em alguns casos resultavam em guerras e alianças que produziam efeitos diretos no infame comércio.⁴³⁶ Não cabe neste trabalho, e não é o nosso objetivo, analisar os diferentes povos africanos traficados para o Brasil, mesmo porque, como salientou Mieko Nishida, dentre outros, as “nações” ou nacionalidades dos africanos deportados para o Brasil foram originalmente classificações de grupos impostas por terceiros e, com frequência não levavam em conta o local de nascimento ou a etnia, mas sim o nome do

⁴³⁵ REIS, João José. De olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, 24, p. 199-242, 2000. p. 234.

⁴³⁶ Stuart B. Schwartz, por exemplo, ressalta que a possibilidade dos portugueses em comerciar com a licença dos holandeses em El Mina, e de embarcar escravos no porto de Benin proporcionou a maior fonte de escravos do século XVIII, sendo que isto aconteceu, principalmente, após o estabelecimento de um entreposto comercial no forte de Ouidah, em 1721. Para o autor é exatamente esta região que posteriormente aos séculos XVIII e XIX forneceu os Nagos (Oyo Yoruba) e os Geges (Dahomanos) e Haussas os quais importados em grande número alteraram consideravelmente a demografia da escravidão baiana. SCHWARTZ, 1974, op. cit., p. 86-88. Paul E. Lovejoy destaca que as origens dos escravos muçulmanos deportados para a Bahia no século XIX podem estar relacionadas ao contexto próprio das áreas interioranas da Baía de Benin e à *jihad* do Xequê Usman Dan Fodio (morto em 1817), fundador do Califado de Sokoto. LOVEJOY, Paul E. *Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia*. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-44, jan./dez. 2000.

porto onde os cativos eram embarcados.⁴³⁷ No entanto, sabemos que as diferenças existiram e influenciaram tanto as decisões dos senhores quanto a vida dos diferentes grupos de africanos e seus descendentes escravizados.⁴³⁸

Ao que parece, desde o período colonial, os crioulos estavam na frente dos africanos na obtenção das alforrias. Na Bahia, por exemplo, entre 1684 e 1745, “[...] os crioulos e pardos nascidos no Brasil constituíam 69% do total dos libertos enquanto os africanos constituíam apenas 31%”.⁴³⁹ De modo semelhante, em Minas Gerais do século XVIII os escravos brasileiros foram muito mais beneficiados com as alforrias que os africanos: foram 255 brasileiros (74,34%) contra 64 africanos (18,65%).⁴⁴⁰ Essas diferenciações que se reproduziam nas relações internas entre os escravos, bem como na relação entre os senhores e seus cativos podem ter tido implicações nas formas de obtenção das alforrias.

Uma das questões que guarda vínculos com esta análise diz respeito aos diferentes contextos socioeconômico em que os crioulos e os africanos estavam inseridos. Sobre este assunto Luis Nicolau Parés fez a seguinte observação,

No caso baiano, por exemplo, a economia do açúcar sempre concentrou mais africanos do que a economia do tabaco, mais crioula; todavia, os núcleos urbanos, receptores do tráfico, parecem ter sido ainda mais "africanos" do que as fazendas de cana e engenhos de açúcar. Inclusive, no nível mais "micro", como seja no seio de uma mesma propriedade, podiam definir-se âmbitos de sociabilidade mais ou menos criouloizado ou africanizado; a lavoura e a senzala concentravam os africanos; o serviço doméstico e a casa grande, os crioulos. O que emerge desse quadro preliminar é a necessidade de um modelo temporal oscilatório que também dê conta da diversidade e do movimento no espaço.⁴⁴¹

Investigar a distribuição espacial dos escravos africanos pode ser útil no sentido de fornecer um pano de fundo para se analisar as possibilidades que essa população tinha de alcançar a alforria, pois o meio em que estavam inseridos pode ter tido influência nas chances de libertação do cativo. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein estudaram três comunidades da província de São Paulo, contextualizadas em 1829, e encontraram representações diferentes da população cativas de origem africana. Mogi das Cruzes, com 2.138 escravos,

⁴³⁷ A denominação “mina”, por exemplo, era dada aos que eram trazidos do forte português de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro (atual Gana), mas no Brasil do século XIX acabou sendo empregada para designar todos os cativos provenientes da África Ocidental. NISHIDA, op. cit.

⁴³⁸ Sobre o assunto ver, entre outros, PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouloização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

⁴³⁹ SCHWARTZ, 1974, op. cit., p. 85.

⁴⁴⁰ PAIVA, op. cit., p. 89.

⁴⁴¹ PARÉS, op. cit., p. 96.

constituía uma zona agrícola tradicional, com produção variada de gêneros alimentícios, os africanos representavam 20% dos cativos; na cidade de São Paulo, os 3.446 escravos formavam uma pequena, porém importante, força de trabalho urbana, envolvida tanto em atividades artesanais não especializadas, de pequena escala, quanto em atividades agrícolas realizadas em unidade produtivas de porte reduzido, neste caso os africanos representavam 35% dos cativos; em Itu, um dos principais centros produtores de açúcar e uma das mais importantes zonas agrícolas da província, com 4.173 escravos, os africanos representavam quase metade da população escrava, 2.009 indivíduos, que correspondia a 48% dos escravos.⁴⁴²

Considerando os escravos como o principal ativo de produção, podemos inferir que as áreas com economia em expansão, principalmente aquelas voltadas para agricultura de exportação, a recorrência ao tráfico externo como meio de abastecer os plantéis era mais frequente, o que teria resultado no aumento de escravos africanos. Portanto, presume-se que nesses casos a exploração do trabalho desses indivíduos seria mais intensa e os senhores ofereciam maior resistência em libertá-los.

Ao que parece, de modo geral, os africanos tinham mais chances de alcançar a libertação do cativo nos espaços urbanos. Mary C. Karash, por exemplo, ao estudar as alforrias no Rio de Janeiro entre 1807-1831 fez a seguinte observação,

Uma característica especial da alforria carioca no início do século XIX é o grande número de africanos. A economia urbana de uma cidade portuária em expansão parece ter sido crucial para o êxito deles, pois no campo os africanos eram restringidos na busca da liberdade [...] 115 africanos e 285 africanas ganharam a liberdade no Rio - de um total de 918 libertos urbanos. Em outras palavras, somente 9,7 % de todos os escravos rurais alforriados eram africanos e 16%, africanas.⁴⁴³

Assim, torna-se imprescindível analisar, inicialmente, a proporção de crioulos e de africanos alforriados nos principais centros urbanos do Império. A Tabela 3.14 apresenta o resultado de alguns estudos que atentaram para esta questão.

⁴⁴² LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravos e Senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. In: LUNA; COSTA; KLEIN, op. cit., p. 309.

⁴⁴³ KARASH, op. cit., p. 458.

Tabela 3.14 – Alforriados segundo a origem em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1800-1850

Origem	Crioulos		Africanos		Total ^a		Desconhecidos.
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	N
Salvador (1808-1842)	721	50,9	696	49,1	1.417	100	160
Salvador (1805-1850)	2.861	50,6	2.793	49,4	5.654	100	441
Rio de Janeiro (1807-1831)	732	59,2	504	40,8	1.236	100	83
Rio de Janeiro (1840-1849)	2.323	48,0	2.512	52,0	4.835	100	-

Fonte: (NISHIDA, 1993, p. 248-249); (MATTOSO, 1972, p. 38); (KARASCH, 2000, p. 451); (FLORENTINO, 2005, p. 349).

^a Não inclui os casos com origem desconhecida.

Embora não seja possível estabelecer um padrão para todo o Brasil, os dados da Tabela 3.14 permitem inferir que nos centros urbanos, na primeira metade do século XIX, havia relativo equilíbrio entre os alforriados crioulos e africanos. Ao que parece, os africanos tinham mais possibilidades de acumular pecúlio nesses espaços, sendo que isto lhes permitia alcançar a alforria por meio da autocompra com mais frequência que os nascidos no Brasil. Alguns estudos evidenciam nossas argumentações. Em Salvador, por exemplo, Mieko Nishida destacou que,

Para os cativos africanos de ambos os sexos, o modo mais comum de obter a alforria foi a autocompra. A metade deles pagou em dinheiro pela alforria (47,6% dos homens e 52,8% das mulheres em 1808-1842) Em contraste, entre os cativos nascidos no Brasil, uma porcentagem muito menor (cerca de 20% em 1808-1842 e menos de 30% em 1851-1884) foi alforriada com o recurso da autocompra.⁴⁴⁴

De modo semelhante, no Rio de Janeiro “[...] entre 1840 e 1859, quase um terço dos alforriados africanos pagaram por suas cartas, e somente um quarto dos forros crioulos conseguiram fazê-lo”.⁴⁴⁵ Deve-se ressaltar que as referidas localidades serviam como pontos principais de desembarque de africanos, portanto, questões de ordem demográfica deve explicar, ao menos em parte, a proporção de libertos desta origem.

Vejamos agora como esse processo ocorreu em contextos diferentes dos grandes centros urbanos. A Tabela 3.15 permite conhecer algumas realidades.

⁴⁴⁴ NISHIDA, op. cit., p. 247.

⁴⁴⁵ FLORENTINO, op. cit., p. 349.

Tabela 3.15 – Alforriados segundo a origem por localidades. Brasil, 1800-1850

Origem	Crioulos		Africanos		Total ^a		Desconhecidos.
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	N
Rio de Contas - BA (1800-1850)	742	84,6	135	15,4	877	100	83
Ilhéus - BA (1810-1849)	79	88,7	10	11,3	89	100	3
Montes Claros - MG (1830-1849)	114	78,6	31	21,4	145	100	-
Porto Alegre - RS (1800-1835)	438	66,0	224	34,0	662	100	109
Alegrete - RS (1832-1850)	54	60,6	35	39,4	89	100	13

Fonte: (ALMEIDA, 2012, p. 200); (ILHÉUS, Tabela 2.9, p. 79); (JESUS, 2007, p. 152); (ALADRÉN, 2009, p. 44); (MATHEUS, 2012, p. 171).

^a Não inclui os casos com origem desconhecida.

Como se pode ver na Tabela 3.15, nas regiões afastadas do mercado de escravos e com economia de subsistência ou de abastecimento interno, os alforriados crioulos superaram os de origem africana em número absolutos e percentuais numa proporção muito maior que nos casos de Salvador e do Rio de Janeiro. Não obstante, alguns estudos permitem notar que havia certa semelhança nos meios utilizados pelos africanos para se livrarem do cativeiro nas aludidas capitas e em algumas localidades citadas na Tabela 3.15.

Em Porto Alegre, por exemplo, Gabriel Aladrén percebeu os africanos sobrepuseram os crioulos, embora de forma tangencial, nas alforrias pagas, obtendo 51% delas.⁴⁴⁶ Entre os libertos em Rio de Contas, 51,9% dos africanos obtiveram alforrias do tipo paga incondicional, enquanto entre os crioulos este percentual foi de 38%.⁴⁴⁷

Na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XIX, onde, conforme Enidelce Bertin, a pobreza dos proprietários e o uso do escravo para subsistência pelo aluguel de serviços refletiram-se na maior porcentagem de alforrias onerosas (75%) do total de 915 no período, a maior média de preços foi da alforria de escravos africanos,

Para as alforrias da primeira metade do século, percebemos que a maior média de preços foi da alforria de escravos africanos Monjolo - 400 mil réis. Os africanos que obtiveram preços menores referem-se a alguns homens de origem Angola, Costa e Benguela - cujas alforrias custaram menos de 100\$000 réis, provavelmente porque eram idosos. Ainda que nem todos

⁴⁴⁶ ALADRÉN, op. cit., p. 44 e 58.

⁴⁴⁷ ALMEIDA, 2012, op. cit., p. 125.

tenham tido a idade declarada, alguns casos indicam essa direção explicativa, entre estes, o "preto mina" Benedito, de 60 anos, que foi alforriado por 51\$200 réis em 1823 e Paulo Cassange, que tinha 98 anos ao ser libertado mediante o pagamento de 12\$800 réis.⁴⁴⁸

Outros estudos possibilitaram conhecer apenas a proporção de crioulos e africanos entre os alforriados. Em Porto Feliz (SP), uma vila eminentemente agrária, que entre finais do século XVIII e meados do XIX vivenciou o desenvolvimento da atividade canvieira, embora amplamente dedicada à produção de alimentos, Roberto Guedes Ferreira percebeu que no período de 1811 a 1840 as alforrias se inclinaram mais para os cativos nascidos no Brasil, ou seja, “[...] do total de 55 alforriados africanos que correspondiam a 11,2% da escravaria, 37 eram homens e 18 mulheres. Com relação aos crioulos do total de 225 escravos, que correspondem a 45,6% da escravaria 109 eram homens e 116 mulheres”.⁴⁴⁹ Na Comarca de Ouro Preto (MG), onde o comércio de gêneros para o mercado interno era a atividade econômica de maior destaque no decurso do século XIX, a pesquisadora Andréa Lisly Gonçalves analisou 1.874 papéis de liberdade, distribuídos entre 1808 e 1870. Com relação à origem dos alforriados, 1.342 (71,6%) eram crioulos e 538 (28,4%) africanos.⁴⁵⁰

As questões envolvendo os libertos africanos tornam-se ainda mais complexas quando atentamos para a condição de maior ou menor integração na cultura hegemônica, expressas pelos termos *ladino* e *boçal*. Para Luis Nicolau Parés, “[...] *ladino* dizia-se do africano que falava bem o português e tinha noções da religião cristã, enquanto *boçal* dizia-se do escravo recém chegado da África, desconhecedor da língua do país [...]”.⁴⁵¹ Haver nascido no Brasil, falar português, gozar de maior proximidade com o senhor e sua família desde o nascimento e participar de redes parenterais que funcionavam como fonte de auxílio mútuo, devem ter sido fatores que favoreciam os escravos nascido no Brasil na conquista da alforria. No entanto, Manolo Florentino fez a seguinte advertência com relação aos libertos na capital do Império entre 1840 e fins da década de 1850,

Ao levar-se em justa conta o predomínio das manumissões gratuitas ao longo desse período, escancara-se o que de mais paradoxal há na performance africana. Pois a dominância da negociação (isto é, da gratuidade) na luta pela liberdade deveria exacerbar o peso dos elementos que todos juram afiançar a primazia dos crioulos nas alforrias brasileiras. Ao remeterem à relação entre o grau de aculturação e a probabilidade de alcançar a liberdade, com maior

⁴⁴⁸ BERTIN, op. cit., p. 99-100.

⁴⁴⁹ FERREIRA, R. G. op. cit., p. 107.

⁴⁵⁰ GONÇALVES, op. cit., p. 186-189.

⁴⁵¹ PARÉS, op. cit., p. 93.

razão esses elementos deveriam tornar os nascidos no Brasil muito mais aptos à conquista de alforrias do que os crioulos[...] Não foi o que ocorreu. Os africanos representavam de 49,8% a 52% dos escravos que conseguiam ultrapassar o cativeiro nos anos 40 e 50. Foram necessários mais de dez anos após o final do comércio negreiro para que eles se vissem definitivamente suplantados pelos crioulos na corrida rumo à liberdade. E, mesmo assim, continuaram a alcançar expressiva cifra de 38,9% de todos os que lograram obter cartas de alforria no período 1860-1871.⁴⁵²

A singularidade dos libertos africanos do Rio de Janeiro encontrada por Manolo Florentino, talvez esteja relacionada com questões demográficas, como já foi salientado. Para se ter uma ideia, do total de 2.054.724 africanos desembarcados no Brasil na primeira metade do século XIX, mais da metade, ou seja, 1.275.932 (62%)⁴⁵³ foram para a região sudeste, onde o porto carioca era uma das principais portas de entrada do tráfico de escravos do Império. No entanto, não podemos descartar as questões étnicas e culturais inseridas nesse processo, pois certamente elas influenciaram nas estratégias utilizadas pelos escravos para se livrarem do cativeiro.

Avançando nas análises para a segunda metade do século XIX, percebe-se que algumas mudanças começam a ser delineadas, principalmente em decorrência da proibição do tráfico externo, em 1850. Ainda que se possa argumentar que fatores de ordem demográfica não determinavam, estritamente, as oscilações das alforrias de escravos, seja de africanos ou de nascidos no Brasil, pois os elementos culturais também incidiam no processo, é possível presumir que a sua influência nas taxas de manumissões dos cativos de origem africana foi maior na segunda metade do Oitocentos.

Tomando-se as devidas precauções, pode-se notar que, de certo modo, há uma tendência em considerar maior a participação de escravos crioulos na economia do país ao longo desse período, principalmente nas províncias nordestinas, onde o tráfico interprovincial acarreta a transferência de escravos para a região sudeste.⁴⁵⁴ No entanto, isso não significa dizer que, em curto prazo, houve drástica redução de libertos de origem africana.

⁴⁵² FLORENTINO, op. cit., p. 346.

⁴⁵³ Dados obtidos em Voyage Slavery. Disponível em <<http://www.slavevoyages.org>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

⁴⁵⁴ Segundo José Flávio Motta o tráfico interno de cativos envolveu uma quantidade significativa de indivíduos, em grande medida enviados para as províncias do Centro-Sul cafeeiro, sendo que a historiografia detectou neste comércio muitas características similares às verificadas no tráfico internacional. MOTTA, 2012, op. cit., p. 66-67. Maria de Fátima Novaes Pires, ao estudar o tráfico interprovincial em Rio de Contas, no alto sertão da Bahia, observou que a faixa etária dos escravos comercializados variou com maior concentração entre 10 e 34 anos. PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima - BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 40.

Vejamos como ficou a distribuição dos alforriados segundo a origem na capital baiana e na Corte, após a proibição do tráfico transatlântico em 1850.

Tabela 3.16 – Alforriados segundo a origem em Salvador e no Rio de Janeiro. Brasil, 1850-1888

Origem	Crioulos		Africanos		Total		Desconhecidos.
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	N
Salvador (1851-1884)	1.022	54,9	840	45,1	1.862 ^a	100	326
Rio de Janeiro (1850-1871)	6.518	54,8	5.376	45,2	11.894	100	-

Fonte: (NISHIDA, 1993, p. 248-249); (FLORENTINO, 2005, p. 349).

^a Não inclui os casos com origem desconhecida.

Conforme os dados da Tabela 3.16, nas áreas fortemente ligadas ao comércio externo da mercadoria humana, os efeitos da sua proibição em 1850 parecem não ter atingido fortemente o comportamento das manumissões no que diz respeito à origem dos libertos, embora nesse período não seja mais possível constatar acentuado equilíbrio entre eles. Com relação aos tipos de alforrias, parece que os africanos tiveram que continuar pagando na maioria das vezes que se libertavam do cativo. Em Salvador, por exemplo, entre os 840 africanos libertos no período 1851-1884, mais da metade deles (57,7%) tiveram as suas alforrias pagas, no entanto, entre os crioulos este índice foi de 36%.⁴⁵⁵ No Rio de Janeiro, entre 1850-1871, apenas 26,7% dos crioulos alcançaram a libertação mediante o pagamento, no entanto, entre os libertos de origem africana, 29% deles o fizeram.⁴⁵⁶

Ao que parece, os efeitos da proibição do tráfico externo em 1850 foram sentidos de forma mais aguda na população cativa nas últimas décadas da escravidão. Bert J. Barickman, por exemplo, traz a seguinte informação sobre a representação dos africanos nos engenhos baianos da segunda metade do Oitocentos,

Enquanto os africanos representavam mais da metade dos escravos nos engenhos do Recôncavo na década de 1850, duas décadas depois, não chegavam a 20% do total. Nos anos 1880-88, a presença de africanos já se tornara quase insignificante: a grande maioria (92,4%) dos escravos que trabalhavam nos engenhos baianos tinha nascido no Brasil.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ NISHIDA, op. cit., p. 248-249.

⁴⁵⁶ FLORENTINO, op. cit., p. 349.

⁴⁵⁷ BARICKMAN, 1998-1999, op. cit., p. 198.

Nas áreas distantes dos centros importadores de cativos e com economias de abastecimento, quando comparadas com Salvador e o Rio de Janeiro, percebe-se que o fim do tráfico externo provocou redução acentuada nos percentuais de libertos de origem africana, como se pode ver na Tabela 3.17.

**Tabela 3.17 – Alforriados segundo a origem por localidades.
Brasil, 1850-1888**

Origem	Crioulos		Africanos		Total ^a		Desconhecido.
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	N
Cotinguiba - SE (1860-1888)	149	75,6	48	24,4	197	100	59
Rio de Contas - BA (1850-1888)	581	91,6	53	8,4	634	100	-
Montes Claros - MG (1850-1888)	174	82,0	38	18,0	212	100	-
Alegrete – RS (1851-1871)	93	76,2	29	23,8	122	100	34

Fonte: (AMARAL, 2007, p. 195); (ALMEIDA, 2012, p. 125); (JESUS, 2007, p. 152); (MATHEUS, 2012, p. 171).

^a Não inclui os casos com origem desconhecida.

Em Montes Claros, por exemplo, o percentual de libertos africanos foi reduzido de 21,4% no primeiro período (1830-1849) para 18% no segundo (1850-1888).⁴⁵⁸ Na vila de Alegrete, localizada no Sul do Império, os libertos africanos perfaziam 39,4% dos alforriados no primeiro período estudado (1832-1850), porém, no segundo (1851-1871) eles representavam 23,7%, isto para os casos em que a origem foi declarada.⁴⁵⁹ Em Rio de Contas (BA), o percentual de africanos alforriados era 15,4% entre 1800 e 1850, no entanto, reduziu-se para 8,4% do total de 634 alforriados no período 1850-1888.⁴⁶⁰

Diante do exposto até aqui, é possível fazer algumas inferências. Ao que parece, as áreas com economia de exportação estavam muito bem abastecidas pelo tráfico transatlântico. Desse modo, após seu fechamento em 1850, a população cativa dessas áreas ainda detinham um percentual elevado de escravos africanos. Talvez isso explique, ao menos em parte, a diferença nos índices de alforriados de acordo com a origem entre essas áreas e aquelas com economia de abastecimento. Destarte, vale ressaltar que não consideramos nas análises feitas nesta subseção a variável relativa à idade dos alforriados. Certamente, o processo de

⁴⁵⁸ JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No Sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 207. p. 152.

⁴⁵⁹ MATHEUS, op. cit., p. 171.

⁴⁶⁰ ALMEIDA, op. cit., p. 125.

envelhecimento e a morte contribuíram para a redução da população escrava de origem africana, enquanto que entre os cativos crioulos, tal processo deve ter tido implicações diferentes, já que a reprodução endógena, em certa medida, acabava por fornecer novos indivíduos, que, por sua vez, terminavam alimentando o sistema.

3.4.3 Alforriados segundo a idade

Os estudos que versam sobre as cartas de alforria têm demonstrado certa dificuldade em definir a idade do alforriado, haja vista que muitos documentos não indicam expressamente tal informação e quando indicam não é de forma precisa. Stuart Schwartz, por exemplo, fez a seguinte observação a este respeito,

Ao avaliar-se as cartas de alforria nenhuma característica dos libertos é mais difícil de se marcar e analisar do que a idade. Nas cartas parece que era comum fazer-se alguma declaração relativa à idade dos bem velhos e bem jovens, mas a idade exata do adulto não era objeto de registro. O problema é complicado pelo costume de designar uma idade descritiva em vez de numérica ao escravo. Os diminutivos são usados para descrever frequentemente crianças ou adolescentes (mulatinhos, crioulinha) e termos como rapaz (homem jovem), moça (menina), e moleque também naquela época e de modo algum exatos.⁴⁶¹

Tendo em vista tais complexidades, informaremos a idade numérica dos alforriados apenas quando estas surgirem, conforme percurso pela historiografia que trata do assunto. Nesse sentido, uma das questões relevantes para o estudo proposto diz respeito, mais uma vez, ao tráfico externo de escravos. Sabe-se que havia um “padrão” de preferência por sexo e faixa etária dos africanos traficados, qual seja, homens, em idade produtiva e pleno vigor físico.⁴⁶²

Não obstante, o tráfico externo nutriu-se de mulheres e crianças em proporções que não devem ser desprezadas. Horácio Gutiérrez, por exemplo, estudou o tráfico de crianças escravas deportadas para o Brasil no século XVIII, mais precisamente aquelas registradas

⁴⁶¹ SCHWARTZ, 1974, op. cit. p. 88.

⁴⁶² Herbert S. Klein destaca que a razão de masculinidade como um todo, (excluindo as crias de peito) era de 166 homens para 100 mulheres, com maior predomínio do sexo masculino na faixa dos adultos (179 homens para 100 mulheres) do que na das crianças (124 meninos para 100 meninas). O autor salienta que o percentual de cerca de 38% de mulheres no total dos escravos comprados aproximava-se do padrão da maioria das migrações de africanos para a América devidas ao tráfico. KLEIN, 1987, op. cit., p. 139-140. Robert E. Conrad observou que a escassez de mulheres, que em algumas regiões brasileira perdurou até o final da escravidão, era claramente o resultado da preponderância masculina nas cargas dos navios negreiros, e foi causada sucessivamente por uma maior demanda por homens nas plantagens. CONRAD, op. cit., p. 19.

pelos navios negreiros que saíram do porto de Luanda (Angola), e constatou que, “[...] entre 1734 e 1769, segundo os registros consultados, 9.220 crianças foram transportadas desde Luanda para o Brasil [...] Em média, 542 menores foram exportados anualmente para o Brasil, o que não deixa de ser uma cifra significativa”.⁴⁶³ Para Herbert Klein “[...] em dois dos períodos com divisões detalhadas das crianças para os portos de Luanda e Benguela em meados do século dezoito, elas representaram, respectivamente, entre 1% e 7% dos escravos embarcados para o Brasil”.⁴⁶⁴

Partindo de tais considerações, cabe-nos indagar sobre as chances que as crianças africanas tinham de alcançar a alforria no Brasil. Ao que parece, a possibilidade delas atingirem a manumissão era remota quando comparadas com as crioulas. As crianças nascidas no Brasil puderam contar com alguns elementos que lhes eram favoráveis no processo de obtenção da alforria. Mesmo relativizando a validade ou o real sentido das expressões que justificavam a “concessão” das alforrias,⁴⁶⁵ como aquelas relacionadas ao amor e ao fato de terem sido criadas pelo senhor (a), ou pelos bons serviços prestados pelos pais, parece ser ponto comum que as crianças africanas estavam muito atrás daquelas nascidas no Brasil na conquista pela alforria.

Ligia Belline, por exemplo, estudando o significado da relação senhor/escravo nas cartas de alforria em Salvador fornece a seguinte informação,

Entre as cartas que parecem ter sido concedidas em nome de relações de afeto e cumplicidade, ressalta-se a grande proporção (71%) daquelas em que os senhores alegam estar alforriando o escravo por tê-lo criado ou ainda o estar criando, pelo fato de o escravo ter nascido na casa do senhor e pelos bons serviços da mãe, alguns declarando que “o amavam como se fosse filho” ou que “o haviam criado como filho”. Um dado interessante é que, entre os 83 escravos alforriados com este tipo de alegação, encontram-se 6 africanos, que devem ter chegado aqui ainda pequenos.⁴⁶⁶

Ao estudar as alforrias legadas em testamentos em Minas Gerais do século XVIII, Eduardo França Paiva também constatou que as crianças africanas eram menos contempladas

⁴⁶³ GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *R. História*, São Paulo, 120, p. 59-72, jan./jul. 1989.

⁴⁶⁴ KLEIN, 1987, op. cit., p. 139.

⁴⁶⁵ Para Enidelce Bertin as expressões contidas nas cartas de alforrias tais como, “por amor ao escravo”, “pela amizade”, “em gratidão”, eram usadas como fórmulas que funcionavam como estratégia de controle e domínio senhorial. BERTIN, Enidelce. Sociabilidade Negra na São Paulo do século XIX. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010.

⁴⁶⁶ BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 80.

com as alforrias que aquelas nascidas no Brasil, ou seja, dos 255 (73,3%) dos alforriados brasileiros, 40 (15,6%) eram meninos e 51 (20%) meninas, entre os 64 (18,6%) dos alforriados africanos havia apenas 2 meninos.⁴⁶⁷ Baseando-se numa amostra de 485 cartas de alforrias, Andréa Lisly Gonçalves estudou a prática da manumissão em Mariana (MG) em dois momentos distintos, 1735-1740, auge da mineração, e 1770-1775, período de decadência da atividade mineradora.⁴⁶⁸ Com relação às alforrias de crianças a autora fornece informações que indicam que elas representaram aproximadamente 36% dos libertos no primeiro período e 7% no segundo.⁴⁶⁹

As taxas de alforrias de crianças aparentemente mantiveram-se elevadas no período colonial. Stuart Schwartz pesquisou as cartas de alforrias em Salvador num período em que a economia açucareira baiana enfrentava certa crise, ou seja, entre 1680 e 1745. Nesse estudo o autor constatou que entre os libertos com idade declarada as crianças menores de 14 anos de idade representavam 45% do total de 763 alforriados, sendo que entre eles dois eram de origem africana e possuíam entre 6 e 13 anos de idade.⁴⁷⁰ Em Sabará, segundo Kathleen J. Higgins, entre 1710 e 1809, do total de 1.121 alforriados, 373 (33%) tinham entre 0 e 13 anos, 737 (65,7%) entre 14 e 45 e, somente 11 (1,0%) estavam acima dos 46 anos.⁴⁷¹

Adentrado pelo século XIX, encontramos alguns estudos que fragmentaram a análise dos alforriados de acordo com a idade. Vale salientar que a classificação das faixas etárias para crianças, adultos e idosos não obedece a um padrão e alguns autores não a menciona. A questão é mais complicada quando se trata de crianças. No geral, os trabalhos consultados estabeleceram faixas etárias que variaram de 0-10 anos e 0-16 anos para a classificação das crianças alforriadas. Com relação aos idosos, as diferenças das faixas etárias não variaram muito, a maioria o considerou a partir dos 46 anos. A Tabela 3.18 apresenta os resultados de alguns estudos que fragmentaram a análise dos alforriados de acordo com a idade.

⁴⁶⁷ PAIVA, 1995, op. cit., p. 89.

⁴⁶⁸ Excluídas as cartas ilegíveis, a autora informa a quantidade de 242 alforrias no primeiro período (1735-40) e 187 no segundo (1770-75). GONÇALVES, op. cit., p. 134-135.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 137.

⁴⁷⁰ SCHWARTZ, 1974, op. cit., p. 90-92.

⁴⁷¹ HIGGINS, Kathleen J. *The slave society in Eighteenth-century Sabará: a community study in colonial Brazil*. A Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of Yale University, december, 1987. p. 204. Apud. GONÇALVES, op. cit., p. 150.

Tabela 3.18 – Alforriados segundo a idade por localidades. Brasil, século XIX

Idade	Crianças		Adultos		Idosos		Total ^a		Desconhecidos.
Localidade/Período	N	%	N	%	N	%	N	%	
Rio de Janeiro (1807-1831)	176	14,2	1.060	85,8	-	-	1.236	100	83
Salvador (1819-888)	558	9,7	4.786	82,8	435	7,5	5.779 ^b	100	-
Cotinguiaba - SE (1860-1888)	35	27,8	64	50,8	27	21,4	126	100	130
Rio de Contas - BA (1800-1888)	233	32,0	347	47,6	149	20,4	729	100	780
Ilhéus – BA (1810-1849)	33	35,8	56	60,9	3	3,3	92	100	-
Montes Claros- MG (1830-1888)	59	28,1	115	54,8	36	17,1	210	100	147
Ouro Preto – MG (1808-1870)	100	5,3	1.653	88,7	110	6,0	1.813	100	67
Porto Alegre (1800-1835)	133	67,9	40	20,4	23	11,7	196	100	575

Fonte: (KARASCH, 2000, p. 451); (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, Apud. REIS, 1998, p. 66-71); (AMARAL, 2007, p. 196); (ALMEIDA, 2012, p. 202); (ILHÉUS, Tabela 2.12, p. 82); (JESUS, 2007, p. 155); (GONÇALVES, 2011, p. 236); (ALADRÉN, 2009, p. 70-72).

^a Exclui os casos com idades não identificadas.

^b Exclui as alforrias gratuitas e/ou condicionadas e as obtidas em batismos.

Conforme a Tabela 3.18 o número de casos com idade desconhecida é significativo, o que compromete qualquer tentativa de apresentar resultados conclusivos, portanto, as análises tecidas aqui levam em consideração apenas os casos em que os autores identificaram as idades dos libertos e os inseriram nos grupos de crianças, adultos idosos, seja tomando por base a descrição numérica das idades ou pelos termos designativos, como, por exemplo, crioulinhos/mulatinhos ou velhos/idosos.

A primeira constatação a ser feita diz respeito aos percentuais de crianças e idosos alforriados. No geral, como se pode ver na Tabela 3.14, as crianças alcançaram a alforria com mais frequência que os idosos na maioria das localidades em tela. No tocante às alforrias de idosos há de se fazer uma consideração sobre a sua representatividade numérica nas escravarias. Peter L. Eisenberg, por exemplo, estudando as alforrias em Campinas no século XIX, fez o seguinte comentário sobre a questão,

[...] a desproporção entre escravos e alforriados era bem maior para o caso dos muitos jovens, do que para o caso dos muito velhos [...] os dados de Campinas parecem sustentar a impressão geral de que escravos nas faixas

etárias menos produtivas receberam um número desproporcional de alforrias.⁴⁷²

Tendo em vista essas ponderações, podemos inferir que na maioria das vezes os percentuais de alforrias de idosos foram sempre menores que o de crianças, mesmo levando-se em consideração a taxa de mortalidade infantil entre a população escrava e a baixa fecundidade das mulheres de igual condição. Para Salvador e o seu Recôncavo, por exemplo, Stuart B. Schwartz salientou que elas “não davam à luz um número suficiente de filhos para que aquela população crescesse ou mesmo se mantivesse estável sem consideráveis acréscimos por meio do tráfico”.⁴⁷³ Todavia, advertimos que não se deve generalizar a respeito da supremacia de crianças alforriadas em relação aos idosos, pois em outras regiões o fenômeno ocorreu de forma diferente. Na Comarca de Ouro Preto, por exemplo, Andréa Lisly Gonçalves notou que no período 1808-1870, entre os alforriados com identificação da idade, 110 (6,1%) eram velhos (as) e 100 (5,5%) meninos (as).⁴⁷⁴

Nos casos de Salvador e do Rio de Janeiro os percentuais de crianças alforriadas estavam muito abaixo daqueles verificados nas demais localidades, embora entre tais locais também haja diferenças significativas. Ao que parece, nos principais centros urbanos do Império as crianças não eram alforriadas com muita frequência. No Rio de Janeiro, Mary C. Karash adverte que tal ocorrência pode estar relacionada com a pequena porcentagem de crianças na população escrava carioca.⁴⁷⁵ O seu estudo demonstrou que não havia africanos entre as 176 crianças libertas no período, e os preços médios pagos pelas alforrias delas foi de Rs. 43\$111 para os meninos e de Rs. 62\$450 no caso das meninas.⁴⁷⁶

Em Salvador, o estudo realizado em conjunto por Katia M. de Queirós Mattoso, Herbert S. Klein e Stanley L. Engerman se concentrou na análise das tendências e padrões dos preços das alforrias durante o século XIX (1819-1888), portanto foram excluídas da amostra as alforrias gratuitas e/ou condicionadas. Ao longo do período estudado, os preços médios das crianças de ambos os sexos variaram entre o mínimo de Rs. 33\$000 (1819-1820) e o máximo de Rs. 346\$000 (1859-1860); para os idosos (ambos os sexos) tal variação foi de Rs. 78\$000

⁴⁷² EISENBERG, 1987, op. cit., p. 192-193.

⁴⁷³ SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 297.

⁴⁷⁴ GONÇALVES, op. cit., p. 236.

⁴⁷⁵ KARASCH, op. cit., p. 451.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 452.

(1825-1826) e RS. 796\$000 (1869-1870), respectivamente.⁴⁷⁷ Sobre a diferença de preço entre os sexos dos alforriados (crianças e idosos), os aludidos autores destacaram que,

[...] os preços médios de crianças do sexo feminino eram em geral semelhantes e às vezes maiores do que os de crianças do sexo masculino [...] nas idades mais avançadas as mulheres valiam relativamente muito mais do que os homens, quando se comparam seus preços na idade adulta.⁴⁷⁸

Com relação ao baixo percentual de alforrias de crianças na capital baiana, ainda que se possa argumentar que os dados apresentados na Tabela 3.14 são inconsistentes em virtude das alforrias excluídas da amostra, Kátia M. de Q. Mattoso já havia chamado a atenção sobre essa ocorrência em estudo anterior, onde demonstrou que entre 1779 e 1850, momento de retomada do crescimento da economia açucareira, o percentual de alforrias de crianças manteve-se baixo na maior parte do período, ou seja, dos 677 escravos libertados no biênio 1815-1816, apenas 32 eram crianças, o que representa uma porcentagem de 4,7% sobre o número total, sendo duas exceções constatadas nos biênios de 1819-1820 e de 1835-1836, quando essa porcentagem atinge 16,7% e 16%, respectivamente.⁴⁷⁹

Ao que parece, havia poucas crianças entre a população cativa das áreas urbanas diretamente ligadas ao tráfico externo. Talvez isto explique, em certa medida, a baixa incidência de alforrias entre elas nas cidades mencionadas. Todavia, nas áreas distantes dos mercados de escravos e com economias de subsistência ou abastecimento interno, a reprodução natural dos escravos parece ter sido encorajada pelos senhores, o que acabou gerando quantidades significativas de crianças. Em Montes Claros, por exemplo, no ano de 1832 a população cativa era composta por 499 indivíduos, dos quais 166 (33,2%) eram crianças com idade entre 0 e 15 anos.⁴⁸⁰ No Paraná, este índice variou entre 37% e 40,5% no período 1798-1836.⁴⁸¹ Em uma análise da população cativa por faixa etária em Rio de Contas (BA), Kátia Lorena N. Almeida percebeu que os indivíduos com idade entre 0-12 anos representavam 29,7% desta população no período 1800-1850, 33,3% entre 1850-1871 e 18% entre 1871-1888.⁴⁸²

⁴⁷⁷ MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, op. cit., p. 70.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 70-71.

⁴⁷⁹ MATTOSO, 1972, op. cit., p. 46.

⁴⁸⁰ BOTELHO, Tarcísio R. Família e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. In: *População e Família*. São Paulo: CEDHAL/USP/Humanitas, vol. 1, nº 1, p. 211-234, jan./jun., 1998. p. 215.

⁴⁸¹ GUTIERREZ, Horácio. Demografia escrava num economia não exportadora. Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago., 1987. p. 305.

⁴⁸² ALMEIDA, op. cit., p. 203.

Desse modo, a impressão que se tem é a de que as características demográficas da população escrava das áreas com economia de subsistência ou abastecimento interno acabou se refletindo, em determinados aspectos, no contingente da população alforriada. Como vimos no primeiro capítulo, a vila de São Jorge dos Ilhéus era composta em grande parte por pequenos lavradores que viviam do cultivo de suas roças e o acesso ao mercado de escravos era limitado, principalmente, pela baixa rentabilidade da agricultura mercantil. A população cativa local era marcada por elevado percentual de crioulos e o relativo equilíbrio entre os sexos. Entre os alforriados da localidade as crianças perfaziam 35,8%, os libertos do sexo feminino 61,9%, e os africanos pouco mais de 11%.⁴⁸³

O fechamento do tráfico externo de africanos, como já foi salientado, não inibiu a prática corrente das alforrias como um todo e, ao que parece, isto também não ocorreu com relação às crianças e aos idosos. Não obstante, alguns escravistas, sobretudo nas regiões em que a demanda por mão de obra era crescente, podem ter investido mais na compra de crianças como meio de se prevenir das consequências da escassez de braços. Robert E. Conrad salientou que a partir de 1835, com a retomada do crescimento do tráfico e o aumento da valorização dos cativos no Brasil, provavelmente as crianças constituíssem parcelas maiores das cargas de escravos visto que seu tamanho permitia maiores quantidade.⁴⁸⁴

A lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, parece não ter provocado retração no ato de alforriar crianças, ainda que o art. 1º da referida lei declarasse que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.”⁴⁸⁵ Acreditamos que tal medida não suspendeu a aludida prática, principalmente porque a lei não libertava de imediato os nascituros, conforme exposto no seu 1º parágrafo,

§1º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.⁴⁸⁶

⁴⁸³ Ver Tabela 2.9, p. 84; Tabela 2.12, p. 87 e o Gráfico 2.3, p. 91.

⁴⁸⁴ CONRAD, op. cit., p. 103.

⁴⁸⁵ BRASIL. Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

⁴⁸⁶ Ibid.

Nesse sentido, entendemos que a “condição de livres” indicada na referida lei, na verdade era parte do projeto de emancipação lenta e gradual, sem desordens e com respeito à propriedade dos senhores. Portanto, como já foi dito, ela não suspendeu a prática de alforriar crianças, inclusive, escravistas e traficantes encontraram meios de burlá-la.⁴⁸⁷ Entre a população forra com identificação da idade no período 1871-1888, as crianças representavam 19,4% em Rio de Contas (BA)⁴⁸⁸ e 21,6% em Montes Claros (MG).⁴⁸⁹ Com relação à representatividade dos idosos entre os libertos nas aludidas localidades no mesmo período, o índice foi de 23% e 22,9%, respectivamente.

Isso demonstra que, mesmo no período em que a instituição escravista agonizava e dava sinais claros que estava em fase terminal, os cativos lutaram para livrar-se dela o quanto antes. Assim, mesmo enfrentando dilemas e incertezas quanto à condição de libertos, os crioulos e africanos, homens, mulheres, crianças e idosos repudiavam o cativo e se articularam de diversas maneiras para não viver e morrer dentro dele, embora este tenha sido o destino da maior parte deles.

⁴⁸⁷ Sobre o assunto ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. A Lei, Ora a Lei! driblando a legislação no tráfico interno de escravos no Brasil (1861-1887). *História e Economia - revista interdisciplinar*. BBS Business School, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 15-28. 2012.

⁴⁸⁸ ALMEIDA, op. cit., p. 202.

⁴⁸⁹ JESUS, op. cit., p. 155.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre escravidão e liberdade no Brasil avançaram muito nas duas últimas décadas. As pesquisas demonstraram que em diversas partes da Colônia e do Império os escravizados se mobilizaram de várias maneiras para se libertarem do cativeiro, o que atesta a insatisfação e o repúdio à condição de escravo.

A alforria era um dos meios utilizados pelos cativos para atingirem este objetivo e sua ocorrência foi amplamente difundida no Brasil. Contudo, isto não significa dizer que a libertação era algo possível para todo e qualquer escravo. No caso da vila de São Jorge dos Ilhéus, cujo número de habitantes foi estimado em 2.400 almas em 1818⁴⁹⁰, os 92 alforriados entre 1810-1849 correspondem tão somente a 3,8% desta população. Ademais, no período em que os registros de alforrias compõem uma série mais ou menos completa (1832-1848), foram alforriados 61 cativos (ver Tabela 2.1), o que equivale a uma média anual de 3,6 libertos, isto numa população escrava estimada em 700 indivíduos nos anos 1840.⁴⁹¹

Em outras localidades a situação era semelhante. Na cidade de Salvador, por exemplo, Kátia M. de Q. Mattoso observou que entre 1779 e 1850 foram alforriados 6.969 escravos.⁴⁹² Se tomarmos como a referência a população total da cidade, que era de 65.500 habitantes em 1835,⁴⁹³ o número de libertos corresponde a 10,6% desta população. É certo que as alforrias foram acontecendo ao longo dos anos, ao tempo em que a população livre e escrava cresciam. Mesmo assim, no período 1819-1888 cerca de 500 cartas de alforria foram registradas anualmente nesta localidade e os pesquisadores indicaram que durante esses anos elas representaram entre 4% e 6% do conjunto da população escrava urbana.⁴⁹⁴ Portanto, é evidente que grande parte dos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil viveram e morreram no cativeiro.

Ademais, a historiografia atinente ao assunto tem ressaltado que quase a metade dos libertos ou em processo de libertação, mesmo após a conquista da alforria, ainda deveria

⁴⁹⁰ SPIX, Johan von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Larmeyer. v. II, 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 176.

⁴⁹¹ MAHONY, Mary Ann. "Instrumentos Necessários": Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, 2001. p. 99.

⁴⁹² MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "A propósito de cartas de alforrias: Bahia 1779-1850". In: *Anais de História*. Ano 4: p. 23-52, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972. p. 34.

⁴⁹³ NISHIDA, Mieko. As alforrias e papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP. v. 23. n. 2. p. 227-265, Maio/ago. 1993. p. 232.

⁴⁹⁴ MATTOSO, Kátia M.; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.61-62.

continuar prestando serviços ao antigo senhor, pois umas das características marcantes das manumissões no Brasil era a imposição de cláusulas suspensivas ao gozo da liberdade, ou seja, que condicionavam o liberto a acompanhar e permanecer prestando serviços ao antigo senhor até a morte deste e, não raro, à do seu cônjuge.

No primeiro período analisado (1800-1850), as alforrias condicionadas (gratuitas e pagas) representaram entre um e dois terços do total das manumissões nas localidades constantes na Tabela 3.3 (p. 128), com maior incidência em Ilhéus (66%), seguida por São Paulo (57%) e Franca (47%). Esta constatação, por sua vez, indica que, no mínimo, um terço dos alforriados não ingressava imediatamente no mundo dos libertos e, talvez, apenas os mais jovens o fizessem. Em Salvador e no Rio de Janeiro em que, conforme a bibliografia consultada, a proporção de crianças entre a população escrava era pequena, as alforrias condicionadas representaram no máximo um quarto do total das manumissões (ver Tabela 3.2). No entanto, vale salientar que encontramos sérias dificuldades em examinar detalhadamente os tipos de alforrias nessas localidades, pois os estudos não as fragmentaram em categorias específicas.

A imposição de cláusulas suspensiva ao gozo da liberdade em parte considerável das manumissões pode indicar que para os donos de escravos este tipo de alforria tinha uma função específica, ou seja, manter a fidelidade dos cativos, evitar fugas e reforçar o paternalismo. Ricardo Salles, em seu estudo sobre Vassouras (RJ), notou certa relação entre a proporção de alforrias e fugas no período 1839-1880 sugerindo, segundo o autor, “que as primeiras funcionassem como um fator inibidor das fugas.”⁴⁹⁵ Embora o seu estudo não mencione se as alforrias registradas nos inventários eram condicionadas, ele demonstrou que 60% do total das alforrias ocorreram nos plantéis de pequenos e médios proprietários, isto é, os que detinham entre 5 e 19 escravos foram responsáveis por 40% das alforrias e os que tinham entre 20 e 49 cativos por 20% delas, justamente nesse plantéis, os percentuais de fugas eram menores, ou seja, 7,6% e 9,6%, respectivamente.⁴⁹⁶

Em Campinas, Lizandra M. Ferraz também constatou que “foi exatamente nas grandes propriedades que o índice de alforrias apresentava-se mais baixo, tanto no decênio 1836-1845 quando no período 1860-1871.”⁴⁹⁷ Destarte, embora o seu estudo demonstre que as alforrias incondicionais predominaram nos dois períodos estudados, ou seja, 44,4% e 45,8%,

⁴⁹⁵ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008. p. 296.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 291.

⁴⁹⁷ FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência das alforrias em Campinas no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2010. p. 115.

respectivamente, não se pode desprezar que parte considerável delas, em torno de 37% em ambos os decênios, era condicionada, sendo que na maioria das vezes o liberto teve que continuar acompanhando e servindo ao cônjuge ou a terceiro.⁴⁹⁸

A premissa de que as alforrias eram mais frequentes entre os pequenos e médios proprietários de escravos e que eram utilizadas como um dispositivo para evitar fugas e manter a fidelidade dos cativos ainda carece de pesquisas específicas para ser confirmada e, talvez, isso não se aplique à realidade do Brasil como um todo. Não obstante, podemos argumentar que as manumissões condicionadas são as que mais se prestam a este fim, já que os libertos incondicionalmente poderiam ir para onde bem quisessem.

As alforrias realizadas em testamentos/inventários parece ser o tipo de fonte ideal para esta investigação, pois aquelas registradas em Cartório de Notas não informam a estrutura da posse de escravos do manumissor. No entanto, tendo a possibilidade de se analisar o perfil dos proprietários de escravos de uma determinada localidade, talvez, seja possível fazer algumas inferências sobre o assunto partir das cartas de alforria.

No caso de Ilhéus, por exemplo, percebemos que na primeira metade do século XIX, afora o engenho Santana, a pequena posse de cativos era difundida na vila, pelo menos é o que deixa transparecer os poucos inventários por nós analisados e a bibliografia consultada. Sendo assim, não seria exagero inferir que o elevado índice de alforrias condicionadas (66%) se relacionava com a tentativa dos senhores em evitar fugas e manter seus escravos prestando bons serviços, pois os mangues e as matas do Sul da Bahia ofereciam um ambiente favorável aos fugitivos e,⁴⁹⁹ entre o final do século XVIII e meados do XIX, os escravos do engenho Santana rebelaram-se pelo menos três vezes.⁵⁰⁰ Ademais, como vimos no primeiro capítulo, o envolvimento de cativos e pessoas livres com os diversos quilombos existentes na região era relativamente comum.⁵⁰¹ Além disso, os donos de escravos não podiam contar com a eficiência das autoridades no combate aos fugitivos.⁵⁰² Portanto, a fuga de um escravo causava danos ou prejuízos maiores àqueles que detinham a pequena posse de cativos.

⁴⁹⁸ Ibid. p. 122-123.

⁴⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 378.

⁵⁰⁰ _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 112.

⁵⁰¹ Sobre o assunto ver, por exemplo, REIS, João José. *Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806*. In: REIS, J.J.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por fio: Histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008.

⁵⁰² SACRAMENTO, op. cit., p. 51.

Nesse sentido, como salientou Stuart B. Schwartz, a alforria, assim como a permissão para que os escravos cultivassem suas roças teria sido a melhor maneira dos senhores obterem a quantidade e a qualidade de trabalho desejada.⁵⁰³ No entanto, se um misto de punições e recompensas foi a estratégia senhorial para alcançar bons serviços, não se pode perder de vista a interpretação que os escravos tinham deste fenômeno.

Atentos à sua condição social e as chances que tinham de se livrarem das agruras da escravidão, os cativos de tudo fizeram para atingir este objetivo, desde fugas, revoltas, assassinatos até a prestação de bons serviços. Aceitar uma alforria condicionada a acompanhar e servir o senhor até a morte, por exemplo, deve ter tido implicações positivas para os cativos, sobretudo para aqueles com tenra idade. É certo que em muitos casos seus pais devem ter servido aos senhores com obediência e fidelidade por muitos anos para que seus filhos fossem “contemplados” com este tipo de alforrias, assim como houve casos em que eles foram agraciados pela boa vontade dos seus proprietários. Não obstante, isto fazia parte do processo de negociação presente no cotidiano de escravistas e escravizados. Se por um lado os senhores mantinham os cativos atrelados ao trabalho, por outro, os libertos nessas condições sabiam da existência de possibilidades reais, às vezes imaginárias, de alcançarem o status de libertos.

Todavia, não podemos desprezar que, mesmo estando no cativeiro, parte dos libertos deixou definitivamente a escravidão por meio do pagamento (alforrias pagas incondicionais). Os percentuais deste tipo de manumissão, no entanto, variaram muito entre as localidades analisadas, sendo que o mínimo encontrado foi de 20,7% (São Paulo) e o máximo 40% (Rio de Contas - BA). No entanto, é possível perceber que o pagamento pelas alforrias não foi privilégio dos cativos inseridos no meio urbano, ainda que esses espaços oferecessem mais oportunidades para se acumular pecúlio. Como vimos no segundo capítulo, mesmo em Ilhéus, isto é, uma área com economia pouco desenvolvida e fortemente ligada à subsistência, 35,1% das manumissões foi comprada pelos escravos ou seus parentes, o que demonstra a capacidade de articulação dos cativos e sua rede de parentesco e solidariedade (ver Tabela 3.3).

Em linhas gerais, na primeira metade do século XIX, os percentuais de alforrias pagas nas localidades constantes na Tabela 3.3 se equiparavam com os dos principais centros urbanos do Império, onde os índices ficaram entre o mínimo de 27% e o máximo de 48%. O que chama a atenção aqui, no entanto, é o elevado percentual de alforrias gratuitas. Não foi

⁵⁰³ SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 142-143.

possível precisar se elas resultaram na libertação plena do cativo. Mesmo assim, nos estudos em que a categoria gratuita condicionada foi analisada separadamente, elas representavam 16,9% (Salvador) e 23,8% (Rio de Janeiro), ao passo que as classificadas unicamente como gratuitas atingiram 58,1% e 48%, respectivamente (ver Tabela 3.2). Não foi possível saber se entre essas últimas estavam aquelas que estipulavam o cumprimento de condições, mesmo assim, não deixa de ser um percentual significativo de alforrias alcançadas sem a contrapartida financeira. Nas demais localidades analisadas o tipo mais comum de alforria gratuita foi a condicionada, que representaram, em média, 34,5% das manumissões, ao passo que as incondicionais atingiram o índice médio de 28,5% (ver Tabela 3.3)

Vale ressaltar, mais uma vez, que quando crianças são libertas de forma gratuita e incondicional e suas mães ainda são cativas, a não ser que os parentes as resgatem da escravidão, o que consideramos improvável, visto que isso implicaria em romper o paternalismo fortalecido pela “dádiva” da alforria, a curto prazo isso não altera a vida do forro se este permanecer junto com sua mãe.

No caso de Ilhéus, como frisamos em outro momento, 37,5% dos libertos de forma não onerosa (alforria gratuita incondicional) eram crianças (ver Tabela 2.13). Nesse sentido, cabe indagar qual a importância desta manumissão para aqueles que certamente permaneceram no cativo junto com suas mães? Estaríamos novamente diante de um engodo, onde os senhores acenavam com a alforria como que dizendo aos cativos que ainda existe alguma esperança? Talvez esta tenha sido a estratégia senhorial, já que conflitos e tensões eram inerentes ao sistema.

Sabemos que é muito arriscado tentar sintetizar o comportamento das manumissões no Brasil ao longo do Oitocentos, principalmente devido às particularidades de cada contexto. Ainda assim apostamos que é possível perceber algumas mudanças no fenômeno durante a referida centúria.

Na segunda metade do século XIX, por exemplo, mais precisamente entre 1850-1871, a exceção dos centros urbanos, incluindo São Paulo, percebe-se que houve sensível redução dos percentuais de alforrias pagas nas localidades analisadas, ao tempo que as gratuitas condicionadas foram aumentando, ainda que lentamente. Os escravos, entendidos como sujeitos históricos, estavam atentos ao jogo de interesses dos seus senhores e fizeram suas articulações para livrarem-se do cativo desde os tempos coloniais. Portanto, eles sabiam que a partir do fim do tráfico transatlântico abria-se um caminho inusitado na história da escravidão brasileira. É certo que a instituição escravista permaneceu a todo vapor,

especialmente na região sudeste do Império, e agora os cativos se viam ameaçados pelo tráfico interprovincial, que desagregou famílias e desarticulou a vida de milhares de pessoas de modo tão severo quanto o tráfico transatlântico de africanos.⁵⁰⁴

Não obstante, como ressaltou Eduardo Spiller Pena, foram justamente as ações desses sujeitos sociais que forçaram os juristas do Império a se posicionarem com relação ao tema da escravidão.⁵⁰⁵ Em Salvador, segundo João José Reis, na ocasião da greve negra de 1857, contra a postura municipal que obrigava os ganhadores a obter licença mediante pagamento para poder trabalhar, os escravos e libertos africanos estavam melhor organizados do que os trabalhadores livres.⁵⁰⁶ Assim, não se pode perder de vista que os cativos se mobilizaram a favor da emancipação e que, nesse período, as ações dos curadores e, a partir de meados da década de 1860, das sociedades abolicionistas, tornaram-se mais consistentes no país.⁵⁰⁷ Na Bahia, por exemplo, a Sociedade Libertadora Sete de Setembro, dois anos após a sua fundação em 1869, já havia registrado em seus arquivos 191 títulos de alforria.⁵⁰⁸

Nas décadas finais da escravidão (1871-1888) este quadro fica mais acentuado. A lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (*Ventre Livre*) sancionou o direito à formação do pecúlio e à obtenção da alforria por indenização de preço e o governo imperial criou o fundo de emancipação, dentre outras medidas favoráveis à emancipação lenta e gradual. Nesse contexto, a preocupação dos escravistas com o fim da instituição e a possível evasão da sua mão de obra parece ter influenciado a política senhorial no tocante às alforrias. O crescimento das manumissões condicionadas, por exemplo, indica que elas foram amplamente utilizadas como estratégia para manter os cativos ligados à produção.

O papel ou a função das alforrias no seio da sociedade escravista brasileira, bem como a condição do liberto, são questões que vem sendo pontuadas e discutidas pela historiografia recente. O pressuposto de que imperava nas manumissões o domínio paternalista e a produção

⁵⁰⁴ Sobre o assunto ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista* (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima - BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁵⁰⁵ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 119.

⁵⁰⁶ REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*. Dossiê Brasil – África, n. 18, p. 8-29, 1993.

⁵⁰⁷ Sobre a atuação dos curadores ver, por exemplo, AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1999. Sobre a formação das sociedades abolicionistas, particularmente na Bahia ver, por exemplo, SILVA, Ricardo Tadeu Caires. As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba – PR, 13 a 15 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicações/ricardotadeucairesilva.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

⁵⁰⁸ SILVA, op. cit., p. 5.

de dependentes, por exemplo, vem sendo matizado. As pesquisas sobre as lutas travadas na justiça entre senhores e escravos demonstram que este domínio não era tão absoluto como até pouco tempo se pensava. A ausência de uma legislação específica sobre o direito dos escravos obterem alforrias não se traduziu numa prática conformista e na submissão dos libertos aos caprichos dos seus senhores. Em muitos casos houve interferência do Estado nas relações escravistas, isso mesmo antes da lei de 28 de setembro de 1871, sendo que existem processos de liberdade em que o ganho de causa foi do escravo. Portanto, o silêncio da lei não significava que a alforria dependia exclusivamente da prerrogativa da classe senhorial.⁵⁰⁹

No tocante aos meios utilizados pelos cativos para obterem as alforrias, os percentuais daquelas alcançadas por meio do pagamento coloca em evidência a questão da economia dos escravos, ou seja, como eles conseguiam pagar, em dinheiro, somas expressivas pelas suas libertações? No geral, os índices giraram em torno de 30% na primeira metade do século XIX, porém, ainda que o tráfico fornecesse escravos em quantidades suficientes para que os senhores renovassem seus plantéis ao sabor das suas vontades ou necessidades, o escravo era um bem de produção relativamente caro. Os preços pagos pelas alforrias, por sua vez, não eram tão depreciados em relação ao preço de mercado, ainda que não tenhamos feito comparações. Portanto, fica a dúvida sobre como os cativos, mesmo inseridos em áreas cuja rentabilidade das atividades econômicas eram relativamente baixas, como era o caso de Ilhéus, conseguiam acumular pecúlio e pagar pelas manumissões.

Mesmo tendo em conta que eles eram servidos por suas redes de parentescos e laços de solidariedade, creio que não se deve atribuir primordialmente a isto a responsabilidade pelo pagamento das alforrias, mesmo que tenham contribuído no processo.

Outra questão que envolve o tema das alforrias é a condição do liberto. As pesquisas sobre escravidão e liberdade no Brasil estão dedicando atenção especial ao assunto. De fato, os estudos sobre as alforrias já estão bastante amadurecidas, portanto, os esforços estão sendo direcionados para o entendimento da situação dos egressos do cativo.

Os estudos sobre as ações de liberdade estão demonstrando que a condição do liberto era instável e a não eram raras as vezes em que eles se viam ameaçados por tentativas de reescravização. Nesse sentido o papel da justiça tem entrado no palco das discussões e, como frisamos anteriormente, o pressuposto de que os senhores exerciam domínio absoluto sobre seus cativos e libertos vêm sendo relativizado. Ademais, os estudos estão revelando

⁵⁰⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre o silêncio da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mitos, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 123-141.

personagens, até então desconhecidos, que atuaram a favor dos escravos, como advogados e curadores, por exemplo.

Dessa forma, percebemos que, de modo geral, a libertação do cativo não era algo acessível a todo escravo. No caso de Ilhéus, como vimos no segundo capítulo, as crianças e as mulheres foram os grupos que mais obtiveram alforrias. Em certa medida, isto também pôde ser atestado nas localidades que analisamos, ainda que nem todos os trabalhos tenham fragmentado sistematicamente os tipos de alforrias e o perfil dos alforriados. Mesmo assim, os cativos que trilharam este caminho como opção para livrarem-se das agruras da escravidão tiveram que percorrer muito labirintos, e cremos que não poucas vezes morreram tentando encontrar a liberdade. No entanto, este parece ter sido um dos principais sonhos dos escravizados, pois do contrário eles não teriam depreendido tantos esforços para alcançá-lo, seja por meio de suas economias, fruto de anos de trabalho, pela prestação de serviços, ditada pelo compasso da obediência, por ações judiciais ou pela combinação desses fatores.

APÊNDICE

Breves considerações sobre alguns manumissores de Ilhéus

A partir do cruzamento das informações contidas nas cartas de alforria e outras fontes documentais, como as escrituras públicas lançadas nos Livros de Notas, inventários *post-mortem* e a lista de classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, conseguimos conhecer um pouco mais sobre a relação de alguns manumissores com a posse e a comercialização de escravos. Vale salientar que alguns indivíduos que alforriaram escravos em Ilhéus, na primeira metade do século XIX, faleceram posteriormente, ou seja, num período que extrapola as balizas temporais definidas no estudo das cartas de alforrias. Nesse sentido, optamos por empreender uma análise separada dessas e de outras ocorrências, mesmo quando a participação de alguns deles no comércio local de cativos insere-se no período do nosso estudo.

A família Sá Bithencourt Camara

Ao pesquisar os registros de cartas de alforrias, percebemos que a família Sá Bithencourt Camara, ao que parece, era uma das principais escravistas de Ilhéus na primeira metade do século XIX, dado o número de membros alforriando que aparece nos registros. Segundo André Luiz Rosa Ribeiro “[...] em 1780 a família controlava grande parte das antigas terras jesuíticas em torno das vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas e São Jorge dos Ilhéus”.⁵¹⁰

De acordo com João da Silva Campos, o coronel de milícias Dr. José de Sá Bittencourt Accioli, foi um homem influente na província da Bahia e na comarca de Ilhéus. Formado em Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra, tomou parte ativa a favor da independência e prestou reais serviços à comarca de Ilhéus, falecendo em 1828.⁵¹¹ Após a sua morte, seus filhos adquiriram o engenho Santana e outras propriedades em Ilhéus, isto em 1834. No final do século XIX “[...] o clã era o maior dono de terras e escravos da freguesia, administrava as aldeias indígenas da comarca e controlava a política local”.⁵¹²

⁵¹⁰ RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001. p. 43.

⁵¹¹ CAMPOS, op. cit., p. 269.

⁵¹² MAHONY, 2009, op. cit., p. 746.

O Quadro 3 apresenta os membros da família Sá Bithencourt Câmara que registraram alforrias em Ilhéus, bem com os seus respectivos alforriados.

Quadro 3 - Alforrias Registradas pela família Sá Bithencourt Camara. Ilhéus, 1810-1849

Registro	Manumisso(a)r	Alforriado (a)	Tipo de Alforria
10/07/1835	D. Anna Francisca Antônia Bethencourt Sá	Bernardino (crioulo)	Grat. Incond.
18/07/1835	D. Vitória Maria de Sá	Domiciana (crioula)	Grat. Incond.
14/11/1835	Cap. Egídio Luiz de Sá Bethencourt	Maria Romana (crioula)	Pg. Incond.
21/05/1836	Pat. Frederico Costa de Sá Bethencourt Camara	Fellipe (nação Congo)	Grat. Incond.
19/02/1840	Ten. Coronel Egídio Luiz de Sá	João (croulinho/5 anos)	Pg. Incond.
18/02/1840	Chistiano Manoel de Sá	Anna Rosa (crioula)	Pg. Incond.

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N^{os} 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Alguns membros dessa família aparecem nos registros públicos de transações envolvendo escravos. Dentre os manumissores da referida família, destaca-se o tenente-coronel Christiano Manoel de Sá, que alforriou a escrava crioula Anna Rosa de forma incondicional em 1840 pela quantia de Rs. 430\$000.⁵¹³ André Luiz Rosa Ribeiro informa que esse homem,

[...] era casado com Maria Piedade Mello e Sá, nasceu em Camamu, em 1800. Era comandante do 81^o Batalhão da Guarda Nacional da Bahia e Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial. Ocupou a presidência da Câmara Municipal ilheense, em 1864, assumindo a liderança política local até seu falecimento, em 1880.⁵¹⁴

Em 1838 Christiano Manoel de Sá aparece como inventariante dos bens do seu irmão, Guilherme Frederico de Sá, e tutor da órfã Guilhermina de Sá, na época com dois anos de idade. Segundo Valdinéia de Jesus Sacramento, Guilherme Frederico de Sá foi o comandante da expedição militar formada em Ilhéus no ano de 1835 para combater o quilombo do Barrachudo, formado nas imediações da Barra do Rio de Contas, próximo de Ilhéus.⁵¹⁵ O inventário desse homem foi aberto em 1838, na parte da avaliação e descrição dos bens consta que ele possuía animais, como um boi do serviço, denominado mancinho, avaliado pela quantia de Rs. 30\$000; dez vacas procriadeiras, avaliadas pela quantia de Rs. 16\$000 cada uma e todas por Rs. 160\$000; um cavalo castanho, avaliado pela quantia de Rs. 20\$000;

⁵¹³ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 69, 18/02/1840.

⁵¹⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 50.

⁵¹⁵ SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História), Salvador, CEAO/FFCH/UFBA, 2008. p. 52.

imóveis, terras e fazendas, como uma casa pequena de taipa coberta de palha com portas novas e janelas, da residência do falecido na fazenda dos Lençóis, avaliada pela quantia de Rs. 15\$000; terras e prédios urbanos na vila dos Ilhéus e seu termo, avaliados na quantia de Rs. 1: 500\$000; a parte pertencente ao falecido na Fazenda do Certan do Rio de Contas, do inventário procedido pelo juiz de órfão da vila de Camamu, a quantia de Rs. 400\$000; a parte pertencente ao falecido nas terras denominadas Santa Catharina no termo da vila de Camamu a quantia de Rs. 10\$121; a parte pertencente ao falecido nas terras denominadas jenipapo no dito termo da mesma vila de Camamu, a quantia de RS. 18\$172. Além desses bens, o inventariado ainda possuía vinte mil covas de mandioca, mal fundadas e aparecendo, avaliadas em Rs. 8\$000 cada uma mil covas e todas pela quantia de Rs. 160\$000; uma espingarda [priston cenhom seco], avaliada pela quantia de Rs. 10\$000. Além desses bens, o referido inventariado era dono de vinte e dois escravos, a maioria crioulos e na faixa etária entre 15 e 45 anos, conforme descritos no Quadro 4.

Quadro 4 - Escravos de Guilherme Frederico de Sá. Ilhéus, 1838

Nome	Idade	Cor/Origem	Valor (mil réis)
Romão	24 anos	Pardo	500\$000
Adriano	26 anos	Crioulo	500\$000
João do Nascimento	35 anos	Crioulo	500\$000
Inocência Pereira	45 anos	Crioulo	350\$000
Simão	50 anos	Crioulo	400\$000
Antonio Cardozo	9 anos	Crioulo	400\$000
Clara Eugênia	30 anos	Crioula	400\$000
Domingas	23 anos	Cabinda	400\$000
Joaquina Preta	26 anos	Crioula	400\$000
Martinha Victoria	11 anos	Crioula	400\$000
Silvana	25 anos	Crioula	400\$000
Luisa	15 anos	Crioula	400\$000
Maria Joaquina (liberta)	Idosa	Crioula	150\$000
Maria Assunção	Idosa	Crioula	150\$000
Silveria	Idosa	Crioula	120\$000
Maria José	Idosa	Crioula	100\$000
Liberata	Idosa	Crioula	100\$000
Maria Madalena	Idosa	Crioula	100\$000
Maria Lusía	25 anos	Crioula	300\$000
Francisco José	65 anos	Crioulo	200\$000
Joaquim Benedito	14 anos	Crioulo	350\$000
Joaquim dos Santos	12 anos	Crioulo	400,000

Fonte: APEB. Seção Judiciário, Inventário, Ilhéus. Guilherme Frederico de Sá, Est. n/c, Caixa 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov.1838.

Após a morte do seu irmão, Christiano Manoel de Sá vende alguns dos escravos deixados pelo seu parente. Em 1839, ele vendeu para João Segsmundo Cordier dois escravos,

[...] pelo vendedor me foi dito perante as testemunhas abaixo assinadas que em qualidade [ilegível] testamenteiro inventariante dos bens do finado seu [ilegível] o Alferes Guilherme Frederico de Sá [ilegível] Felix [ilegível] deste menor sua filha Guilhermina [ilegível] de Sá Bithencourt e Camara entre outros bens livres e desembargados se compreendia dois escravos crioulos idosos de nome Francisco José e sua mulher Silveria que foram [ilegível] a quinhão das dívidas do funeral do dito seu testador para o complemento seleção competente para o que e na dita qualidade que representa vendia como de fato tem os ditos escravos ao comprador dito João Sismundo Cordier por preço e quantia de duzentos e noventa mil reis.⁵¹⁶

Percebemos aqui que os escravos Francisco José e Silveria formavam um casal e foram vendidos juntos. Em 30 de março de 1840, Christiano Manoel de Sá vendeu o escravo crioulinho Antônio por Rs. 200\$000 ao reverendo vigário José de Lemos,

[...] entre os demais bens livres e desembargados da sua Testamenteira dos bens do finado seu Irmão Alferes Guilherme Frederico de Sá hera bem assim o crioulinho de nome Antônio do qual fazia venda e com efeito vendido havia ao comprador dito Reverendo Vigário.⁵¹⁷

Ainda em 1840, ele vendeu a escrava crioula Joaquina para João Monteiro das Virgens por Rs. 250\$000 mil réis, “[...] uma escrava crioula de nome Joaquina da qual cada todos os seus ataques e manhas novas e velhas fez venda como de fato vendida a havia ao comprador dito João Monteiro das Virgens”.⁵¹⁸

Neste mesmo ano, Christiano Manoel de Sá efetuou a venda da escrava crioula Luiza, vendida para o mesmo vigário, Luiz José de Lemos, pelo preço de Rs. 400\$000s.⁵¹⁹ Em 1841 foram vendidos para um membro da família, o Brigadeiro Jose de Sa Bithencourt Camara, os escravos Simão e Adriano pelo preço de Rs. 900\$000.⁵²⁰ É interessante notar que Christiano Manoel de Sá, no processo do inventário de seu irmão, informou ao juiz que os referidos escravos se negavam a servir a outro senhor que não seja o irmão suplicante, Brigadeiro José

⁵¹⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 34, 08 jun. 1839.

⁵¹⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 77, 30 mar. 1840.

⁵¹⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 82, 07 maio 1840.

⁵¹⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 106, 27 out. 1840.

⁵²⁰ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 10, fl. 16, 24 abr. 1841.

de Sá Bithencourt Camara, sendo que há muitos dias andam fugitivos.⁵²¹ Ao que parece, a resistência oferecida pelos escravos (Simão e Adriano) foi o principal motivo dessa venda.

A participação dessa família no comércio local de escravos pode ser percebida pela presença de outros membros, como foi o caso de Frederico Carlos de Sá Bithencourt Camara, que em 1836 registrou a alforria do escravo Felipe, de nação Congo.⁵²² Não obstante, em 1839, ele efetivou duas vendas para Francisco Gomes de Castro Aguiar: a escrava crioula Angélica e sua filha recém-nascida por Rs. 400\$000⁵²³ e a escrava crioulinha Alexandrina, de sete anos de idade, pelo preço de Rs. 200\$000.⁵²⁴ Ainda em 1839, ele vendeu para Manoel Pereira dos Santos a escrava crioula Maria Joaquina pelo preço de Rs. 400\$000.⁵²⁵

Analisando a lista de classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, que em Ilhéus foi realizada entre 1874 e 1886, encontramos outros membros desta família que apresentaram escravos. O Quadro 5 mostra a relação dos nomes dos proprietários e a quantidade de cativos que foram apresentados.

Quadro 5 - Integrantes da família Sá Bithencourt Camara que apresentaram escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. Ilhéus, 1874-1886

Nome do proprietário	Escravos	
	N	(%)
Francisco de Sá Bithencourt Camara	4	4,8
Christiano Manoel de Sá	26	31,3
Eduardo de Sá Bithencourt Camara	6	7,2
Egídio Luiz de Sá	6	7,2
Frederico Manoel de Sá	1	1,2
Ernesto de Sá Bithencourt Camara	25	30,1
Rita C. Melo de Sá	1	1,2
Maria Bárbara de Sá	2	2,4
José de Mello Sá	9	10,8
Plínio de Sá Bithencourt Camara	3	3,8
TOTAL	83	100

Fonte: APEB. Série Tesouraria Provincial. Seção Colonial Provincial. Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. Livro nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

⁵²¹ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Frederico de Sá, Caixa 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

⁵²² APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 42, 21 maio 1836.

⁵²³ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 25, 18 jan. 1839.

⁵²⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 36, 18 jun. 1839.

⁵²⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 24, 08 jan. 1839.

Outro integrante dessa família, que também registrou alforrias em Ilhéus na primeira metade do século XIX, foi o Tenente Coronel Egídio Luis de Sá Bethencourt, que alforriou a escrava crioula Maria Romana em 1835,⁵²⁶ e posteriormente, em 1840, alforriou o escravo João, crioulinho de 5 anos de idade pela quantia de Rs. 200\$000.⁵²⁷ Sobre Egídio Luis, escreveu André Luiz Rosa Ribeiro,

[...] casado com Rita Constança Mello e Sá, nasceu em Camamu, no ano de 1805. Oficial da Guarda Nacional e líder político municipal. Ocupou a presidência da Câmara Municipal de São Jorge dos Ilhéus. Era proprietário da sesmaria Esperança, extensa faixa de terra entre os rios Fundão e Itaípe. Em 1860, recepcionou, em sua residência na vila dos Ilhéus, o príncipe austríaco Maximilliano de Habsburgo, futuro imperador do México, quando de sua viagem de estudo às matas do sul baiano.⁵²⁸

Em 1839, Egídio Luis de Sá Bethencourt vendeu para João Adam Schaum, um escravo crioulo, pela quantia de Rs. 300\$000, como consta na escritura,

[...] se compreendia um escravo crioulo denominado Anselmo que houve por negociação com o Marquez de Barbacena cujo escravo vende como de fato vendido tem de hoje para sempre em virtude deste Título público ao comprador dito João Adam Shaum por preço e quantia de trezentos mil reis.⁵²⁹

O inventário do capitão Egídio Luis de Bithencourt foi aberto em 1880. Na parte da avaliação e da descrição dos bens consta que ele era possuidor de uma casa de morada coberta de telhas na fazenda Boa Vista Sá, descrita e avaliada por Rs. 1:200\$000; uma casa com balcões de secar cacau, coberta de telhas, descrita e avaliada na quantia de Rs. 100\$000; uma casa de fazer farinha coberta de palha, com alguidar de ferro, descrita e avaliada na quantia de Rs. 80\$000; seis senzalas, descritas e avaliadas pela quantia de Rs. 10\$000 cada uma e todas por Rs. 60\$000; o pasto e a cerca da mesma fazenda, descritos e avaliados na dita fazenda pela quantia de Rs. 200\$000; os terrenos da mesma fazenda, descritos e avaliados na dita fazenda pela quantia de Rs. 200\$000; dois mil cacaeiros frutíferos, de boa qualidade, plantados na referida fazenda Boa Vista Sá, descritos e avaliados na quantia de Rs. 1\$000

⁵²⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 34F, 14 nov. 1835.

⁵²⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 68V, 19 fev. 1840.

⁵²⁸ RIBEIRO, op. cit., p. 50.

⁵²⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 29, 16 abr. 1839.

cada um e todos por Rs. 2:000\$000; mil cento e quarenta ditos melhor (cacaueiros) na referida fazenda, descritos e avaliados na quantia de Rs. \$600 cada um e todos por Rs. 684\$000.⁵³⁰

Encontramos mais quatro fazendas entre os bens do referido inventariado, uma denominada [Hico], na continuação da Boa Vista Sá, com um mil e setenta cacaueiros frutíferos, de boa qualidade, descritos e avaliados pela quantia de Rs. 1\$000 cada um e todos por um conto 1:070\$000; os terrenos que estão os cacaueiros, descritos e avaliados na quantia de Rs. 100\$000. Outra fazenda denominada [Puje] com seiscentos e sessenta e cinco cacaueiros frutíferos de boa qualidade, descritos e avaliados na quantia de Rs. 1\$000 cada um e todos por Rs. 665\$000; os terrenos da fazenda, descritos e avaliados na quantia de Rs. 100\$000. A fazenda Boa Vista Khaene, onde foi avaliada uma casa de morada coberta de telhas pela quantia de Rs. 500\$000; uma dita (casa de balcões) com quatro balcões estragados, descritos e avaliados na quantia de Rs. 40\$000 na dita fazenda; uma outra dita (balcões) no mesmo lugar, avaliados na quantia de Rs. 70\$000; dois mil seiscentos quarenta e sete cacaueiros frutíferos de boa qualidade, na referida fazenda, descritos e avaliados por Rs. 1\$000 cada um e todos por Rs. 2:647\$000; dois mil ditos melhor (cacaueiros), na referida fazenda, descritos e avaliados na quantia de Rs. \$600 cada um e todos por Rs. 1:200\$000; os terrenos da fazenda, descritos e avaliados na quantia de Rs. 200\$000.⁵³¹

Por último aparece a fazenda Santa Maria – [Cachoeira de Itabuna] – do casal da falecida Dona Rita de Mello Sá, com seiscentos e sessenta cacaueiros frutíferos de boa qualidade, descritos e avaliados na quantia de Rs. 1\$000 cada um e todos por Rs. 660\$000; um mil quatrocentos e quarenta ditos (cacaueiros) melhor, na referida fazenda, descritos e avaliados na quantia de Rs. \$600 cada um e todos por Rs. 864\$000. Com relação à posse de escravos, o inventário contém a descrição de vinte cativos, que possivelmente, estavam alocados na fazenda Boa Vista Sá, onde foi mencionada a existência de dez senzalas.⁵³² No Quadro 6 encontra-se a descrição dos referidos escravos.

⁵³⁰ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Egídio Luiz de Sá, Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 11, 16/11/1880.

⁵³¹ Ibid..

⁵³² Ibid.

**Quadro 6- Escravos de Egídio Luis de Sá Bithencourt.
Ilhéus, 1880**

Nome	Idade	Cor/Origem	Valor (mil réis)
João	53 anos	Africano	400\$000
Delfina	53 anos	Africana	300\$000
Frederico	27 anos	Crioulo	800\$000
Cezario	23 anos	Crioulo	1:200\$000
Virgínia	21 anos	Crioula	ilegível
Idalina	4 anos	Parda	266\$000
Benedita	2 anos	Parda	266\$000
Oliva	4 meses	Parda	266\$000
Pedro	24 anos	Crioulo	700\$000
Matheos	16 anos	Crioulo	1:000\$000
Victor	42 anos	Crioulo	900\$000
Eulália	38 anos	Crioula	800\$000
Bárbara	33 anos	Crioula	800\$000
Esperança	22 anos	Crioula	850\$000
Ricarda	22 anos	Crioula	850\$000
Angelina	25 anos	Crioula	1:000\$000
Antônio	18 anos	Crioulo	1:100\$000
Firmino	12 anos	Cabra	1:000\$000
Julia	12 anos	Cabra	700\$000
Jorge	15 anos	Crioulo	850\$000

Fonte: APEB. Seção Judiciário, Inventários, Ilhéus. Egídio Luiz de Sá, Est.02, Cx. 754, Maio 1220, Doc. 11, 16 nov. 1880.

Joaquim José da Costa Seabra

Joaquim José da Costa Seabra era um comerciante importante da vila de São Jorge dos Ilhéus e possuía uma extensa rede de créditos e dívidas de amplitude territorial considerável.⁵³³ Ele alforriou o escravo crioulo Francisco em 1848.⁵³⁴ Não obstante, antes desta data, o manumissor já vinha comercializando escravos, como constam em algumas escrituras registradas nos livros de notas de Ilhéus.

Em 1839, por exemplo, Joaquim José da Costa Seabra comprou um casal de escravos africanos do senhor José Francisco Nunes de Albuquerque, conforme descrição no documento,

⁵³³ SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves e DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismo de acesso ao crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso Joaquim José da Costa Seabra. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 7, Nº 12, jan./jun, 2012.

⁵³⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 28F, 11 nov.1848.

[...] se compreendia um casal de escravos o marido chamado Leão e a mulher Delfina Africanos que [ilegível] de sua mulher Dona Joaquina Maria da Guia na primeira partilha do inventário dos bens do casal referido Francisco Caetano de Souza Quadros pai desta e sogro daquele vendedor cujo casal de escravos vendia e como [defacto] vendido havia ao comprador dito Joaquim José da Costa Seabra por preço e quantia de seiscentos mil reis.⁵³⁵

Ainda em 1839, o referido manumissor comprou de Manoel Pinto Pereira pela quantia e preço de Rs. 200\$000 “[...] um escravo cabrinha/mulatinho de nome Antonio filho de sua escrava”.⁵³⁶ Neste mesmo ano, ele vendeu o referido escravo a João Batista Gualberto,

[...] um escravo pardinho de nome Antônio que houvera por título de [venda] que lhe fizera Manoel Pinto Pereira a qual pardinho vendia com todos os seus ataques novos e velhos como de fato vendido o havia ao comprador dito João Batista Gualberto por preço e quantia de duzentos mil reis.⁵³⁷

Em 1840, o manumissor comprou “[...] um escravo crioulo de nome Mathias que houve por compra que fez a Manoel Diogo Souza o qual escravo vendia como de fato vendido o havia ao comprador dito Joaquim J. da Costa Seabra.”⁵³⁸ Em 1841 ele efetuou outra compra, agora de uma escrava crioula de nome Faustina, do Padre Miguel Marques Melgaço, no valor de Rs. 400\$000.⁵³⁹ Quando da abertura do seu inventário, em 1856, ele era possuidor de 6 escravos, conforme descrição no Quadro 7.

**Quadro 7 - Escravos de Joaquim José da Costa Seabra.
Ilhéus, 1856**

Nome	Idade	Cor/Origem	Valor (mil réis)
Cândido	Moço	Pardo	600\$000
Pedro	35 anos	Crioulo	1:200\$000
Antonio	28 anos	Crioulo	1:000\$000
Manoel	55 anos	Africano	400\$000
Rita	45 anos	Crioula	450\$000
Adelia	5 anos	Parda	300\$000

Fonte: APEB. Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra. Est. 8, Caixa 3424, Doc. 2, 26 set. 1856

⁵³⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 42, 03 set. 1839.

⁵³⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 44, 12 ago. 1839.

⁵³⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 48, 28 ago. 1839.

⁵³⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Registro Público de Compra e venda. L. 09, fl.90, 24 jul. 1840.

⁵³⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus. Registro Público de Compra e venda. L. 10, fl.20, 05 jul. 1841.

Observamos que Joaquim José da Costa Seabra, ao que parece, não estava adquirindo escravos com a intenção de investir na produção agrícola. Nenhum dos escravos comprados por ele, como se pode ver no Quadro 8, aparece no seu inventário, o que nos leva a crer que ele ou os negociou antes do seu falecimento ou os escravos morreram. De fato, como demonstraram Leandro D. Santos, Zildemar A. Santos e Marcelo Henrique Dias, Joaquim José da Costa Seabra era comerciante, possuía uma casa de negócios na vila de Ilhéus, na qual vendia fazendas secas e molhadas e demais artigos de primeira necessidade, desde tecidos finos, linhas, varas de pescar, chumbo, pólvora, vinho, até gêneros alimentícios.⁵⁴⁰

Os Clérigos

A presença jesuítica nas terras do Sul da Bahia foi marcante durante a maior parte do período colonial. Em meados do século XVIII eles eram os maiores produtores e os que possuíam mais escravos em Ilhéus.⁵⁴¹ Após a sua expulsão, em 1759, outras ordens religiosas passaram a atuar em Ilhéus, com destaque para a ordem dos capuchinhos.

Alguns missionários eram donos de escravos e também participaram do comércio local deles. O Frei Ludovico de Livorno, por exemplo, era possuidor de escravos e alforriou alguns deles na primeira metade do século XIX. Em 1828, ele registrou a alforria da escrava africana Anna, de forma gratuita e incondicional.⁵⁴² Posteriormente, em 1833, ele aparece juntamente com o patrono Bento Rodrigues Figueredo alforriando o escravo crioulo Callistro, que pagou 16 mil réis para uma capela de missa pela alma do missionário e tendo que esperar até a morte dele para gozar da sua liberdade.⁵⁴³

O reverendo vigário José Gomes de Castro Aguiar comprou de Manoel Pinto Pereira a escrava crioula Lourença pelo preço de Rs. 400\$000 em 1839.⁵⁴⁴ Todavia, em 1840 ele registrou a alforria da dita escrava de forma gratuita e incondicional.⁵⁴⁵

Outras pistas dos missionários foram encontrados nos Livros de Notas de Ilhéus, no qual é possível constatar a presença deles nos registros de transações envolvendo escravos. O Padre Ignácio Gonzaga de Essa, por exemplo, em registro de escrito de doação, provavelmente realizado na segunda década do século XIX, aparece como recebendo de

⁵⁴⁰ SANTOS; SANTOS; DIAS, op. cit., p. 10.

⁵⁴¹ SILVA, op. cit., p. 124.

⁵⁴² APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 95V, 06 ago. 1828.

⁵⁴³ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 63V, 30 out. 1833.

⁵⁴⁴ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 26, 26 jan. 1839.

⁵⁴⁵ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 112V, 09 dez. 1840.

Victorino Manoel, pelo preço de Rs. 25\$000 “[...] uma negrinha de nome Maria”.⁵⁴⁶ Em 1814, em um lançamento de escrito de dívida, o mesmo padre aparece realizando a doação de “[...] uma crioula que terá dez anos de idade que me nasceu em casa por nome Anna Joaquina filha de Salvador e Sebastiana”.⁵⁴⁷ Outro reverendo vigário da freguesia de Ilhéus, e que também aparece nos registros de escrituras envolvendo escravos, é Luiz José de Lemos. Ele comprou, em 1840, o escravo crioulinho Antonio e a escrava Luiza, herdados pelo capitão Christiano Manoel de Sá, conforme assinalamos anteriormente. O vigário Jose das Villas Boas, ao que parece, também era envolvido com a posse de escravos, pois o nome dele aparece em uma escritura pública de compra e venda de escravos, na qual Antonio José Sismundo vende dois cativos para Francisco Januário do Nascimento,

[...] se compreendiam [ilegível] de nome Benedito e outra Maria que houvera por título de doação feita [ilegível] deles vendedores e a do comprador pelo Vigário Jose das Villas Boas dos quais [ilegível] vendido como de fato vendidos os tem ao coherdeiros o comprador dito Francisco do Nascimento por preço e quantia de seis centos mil reis.⁵⁴⁸

O Padre Miguel Marques Melgaço, por sua vez, vendeu em 1841 a escrava crioula Faustina pelo preço de Rs. 400\$000 para o comerciante Joaquim José da Costa Seabra, conforme descrevemos anteriormente.

Manoel Cardoso da Silva

Ao lado do patrono Bento Rodrigues de Figueredo, Manoel Cardoso da Silva, viúvo de Francisca da Victoria Portilla, aparece como o principal manumissor de Ilhéus, registrando três cartas de alforrias. A primeira delas aconteceu em 1835, quando esse senhor alforriou, em cumprimento da cláusula testamentária, o escravo crioulo Luiz “[...] quartado na metade do seu valor e por eu ter recebido a dita a metade poderá o dito escravo gozar de sua liberdade de hoje em diante”.⁵⁴⁹ Posteriormente, em 1839, Manoel Cardoso da Silva, juntamente com Francisco da Costa, registrou a alforria da escrava crioula Anna da Mata, com a seguinte descrição,

⁵⁴⁶ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 41F, s/d.

⁵⁴⁷ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 5, fl. 41V, 08 ago. 1814.

⁵⁴⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 71, 14 mar. 1840.

⁵⁴⁹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 7V, 23 mar. 1835.

[...] que em consequência da [rogateria] a nossa Mãe Rita Maria da Vitoria forramos a escrava cria. Pelos bons serviços que lhe fez e por ser sua Afilhada sua escrava fica forra e liberta de hoje para sempre por sua última vontade e nossa e por ser verdade propusemos esta carta de liberdade livre e desembargada sem constrangimento de pessoa.⁵⁵⁰

No ano de 1840, o referido manumissor registrou a alforria da escrava crioula Maria, pelo valor de Rs. 400\$000 de forma incondicional.⁵⁵¹

Ao que parece, esse manumissor era, ou então se tornou, um importante proprietário de fazendas, terras e escravos em Ilhéus ao longo da segunda metade do século XIX. Esta hipótese, pode ser testada levando-se em consideração que Manoel Cardoso da Silva já possuía escravos na primeira metade do Oitocentos e quando da abertura do seu inventários, em 1872, ele era dono da fazenda Retiro, avaliada em Rs. 2:000\$000; uma sorte de terra no Iguape, avaliada em Rs. 140\$000; uma fazenda em frente do Iguape, avaliada em Rs. 300\$000 réis; uma casa coberta de telha, situada na rua do colégio desta vila, avaliada em Rs. 1:800\$000; um sítio no terreno do Iguape, avaliado em Rs. 1:200\$000; um boi manso do serviço da fazenda, avaliado em Rs. 60\$000; uma canoa, avaliada em Rs. 60\$000, além de possuir oito escravos, descritos no Quadro 8.

**Quadro 8 - Escravos de Manoel Cardoso da Silva.
Ilhéus, 1872**

Nome	Valor (mil réis)
Manoel	600\$000
Limôa	800\$000
Delmira	800\$000
Herculana	1:000\$000
Cria Narcisa	500\$000
Cria Joaquina	250\$000
Cria Augusta	250\$000
Cria Ricardo	100\$000

Fonte: APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus.
Manoel Cardoso da Silva, Est. 2, Cx. 737,
Maço 1202, Doc. 04, 12 nov. 1872.

⁵⁵⁰ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 62V, 30 dez.1839.

⁵⁵¹ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 79V, 30 abr. 1840.

José Antônio de Guimarães Bastos

Embora este homem tenha registrado apenas uma alforria em Ilhéus, que foi a da escrava crioula Sofia em 1847, que pagou Rs. 130\$000 e a obteve de modo incondicional,⁵⁵² ao que parece, ele era, ou se tornou, um importante lavrador de cana e de cacau. Não encontramos, nos Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus, evidências de que ele esteja negociando escravos, o que corrobora com a hipótese de que os manteve trabalhando nas lavouras, além de outros serviços em que os cativos certamente estavam inseridos.

Tal premissa parte do pressuposto de que José Antônio de Guimarães Bastos já era escravista na primeira metade do Oitocentos e considera o momento da abertura do seu inventário um indício de que ele conseguiu, por meio da exploração do trabalho escravo, aumentar, ou ao menos manter a sua riqueza, pois o patrimônio declarado em seu inventário é bastante significativo.

O referido manumissor teve o seu inventário aberto em 1875, portanto, 28 anos após o registro da alforria da escrava Sofia. Entre os bens declarados, destacamos: 117 arrobas de açúcar, cada uma por Rs. 2\$000 e todas por Rs. 234\$000 (mais forma); 200 carradas de cachaça, Rs. \$600 cada uma e todas por Rs. 120\$000; nove cochos para fermentar cacau, por Rs. 18\$000; 107 toras de caixaria, Rs. \$600 réis cada e todos por Rs. 64\$200; sete quinhões de terras na sesmaria denominada Tijuca, onde se acha o engenho União (composto de suas plantações mais acessórios), avaliados em Rs. 1: 400\$000; terrenos da fazenda Caldeira, com casa de morada, suas terras e seus acessórios, avaliados em Rs. 3:500\$000; um engenho de fabricar açúcar e aguardente com todos os seus pertences, constantes de dois alambiques, avaliado em Rs. 6: 370\$000; oito tarefas de cana, existentes parte nos terrenos da sesmaria Tijuca e partes nos terrenos do jardim, avaliados em Rs. 150\$000 cada um e todos por Rs. 1: 200\$000; uma casa de fazer farinha e seus pertences, por Rs. 450\$000; quatrocentos pés de cacauzeiros plantados nos terrenos da sesmaria Tijuca e lugar denominado penedo, avaliados em Rs. 1\$000 cada um e todos por Rs. 400\$000; uma serra (máquina para serrar madeira em bom estado) avaliada em Rs. 1: 500\$000s; uma outra, na fazenda Caldeira, avaliada em Rs. 1: 300\$000.

Entre os bens semoventes, ele possuía duas vacas avaliadas por Rs. 70\$000; um garrote, avaliado por Rs. 20\$000 e dezesseis escravos, conforme descrição no Quadro 9.

⁵⁵² APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 10, fl. 150V, 12 mar. 1847.

**Quadro 9 - Escravos de José Antônio de Guimarães Bastos.
Ilhéus, 1875**

Nome	Idade	Cor/origem	Valor (mil réis)
Raquel	-	Crioula	100\$000
Carlota	31 anos	Crioula	500\$000
Benta	33 anos	Parda	600\$000
Constança	49 anos	Africana	550\$000
Apolonia	48 anos	Africana	600\$000
Rosa	20 anos	Cabra	800\$000
Esmeria	13 anos	Crioula	800\$000
Erasmio	12 anos	Cabra	1: 200\$000
Cirilo	5 anos	Pardo	400\$000
Felippe	49 anos	Africano	750\$000
Manoel	51 anos	Africano	750\$000
Eleutério	51 anos	Africano	750\$000
Joaquim	29 anos	Cabra	1: 100\$000
Angela	14 anos	Parda	650\$000
Caciano	13 anos	Crioulo	1: 200\$000
Aquilina	12 anos	Parda	600\$000

Fonte: APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Antônio de Guimarães Bastos, Est. 2, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 fev. 1875.

Vale ressaltar que o nome de José Antônio de Guimarães Bastos também aparece na lista de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Ao todo ele apresentou onze escravos entre 1874 e 1886.⁵⁵³ Ademais, é interessante notar que no processo do seu inventário consta uma lista com a matrícula dos escravos com data de 1874, na qual aparecem 22 cativos (15 crioulos e 8 africanos), todos do serviço da lavoura. Porém, quando da abertura do seu inventário em 1875, apenas 16 escravos são arrolados entre os bens possuídos. Mesmo considerando que três africanos foram descritos na matrícula como fugitivos, ficamos sem informação sobre os outros três cativos.⁵⁵⁴ Qual teria sido o destino desses escravos? A morte ou a fuga? Ainda não podemos responder. No entanto, nossos próximos esforços estarão direcionados no sentido de elucidar essas e outras questões relacionadas com a escravidão no Sul da Bahia.

⁵⁵³ APEB. Série Tesouraria Provincial. Seção Colonial Provincial. Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. Livro nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

⁵⁵⁴ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Antonio de Guimarães Bastos, Est. 738, Cx. 02, Maço 1203, Doc. 12, 10 fev. 1875.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

Tribunal de Justiça. *Inventário de Valentim de Oliveira*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 1, 12 nov. 1806.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Ignácio Nunes de Souza*, Ilhéus, Est.02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 15, 11 ago. 1812.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Bento Fernandes Camargo*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 4, 21 maio 1813.

Tribunal de Justiça. *Inventário de José de Lemos*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 3, 23 set. 1813.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Manoel de Gois*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 2, 09 maio 1814.

Tribunal de Justiça. *Inventário de José Jacinto Bezerra*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 5, 25 out. 1816.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Vitória de São José*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 6, 15 jun. 1816.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Francisco Furtado da Silva*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 7, 10 abr. 1817.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Tereza Josefa dos Reis*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 8, 16 jul. 1817.

Tribunal de Justiça. *Testamento de Manoel Jose do Nascimento*, Ilhéus, Est.02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 9, 14 out. 1823.

Tribunal de Justiça. *Testamento de Andre Rodrigues Campos*, Ilhéus, Est.03, Caixa 1372, Maço 1841, Doc. Nº 20, 24 abr. 18330.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Ana Maria Borges*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 10, 30 abr. 1832.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Lino José da Costa*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 12, 07 nov. 1833.

Tribunal da Relação. *Inventário de João Gordiano dos Saulos*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 783, Maço 1250, Doc. Nº 1, 21 abr. 1834.

Tribunal da Relação. *Inventário de Benta Maria de Lima*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 783, Maço 1250, Doc. Nº 2, 14 set. 1836.

Tribunal da Relação. *Inventário de Caetano Francisco de Figueredo*, Ilhéus, Est. 3, Caixa, 1270, Maço 1739, Doc. Nº 3, 03 nov. 1838.

Tribunal da Relação. *Inventário de Guilherme Frederico de Sá*, Ilhéus, Est. n/c, Caixa 15, Maço 3552, Doc. Nº 1, 07 nov. 1838.

Tribunal da Relação. *Inventário de Manoel José do Nascimento*, Ilhéus, Est. 2, Caixa, 783, Maço 1250, Doc. Nº 3, 26 jul. 1839.

Tribunal da Relação. *Inventário de Sebastiana Bernarda Conceição*, Ilhéus, Est.2, Caixa 750, Maço 1216, Doc. Nº 22, 20 nov. 1840. (Incompleto)

Tribunal da Relação. *Inventário de Jose Joaquim de Figueredo e Tereza de Jesus*, Ilhéus, Est. 02, Caixa 783, Maço 1250, Doc. Nº 5, 14 jan. 1843.

Tribunal de Justiça. *Inventário de Manoel Esmério Fraga*, Ilhéus, Est. 2, Caixa 863, Maço 1332, Doc. Nº 13, 26 jul. 1843.

Tribunal da Relação. *Inventário de Francisco da Costa Salgueiro*, Ilhéus, Est. 2, Caixa 783, Maço 1250, Doc. Nº 6, 26 mar. 1845.

Tribunal da Relação. *Inventário amigável de Anna Telles de Menezes*, Ilhéus, Est. 2, Caixa 783, Maço 1250, Doc. Nº 7, 31 out. 1846.

Tribunal da Relação. *Inventário de João Segismundo Cordier*, Ilhéus, Est. 2, Caixa754, Maço 1220, Doc. Nº 14, 26 maio 1849.

Tribunal da Relação. *Inventário de Joaquim José da Costa Seabra*, Ilhéus, Est. 8, Caixa 3424, Doc. Nº 2, 26 set. 1856.

Tribunal da Relação. *Inventário de Manoel Cardozo da Silva*, Ilhéus, Est. 2, Caixa737, Maço 1202, Doc. Nº 4, 12 nov. 1872.

Tribunal da Relação. *Inventário de José Antônio de Guimarães Bastos*, Ilhéus, Est. 2, Caixa738, Maço 1203, Doc. Nº 12, 10 fev. 1875.

Tribunal da Relação. *Inventário de Egídio Luiz de Sá*, Ilhéus, Est. 2, Caixa754, Maço 1220, Doc. Nº 11, 16 nov. 1880.

Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Fundo: Tesouraria Provincial, Série: *Classificação dos Escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação*. Ilhéus, Lv. 7008, 1874-1886.

Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. *Correspondência da Câmara de Ilhéus para o Governo da Província*. Ilhéus, Maço 1316, 1823-1839.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA REGIONAL (CEDOC/UESC)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 5 (1810-1815) - (microfilme)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 6 (1822-1825) - (microfilme)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 7 (1832-1834) - (microfilme)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 8 (1835-1838) - (microfilme)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 9 (1838-1841) - (microfilme)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 10 (1841-1847) - (microfilme)

Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, nº 11 (1848-1852) - (microfilme)

2 FONTES IMPRESSAS

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus* – 3 ed. – Ilhéus, BA: Editus, 2006. A primeira edição é de 1937.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1940.

SPIX, Joham B. Von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil 1817 – 1820*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, v. 2

3 BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Thalles Olympio Góes de. A economia baiana em torno de 1850 – *Revista Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 7-18, out./dez., 1977.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas: Bahia século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2006.

_____. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 5, n.4, p. 19-54, out/dez, 1977.

ALADREN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia 1780 – 1830*. Tese (Doutorado em História) - ICHF/ UFF, Rio de Janeiro, 2010.

ALGRANTI, L. M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808 - 1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998-9.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese (Doutorado em História) - FFCH/UFBA, 2007.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

BELLINI, Lígia. “Por amor e por interesse”: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias”. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*. Tradução de Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BETHEL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias em São Paulo no século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2004.

- _____. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.
- _____. Sociabilidade Negra na São Paulo do século XIX. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v. 23, n. 1, jan./jun., 2010.
- BONDAR, Gregório. A lavoura cacauzeira da Bahia. *Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia*, Salvador, 1933.
- BOTELHO, Tarcísio. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 23, p. 61-76, julho de 2000.
- _____. Família e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. In: *População e Família*. São Paulo: CEDHAL/USP/Humanitas, vol. 1, nº 1, p. 211-234, jan./jun., 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Senado Federal, *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leolpodina (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/ UFBA, Salvador, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal. In: Almeida, M. K. S. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8ª Ed. São Paulo: Fundação editora UNESP, 2007.
- COOPER, Frederick; HOLT, Tomas; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação*. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- CRUZ, Ronaldo Lima da. No lado de Cá: o tráfico clandestino de africanos na vila de São Jorge dos Ilhéus, 1851. *Crítica & Debates*, Caetité, UNEB, v. 1, n.1, p. 1-18, jul./dez., 2010.
- _____. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia (1880-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - FCHS/UNESP, Franca, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Sobre o silêncio da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mitos, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 123-141.
- DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e Ações de Liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/Unicamp, Campinas, 1995.
- DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do Século XIX: (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. Nas fímbrias da Escravidão: Negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos econômicos*, São Paulo: IPE-USP, n. 15, p. 89-109, 1985.
- DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – ICHF/ UFF, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. As feitorias de Madeira e a Ocupação Territorial da Antiga Capitania de Ilhéus. *Especiaria*, Ilhéus : UESC, Ano 6, n. 11/12, p. 145-178, jan./dez., 2003.
- _____. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- EISENBERG, P. Ficando livres: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 175-216, maio/ago, 1987.

- _____. A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX. In: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 9-46, jan./jun., 2003.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, Dossiê: História das mulheres e das Relações de Gênero, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul./2000.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/ Unicamp, Campinas, 2010.
- FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz – São Paulo c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- _____. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, nº 35, p. 83-141, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FILHO, Alcides Goularti Filho e QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Orgs.). *Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet; revisão técnica de John M. Monteiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1998.
- FLORENTINO, Manolo (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: _____ (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania os frutos de ouro e a princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2004.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFBA, Salvador, 1977.
- GRINBERG, Keila & MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: “Para inglês ver”? Revisitando a lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Ano 29, n. 1/2/3, p. 87-340, jan./dez., 2007.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade no Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. Reescravização, Direitos e Justiça no Brasil do Século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 101-128.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.
- _____. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da Liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas Gerais colonial e provincial*. Belo Horizonte: MG: Fino Traço, 2011.
- GOMES, Alessandra Caetano. *As alforrias em duas regiões do sudoeste escravista, 1825-1888*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp/Polis, 2005.

- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800- 1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 297- 314, maio/agosto, 1987.
- _____. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, 120, p. 59-72, jan/jul. 1989.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 10, p. 143-191, jan./jun, 2005.
- HABIB, Juliana Silva. *A vila de São Jorge dos Ilhéus: traçado e funcionalidade na primeira metade do século XIX*. Monografia (Licenciatura em História) – UESC, Ilhéus. 2006.
- HIGGINS, Kathleen J. *The slave society in Eighteenth-century Sabará: a community study in colonial Brazil*. A Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of Yale University, december, 1987.
- HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: O Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Tomas; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- IPEADATA. Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- JESUS, Alysson Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S. e LUNA, Francisco Vidal. Pessoas Livres de Cor numa Sociedade Escravocrata: São Paulo e Minas Gerais no Início do Século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

- KLEIN, Herbert S. A Demografia do Tráfico de Escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago., 1987.
- _____. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. *Revista de História*, São Paulo, 120, p. 3-25, jan./jul., 1989.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo, Fapeb; Annablume, 2006.
- LYRA, Henrique J. Buckingham. *Colonos e Colônias: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/ UFBA, Salvador, 1982.
- LOVEJOY, Paul E. *Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia*. Rio de Janeiro, *TOPOI*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-44, jan./dez., 2000.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. et. al. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*: São Paulo: São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- _____. A presença do Elemento forro no conjunto de Proprietários de Escravos. *Ciências e Cultura*, São Paulo, v. 32, n.7, p. 836-841, julho de 1980.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830 – 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPG História - UFF, 2011.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. Sociedade Escravista e mercado de trabalho: Salvador – Bahia, 1850 – 1868. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, p.12-20, julho de 2000.

_____. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec: Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. Tradução do original francês por James Amado. – São Paulo: Currupio; [Brasília]: CNPq, 1988.

_____. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATHEUS, Marcelo dos Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneira, 1977.

MAHONY, Mary Ann. The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822- 1889. Ph. D. dissertation, Yale University, 1996.

_____. “Instrumentos Necessários”: Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. *Afro-Asia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.

_____. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* – UESC. Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 738-793, jul./dez. 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

- MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 2013.
- MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 161-192, 2002.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801 – 1829*. São Paulo, FAPESP: Annablume, 1999.
- _____. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luiz Adão da. *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, S.P.: EDUSC; FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001.
- _____. A Lei, Ora a Lei! driblando a legislação no tráfico interno de escravos no Brasil (1861-1887). In: *História e Economia - revista interdisciplinar*. BBS Business School, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 15-28. 2012.
- MOTT, Luis. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 18, p. 91-129, maio de 1983.
- _____. A inquisição em Ilhéus. *Revista FESPI*, Ilhéus, vol. VI, n. 10, jul. 87/ dez. 88, p. 62-73, 1989.
- MUNANGA, Kabengele. A rebelião negra como fator de desgaste político-social e racial da escravidão. In: _____ (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Palmares, 2004.
- NISHIDA, M. As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808 – 1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, 23 (2), p. 227-265, maio/ago, 1993.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de Preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos da nossa formação econômica e social. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 539-564, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*, Salvador, 1790 – 1890. Salvador: Corrupio, 1988.

- _____. Quem eram os “Negros da Guiné”: a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, nº 19/20, p. 37-73, 1997.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PINHEIRO, Fernanda Domingos. O retorno ao cativeiro: práticas de reescravização num tribunal do Antigo Regime (Mariana, 1720-1819). *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 15 a 18.05.2013. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=63. Acesso em 25 de agosto de 2013.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- REIS, J. J. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, João J. e GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Recôncavo Rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, p. 100-126, 1992.
- _____. De olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão, Bahia 1850 – 1888*. Campinas, Tese (Doutorado em História) – IFCH/Unicamp, Campinas, 2007.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

- SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1989.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à História dos Transportes no Brasil: A Companhia Bahiana de Navegação a vapor (1839-1894)*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.
- SANTANA, Adriana Santos. *Africanos livres na Bahia, 1831-1864*. Dissertação (Mestrado em História). CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2007.
- SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves e DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismo de acesso ao crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso Joaquim José da Costa Seabra. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 7, n. 12, jan./jun, 2012.
- SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008.
- SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- SILVA, Neila Oliveira da. A elite local na vila de São Jorge dos Ilhéus, século XVIII. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. *Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de liberdade em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/ USP, São Paulo, 2010.
- SILVA, Elisangela de Melo Bezerra. *Os Santos Óleos: relações sociais e alforria na pia batismal: freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - FFP/UERJ, São Gonçalo, 2011.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/UFBA, Salvador, 2000.
- _____. As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba – PR, 13 a 15 de maio de 2009. Disponível em:

<<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicações/ricardotadeucairessilva.pdf>>.
Acesso em: 16 set. 20012.

SOARES, Márcio de Souza. AD Pias Causas: as motivações religiosas na concessão das alforrias (Campos dos Goitacases, 1750-1830. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* / Universidade Estadual de Santa Cruz. v. 10, n. 18, p. 389-420, jul./dez. 2007. Ilhéus: Editus, 2009.

_____. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOUZA, Robério Santos. Uma estrada de ferro da Bahia ao Rio São Francisco: controle político, integração e economia regional (séculos XIX-XX). In: FILHO, Alcides Goularti Filho e QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Orgs.). *Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 1994.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745. In: *Anais de História*. Ano VI: p. 71-114, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974.

_____. Segredos Internos: trabalho escravo e vida escrava no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 45-59, junho de 1983.

_____. *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Algés, Portugal: DIFEL, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Ph. D., Stanford University, 1976.

- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Tradução de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- VOYAGES DATABASE. The Trans-Atlantic Slaves Trade Database. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- ZERO, Arethusa Helena. *Escravidão e liberdade: as alforrias em Campinas no século XIX (1830-1888)*. Tese (Doutorado em História) – IFCH/ Unicamp, Campinas, 2009.